



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

HOMENS DO CAFÉ – FRANCA: 1880-1920

Rogério Naques Faleiros

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da UNICAMP
para obtenção do título de Mestre em
História Econômica sob a orientação do
Prof. Dr. José Ricardo Barbosa
Gonçalves.

*Este exemplar corresponde ao original da
dissertação defendida por Rogério Naques
Faleiros em 14/11/2002 e orientado pelo
Prof. Dr. José Ricardo Barbosa
Gonçalves.*

CPG, 14/11/2002

Campinas, 2002

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	80
Nº CHAMADA	FRANCA
V	EX
TOMBO BC/	53156
PROC.	124108
C ☐	D ☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	16/04/09
Nº CPD	

CM00181407-7

F184h 28-400

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

F184h

Faleiros, Rogerio Naques.

Homens do café : Franca 1880-1920 / Rogerio Naques Faleiros. -- Campinas, SP : [s.n.], 2002.

Orientador: Jose Ricardo Barbosa Gonçalves.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Café – Cultivo – Franca (SP). 2. Imigração – Franca (SP). Ferrovias. 3. Trabalho. 4. Franca (SP) – Historia. I. Gonçalves, Jose Ricardo Barbosa. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

*Dedico este trabalho
a Rosângela Naques.
In Memoriam*

87087500

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação, por mais que se vulgarize o mestrado, ainda é uma empreitada muito difícil. É impossível realizá-la de forma isolada, por isso gostaria de fazer uma série de agradecimentos.

Primeiramente gostaria de agradecer a contribuição de Antônio e Rosa, meus pais, que se fizeram presentes em todos os momentos; às vezes penso que só os pais são capazes de entender o que significa um apoio incondicional. Também gostaria de destacar Pedro Tosi, amigo rigoroso e leal, assumindo que, na verdade, *Homens do Café* não existiria sem *Capitais no Interior*. Aos amigos de outrora e sempre Cláudio Ribeiro, Wágner, Cris Demarchi e Valdiney agradeço os momentos de desafogo e/ou as lembranças de momentos felizes. Também agradeço aos meus irmãos Rodrigo e Lorena Naques.

Aos amigos do Instituto de Economia: André, Milena, Laércio, Léo, Claudilei, Éder, Wolf, Adriana Diniz, Ana Paula, Renata Bianconi, Joely, Fernando “Baiano”, Nicélio, Domingos e Ricardo Zimbrão, com quem dividi momentos de extrema dificuldade, alegria, indignação e aprendizagem. Aos novos companheiros, ingressantes em 2002, com quem convivi na etapa final de elaboração deste trabalho: Bife, Francano e Michael (nem tão novos assim), Ivaldo, Carlos, Márcia Eckert, Carla, Adriana, Ana, Renata, João, Tiago, Zé Aparecido, Cássio, Ricardo, Luciane, Fabiana e Fábio.

Também gostaria de agradecer a compreensão dos meus amigos da Moradia Estudantil: Rogério Monteiro, Renato Basso, Julião, Albanin, Wellington e Glaydson.

É necessário destacar também a amizade, a competência e o profissionalismo dos funcionários do Arquivo Histórico Municipal de Franca: José Chiachiri Filho (diretor) Marinez, Fábio Fetz, Consuelo, Meire, Maria e Graziela. Sem dúvida tornaram mais

prazerosas as cotidianas “visitas ao passado”. Agradeço a Valdir Ferreira pela ajuda na pesquisa documental e a Agnaldo Barbosa pelas frutíferas conversas. Agradeço também o apoio de Luciene Capellari, que foi de extrema importância.

Às alunas do PEC – Formação Universitária, que me incentivaram na reta final de realização deste trabalho, ao amigo Sauloéber, com quem divido a função de professor-tutor neste programa, e a Célia David e Maria Helena, professoras de incomensurável profissionalismo e rigor.

Dívida impagável possuo com os professores que ministraram os cursos que realizei no mestrado: Fernando Novais, José Jobson, Frederico Mazzucchelli, Rui Granziera, Lígia Osório, Wilma Perez, José Ricardo, Mário Rapoport, Francisco Lopreato e Waldir Quadros. Agradeço também as contribuições da banca de qualificação formada pelos professores Wilson Cano e Pedro Tosi, assim como a todos os funcionários do Instituto de Economia, dos quais destaco Alberto, Cida, Regina, Sônia e Célia.

Ao professor José Ricardo B. Gonçalves agradeço pelas orientações, incentivo e paciência; vivência fortuita para o oscilante amadurecimento pessoal e profissional. Gostaria também de demonstrar minha gratidão à Capes, que durante dois anos financiou esta pesquisa.

Apesar da imensa colaboração de todos, cabe ressaltar que as páginas que se sucedem são de inteira responsabilidade do autor.

*“A vida é a arte do encontro,
embora haja tanto desencontro pela vida”.*
(Samba da Benção, Vinícius de Moraes).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 – A DÉCADA DE 1880: CAFÉ, ESCRAVIDÃO E FERROVIA	09
1.1 - Primórdios do Café ou uma lavoura entre as demais	10
1.2 - Cafeicultura e escravidão: caminhos que se cruzam na década de 1880	23
1.3 - A hierarquia social em prática: as relações como origem do capital	39
1.4- A chegada dos trilhos: Por que Franca? “Por que então?”	44
1.5 - A polêmica Prado: “uma contradição flagrante”	50
1.6 - Geografia e competição entre capitais privados: continuam os impasses	56
CAPÍTULO 2 – A IMIGRAÇÃO E OS DOMÍNIOS DA PRODUÇÃO: HOMENS, TRABALHO E CAFEICULTURA	61
2.1 - “Números a Construir”: os imigrantes em Franca	64
2.2 - “ <i>Fare América, Hacia America</i> ”. Italianos e Espanhóis: comparações e origens	72
2.3 - A pleno vapor: a cafeicultura na década de 1890	80
2.4 - Mais do mesmo: os gestores da transformação	94
2.5 - A crise de superprodução	102
2.6 – A Bancarrota	106
CAPÍTULO 3 – HOMENS EM MOVIMENTO: AS PEQUENAS PROPRIEDADES E A DINÂMICA DO CRÉDITO	121
3.1 - A crise e os contratos: onde está o dinheiro?	122
3.2 - Inventários: O Domínio da Pobreza	138
3.3 - A dinâmica do crédito	150
CONCLUSÃO	161
FONTES DOCUMENTAIS	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167
ANEXOS	175

INDICE DE MAPAS, GRÁFICOS E TABELAS

Capítulo 1 - A DÉCADA DE 1880: CAFÉ, ESCRAVIDÃO E FERROVIA

Mapa 1 – Idéias defendidas para o prolongamento da Mogiana entre São Simão e Igarapava	60
--	----

Tabelas

Tabela 1 -Rendas dos municípios de Campinas, Mogi-Mirim, Rio Claro e Franca entre 1836-1871	12
Tabela 2 – Termos de Garantia de alguns contratos de café lavrados na década de 1870	16
Tabela 3 - Maiores proprietários de escravos em Franca. 1884	25
Tabela 4 - Dez municípios que apresentaram a maior depreciação no plantel de escravos (1874-1887)	27
Tabela 5 - Municípios que apresentaram crescimento no plantel de escravos (1874-1887)	29
Tabela 6 - Quantidade de escravos possuídos por proprietário 1822/30 e 1875/85	34
Tabela 7 - Quantidade de escravos possuídos por proprietário em 1884	34
Tabela 8 - % dos 522 proprietários que detinham de 1 a 5 escravos em 1884	34
Tabela 9 - Inventários que constam descrições sobre plantações de café. 1878-1884	38
Tabela 10 - Capital realizado e fundos de reserva da Mogiana entre 1873 e 1921	49
Tabela 11 - Resultado da eleição para deputado geral pelo 9º Districto de São Paulo - Comarca de Franca ...	55
Tabela 12 -Resultado da eleição para deputado geral em diversas Comarcas do 9º Distrito Paulista	55

Gráficos

Gráfico 1 - Contratos de formação e/ou trato de café lavrados em Franca 1866-1920	24
Gráfico 2 - Estimativa da depreciação do plantel escravo. Franca 1874-1888	32
Gráfico 3 - Dividas ativas/passivas 1822-30 e 1875-85	40

Capítulo 2 - A IMIGRAÇÃO E OS DOMÍNIOS DA PRODUÇÃO: HOMENS, TRABALHO E CAFEICULTURA

Tabelas

Tabela 1 – Entrada de imigrantes em Franca 1880-1920	67
Tabela 2 – Entrada periódica de imigrantes em Franca. Valores absolutos e relativos	69
Tabela 3 – Números absolutos de entrada de imigrantes	70
Tabela 4 – Composição regional da imigração italiana para o Brasil	74
Tabela 5 – Composição regional da imigração italiana para Franca	74
Tabela 6 – Emigração das regiões da Espanha para Franca	76
Tabela 7 – Número de cafeeiros envolvidos nos contratos entre 1890-1900	81
Tabela 8 – Rendimentos de três famílias de imigrantes em 1922	83
Tabela 9 – Relação entre homens e número de filhos sobreviventes. Franca 1889-1920	84
Tabela 10 – Relação entre mulheres e número de filhos sobreviventes. Franca 1889-1920	84
Tabela 11 – Índice de Preços – intervalo 1895-1900 (1900=100)	85
Tabela 12 - Preços correntes entre 1895 e 1900.....	86

Tabela 13 – Renda, gasto e saldo de uma família de 5 elementos entre 1895-1900	87
Tabela 14 - Renda, gasto e saldo de uma família de 10 elementos entre 1895-1900	87
Tabela 15 - Maiores cafeicultores de Franca 1890-1900	95
Tabela 16 – Proprietários não produtores de café. Franca 1890-1900	99
Tabela 17 – Câmbio, preços e produção de café 1890-1906	104
Tabela 18 - Colonos da Fazenda Vanglória	110
Tabela 19 – Dívidas do Major Claudiano posteriores ao inventário	115

Gráficos

Estograma 1 – Produção de café em Franca de 1888 a 19017	66
Gráfico 2 – Períodos de entrada de imigrantes em Franca	66
Gráfico 3 – Nacionalidade dos imigrantes registrados em Franca	69
Gráfico 4 – Fluxo de entrada de imigrantes segundo nacionalidade e período	71
Gráfico 5 – Períodos de entrada de italianos em Franca	73
Gráfico 6 – Emigração das regiões italianas para o Brasil	75
Gráfico 7 – Italianos em Franca segundo região de origem 1880-1920	75
Gráfico 8 – Períodos de entrada de espanhóis em Franca	77
Gráfico 9 – Espanhóis em Franca segundo regiões de origem 1880-1920	78
Gráfico 10 – Estimativa da evolução da renda e do gasto de uma família de 5 e 10 elementos	87
Gráfico 11 - Exportação de gêneros alimentícios. Franca 1890-1900	92
Gráfico 12 – Pequenos cafeicultores. Franca 1890-1900	96

Genealogias

Genealogia 1 – Família Garcia Lopes e Ferreira Martins	108
--	-----

Capítulo 3 - HOMENS EM MOVIMENTO: ASCENSÃO SOCIAL, PEQUENAS PROPRIEDADES E A DINÂMICA DO CRÉDITO	121
--	-----

Tabelas

Tabela 1 - Cafeicultura em Franca e cotação em Santos 1902-1920	130
Tabela 2 - Índice de Representatividade dos Inventários para o intervalo 1908-1912	138
Tabela 3 - Maiores Dívidas Ativas entre os inventários pesquisados 1901-1920	151
Tabela 4 - Maiores Cafeicultores segundo os inventários 1901-1920	153

Gráficos

Gráfico 1 – Contratos de trabalho lavrados em Franca 1890-1906	124
Gráfico 2 – Exportação de café. 1891-1906	125
Gráfico 3 – Nacionalidade dos Colonos. 1900-1920	127
Gráfico 4 – Contratos de formação e/ou trato de café lavrados em Franca 1907-1920	131
Gráfico 5 – Balanço Hídrico	136
Gráfico 6 – Composição da Riqueza em Franca 1901-1920	139

Gráfico 7 – Faixas de Riqueza em Bens de Raiz	140
Gráfico 8 – Cafeicultores 1901-1920	142
Gráfico 9 – Dívidas Ativas. 1901-1920	157
Gráfico 10 – Dívidas Passivas. 1901-1920.....	158

INTRODUÇÃO

“Encontrei hoje em ruas, separadamente, dois amigos meus que se haviam zangado. Cada um me contou a narrativa de por que se haviam zangado. Cada um me disse a verdade. Cada um me contou as suas razões. Ambos tinham toda a razão. Não era que um via uma coisa e outro outra, ou um via um lado das coisas e outro um lado diferente. Não: cada um via as coisas exatamente como se haviam passado, cada um as via com um critério idêntico ao do outro. Mas cada um via uma coisa diferente e cada um, portanto, tinha razão. Fiquei confuso desta dupla existência da verdade”.
(Fernando Pessoa, *Notas Avulsas*)

Não é nossa intenção realizar uma pesquisa mais verticalizada sobre os processos de povoamento da região de Franca, mas algumas considerações fazem-se necessárias antes de tratarmos diretamente do tema de nossa pesquisa. O “efetivo”¹ povoamento desta região liga-se à afluência de mineiros no final do século XVIII e início do XIX. Inúmeras famílias estabeleceram-se na região pela simples posse da terra, arranchando-se em pequenos roçados e praticando uma economia elementar, “produziam o que comiam e eventualmente vendiam o que sobrava, às vezes trocavam por produtos que não reuniam condições de produzir, como por exemplo o sal que vinha do mar, o ferro, ferramentas e alguns artigos de luxo que não podiam fazer com suas grossas e toscas mãos”².

Paralelo a estes pequenos ranchos, havia propriedades originárias da concessão de

¹ Os paulistas, em inúmeras expedições bandeirantes, já conheciam toda a região e realizaram parques e poucos esforços de povoamento neste local em período anterior aos mineiros. Para uma compreensão do processo de formação e povoamento desta região ver o trabalho de José CHIACHIRI FILHO. *Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto/SP: Ribeira gráfica e editora Ltda. 1986.

² Lucila R. BRIOSCHI. (*Et. Alli.*). *Entrantes no Sertão do Rio Pardo: o povoamento da Freguesia de Batatais século XVII/XIX*. São Paulo: CERU, 1991, p. 57.

sesmarias, uma segunda forma de ocupação das terras nesta região. Para Brioschi estes terrenos de proporções bem mais amplas foram cedidos a dois grupos distintos de requerentes: aqueles que já se encontravam instalados, trabalhando a terra, e outros que tencionavam ali se estabelecer, partindo das mais diversas vilas da Capitania³.

Com o passar das gerações estas propriedades de maior vulto foram se fragmentando pelo mecanismo da herança⁴. “Filhos, netos e bisnetos provocaram o inchaço no rol original de ‘proprietários’, arranchando-se onde fosse possível, de acordo com um acerto familiar e a distribuição dos recursos naturais. Famílias com muitos filhos acabavam por verem limitadas as suas possibilidades de oferecer terras aos seus descendentes devido à excessiva pulverização das áreas⁵”. Somando-se às pequenas propriedades oriundas da simples posse, a pressão deste mecanismo, embora atenuada pelos casamentos intra-familiares, em muito contribuiu para o surgimento e consolidação dos pequenos proprietários⁶.

A produção regional de gêneros alimentícios, desde o início do século XIX, com destaque à participação das maiores fazendas, destinava-se ao comércio interno de abastecimento, tanto para suprir as necessidades dos carros de boi que pelo sertão passavam, tanto para abastecer os principais centros consumidores, entre eles Campinas, que se firmara como importante centro comercial de comarcas distantes. “Só de Franca eram remetidos àquela localidade de 500 a 700 vagões que posteriormente eram enviados à província de São Paulo e de Minas Gerais em carretas e tropas de mulas⁷”

Com preeminência nestes circuitos mercantis aparecem os grandes proprietários, descendentes de grupos familiares como os Junqueira, os Garcia Lopes, os Faleiros e os Duarte que reuniam sob seu controle, além das grandes extensões de terras, cadeias dominiais de amplo alcance, envolvendo escravos e um grande número de agregados e

³ Lucila R. BRIOSCHI. (*Et. Alli.*). *Op. Cit.*, p. 10.

⁴ Uma das formas de esta elite fundiária preservar seu patrimônio era que os membros familiares casassem entre si, o que era muito comum em São Paulo. Como exemplo disso na região temos a família Junqueira

⁵ Carlos Almeida Prado BACELLAR & Lucila R. BRIOSCHI. *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999, p. 101.

⁶ O termo “proprietário”, no caso descrito, não deve ser entendido ao pé da letra, com título de propriedade e tudo mais, estamos nos referindo à ocupação de pequenas porções de terras que eventualmente eram acompanhadas por títulos, nos casos de divisão legal, ou não. No texto não estamos especificando.

⁷ Emília Viotti da COSTA. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Difel, 1979, p. 22.

compadres⁸. Por trás do negócio mercantil, no decorrer do século XIX, existia todo um processo de expropriação calcado numa conformação social hierarquizada que dava sentido à exploração. Estes “senhores” via mecanismos não necessariamente econômicos⁹ concentravam a produção de diversos itens e os comercializava; num movimento contrário e correlato monopolizavam as trocas de produtos essenciais vindos de fora como o sal. “Efetivamente, durante todo o século XIX persistiram as economias de mercado (maiores propriedades) e de subsistência (menores), com as correlatas formações sociais (trabalho escravo e agregados naquelas e trabalho familiar e eventuais plantéis de escravos nestas). Houve sincronicamente grandes e pequenos proprietários, lavradores em terras devolutas ou não exploradas, moradores e agregados¹⁰”.

Nos interessa ressaltar que as pequenas propriedades são recorrentes na região desde seu povoamento, assim como também fez-se presente na região, em todo este período, as formas de exploração calcadas na dominação pessoal¹¹, que serão a base do desenvolvimento da cafeicultura.

⁸ Ver os mecanismos de dominação explicitados por Maria Sylvia de Carvalho FRANCO. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3ª ed. São Paulo: Kairós livraria e editora, 1983. Capítulo 2 – A dominação Pessoal.

⁹ Max WEBER afirma que existem três tipos puros de dominação legítima. A vigência de sua legitimidade pode ser primordialmente de caráter racional, de caráter tradicional e de caráter carismático. Aqui tratamos mais de perto da dominação de caráter tradicional: baseada na crença cotidiana da santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade. Cf: *Economia e Sociedade*. Fundamentos da Sociologia Compreensiva, vol. I, 3ª ed. Distrito Federal: Ed. UnB, 1994, p. 140.

¹⁰ Maria Sylvia de Carvalho FRANCO. *Op. Cit.*, p.91-2.

¹¹ “Nossa formação histórica tem a família rural ou semi-rural por unidade, o mundo do privatismo e do exercício da dominação pessoal a serviço de uma lógica econômica muito particular, e isso não é próprio apenas ao engenho de cana e ao patriarcalismo nortista, não se deve considerar expressão exclusiva do açúcar, mas da monocultura escravista e latifundiária em geral. Este mundo criou-se também no sul, como nos advertiu Freyre, e pelas lavouras de café sentia-se a expressão do mesmo impulso econômico que em Pernambuco criou as casas-grandes. Notam-se, é certo, variações, mas o terraço do casarão, de onde com a vista o fazendeiro abarcava todo o organismo da vida rural é o mesmo do norte; o mesmo terraço hospitaleiro e patriarcal”. As redes de configuração patriarcal apontadas por Freyre estendiam-se também para os setores da sociedade brasileira além da casa-grande e da senzala como os pequenos “proprietários” de terra. Cf: Gilberto FREYRE. *Casa-Grande e Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 17ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio ed., 1975, prefácio à primeira edição p. lviii e lxxiv. Para Antônio Cândido a expressão “família caipira” indica uma modalidade de organização familiar que entronca diretamente no tipo chamado patriarcal, desenvolvido no tempo da colonização, famílias que mesmo alojadas nos rincões do sertão reproduziram os padrões patriarcais, sendo a figura do patriarca, debruçada sobre uma dominação do tipo tradicional, o elemento central de toda uma lógica de sobrevivência Cf: Antônio CÂNDIDO. *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975, p. 229.

Assim, desde logo, coexistiram neste espaço homens de maiores possibilidades econômicas (terras, escravos, violência) e pequenos posseiros com suas famílias. Entretanto com a formação e o desenvolvimento da cafeicultura não se verifica um processo mais amplo de concentração de terras, muito pelo contrário, por mais paradoxal que possa parecer quanto mais avançamos no tempo mais as pequenas propriedades se impõe como conformação dominante.

Partimos de um contexto onde, apesar da existência dos maiores proprietários, em decorrência da estrutura fundiária formada durante o século XIX, predominavam modestos criadores de gado e lavradores de pequenas culturas de alimentos, sendo também uma realidade pequenos plantéis de escravos e pequena disponibilidade de “capitais” para a ampla maioria dos proprietários no espaço em questão.

Dado o cenário inicial da região nos perguntamos: quais foram as relações de trabalho e as possibilidades de acumulação dos colonos no contexto da formação e desenvolvimento da cafeicultura em Franca?

Quanto à periodização escolhemos o intervalo 1880-1920 buscando estabelecer como marco inicial o momento de expansão desta atividade, ainda sob trabalho escravo, na década de 1880, e como marco final o término do fluxo imigratório de maior volume para o município, em 1920. Dentro desta periodização mais geral poderíamos estabelecer como critério, de forma subjacente, os encadeamentos anteriores e posteriores à crise de superprodução de 1898-1906, uma vez que tal evento “impactou” de uma forma decisiva no desenvolvimento da cafeicultura como também nas relações de trabalho estabelecidas.

Como Fontes Documentais utilizamos:

- Registro Geral de Imigrantes (931 registros)
- Almanques de Franca (1902 e 1912)
- Jornal o Nono Distito (1882-1884)
- Inventários entre 1890-1920 (1.126 no total)
- Livros de Notas Cartoriais, dos quais extraímos 271 escrituras de contratos de café
- Histórico da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação

- Inúmeros Processos Cíveis, Ações Executivas, Hipotecas e Decendiárias

Claro que neste amplo universo documental estabelecemos uma certa hierarquia entre as fontes. Entre as principais figuram os contratos de trabalho envolvendo café, para tratarmos das formas de trabalho estabelecidas no período em questão e os inventários, único meio possível de se ter uma maior noção das formas de acumulação. Fontes como o “Registro Geral de Imigrantes”, “Almanaques”, “Jornais” e “Processos Diversos” foram pontualmente utilizados, mas não perpassam todo o corpo do trabalho

Dividimos a dissertação em três partes com o intuito de marcar de forma objetiva as relações de trabalho como critério de periodização interna ao texto. Assim, no primeiro capítulo concentram-se as preocupações sobre o trabalho escravo e sua desagregação, no segundo, o papel dos imigrantes e brasileiros como colonos, e no terceiro os impactos da crise e a transformação da estrutura fundiária decorrente de tal fenômeno que impôs o trabalho familiar e a parceria como formas dominantes.

O primeiro capítulo: “A Década de 1880: Café, Escravidão e Ferrovia se apresenta com os seguintes tópicos:

- 1.1 - Primórdios do Café ou uma lavoura entre as demais
- 1.2 - Cafeicultura e escravidão: caminhos que se cruzam na década de 1880
- 1.3 - A hierarquia social em prática: as relações como origem do capital
- 1.4 – A chegada dos trilhos: Por que Franca? “Por que então?”
- 1.5 – A polêmica Prado: “uma contradição flagrante”
- 1.6 – Geografia e competição entre capitais privados: continuam os impasses

Inicialmente buscamos caracterizar a existência do café na região antes de 1880, uma espécie de contraponto para podermos estabelecer esta década como o período de implantação da cafeicultura. Na sequência tratamos de relacionar, mesmo em um contexto de superação do escravismo, a cafeicultura ao trabalho escravo, mostrando as vinculações entre ambos e apontando um processo de rápida depreciação da riqueza escrava. Por mais paradoxal que possa parecer o braço escravo parece ter sido a forma de trabalho dominante e ao mesmo tempo, via depreciação do plantel, a base de financiamento das novas lavouras.

No tópico 1.3 depreende-se que o processo acima referido trata da ampliação das desigualdades no espaço em questão. Como é possível esta grande diferenciação, a emergência de um grupo dominante entre produtores da mesma cultura na década de 1880? A resposta, é claro, liga-se às pré-condições, os homens do cume da elite mercantil, que comercializavam sal, alimentos e gado, detentores de terras e escravos, foram os “agentes” que implementaram esta cafeicultura de maiores proporções, entendendo o café como um elemento que reforçou as estruturas de diferenciação social no espaço em questão.

Nos tópicos que se seguem tratamos dos embates envolvendo as possíveis direções dos prolongamentos da ferrovia Mogiana rumo ao Rio Grande. “Curvas, desfiladeiros, rios-oceanos e fuga das ‘terras de maleita’. Ao observador desatento caberia apenas às imposições geográficas o fato de a linha tronco da Companhia Mogiana possuir o traçado mais sinuoso do Centro-Sul nas últimas décadas do século XIX. Mas, para além destas imposições, inúmeros aspectos políticos e econômicos apresentaram-se intrinsecamente ligados e determinantes na direção do prolongamento dos trilhos: a competição entre capitais privados e a busca de promissoras zonas comerciais, além do próprio fortalecimento do Estado nacional brasileiro caminharam juntos no ‘descobrimento do interior’¹²”.

O segundo Capítulo: “A imigração e os domínios da produção: Homens, Trabalho e Cafeicultura” apresenta-se da seguinte forma:

2.1 – “Números a Construir”: os imigrantes em Franca

2.2 – “*Fare América, Hacia America*”. Italianos e Espanhóis: comparações e origens.

2.3 – A pleno vapor: a cafeicultura na década de 1890

2.4 – Mais do mesmo: os gestores da transformação

2.5 – A crise de superprodução

2.6 – A Bancarrota

A partir do “Registro Geral de Imigrantes”, demos um tratamento quantitativo à imigração para o município. A partir de cálculos relacionamos os dados fornecidos por José

¹² Pedro Geraldo TOSI & Rogério Naques FALEIROS. Nas fronteiras do Capitalismo: A Mogiana e os (des) caminhos da expansão ferroviária. Juiz de Fora, *Locus: Revista de História*, vol. 06, n. 02, 2000, p. 11-26.

Francisco de Camargo (*Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos, vol. I e II*) com a amostragem oriunda do Registro. Estes cálculos permitiram identificar a composição dos imigrantes segundo nacionalidade, idade, região de origem, profissão e período de entrada no Brasil. Na sequência tratamos dos grupos imigrantes de maior destaque: os italianos e os espanhóis.

No tópico 2.3 tratamos da explosão da cafeicultura na década de 1890. É a década do colonato e da “grande imigração”. A partir de indícios como a média familiar, os preços correntes, os salários pagos e as cláusulas contratuais concluímos que os colonos reuniam diminutas condições de acumular capital e tornarem-se proprietários.

Na sequência tentamos entender a conformação da propriedade nesta década e as formas pelas quais esta conformação se relacionava com a cafeicultura. Identificamos os maiores cafeicultores do período e indicamos que a maioria dos produtores situavam-se na faixa entre mil e cinco mil cafeeiros.

Nos tópicos 2.5 e 2.6 analisamos os impactos da crise de 1898-1906 sobre a cafeicultura local. A desvalorização cambial em conjunto com a superprodução dos últimos anos da década de 1890, resultado da incontrolável expansão das lavouras ocorridas entre 1891-1896, trouxe consequências drásticas à cafeicultura. Analisamos tal crise pelo aspecto mais geral e também, via falência do cafeicultor Major Claudiano, tratamos deste impacto de forma mais específica.

O terceiro capítulo *Homens em Movimento: ascensão social, pequenas propriedades e a dinâmica do crédito* se apresenta da seguinte forma:

3.1 – A crise e os contratos: onde está o dinheiro?

3.2 – Inventários: O Domínio da Pobreza

3.3 – A dinâmica do crédito

Os impactos da crise fizeram-se sentir nas relações de trabalho estabelecidas entre fazendeiros e colonos, o superado colonato foi substituído pela relação de parceira, ou seja, a partir de agora os colonos teriam acesso ao mercado, justamente o que fora negado nas relações de trabalho anteriores. Na verdade, o que estava em questão era “não perder mais” e não necessariamente “expandir a lucratividade do empreendimento”. Frente à ausência de

meio circulante própria de políticas deflacionárias, liquidar débitos com terras e/ou abrir mão de parcela da produção de café em prol do colono, o que ocorria nas relações de parceria, assemelha-se mais à transferência de um problema do que a uma estratégia em um contexto de superprodução.

Na seqüência analisamos os inventários entre 1901 e 1920 buscando dimensionar as propriedades e a cafeicultura francana neste período. A maior parte dos proprietários situavam-se na faixa de propriedades valoradas entre um e cinco contos, possuía entre mil e cinco mil pés de café, poucos recursos em forma de dinheiro, eventuais dívidas passivas e baixa taxa de acumulação, todavia, como veremos, baixa acumulação não significava inviabilidade.

Por fim, tentamos explicitar a dinâmica do crédito concluindo que a “agiotada” foi a principal característica do sistema de crédito em Franca no período de estudo proposto. Empréstimos, endividamentos, execuções, pagamentos, tudo se reunia em constante movimento, o que tornou difícil a tarefa de rastreamos e reconstituirmos documentalmente os sistemas de venda de dinheiro. Neste ponto trabalhamos com as categorias dívidas ativas e passivas presentes nos inventários, o que nos permitiu ter uma noção geral de todas as atividades dos principais capitalistas.

Fazendeiros de maior cabedal, modestos lavradores, escravos e imigrantes. São estes os *Homens do Café*. Sua atuação na formação da cafeicultura em Franca foi marcada por continuidades e contradições que só podem ser apreendidas a partir de suas condições específicas. Nesta dissertação, mesmo considerando a dinâmica mais geral, é a isso que nos propomos.

Capítulo I

A década de 1880: Café, Escravidão e Ferrovia

“O sr. presidente da edilidade agradeceu a dadiva, que constituía uma recordação histórica para o município de Franca, levantando vivas á Companhia Mogyana e aos engenheiros. Em seguida ergueu-se um viva ao Império do Brazil, á provincia de São Paulo e á municipalidade da Franca, tocando-se então o hino nacional, que foi ouvido de pé. (...) Os engenheiros da companhia, precedidos pela música e acompanhados pelas autoridades, imprensa e grande massa de povo, percorreram á noite as principaes ruas da cidade¹”. (Sic).

Significativo é o fato de até os dias de hoje não existir nenhum trabalho sobre Franca que tenha a cafeicultura como principal objeto de estudo. Grandes trabalhos que contemplam o final do século XIX e/ou início do século XX, elaborados por Pedro Tosi, Lélío de Oliveira, Mildred Naldi, Tércio Di Gianni e Júlio Bentivoglio possuem em comum, além do espaço, a qualidade que transcende o interesse local e as fronteiras do regional. Promovem instigantes e verticalizadas análises sobre as mais variadas esferas da vida, todavia o *coffea arabica L.* e o seu desenvolvimento na região apresentam-se em tais estudos como parte constitutiva de preocupações das mais diversas, não sendo dispensada ao tema da cafeicultura uma atenção *per se*.

Tosi² pergunta-se sobre os motivos de a indústria coureiro-calçadista instalar-se em Franca; inevitavelmente depara-se com a cafeicultura, o “centro dinâmico” que constitui-se como início e fim de qualquer cadeia produtiva paulista no final do século XIX e início do XX. Apesar de brilhantes conclusões acerca do café na região não é sobre este tema que

¹ Jornal *O Nono Districto* de 15/09/1883.

² Pedro Geraldo TOSI. *Capitais no Interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)*. Campinas: IE/UNICAMP, 1998. Tese de doutoramento.

busca respostas mas sim aos encadeamentos e circuitos que geraram esta indústria. Oliveira³ aprofundou-se no fugidio e misterioso domínio da chamada “produção de subsistência” e os não menos misteriosos caminhos de sua mercantilização. Seu objetivo era discutir os impactos desta atividade na riqueza dos proprietários em dois períodos distintos: 1822-30 e 1875-85. Naldi⁴ voltou-se para os jogos do político estudando o “coronelismo” local, Di Gianni⁵ pesquisou a imigração italiana e deparou-se com a cafeicultura, todavia, como suas preocupações voltavam-se para as táticas de manutenção da identidade, trabalhando com o conceito de etnicidade, à cafeicultura foi dado um tratamento teórico, sem a comprovação empírica baseada em documentos. Bentivoglio⁶ enfocou o processo de urbanização, mas também neste estudo o café aparece de forma secundária pois a principal preocupação era o conflito Igreja x Estado na definição do espaço.

Com muita qualidade e propriedade temas como a industrialização, a imigração e a urbanização foram trabalhados, e isso nos colocava várias perguntas: qual a viabilidade de um estudo sobre a cafeicultura em Franca? Quais as possibilidades que as fontes poderiam nos oferecer? Teria sido Franca uma cidade cafeeira? E por último: por que nenhum pesquisador elegeu o desenvolvimento da cafeicultura como principal objeto de estudo? Perguntas assustadoras num primeiro momento, porém desafiadoras.

1.1 – Primórdios do café ou uma lavoura entre as demais

Quando a cultura de café começa a se destacar entre os demais negócios? Ou melhor, em que momento a cafeicultura submete as demais atividades econômicas e passa a orientar toda a vida dos homens em Franca? São estas as perguntas que inevitavelmente se colocam para uma tentativa de periodização. A década de 1890, como veremos, é o

³ Lélío Luiz de OLIVEIRA. *Economia e História*. Franca – século XIX. Franca: FHDSS/UNESP: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

⁴ Mildred Regina Gonçalves NALDI. *Coronelismo e Poder Local*. Franca 1850-1889. Franca: FHDSS/UNESP, 1992.

⁵ Tércio Pereira DI GIANNI. *Italianos em Franca*. Franca: FHDSS/UNESP: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

⁶ Júlio César BENTIVOGLIO. *Igreja e urbanização em Franca século XIX*. Franca: FHDSS/UNESP: Amazonas prod. calçados s/a. 1997.

ponto de viragem, a resposta para estas indagações, todavia em períodos muito anteriores já encontramos menção à existência do café no município.

“Arbustos de cafeeiros a longa data já eram cultivados na região, fato que pode ser comprovado se observarmos a produção de 1836, que girava em torno das 261 arrobas, e os ‘Códigos de Posturas da Câmara Municipal de Franca’ de 1833 que obrigava os agricultores a plantar e manter 25 pés de café por cada braça de terreno. Caso esta determinação não fosse cumprida aplicava-se uma multa de 2\$000 ou um dia de detenção⁷”.

Em 1850, segundo descrição de uma propriedade encontramos “ (...) huma chacra nos subúrbios da Villa Franca que se compoem de casa de morada coberta de telhas com seu quintal com arvoredos de espinhos e **pés de café** com seu rego de água serventúario, e munjolo e tudo isto cercado...⁸” (sic.). Nestes termos dava-se existência do café, em conjunto com outras culturas, sem maior destaque, muito provavelmente para pequeno consumo local e/ou abastecimento das caravanas de carros de boi que por ali passavam. Entre 1861 e 1864⁹ o Ministério da Agricultura enviou remessas de manuais e sementes de trigo, algodão e fumo para o município, o que nos leva a deduzir que neste período o café ainda não tinha se constituído como a atividade prioritária dos proprietários e corria em paralelo com as demais culturas nos moldes acima dados.

Datar exatamente o plantio do primeiro pé de café no município é impossível, o difuso e tortuoso caminho que a *rubiácea* percorreu no centro-sul não nos permitiria isso. Teria um maior número de informações sobre o café também chegado entre 1861 e 1864? Por certo foram os agentes do comércio interno que trouxeram as primeiras sementes do Rio de Janeiro, do Vale do Paraíba paulista ou da região de Campinas, mas o café, mesmo com um maior número de informações e um maior conhecimento do trato, na década de 1860 não passava de uma lavoura entre as demais.

⁷ Códigos de Posturas da Câmara Municipal. 1831 a 1875. Caixa 0016. Vol. 0084. Museu Histórico Municipal de Franca. In: Rogério Naques FALEIROS. *Ferrovia, café e imigrantes: o trinômio da transformação*. Franca 1887-1902. Franca: FHDSS/UNESP, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso, p. 59.

⁸ Inventário de Antônio Lopes Cançado, 1850. In: Valdir Geraldo FERREIRA, Fernando Pereira BARCELOS. *Progresso: subsídios para a história de um bairro*. Da chácara Garcia e Cançada a um complexo urbano. Franca: Mimeo. VIII Concurso de monografia sobre a história de bairros de Franca, 2000.

⁹ Atas da Câmara de 21/10/1861; 21/01/1862 e 17/10/1864. In: José Geraldo EVANGELISTA. *Franca do Imperador e suas filhas*. O fato urbano no nordeste paulista no século XIX. Lorena: Mimeo, 1993. p. 204.

Se acompanharmos os números fornecidos por Taunay sobre o reflexo da produção cafeeira nas rendas dos municípios entre 1836 e 1872, veremos que em Franca as alterações na arrecadação oriundas do impacto da produção de café foram quase que insignificantes neste período, o que nos leva a concluir que a ampliação da cafeicultura, o “*boom cafeeiro*”, ocorreu em período posterior ao estudado por este autor, fato que não pode ser considerado em municípios como Rio Claro, Campinas e Mogi-Mirim.

Tabela 1 – Rendas dos municípios de Campinas, Mogi-Mirim, Rio Claro e Franca entre 1836-1871

Ano	Campinas	Mogi-Mirim	Rio Claro	Franca
1836	1:023\$000	720\$000	*	1:094\$000
1840	2:063\$271	3:327\$272	*	1:922\$442
1846	2:652\$430	2:305\$226	464\$000	436\$371*
1851	3:065\$564	1:352\$866	1:716\$000	836\$110
1856	4:539\$999	5:072\$717	3:392\$000	1:036\$570
1860	15:008\$000	6:188\$267	5:780\$000	2:523\$790
1865	17:767\$000	4:642\$821	8:921\$000	1:853\$875
1871	29:725\$000	14:640\$000	5:134\$036	3:788\$043

Fonte: Affonso D'Escragnole TAUNAY. *História do Café no Brasil. Brasil Imperial 1822-1872. Vol. 3, Tomo I. Rio de Janeiro: Ed. Depto Nacional do Café, 1939, p. 235-245.*

Estes municípios, em distintos momentos, vivenciaram um abrupto aumento em suas arrecadações. Campinas, por exemplo, em 1856 arrecadava 4:539\$999 em impostos, e em 1860 este valor subiu para 15:008\$000, alcançando 29:725\$000 em 1871¹⁰. Claro que este considerável aumento é consequência do desenvolvimento da cafeicultura e das atividades dinamizadas por esta. Rio Claro em 1865 e Mogi-Mirim em 1871 também sofreram aumentos de suas respectivas arrecadações, óbvio que em menores proporções do que Campinas, e a explicação também liga-se à cafeicultura. Já Franca não compartilha do mesmo diagnóstico, e sua arrecadação que era de 1:094\$000 em 1836 cresceu pouco, alcançando a marca de 3:788\$043 em 1871. Se Taunay nos fornecesse os dados até 1900 é muito provável que o salto encontrado nos outros três municípios ocorreria em Franca por volta da década de 1890.

* A redução da arrecadação de Franca em 1846 ocorreu em virtude do desmembramento de Batatais em 1839. Este município não consta na lista de 1840, assim cremos que Taunay para este ano concentrou as arrecadações do dois em Franca, alcançando a cifra de 1:922\$442.

¹⁰ Para um maior conhecimento do desenvolvimento do complexo cafeeiro em Campinas e a correlata urbanização ver o trabalho de Renata BIANCONI. *Dinâmica Econômica e formas de sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870-1905)*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2002. Dissertação de Mestrado.

O primeiro contrato de trabalho lavrado em Franca envolvendo café data de 1866. Thomaz José de Moura contratou por três anos com Marceliano Rodrigues Ferreira a formação e o trato de oito mil cafeeiros; por tal serviço Marceliano receberia 1:600\$000 e ainda poderia cultivar “plantas miúdas” para suas necessidades:

*“Escriptura de contracto e obrigação que faz Marceliano Rodrigues Ferreira com Thomaz José da Motta em que aquele se obriga deste como abaixo se declara. Saibam quantos este publico instrumento de escriptura de contracto e obrigação ou como em direito melhor nome e lugar haja virem que sendo no anno do nascimento do nosso senhor Jesus Christo de mil oitocentos e secenta e seis nesta cidade Franca do Imperador comarca do mesmo nome da provincia de San Paulo aos vinte e sete dias do mês de dezembro do dito anno em casas de Miguel Gomes de Oliveira onde eu tabellião ao diante nomiado vim e sendo alhi comparesserão presentes Marceliano Rodrigues Ferreira e Thomaz José da Motta ambos moradores neste termo que os reconheço pelos próprios nomidados de que faço menção tracto e dou fé aquelle como obrigado, ambos contractantes. E por elles me foi dito em presença das testemunhas abaixo assignadas, o primeiro que se obrigava, e contractava com o segundo de derrubar e rossar dous alqueires de Matta virgem, na fazenda do dito Motta, e nelles plantar **oito mil pés de café**, cuja derrubada há de Ter principio no proximo futuro mês de maio de mil e oitocentos e secenta e sete, digo rossada, e derrubada e plantação no mesmo ano, em tempo próprio a saber que a primeira planta de milho hé feita pelo dito Motta; para se, e elle Ferreira plantar algumas plantas miuda para si, os que lhe conviérem, e de cummum acordo se contratarão de ambos desocuparem o terreno tirando as lenhas e madeiras ficando esta pertencendo, a elle Motta; isto pelo preço e quantia de oitocentos mil réis, recebendo elle Ferreira cento e trinta mil réis e o mais ir dando proporcionalmente athé interar tres annos que tem principio no mês de setembro de mil oitocentos e secenta e sete, e findão em setembro de mil e oitocentos e setenta; declara-se que oitocentos mil réis, hé por alqueire, ao todo um conto e seiscentos mil réis, sendo o proprietário Motta obrigado a pramptar as mudas de café; e elle Ferreira hir buscálas aonde lhe forem indicadas, e se obriga mais a tratar dito cafetal, capinandu-o e replantandu-o athé preencher os ditos tres annos, tempo em que o a de entregar. E como assim o disserão se obrigarão a cumprir tracto e a digo tracto, e não reclamarem, sujeitando-se o que faltar ao tracto ás penas da lei, e pagar o prejuízo que cauzar ao outro contractante. E de como assim se contratarão, e que se nesta escriptura faltasse alguma clausula em direito necessarias aqui as havião por expressas e declaradas, como se cada uma fisessem especifica menção, e pelo outorgante contractante Thomaz José da Motta me foi apresentado o conhecimento do sello proporcional do theor seguinte: numero trez reis, e oitocentos. Pagou oitocentos reis, Franca vinte e sete de dezembro de mil e oitocentos e secenta e seis. E depois de escripta esta no tabellião ahi perante elles que reciprocamente a outorgarão estipularão acceitarão e assignarão com as testemunhas presentes Joaquim Antonio Freire Franco e Antonio Luiz de Lima, todos de mim reconhecidos do que de tudo dou fé. Eu, José Ferreira Mendes, tabellião que o escrevy¹¹”. (sic.)*

O fato da existência de um contrato em 1866 é uma exceção, uma excentricidade, cuja explicação só pode ser uma: *a grandeza*. Trata-se de oito mil cafeeiros, quantia que provavelmente descola do total praticado pelas chácaras e fazendas do município, e por isso a necessidade de um registro oficial. Na antiga forma de cultivo de café, baseada em

¹¹ Livro de Notas n. 22, fls. 116-17, 1º Offício Cível.

pequenas lavouras misturadas com outras culturas, sem uma maior racionalidade, seja no plantio ou no trato, a possibilidade da formação deste número de cafeeiros é quase nula, tanto que o contrato envolve a derrubada de “matta virgem”, ou seja, as configurações dos terrenos de plantação neste período não compreenderiam uma lavoura de café deste porte, uma vez que já estavam ocupadas por outras culturas ou gado. Trata-se, então, de um movimento de incorporação de novas terras à produção regional.

Na década de 1870 encontramos 27 contratos. Nestas escrituras o número de cafeeiros plantados varia entre o mínimo de 1.000 e máximo de 10.000 pés, numa média de 2.200 pés por contrato. Por baixo, foram plantados nesta década 60.000 cafeeiros sob registro civil em contrato. Todos os contratados eram brasileiros e todos os contratos diziam respeito à formação (plantação) de cafezais e posterior trato (carpa, poda, replanta, etc.) Se o critério for a forma de remuneração a relação de trabalho que predominou neste período foi a locação de serviços, também conhecida por empreitada. Nelas, o contratado recebia uma quantia fixa por cada cafeeiro formado (pé de café de quatro anos) que nos contratos pesquisados variava entre 0\$240 e 0\$500, sendo a média de 0\$320. Todavia as cláusulas envolvendo pagamento não podem ser entendidas como a principal variável destes contratos. Em essência tratava-se, sobretudo, de um arrendamento de terras onde o pagamento pelo desfrute desta aparecia em forma de cafezal formado.

Segundo Brasília Sallum Jr.¹² os fazendeiros no oeste paulista eram, ao mesmo tempo, proprietários territoriais e capitalistas. Sob a primeira face formavam os cafezais, arrendando terras aos formadores, e sob a segunda agiam como capitalistas, e isso porque os cafeeiros só começam a dar lucro depois de quatro anos, e assalariar trabalhadores antes de lançar no mercado valores suficientes para cobrir os custos de produção significava a inviabilidade do negócio.

“O que ocorria era que o futuro fazendeiro, como capitalista em potencial, encomendava aos formadores uma mercadoria que seria no futuro um meio necessário à produção capitalista de café, e como proprietário territorial arrendava a terra por alguns anos aos mesmos formadores que podiam, assim, produzir cereais, animais, hortaliças,

¹² Brasília SALLUM JR. *Capitalismo e Cafeicultura*. Oeste Paulista: 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982, p. 26 e seguintes

frutas e café, e somente os cafeeiros passariam às mãos dos proprietários como meio necessário à posterior ação capitalista¹³”.

Nos contratos da década de 1870, como os cafezais estavam sendo formados e o trabalho livre ainda era uma realidade distante, obviamente a face de “proprietário territorial” prevalecia, tanto que os contratados eram obrigados a fornecer termos de garantia pelo uso da terra, num explícito contrato de arrendamento onde os cafeeiros formados com quatro anos de idade constituíam a forma de pagamento ao fazendeiro-contratante. Num contrato de 1874, lavrado entre Joaquim Justino Alves Ferreira e Mizael Antônio Garcia, o segundo ofereceu como garantia os escravos Justina (parda, 14 anos), Joaquim (8 anos), Manoel (40 anos), Rita (35 anos), Victória (35 anos), Vicente (21 anos), Inocência (7 anos), Prudêncio (5 anos) e Clara (3 anos)¹⁴. A Mizael cabia formar 4.000 pés de café num prazo de 4 anos, recebendo 0\$400 por cafeeiro formado além da produção de café do terceiro ano¹⁵ e o desfrute das terras inter-cafeeiras para o cultivo de alimentos.

É muito provável que as cláusulas envolvendo dinheiro não tenham se efetivado na prática porque todos os gastos de formação dos cafeeiros corriam por conta do contratado. As ferramentas, os alimentos não produzidos pelos colonos ou mesmo mudas e sementes de café para a replanta eram obtidos via empréstimos junto aos proprietários, possivelmente o que inviabilizava a possibilidade de pagamento em dinheiro. Na ocasião do “acerto das contas” os débitos eram apresentados e subtraídos da quantia em dinheiro “a receber” e pouco sobrava ao colono.

¹³ Brasília SALLUM JR. *Op. cit.*, p. 36. Apesar de nos fazendeiros prevalecer a ação de proprietário territorial sobre a de capitalista, estes mantinham com os formadores uma dupla relação: uma de compra e venda, onde o fazendeiro comprava o cafezal e o formador atuava como produtor de encomenda que o vendia, e outra de arrendamento, em que o futuro fazendeiro atuava como proprietário territorial que arrendava sua terra a cada formador como seu arrendatário. Mas o que torna oculta esta dupla relação é a *igualdade* entre o valor do cafezal e o montante da renda paga pelo formador. Uma questão não tratada por Sallum Jr. foi qual forma de sociabilidade se impunha, se a arcaica/arrendatária ou a moderna/capitalista. A dupla existência apontada nos dá uma falsa impressão de “igualdade de pesos” entre as duas, quando na verdade aspectos de uma maior racionalidade capitalista só se consubstanciam em modelos teóricos, não se fazendo presentes neste momento da análise.

¹⁴ Livro de Notas n. 02, fls. 26-29, 2º Ofício Cível, 1874.

¹⁵ O fruto do quarto ano não chega a cobrir os custos da colheita, muito menos os frutos do terceiro ano. É a partir do sexto ano que se considerava que uma lavoura de café tinha atingido seu pleno rendimento. Claro que isso apresenta algumas variações, a variedade *bourbon* atinge a maturidade em média dois anos mais cedo.

Tabela 2 – Termos de garantia de alguns contratos de café lavrados na década de 1870

Ano	Contratante	Contratado	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
1874	Joaquim Justino Alves Ferreira	Mizael Antonio Garcia	Escravos: Justina (parda, 14anos), Joaquina (8 anos), Manoel (40 anos), Rita (35 anos), Victorina (35 anos), Vicente (21 anos), Inocência (7 anos), Prudêncio (5 anos) e Clara (3 anos).
1874	Joaquim Justino Alves Ferreira	José Garcia Lopes e Maria da Purificação	Parte de terras na fazenda Borges (Ribeirão da Pinguela) e os escravos: Bartho (22 anos), Firmiana (20 anos), Juliana (46 anos) e Cecília (7 anos). O contratado não pode vender nenhum destes bens sem o aval do contratante.
1875	Albino Francisco Ferreira	Jeronymo Francisco Ferreira	1:200\$000, com prêmio (juros) de 1% ao mês.
1875	João Jorge de Abreu	Pedro Borges Malta e Maria Cândida de Jesus	Uma parte de terras na fazenda Ressaquinha eos escravos: Margarida (parda, 29 anos), parte do escravo Theodorico (pardo, 10 anos), Thereza (parda, 5 anos) e Jeronyma (parda, 2 anos)
1875	João Jorge de Abreu	Joaquim Cândido Mendes e Rita Maria de Jesus	1:300\$000, com prêmio (juros) de 1% ao mês. Um sítio no lugar denominado Ressaquinha, com as benfeitorias existentes e o escravo Firmiano (pardo, 39 anos).
1876	José Francisco de Paula Teixeira	Cândido Valladão de Sousa	No livro 34, fl. 12 e 13, consta que o contrato foi dissolvido em 21/10/1879, recebendo o contrante a quantia de 1:100\$000
1878	Antonio da Silva Espíndola	Inocência Feliciano da Silva	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
1878	Antonio da Silva Espíndola	Manuel Antonio Baptista	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
1878	Antonio da Silva Espíndola	José Telles de Souza	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
1878	Antonio da Silva Espíndola	João Manoel de Mattos	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
1878	Antonio da Silva Espíndola	Casemiro Jacob Ferreira de Menezes	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
1878	Antonio da Silva Espíndola	Benedicto Antonio de Campos	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
1878	Antonio da Silva Espíndola	José Alves dos Santos	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
1878	Antonio da Silva Espíndola	Antonio Bispo Marques	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
1878	Antonio da Silva Espíndola	Manoel Antunes Guimarães	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
1878	João Baptista Leite	Thomaz Carlos de Mello	Recisão por parte do contratado da escritura lavrada em 26 de janeiro de 1878, no cartório do Segundo Tabelião, livro 4, fl. 28
1879	José Theodoro de Mello (Alferes)	Torquato Theodoro de Souza e sua mulher Maria Rita Ferreira	Casa de morada que não poderão vender no período de vigência do contrato

Fonte: Livro de Notas do 1º e 2º Offícios Cíveis – 1866/1920

Extensa bibliografia trata do processo de expropriação estabelecido entre fazendeiros e colonos nas experiências de trabalho livre no Brasil. Thomas Davatz, Michael

Hall, Thomas Holloway, Emília Viotti, José de Souza Martins e Chiara Vangelista, ao tratarem da relação fazendeiro/imigrante, apontam que por volta das décadas de 1860 e 1870, ao final dos contratos, os colonos pouco tinham a receber em função dos endividamentos constantes com os fazendeiros, aliás, muitas vezes os balanços eram negativos, ou seja, ao final da relação de trabalho estabelecida os colonos tornavam-se devedores¹⁶. Nas relações de trabalho vigentes neste período as condições dos colonos se aproximavam das condições do trabalhador escravo, com um agravante, os imigrantes, por terem que saldar suas dívidas eram obrigados a “comprar sua liberdade”.

Acreditamos que tal processo de expropriação calcado no endividamento cotidiano dos colonos ocorreu em Franca mesmo antes da chegada de um maior número de imigrantes, basta observar os termos de garantia arrolados na tabela anterior e perceber a existência de cláusulas do tipo: “pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever”, presentes no campo “Termos de Garantia”. Mesmo com a mudança de agentes, do imigrante para o trabalhador nacional, acreditamos que as conclusões apontadas pela bibliografia citada são válidas para a análise em questão. O estrangulamento das cláusulas envolvendo dinheiro via endividamento dos colonos também era um recurso do qual os proprietários se usavam para rebaixar os custos de produção em termos monetários, o que era de suma importância a uma economia com baixa taxa de monetarização. A moeda não era para todos porque as relações sociais não eram permeadas pelo mercado, e como decorrência a mercadoria ainda não havia se colocado como imperativo, logo, o que realmente interessava aos contratados era ter um maior acesso à terra, a partir do qual produziram mais gêneros alimentícios e melhorariam suas condições de adquirir os bens que não produziam a partir da troca elementar. O preço por tal “melhoria” das condições de troca era entregar ao fazendeiro o cafezal formado ao final de quatro anos.

A baixa monetarização não deve ser entendida como ausência de mercado, este existia, os homens trocavam alimentos, couros, serviços e proteção. Na medida em que se avança na hierarquia social e se enfoca os homens mais ricos, as operações de troca tornam-se mais complexas: constata-se a existência de um maior volume de moeda, circuitos de

¹⁶ Sobretudo porque os imigrantes já chegavam endividados ao Brasil em virtude do transporte. Retirados os “grilhões” da passagem transatlântica, no final da década de 1880, as condições das dívidas destes homens melhoraram sensivelmente.

amplo raio e atuação nos maiores mercados de alimentos da província. Cabe assinalar que do ponto de vista dos pequenos produtores a garantia da subsistência subordina as relações de troca, e não o contrário, e os eventuais excedentes oriundos de uma nova parcela de terra cultivada elevariam as condições de obtenção de renda não monetária dos “contratados”, homens que não se encontravam despossuídos dos “meios de produção”, homens que se encaixam na definição econômica de campesinato traçada por Ciro Cardoso, e que pode ser caracterizada por quatro traços básicos:

- Acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto;
- Trabalho predominantemente familiar (o que não exclui, em certos casos, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar – como eventuais escravos);
- Economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir por isso vinculação eventual ou permanente com o mercado [ou com senhores que sistematicamente atuam neste mercado];
- Certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões essenciais sobre o que plantar, e de que maneira, como dispor do excedente, etc¹⁷.

De fato, ao contratar um formador para seu cafezal, o fazendeiro pouco interferia nas culturas que o contratado mantinha entre as porções de terra intercafeeiras (preocupação que posteriormente se processa), muito menos interferia nas relações de trabalho e nas formas de relacionamento familiar pertinentes ao contratado. O que interessava apenas era uma certa estabilidade do grupo familiar do contratado (e dos homens que giravam à sua órbita) que possibilitasse, ao final de quatro anos, a entrega do cafezal formado.

¹⁷ Ciro Flamarion S. CARDOSO. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 52. Sobre as formas camponesas de produção e suas diferentes variações regionais ver o trabalho de João Luís FRAGOSO. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, capítulo 2, mais específico a São Paulo e Minas Gerais entre as páginas 123 e 141.

Quanto à origem destes colonos nacionais é muito provável que aqueles que já se encontravam inseridos na órbita da dominação senhorial continuaram a exercer suas atividades sem deixar “rastros documentais”. Agregados e camaradas¹⁸ caracterizavam-se pela anulação de sua vontade que se revela na simples incapacidade de tomar decisões autônomas porque submetidos às vontades da dominação senhorial. A estes homens era relegada uma existência dispensável, fortuita, viviam arranchados em pequenas extensões de terra e eventualmente eram úteis aos interesses econômicos e sociais dos que exerciam a dominação¹⁹.

Na definição de Oliveira Vianna os “agregados vicentinos [paulistas] são moradores ou foreiros. Habitam fora do perímetro das senzalas, em pequenos lotes aforados, em toscas choupanas, circundantes ao casario senhorial, que do alto de sua colina, os centraliza e domina. Da terra fértil extraem, quase sem nenhum trabalho, o bastante em caça, frutos e cereais para viverem vida frugal e indolente. Representam o tipo do pequeno produtor-consumidor, vegetando ao lado do grande produtor fazendeiro (...) Nada os prende à terra, nem a organização do trabalho, nem a organização da propriedade e nem a organização social. Tudo os torna incoesos, flutuantes e nômades²⁰”.

Já submetidos moralmente e totalmente dependente das decisões dos fazendeiros, não era este o “tipo social”, na linguagem do autor, que aparecia como contratado nas escrituras cartoriais encontradas na década de 1870. Não faz muito sentido um “contrato de trabalho” entre um fazendeiro e um agregado ou camarada, já inserido na órbita senhorial e com

¹⁸ O camarada representa apenas a viabilidade de absorção do caipira ao setor da sociedade que está articulado economicamente. Mas, de onde essa gente vem? “De modo geral, no Brasil, as facilidades de acesso à terra possibilitaram o ajustamento social do homem pobre através de sua incorporação a grupos rurais relativamente auto-suficientes. Na região paulista, cujo povoamento foi bastante disperso (...) persistiram esses pequenos núcleos de população (...) onde a adaptação ecológica, a vida econômica, a cultura e a organização social integraram-se em termos de mínimos vitais, mas de modo a permitir seu funcionamento econômico”. Cf: Maria Sylvania de Carvalho FRANCO. *Op. Cit.*, p. 91.

¹⁹ Por outro lado “essa existência dispensável levou os agregados e camaradas a conceber sua situação como imutável e fechada, na medida em que suas necessidades mais elementares dependeram sempre das dádivas de seus superiores. Assim, em sua vida de favor, a dominação foi experimentada como uma graça e ele próprio reafirmou, ininterruptamente, a cadeia de lealdades que o prendia aos poderosos. Desprovida de marcas exteriores, sua sujeição foi suportada como benefício recebido com gratidão e como autoridade voluntariamente aceita, fechando-se a possibilidade de ele sequer perceber o contexto de domínio a que esteve circunscrito”. Cf: Maria Sylvania de Carvalho FRANCO. *Op. Cit.*, p. 104.

²⁰ Oliveira VIANNA. *Populações Meridionais do Brasil*. História – Organização – Psicologia. Populações rurais do centro-sul. Paulistas-Fluminenses-Mineiros. Vol. I. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia e EDUFF, 1987, p. 66 e 161.

pouco a oferecer²¹ em se tratando das exigências rotineiras do trabalho no café. Convenhamos também que sua condição de pobreza o inviabilizava de oferecer escravos e terras como “termos de garantia”.

Ainda com as categorizações fornecidas por Carvalho Franco, acreditamos que o grupo identificado como os “sitiantes” eram os homens que apareciam nestas primeiras escrituras. Eles mantinham com os maiores proprietários relações que aparentemente os nivelava, isso não quer dizer que o princípio da dominação pessoal não se fazia presente, muito pelo contrário, as relações de “assistência econômica” se prestavam em mão dupla, os sitiantes, próximos aos senhores por ligações familiares estabelecidas com o compadrio²² e pela tradição, não titubeavam em “prestar serviços”, por outro lado, gozavam de proteção e ajuda do senhor nos momentos necessários.

É difícil pensar na hipótese de agregados e camaradas fornecendo escravos e até partes de terras como garantia nas escrituras lavradas. Estes homens não reuniam condições de assumir tal compromisso, logo, os contratados poderiam ser identificados como pequenos sitiantes donos de pequenas porções de terras e pequena escravaria que encontravam nos contratos com os maiores proprietários uma possibilidade de expansão da sua produção de alimentos, mesmo que as cláusulas envolvendo dinheiro não fossem tão atrativas.

Dadas estas relações pessoais tão próximas que permeavam a existência de sitiantes e fazendeiros, por que se fazia necessário lavrar uma escritura? A impressão que temos é que muito mais do que estipular as condições da empreitada e de remuneração, buscava-se com os contratos, neste período, especificar os limites da terra a ser trabalhada por quatro

²¹ “Todavia estes homens exercem funções de suma importância para os fazendeiros, são necessários à horda senhorial. A plebe rural, que não tem valor próprio e tem uma importância econômica secundária exerce a função específica de ser viveiro da capangagem senhorial. Quantitativa e qualitativamente, os agregados estão admiravelmente aptos para essa função. Os grandes feudatários encontram nesses cabras, nesses pardos, nesses curibocas, nesses mamelucos e mais variedade de gente que há pelo sertão, os combatentes ideais, os soldados por excelência para o seu pequeno exército dominical”. Cf: Oliveira VIANNA. *Op. Cit.*, p. 161-3. Basta nos lembrarmos dos episódios das “Anselmadas”, quando o Capitão Anselmo, com seu exército, toma a cidade de Franca e desfila em praça pública empunhando a cabeça do juiz da Comarca.

²² O compadrio é uma instituição que permite essa aparente quebra das barreiras sociais entre as pessoas por ela ligadas. Os vínculos estabelecidos entre padrinho e afilhado eram tão ou mais fortes que o da consangüinidade: não apenas o padrinho era obrigado a tomar o lugar do pai, sempre que necessário, mas tinha que ajudar seu afilhado em várias ocasiões; o afilhado por sua vez, ajudava o padrinho em tudo que necessitava e freqüentemente tomava o nome da família. Cf: Maria Sylvia Carvalho FRANCO. *Op. Cit.* p. 78.

anos e uma maior sistematização das atividades a serem desenvolvidas, como também estipular um prazo de duração do contrato. Outra hipótese é que dada a ampliação das atividades econômicas os fazendeiros-proprietários estivessem lavrando escrituras com sitiantes fora de sua órbita de dominação, explicando a existência de contratos na década de 1870.

Interessante é o fato de a formação das lavouras de café na região de Franca dependerem totalmente da existência das pequenas posses, característica predominante na região (como vimos na introdução). Toda a lógica das relações de trabalho estabelecida reitera a existência desta configuração²³. Não se verifica no espaço em questão um processo mais amplo de concentração de terras e capitais que desalojam os pequenos fazendeiros e impõe o latifúndio e o trabalho livre como realidades. O Café, desde logo, nasce estreitamente ligado às pequenas posses.

Robert Slenes chama a atenção para o fato de que na década de 1870 93% da escravaria do Vale do Paraíba era utilizada no trabalho com o café, enquanto no “Oeste paulista” 27% dos escravos se dedicavam ao seu cultivo. Há que se considerar que nesta década os cafezais estavam sendo formados, isso implica em derrubada de matas e cuidadoso plantio das covas, funções que tradicionalmente aos escravos não eram relegadas. Assim, descartada uma maior utilização dos escravos no café neste período, a partir da afirmação de Slenes, acreditamos que as articulações entre diferentes níveis de proprietários foram uma das relações de trabalho primordiais na formação da cafeicultura

²³ Maria Lúcia LAMOUNIER corrobora a afirmação de uma articulação entre grandes e pequenos proprietários no processo de formação da cafeicultura no “oeste paulista”. Afirma a autora: “os pequenos proprietários trabalhavam muitas vezes temporariamente, ou por empreitada, nas fazendas de café. Politicamente dependentes dos fazendeiros sobreviviam de favores, trocados por votos, trabalho, proteção e outros. Também conhecidos como caipiras, os pequenos lavradores, além de alugarem seus serviços, estabeleciam relações de trabalho com outros indivíduos, que muitas vezes não possuíam recurso algum. Geralmente ajustavam camaradas que os ajudavam em períodos de muito trabalho”. Cf: Maria Lúcia LAMOUNIER. *Brasileiros livres e pobres na transição*. In: IV Congresso Brasileiro de História Econômica e V Conferência Internacional de História de Empresas. São Paulo: ABPHE FEA/USP, 5 a 9 de setembro de 2001, p. 2. (Texto extraído do CD Room presente no caderno de resumos)

nesta região²⁴. Somente nos anos de 1880 um maior grau de especialização monocultora se revela no interior de São Paulo²⁵.

É difícil pensar em agregados e camaradas cedendo escravos, terras e pagando o valor adiantado ao contratante, logo, a hipótese de que propriedades de maior porte e propriedades pequenas tenham de alguma forma se articulado nos anos iniciais da cafeicultura no município de Franca me parece a mais plausível. A partir do mecanismo exposto anteriormente, os “contratados” expandiam sua área de produção de alimentos utilizando-se das terras intercafeeiras, buscando ampliar seus ganhos e/ou manter sua condição material²⁶. Por outro lado os fazendeiros reduziam suas contas em dinheiro, tanto via estrangulamento das cláusulas envolvendo valores monetários quanto cedendo espaço às culturas cultivadas pelos contratados, sem contar as formas de extração de excedente não necessariamente econômicas, como a coerção, a violência e a subordinação típica de formas

²⁴ Denise Moura aponta que muitas vezes tem-se confundido a fluidez do cotidiano da população livre e pobre nacional com a ideologia da vadiagem, “cujo descortinar apontava tão somente um população que vivia à margem das grandes correntes econômicas, condenada a uma economia rudimentar de subsistência e pouco dada ao trabalho rotineiro e contínuo”. Ainda, segundo a autora, “avançando na leitura de situações que testemunhas e o próprio trabalhador nacional viveram, descortina-se uma outra possibilidade de entendimento para esta questão, na qual a fuga e a vadiagem deram lugar a práticas cotidianas com fisionomia própria, **ajustada com os fazendeiros e que ao mesmo tempo se integravam no cotidiano da propriedade.**” O trabalho de Moura, inserido no que conhecemos vulgarmente por “Novas Abordagens” nos fornece um elemento interessante para a nossa tentativa de sistematização ao vincular uma relação econômica mais sistemática entre fazendeiros e pequenos proprietários. Cf: Denise MOURA. *Saindo das Sombras: homens livres e pobres vivendo a crise do trabalho escravo. Campinas 1850-1888*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996, p. 37.

²⁵ Robert W. SLENES. Senhores e Subalternos no Oeste Paulista. In: Fernando Antônio NOVAIS. *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2. Império: a corte e a modernidade nacional. (volume organizado por Luiz Felipe de ALENCASTRO). São Paulo: Cia. Das Letras, 1997, p 243.

²⁶ Neste mesmo texto Slenes afirma que após 1850, com as restrições ao tráfico, “o empobrecimento de pequenos senhores de escravos deve ter sido bastante comum. São notórios os altos riscos enfrentados por pequenos agricultores quando decidem orientar a produção para o mercado. Dados seus poucos recursos, uma safra ruim ou uma queda nos preços de seus produtos pode facilmente levá-los à falência. Quando o pequeno produtor do século passado adquiria alguns escravos para aplicá-los na agricultura comercial, é provável que assumisse riscos especialmente grandes, pois empatava recursos numa “máquina produtiva” que poderia desaparecer de uma hora para a outra, dada a sua grande suscetibilidade à morbidez e à mortalidade”. Cf: Robert W. SLENES. *Op. Cit.*, p. 245. Não podemos afirmar com certeza se tal processo de empobrecimento ocorreu em Franca pois não identificamos uma ligação direta entre pequenos produtores e produção para o mercado, mas percebemos uma “cadeia produtiva” (com o perdão do anacronismo) onde os pequenos proprietários de terras e escravos inseriam-se na produção dos grandes fazendeiros, processo que resulta em expropriação mas que, por outro lado, não subordina os pequenos produtores às intempéries do mercado. Outro motivo que nos impossibilita de perceber tal processo é o fato de que, nos anos de 1870, a grande maioria dos pequenos produtores não cultivava café em escalas “agro-exportadoras”, mas centravam seus esforços na plantação de alimentos e comercialização de eventual excedente, muito possivelmente negociado com os grandes fazendeiros, que muito provavelmente depreciavam os termos de troca.

de dominação tradicional²⁷. No final dos quatro anos do contrato o cafezal era entregue formado aos fazendeiros e os pequenos proprietários muito provavelmente se articulavam de uma outra forma em uma nova relação.

1.2 – Cafeicultura e Escravidão: caminhos que se cruzam na década de 1880

Antes de discorrermos sobre o café, cabe uma consideração sobre as outras culturas. Segundo Taunay Franca produzia 37.500 Kg de fumo e 60.000 Kg de açúcar em 1887²⁸. Apesar desta produção a cana-de-açúcar era ainda insuficiente para o consumo, pois importava-se açúcar, aguardente e rapadura de São Sebastião do Paraíso, município de Jacuí²⁹. Franca também produzia algodão, o chamado “algodão da terra” e alguns dos chamados ‘de Minas’; do algodão da terra exportava-se algum para Campinas”. Existiam aproximadamente 12.000 cabeças de bovinos, muares e cavalares. Muito possivelmente não existia uma maior separação, mesmo na década de 1880, entre fazendas produtoras de café e de alimentos, aliás, acreditamos que tal separação nunca tenha ocorrido. Nas maiores propriedades é fato que a cafeicultura não ocupava todos os espaços e nas menores o café era uma cultura entre as demais; em ambos os casos são possíveis a viabilidade tanto da cultura de café quanto das outras plantações, mas só nas maiores a *rubiácea* submetia as demais, pelo menos nas maiores fazendas da década de 1880.

Oliveira, a partir dos inventários pesquisados entre 1875 e 1885, afirma que no final da década de 1870 a economia da cidade era composta de outros elementos que não o café, tais como: “a criação de animais cavalares, carneiros, cabritos, pavões e com destaque à produção de suínos. Associado à criação de gado estava o histórico comércio de sal³⁰, que

²⁷ Sobre as formas de dominação tradicional ver Max WEBER. *Economia e Sociedade*. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Vol. I. 3ª ed. Distrito Federal: Ed. UnB, 1994.

²⁸ Affonso D’Escragnole TAUNAY. *História do Café no Brasil*. Brasil Imperial 1822-1872. Vol. 6, Tomo I. Rio de Janeiro: Ed. Depto Nacional do Café, 1939, p. 350. Os 60.000 Kg de açúcar produzidos em 1887 foram irrisórios frente aos três milhões de quilos produzidos em Cajuru no mesmo ano, todavia este número superava a produção de Apiaí, Araçariguana, Carmo da Franca, Itapetininga, Itapira, São Roque e empatava com Igarapava. As cidades da antiga região do açúcar ainda alcançavam destaque, sendo a produção de Itú cotada em 550.000 Kg, a de Porto Feliz em um milhão e duzentos mil quilos e a de Piracicaba um milhão e cinquenta mil quilos.

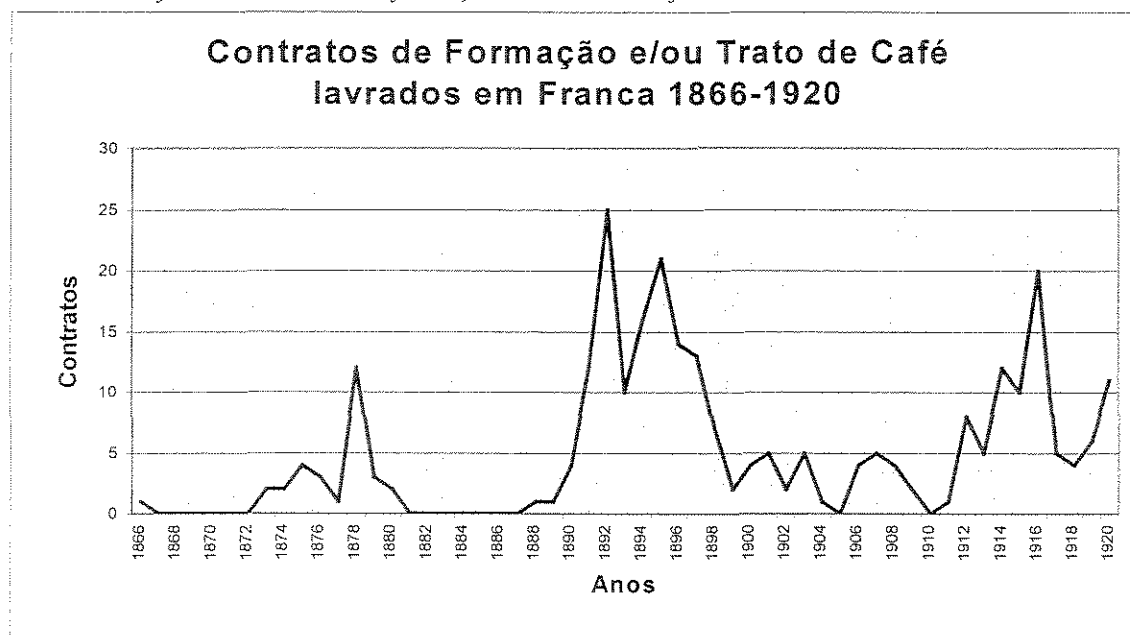
²⁹ José Geraldo EVANGELISTA. *Op. cit.*, p. 204.

³⁰ Quanto ao comércio de sal cabe ressaltar que Sacramento/MG também era um importante centro de distribuição, e a conexão entre esta cidade e Franca fica clara quando percebemos a atuação de Simão Caleiro nos dois municípios, conforme veremos a seguir.

vinha do litoral transportado em carros de boi. (...) As propriedades também eram dotadas de plantações que produziam milho, arroz, feijão, mandioca, etc. Eram recorrentes alguns experimentos industriais como engenhos de açúcar e aguardente, atividades realizadas a partir do couro (selarias e sapatarias) e as atividades têxteis, sendo a diversidade econômica uma das marcas do município³¹”.

O café nas décadas de 1860 e 1870 não parece ser uma cultura de maior destaque, tanto que a diversidade foi eleita por Oliveira como a tônica da economia francana. O Relatório da Cia. Mogiana para o ano de 1883 confirma tal diversidade: “o principal tráfego do prolongamento [até Franca] será de importação de sal e gêneros diversos, principalmente para as províncias de Minas e Goyaz, e exportação de café, toucinho, açúcar, algodão, cristais, couros, queijos, etc³²”. Por maior que sejam os paradoxos, o ponto de transição da economia acima descrita ocorre no período onde não encontramos quase nenhum contrato de trabalho envolvendo café. Observemos o gráfico:

Gráfico 1 – Contratos de formação e/ou trato de café lavrados em Franca 1866-1920



Fonte: Livros de Notas do 1º e 2º Ofícios Cíveis – 1866-1920

³¹ Lélío Luiz de OLIVEIRA. *Op. cit.*, p. 43 e seguintes.

³² Relatório da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação para o ano de 1883. Arquivo Edgard Leuenroth, IFCH/UNICAMP, 1884, p. 47. (micro-filme)

Neste gráfico observamos, além do isolado contrato de 1866, uma ampliação do número de contratos entre 1872 e 1881 e, na sequência, entre 1881 e 1888, não encontramos nenhum contrato de trabalho envolvendo café. Torna-se então linear um raciocínio onde na década de 1870 os fazendeiros articularam-se com trabalhadores livres brasileiros para formarem o cafezal, o que inclui derrubada de matas, e posteriormente, com os cafezais já formados - entre quatro e cinco anos de idade - os fazendeiros passaram o trato aos escravos. Segundo Paula Beiguelman no caso em que o braço nacional livre se empregou em fazendas novas (...) era considerado como mão-de-obra provisória para a acumulação inicial, substituída depois de um certo tempo pelo escravo³³. Claro que a possibilidade de implementar uma maior “divisão do trabalho” não se generaliza, é característica típica dos maiores proprietários. Observemos a tabela n. 3:

Tabela 3 – Maiores proprietários de escravos em Franca. 1884.

	Proprietário	Nº de Escravos
1	Manoel Claudiano Ferreira Martins	40
2	José Garcia Duarte	31
2	Joaquim Garcia de Figueiredo	27
3	Joaquim Garcia Lopes da Silva	27
4	Anna Luiza Alves Branquinho	25
5	Emilianda Candida de Oliveira	25
6	Joaquim Gonçalves Vallim	24
7	Maria Zimila de Andrade	24
8	José Candido de Souza	23
9	Felicio Vieira da Silva	22
10	José Francisco da Costa	22
11	José Garcia Ferreira Martins	20
12	Francisco de Paula Coelho	19
13	Ignácia Thereza de São José	19
14	Thereza Belarmina de São José	18
15	Antonio Barbosa Lima	17
16	João Villela dos Reis	17
17	José Joaquim da Costa	17
18	José Nunes Ferreira	16
19	Manoel Rodrigues da Silva	16

³³ A autora também aponta que a atitude da grande lavoura com respeito a essa população para qual esporadicamente se voltava é de extremo aborrecimento. “Recrimina-lhe a indolência porque se lhe furta e por fim, ao conseguir atraí-la em parte, desiste de empregá-la na cultura, depois de lançar-lhe o labéu do ócio e inércia porque não se subordina à atividade intensa e sistemática exigida pela grande empresa cafeeira”. Cf: Paula BEIGUELMAN. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. Aspectos políticos. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 1976, p. 99-100. Outro importante estudo onde encontramos a participação do trabalhador nacional na constituição da economia cafeeira, em específico o mercado de trabalho, é o de Chiara VANGELISTA. *Os Braços da Lavoura: imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. Tradução: Thei de Almeida Viana Bertorello. São Paulo: Hucitec/Instituto italiano de cultura / Instituto cultural italo-brasileiro. 1991.

	Proprietário	Nº de Escravos
20	Joaquim Goulart de Andrade	15
21	Francisca Emirena da Costa	14
22	Domingos dos Reis Pinto	13
23	Joaquim do Couto Rosa	13
24	José Custódio Moreira	13
25	Francisco Gonçalves da Assumpção	12
26	João Evangelista de Lima	12
27	Joaquim Theodoro de Oliveira	12
28	José Ignácio de Souza	12
29	Nuno Alberto Guerner Vianna d' Almeida	12
30	Antonio Jacob Ferreira de Meneses	11
31	Belmiro Urias Barbosa Lima	11
32	Cantálicio Carlos da Silva	11
33	João Monteiro de Araújo	11
34	Manoel Ferreira da Rosa	11
35	Antonio Carlos de Vilhena	10
36	Antonio Sebastião Barbosa	10
37	Bento José Peixoto	10
38	Francisco de Paula e Silva	10
39	Joaquina Custódia da Conceição	10
40	José Bernardes da Costa Junqueira	10
41	José Joaquim do Nascimento	10
42	José Rodrigues da Rocha	10

Fonte: Adaptado do Edital da Collectoria Provincial lançando a cobrança de impostos sobre escravos. Collector Antônio d'Almeida Lobo Bastos. *Jornal O Nono Districto* de 15/11/1884 a 20/12/1884.

Em 1874 a população escrava de Franca era de 3.577, decaindo para 2.124 em 1884 e 1.283 em 1887. A sociedade senhorial entrava em clara decadência no final da década de 1880, justamente no momento onde a cafeicultura, em plena expansão, fora elevada ao primeiro plano das atividades econômicas.

Para se ter uma maior compreensão do que significa a escravidão no município de Franca na década de 1880, portanto nos momentos finais do escravismo, interessante são os dados fornecidos por Ronaldo Marcos dos Santos³⁴. Pesquisando os Relatórios da Comissão Central de Estatística de 1888, Santos fornece o número de cativos registrados em cada município de São Paulo. A população escrava da província em 1874 foi estimada

³⁴ Ronaldo Marcos dos SANTOS. *Resistência e Superação do Escravismo na Província de São Paulo*. (1885-1888). São Paulo: IPE/USP, Série Ensaio Econômico n. 05, 1980

em 166.399, diminuindo para 153.864 em 1885 e 107.329 em 1887, denotando a depreciação dos plantéis como tendência geral em São Paulo neste período³⁵.

No rol dos municípios que apresentaram um processo mais intenso de diminuição da população escrava prevaleceu a capital, cidades do Vale do Paraíba e cidades de antiga ocupação como Sorocaba, Porto Feliz, Itú e Franca:

Tabela 4 – Dez municípios que apresentaram a maior depreciação no plantel de escravos (1874-1887)

Município	1874	1885	1887	% de crescimento 1874-1887	Índice 1874-100
Capital	3.488	2.303	493	-85,9%	14,1
Sorocaba	3.094	1.911	938	-69,7%	30,3
Mogi das Cruzes	1.665	828	557	-66,5%	33,5
Itapetininga	2.224	1.329	768	-65,5%	34,5
Porto Feliz	1.696	902	594	-65,0%	35,0
Franca	3.577	2.174	1.283	-64,1%	35,9
Itú	3.696	2.272	1.354	-63,4%	36,6
Iguape	1.780	1.006	679	-61,9%	38,1
São Luís do Paraitinga	2.415	1.863	934	-61,3%	38,7
Jacareí	1.626	1.073	673	-58,6%	41,4

Fonte: Adaptado de Ronaldo Marcos dos SANTOS. *Resistência e Superação do Escravismo na Província de São Paulo*. (1885-1888). São Paulo: IPE/USP, Série Ensaio Econômico n. 05, 1980, p. 20-21.

Dentre estes municípios que apresentaram os maiores índices de diminuição da população escrava nenhum, com exceção de Franca, situa-se na região econômica denominada “oeste cafeeiro”. São Luís do Paraitinga, Jacareí e Mogi das Cruzes em 1874 já apresentavam lavouras de café velhas e desgastadas, a capital especializou-se em atividades urbanas, o que significa uma impossibilidade não de utilização de escravos, mas a existência de grandes plantéis. Sorocaba, Porto Feliz, Itú e Itapetininga nunca se constituíram como centros cafeeiros de primeira grandeza, apesar de uma história pregressa ligada à cana-de-açúcar e à pecuária. Apenas Franca, situada na região Mogiana, e mais próxima a pólos cafeeiros como Ribeirão Preto, Jaú e São Carlos, poderia ser enquadrada como uma “cidade do oeste”.

O fato de Franca apresentar o sexto maior índice de diminuição da população

³⁵ Segundo os dados de Zélia M. Cardoso de MELLO, o item escravo, um dos componentes da riqueza registrada nos inventários, perfazia uma participação cada vez menor na riqueza total dos proprietários. Entre 1845-50 os escravos compunham 33,3% da riqueza dos proprietários paulistanos, entre 1851-60 compunham 27,5%, 18,9% entre 1861-71, 8% entre 1881-87, e entre 1888-95 compunham apenas 7,76% do conjunto da riqueza. Cf: *Metamorfoses da riqueza em São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985, p. 105.

escrava entre 1874 e 1887 não significa que a escravidão nunca alcançou vigor nesta região. Em 1874 o município possuía 3.577 cativos, **o décimo maior plantel da província de São Paulo**, enquanto a população total, composta por 8.248 pessoas, era apenas a vigésima nona da província. Apesar da preponderância da pequena posse de cativos, como veremos adiante, encontramos em 1859 plantéis de até 69 escravos³⁶. É necessário ressaltar que Franca possuía uma escravaria considerável no cenário paulista, pelo menos até 1880, quando nas novas regiões cafeeiras se verificou um recrudescimento da escravidão e a desintegração dos plantéis nos municípios mais antigos. A fronteira, em constante movimento usurpa e despreza as terras e realoca os braços. Em 1885 Franca possuía 2.174 cativos, sendo este o vigésimo quarto plantel da província; em 1887, meses antes da abolição, o município possuía 1.283 cativos, o vigésimo oitavo plantel da província, apresentando uma redução de 64,1% em relação ao ano de 1874. Ainda, em 1874, os escravos compunham 43,3% da população francana, percentual que se reduz para 12,8% em 1887.

O acelerado processo de desintegração do escravismo registrado em Franca, seguindo a linha de raciocínio de Zélia M. Cardoso de Mello, poderia nos revelar um processo de diversificação das atividades. As grandes transformações econômicas do século XIX orientadas pela cafeicultura impactaram na riqueza transformando-a: “o capital libertou-se dos escravos³⁷”, e à medida que este processo ocorria uma ampla variedade de alternativas ia se produzindo: ações de empresas ferroviárias, Bancos, Casas Comerciais, mercantilização da terra urbana, “sobrados”, melhorias na cidade, praças públicas, móveis refinados, etc. vão ganhando cada vez mais espaço no conjunto da riqueza dos proprietários, em detrimento da posse de escravos, a pretérita forma de riqueza. Entre 1822/30 os cativos compunham 37,1% da riqueza dos proprietários francanos, diminuindo para 26,7% no intervalo 1875-85, em movimento contrário o item bens de raiz (terras e casas³⁸) amplia sua participação no conjunto da riqueza, subindo de 33% no primeiro

³⁶ Inventário de João Garcia Lopes da Silva. 1859. Caixa 123, 1º Ofício Cível.

³⁷ Zélia M. Cardoso de MELLO. *Op. cit.*, p. 124.

³⁸ Com um dos maiores índices de crescimento negativo da população escrava da província e uma importante mudança na composição da riqueza conclui-se que o processo de urbanização e diversificação das atividades no município ocorreu de forma rápida e intensa. Se pudesse ser estabelecida uma relação direta, calcada em documentação, entre fim da escravidão e aumento do volume de investimentos imobiliários urbanos, e as formas como o capital se transfere de um para o outro começaria-se bem.

intervalo de tempo para 53,4% no segundo³⁹.

Dos quase sessenta municípios apresentados por R. M. Santos apenas oito não se encaixaram na tendência geral decrescente, apresentando índices positivos de crescimento da população escrava:

Tabela 5 - Municípios que apresentaram crescimento no plantel de escravos (174-1887)

Município	1874	1885	1887	% de crescimento 1874-1887
São Carlos	1.392	3.726	2.982	114,2%
Dois Córregos	287	580	602	109,8%
Ribeirão Preto	663	1.557	1.379	108,0%
Descalvado	1.307	2.658	2.182	66,9%
Casa Branca	2.260	4.535	3.004	32,9%
Jaú	1.091	1.843	1.384	26,9%
Jaboticabal	689	972	767	11,3%
Pirassununga	1.591	3.005	1.749	9,9%

Fonte: Adaptado de Ronaldo Marcos dos SANTOS. *Op. cit.*, p. 20-21.

Apesar dos absurdos índices de crescimento da população escrava, nenhum destes municípios, com exceção de Casa Branca⁴⁰, alcançava maior destaque em termos de escravaria. Cidades do “oeste paulista” como São Carlos, Ribeirão Preto, Jaú e Descalvado, de fundação mais recente, partiram de inexpressivos números e alcançaram na década de 1880 a média das cidades com planteis em decadência como Franca. Em 1874 estes municípios possuíam, respectivamente, o 41º, o 54º, o 47º e o 44º plantel da província; já em 1887 São Carlos subiu para a 8ª posição, Ribeirão Preto para a 22ª, Jaú para a 21ª e Descalvado para a 14ª.

Interessante é notar que a escravidão em Franca mostra-se em condição radicalmente oposta aos outros municípios das zonas Mogiana e Paulista. Em cidades como Araraquara, Mogi-Mirim e Bragança percebe-se também uma diminuição nos plantéis de escravos entre 25% e 35%, no intervalo 1874-1887, nada que se compare ao índice de

³⁹ Lélío Luiz de OLIVEIRA. *Economia e História*. Franca século XIX. Franca: Unesp-FHDSS: Amazonas prod. calçados, 1997, p. 73. Poderia-se, então, considerar a hipótese de que um maior dinamismo no mercado de terras urbanas e rurais encontra nesta década um ponto de inflexão.

⁴⁰ Campinas (14.372), Bananal (6.464), Piracicaba (5.533), Guaratinguetá (4.851), Rio Claro (4.709), Amparo (4.246) e Casa Branca (4.535) detinham cerca de 30% da escravaria paulista em 1885. Sobre Casa Branca, “nos anos anteriores a 1885 foi o centro distribuidor de braços através de seu mercado de leilões de escravos provenientes de Minas Gerais e do Norte”. In: Roberto SIMONSEN Aspectos da História econômica do Café, p. 47. Contribuição para o congresso de História nacional promovido pelo IHGB, Outubro de 1938. *Apud*: Ronaldo Marcos dos SANTOS. *Op. cit.*, p. 20-1

redução da escravaria em Franca. Já nos municípios acima citados a tendência crescente da escravidão, inserida no mesmo processo de formação e desenvolvimento da cafeicultura, pode explicar-se pela atuação de grandes fazendeiros, previamente capitalizados, que investiam seus recursos em terras e negros. Franca, região de predominância de pequenos e médios plantadores, seguiu caminho contrário.

Muito possivelmente os proprietários de escravos da região de Franca encontraram na venda de seus cativos uma possibilidade suficientemente lucrativa de forma que os financiamentos da plantação de lavouras de café tornaram-se viáveis. Numa sociedade onde cerca de 84% dos proprietários possuíam de um a cinco escravos, a captação de recursos via comercialização de cativos configurava-se como um das vias primordiais de transição à cafeicultura. De acordo com Dimas José Batista o número de escrituras de compra e venda de cativos subiu de 58 entre 1828 e 1859, para 285 entre 1860 e 1870, num total de 709 até o fim da escravidão. Deste total, apenas 9,3% referem-se a transações efetuadas para outras cidades da província de São Paulo, 65,7% referem-se a transações intra-municipais e o restante, 24,98% referem-se a negócios com outras províncias ou operações realizadas por moradores de outra localidade⁴¹.

Como veremos no próximo tópico, acreditamos ter existido, durante a década de 1880 um processo de expropriação e correlata concentração da escravaria dentro do próprio município, ou seja, corroboramos a afirmação de Batista de que a maior parte das escrituras de compra e venda de escravos são intra-municipais, todavia acreditamos também que a tendência era um decréscimo abrupto do número de escravos em Franca na década de 1880. A hipótese de um mercado “paulista” de escravos que recrudescer no final da década de 1870 e na década de 1880 não me parece ameaçada pela distribuição das transações apontadas por Batista. Analisando as 709 escrituras de compra e venda em seu conjunto, a dinâmica deste período de recrudescimento das transações envolvendo escravos se dilui num espaço de tempo muito grande. Se o autor analisasse em separado as escrituras deste período as transações inter-municipais poderiam ser notadas a contento. Mesmo analisadas em seu conjunto relações de compra e venda de escravos entre proprietários de Franca e proprietários de outros municípios perfazem aproximadamente 10%, e 25% do total são

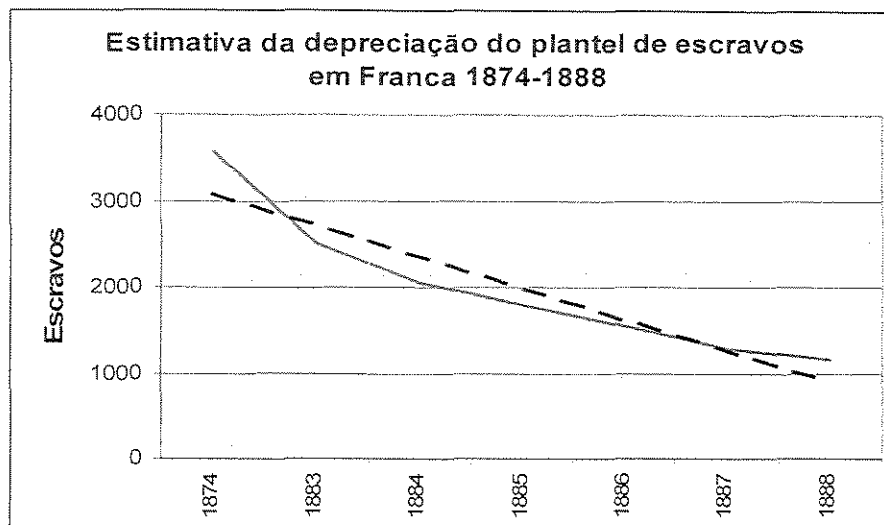
⁴¹Dimas José BATISTA. *Cativos e libertos: a escravidão em Franca entre 1825 e 1888*. Franca:UNESP/FHDSS, 1998. Dissertação de Mestrado.

classificadas como vendas a outras províncias ou operações realizadas por moradores de outras localidades, ou seja, 35% das negociações denotam a saída de escravos do município, percentual que seria mais amplo se a temporização dos dados agregados fosse realizada.

Sobre a depreciação da riqueza escrava em Franca na década de 1880 cabe uma consideração. Segundo Taunay⁴² a população escrava em 1883 era de **2.497**. Já a consulta ao “*Edital da Coletoria de Impostos sobre escravos para o ano de 1884*”, nos revela que o número de cativos para aquele ano era de **2047**. Se considerarmos o número de escravos de Taunay para 1883, o número levantado pelo edital para 1884 e os números de Santos para 1887, **1.283**, chegaríamos a uma média de redução de aproximadamente 10% ao ano no plantel de escravos de Franca na década em questão, sendo a população escrava mensurada, a partir deste cálculo, em 2.497 para o ano de 1883, 2.047 para 1884, 1.797 para 1885, 1.547 para 1886 e 1.283 para 1887. Isso significa uma aceleração no processo de desmanche da riqueza em forma de escravo que se inicia em 1883 e termina em 1888. Seguindo esta projeção numérica, no ano da abolição a população escrava de Franca giraria em torno de mil e cem cativos. Cabe considerar, também, que o número de alforrias subiu de 50 na década de 1870 para 311 na década de 1880, ou seja, o número de alforrias é insuficiente para dar conta do ritmo da diminuição do plantel de escravos em Franca, recolocando a importância de um mercado estadual e/ou regional de comércio de escravos, a partir do qual os plantéis locais foram comercializados gerando recursos que podem ter sido invertidos na atividade cafeeira.

⁴²Affonso D'Escagnole TAUNAY. *História do Café no Brasil*. Brasil Imperial 1822-1872. Vol. 7, Tomo I. Rio de Janeiro: Ed. Depto Nacional do Café, 1939, p. 451.

Gráfico 2 – Estimativa da depreciação do plantel escravo. Franca 1874-1888.



Fonte: Adaptado de “*Edital da Collectoria Provincial lançando a cobrança de impostos sobre escravos. Collector Antônio d’Almeida Lobo Bastos. Jornal O Nono Districto de 15/11/1884 a 20/12/1884.*” Affonso D’Escragnole TAUNAY. *História do Café no Brasil. Brasil Imperial 1822-1872. Vol. 7, Tomo I. Rio de Janeiro: Ed. Depto Nacional do Café, 1939, p. 451. Ronaldo Marcos dos SANTOS. Resistência e Superação do Escravidismo na Província de São Paulo. (1885-1888). São Paulo: IPE/USP, Série Ensaio Econômico n. 05, 1980, p. 20-21. A linha pontilhada evidencia a tendência.*

O processo de definhamento da escravidão em São Paulo foi marcado por compassos e descompassos. Considerando a província como um todo, entre 1874 e 1887 percebeu-se uma diminuição de 35,5% no número de escravos, todavia em alguns municípios esta diminuição foi muito maior (Capital, Franca, Sorocaba, etc.), já em outros o número de escravos cresceu.

Na década de 1880 a cafeicultura de cidades importantes como Ribeirão Preto, São Carlos e Jaú promoveu um processo de concentração de escravos, o que revela também um comércio intra-provincial de cativos: uma vez que a população cativa da província diminuía deduz-se que novas peças não estavam sendo compradas ou que o número de aquisições não compensava o número de mortes; desta forma o recrutamento da escravidão em certas regiões e a degeneração em outras aparecem como as duas faces da mesma moeda, ambas, a degeneração e o recrutamento, orientadas pelas taxas de acumulação.

Os altos preços⁴³ praticados não impediram que as novas regiões cafeeiras

⁴³ Um escravo masculino com idade entre 15 e 29 anos chegou a custar 2:300\$000 em 1880, em 1887 o preço girava em torno de 885\$000 para cativos do mesmo sexo e da mesma faixa etária. “Antes do término do escravismo, já estava, pois, determinada a liquidação deste ativo, o escravo não estava se valorizando do ponto de vista dos indivíduos”. Cf. Zélia M. Cardoso de MELLO. *Op. cit.*, p. 124,160.

concentrassem cativos. Condições imbatíveis de fertilidade, revolução nos transportes e novas tecnologias de beneficiamento possibilitavam uma crescente acumulação. Enquanto a cafeicultura em regiões mais antigas como o Vale do Paraíba crescia a custos crescentes, prenunciando a sua agonia, o “oeste cafeeiro”, pelo menos algumas cidades, com toda a sua pujança operavam com custos decrescentes, mesmo com o alto preço do escravo.

Deve-se notar que apesar do aumento do número de escravos em alguns municípios, a escravidão em São Paulo teve fôlego curto. “A duplicação do número de cafeeiros ocorrida entre 1876 e 1883 implicava que as colheitas, a partir de 1881, reclamassem mais braços, contudo, como vimos, o plantel escravista paulista diminuía a cada ano. No mesmo período o número de imigrantes europeus, como veremos adiante, saltava de 11.000 para 33.000, solucionando em parte o momentâneo problema. Assim sendo, o café escravista de São Paulo, além de solucionar sua própria infra-estrutura (estradas de ferro, Bancos, comércio e serviços) promoveu o seu próprio fim: a transição rumo ao trabalho assalariado, através da imigração européia⁴⁴”.

O “fôlego curto” do café escravista em São Paulo pode ser percebido em Franca, onde a ampliação da cafeicultura no município é inversamente proporcional à diminuição do plantel de escravos desta localidade. Em 1892 percebe-se neste município uma explosão da quantidade de toneladas de café embarcadas na estação Franca da Mogiana, isso significa dizer que os cafeeiros que adquiriram alta produtividade neste ano foram plantados entre 1885-1888, justamente o momento onde a degeneração dos plantéis de escravos se acelera..

Voltando à escravidão, algumas considerações, apesar de superficiais, são cabíveis sobre a estrutura da posse de cativos em Franca. Oliveira, ao estudar as transformações da riqueza em Franca entre 1822/30 e 1875/85, contribuiu em muito para a historiografia regional. Em específico, na questão dos escravos da região, consultando os inventários dos respectivos períodos, apresentou-nos uma profunda análise quanto à idade média dos escravos, preços, distribuição entre os sexos, etc. Todavia aqui nos limitaremos, por opção e por limitação, a apenas reforçar a quantidade de escravos por proprietário traçadas por

⁴⁴ Wilson CANO. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo, vol.15, n.2, mai-ago 1985, p. 291-306, p. 302.

este autor:

Tabela 6 – Quantidade de escravos possuídos por proprietário 1821/30 e 1885/75

Quantidade de Escravos	1822/30 % de proprietários	1875/1885 % de proprietários
1 a 5 escravos	73,4%	64,80%
6 a 10 escravos	20%	20,60%
11 a 15 escravos	3,30%	8,80%
16 a 20 escravos	3,30%	2,90%
21 a 25 escravos	*	2,90%

Fonte: Lélío Luiz de OLIVEIRA. *Economia e História. Franca século XIX. Franca: Unesp/FHDSS: Amazonas prod. para calçados S/A, 1997, p. 83.*

Prevaleceram na região os pequenos plantéis, de 1 a 5 cativos, os plantéis de 6 a 10 eram recorrentes e acima disso eram raridade. Ricardo A. Ferreira⁴⁵, ao estudar o cotidiano e a criminalidade escrava em Franca, aponta que os escravos desta comarca mantiveram um contato diário e direto com os seus senhores e familiares destes, sem a necessidade de feitores, o que é próprio de zonas onde prevaleceram os pequenos plantéis. Segundo o edital da coletoria de impostos para o ano de 1884, visto parcialmente na *tabela 3* e agora tomado como um todo essa tendência é reforçada.

Tabela 7 – Quantidade de escravos possuídos por proprietário em 1884.

Quantidade de Escravos	Proprietários de escravos - 1884	% de Proprietários
1 a 5 escravos	522	84,10%
6 a 10 escravos	55	8,90%
11 a 15 escravos	15	2,50%
16 a 20 escravos	9	1,40%
21 a 25 escravos	7	1,10%
26 a 30 escravos	2	0,39%
31 a 35 escravos	1	0,16%
36 a 40 escravos	1	0,16%
s/registro	8	1,29%

Fonte: Edital da Collectoria Provincial lançando a cobrança de imposto sobre escravos. Collector Antônio d' Almeida Lobo Bastos. *Jornal O Nono Districto* de 15/11/1884 a 20/12/1884.

Tabela 8 - % dos 522 proprietários que detinham de 1 a 5 escravos em 1884.

Proprietários	Quantidade de Escravos	% de proprietários
265	1	50%
118	2	23%
73	3	14%
45	4	9%
21	5	4%

Fonte: Derivada da *tabela 4*.

⁴⁵ Ricardo Alexandre FERREIRA. *Escravidão e criminalidade: Franca 1830-1888*. Franca: UNESP/FHDSS, 2000. Monografia de Conclusão de Curso, p. 128. O estudo também afirma que apesar do próximo convívio entre senhores e escravos, os segundos não deixaram de sofrer castigos e violência dos primeiros.

Esta fonte nos leva a concordar com a argumentação de Oliveira, todavia avança, e o faz porque ao trabalhar com inventários, como é o caso deste autor, tem-se apenas uma amostragem dos proprietários, enquanto no edital podemos observar os nomes e o *número absoluto* destes e seus respectivos plantéis de escravos. Ao todo, em 1884 eram 619 proprietários para 2.047 cativos. O número de proprietários que possuíam apenas um cativo era de 265, enquanto apenas um, Manoel Claudiano Ferreira Martins⁴⁶, dono do maior plantel, possuía 40 cativos, seguido pelo Barão da Franca, José Garcia Duarte, com 31.

Franca é muito mais a regra do que a exceção no que diz respeito à disposição da posse de escravos. Horácio Gutiérrez, ao analisar a demografia escrava no Paraná constata a existência de um significativo equilíbrio entre os sexos e uma elevada magnitude de crianças, indícios de que a reprodução natural teve um peso decisivo na conformação desta estrutura⁴⁷. Seu estudo enfoca o período entre 1800 e 1830, justamente onde o tráfico de africanos atingiu índices nunca antes registrados. A existência de pequenos proprietários também foi a tônica nesta província, existiram 498 plantéis compostos pela faixa de um a três escravos e apenas 15 com mais de 30 cativos⁴⁸ em toda a província, dos quais o maior era composto por 96.

Retomando o contrato anteriormente descrito entre Joaquim Alves Ferreira e Mizael Antônio Garcia (vide tabela 2), enfocando sobretudo a idade dos escravos colocados à disposição da garantia, veremos que dos nove cativos arrolados apenas três, Manoel, Rita e Victória, possuíam mais de trinta anos, enquanto seis escravos possuíam menos de 21 anos de idade, sendo um de 7 anos, um de 5 e um de três anos de idade⁴⁹.

Não se trata de um caso isolado; escravos como garantia também foram recorrentes em outros dois contratos na década de 1870: um lavrado entre o mesmo Joaquim Justino Alves Ferreira e José Garcia Lopes e outro lavrado entre João Jorge de Abreu e Joaquim

⁴⁶ Sobre este proprietário de escravos, que não por coincidência foi o maior cafeicultor de Franca no século XIX, trataremos no próximo capítulo

⁴⁷ Horácio GUTIÉRREZ. Demografia Escrava numa Economia não-exportadora: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, n. 17, vol. 2, mai/ago de 1987, p. 297-314, p. 297. Outro importante estudo é o de Francisco LUNA e Wilson CANO. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. In: Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos do IFCH*, Unicamp. Campinas/SP, n. 10, out de 1983, p. 1-14.

⁴⁸ *Idem, ibidem.*, p. 310.

⁴⁹ Livro de Notas n. 02, fls. 26-29, 2º Ofício Cível, 1874.

Cândido Mendes. No primeiro foram arrolados como garantia, além de uma parte de terras na fazenda Borges, no Ribeirão da Pinguela, os escravos: Bartho (22 anos), Firmiana (20 anos), Juliana (46 anos) e Cecília (7 anos). No segundo foram arrolados, além de uma parte de terras na fazenda Ressaquinha, os escravos Margarida (29 anos), Theodorico (10 anos), Thereza (5 anos) e Jeronyma (2 anos), todos pardos.

Os escravos, como maior expressão de valor na sociedade francana de todo o dezenove, pelo menos até 1880⁵⁰, eram bem aceitos como garantia nos contratos envolvendo café e nas diversas escrituras registradas em cartório, seja porque o poder ligava-se à quantidade de pessoas que um homem controlava e não exclusivamente à posse de terra, seja porque o preço era crescente neste período. Outra característica que contava a favor da aceitação dos escravos como garantia constitui-se no fato de ele, o bem o escravo, possuir em si uma dupla reserva: uma de trabalho e outra, a médio prazo, de valor. Aceitar escravos tão novos como a Jeronyma de dois anos de idade significava ter um suprimento de trabalho por até, no mínimo, trinta anos, sendo que durante um prazo de quinze ou vinte anos o bem era apto de valoriza-se cada vez mais.

Outro dado que contribui para a hipótese da reprodução natural dos escravos na região é a conformação das posses. Vimos na introdução que no século XIX prevaleceram as pequenas e médias extensões de terras. Disso deduz-se que o poder de compra, assim como a circulação monetária de primeira instância, ocorria apenas no topo de uma sociedade extremamente hierarquizada sendo estes os únicos homens que reuniam condições de adquirir escravos pelo mecanismo da compra, sobretudo após 1870, quando o bem atinge preços exorbitantes⁵¹. Podemos até pensar que os pequenos proprietários adquiriram seus plantéis na primeira metade do século, quando eram mais acessíveis e a

⁵⁰ Entre 1822-30 os escravos constituíam 37,1% da riqueza dos proprietários, contra 33% dos bens de raiz. Já entre 1875-85 a participação dos escravo na riqueza dos proprietários corresponde a 26,7% enquanto os bens de raiz respondem por 53,4% da riqueza dos proprietários. Cf: Lélío Luiz de OLIVEIRA, *Op. cit.*, p. 73.

⁵¹ Claro que apesar de deter o poder de compra de escravos, a reprodução natural também deve ter ocorrido entre os maiores plantéis. Aqui acenamos e procuramos reforçar a hipótese de que apenas os maiores proprietários reuniam condições de “escolha” entre o mercado de cativos e a “produção independente”.

reprodução natural os manteve para os respectivos herdeiros. O mecanismo de transmissão de escravos por herança existia nos inventários, difícil seria comprovar quais eram os filhos de um determinado escravo, mas se conseguíssemos, talvez poderíamos comprovar que na alta do preço ocorrida na segunda metade do XIX, a reprodução natural apresentou-se como o principal meio de reposição dos plantéis nas pequenas propriedades paulistas. Segundo os dados coletados por Oliveira o preço médio de um escravo masculino em 1822 era de 173\$888, e de uma escrava 111\$666, enquanto em 1880 o preço era de 1:760\$000 e 750\$000 respectivamente⁵², o que desde logo inviabilizaria a aquisição de escravos via mercado para esta faixa de proprietários.

Estes dados reforçam, mesmo que de forma sumária, a idéia de reprodução natural, e uma vez que a recorrência de cativos denominados “*pardos*” é muito grande talvez esta reprodução não seja somente oriunda de relações entre escravos. Digamos, frente a isso, que a “atuação dos senhores” foi importante, confluindo com um longo passado de misturas entre brancos, índios e negros na província de São Paulo tão brilhantemente descritas por Cassiano Ricardo⁵³. Claro que isto é apenas uma hipótese e necessitaria ser consubstanciada em dados, mas as bases estão lançadas e um estudo deste tipo seria de extrema relevância para um maior conhecimento das formas de relacionamento entre escravos e senhores⁵⁴.

Muitas vezes a ausência de documentos diz mais do que sua existência. Entre 1880 e 1889 encontramos apenas 4 contratos de trabalho envolvendo café. Por outro lado ao consultarmos o edital da “*Collectoria de Impostos*” encontramos proprietários com grandes plantéis (vide tabela 3), que tanto a produção de alimentos quanto a pecuária não conseguiriam absorver isoladamente. Considerando a existência de um bom número de contratos na década anterior e sobrepondo as informações deduz-se que os cafeeiros

⁵² Lélío Luiz de OLIVEIRA. *Op. cit.*, p. 92-4

⁵³ Cassiano RICARDO. *Marcha para o Oeste*. 4. Ed. São Paulo: Editora da USP; Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.

⁵⁴ Aparecida da Glória AISSAR ao estudar a natalidade e a mortalidade em Franca entre 1800-1850 aponta que neste período nasceram 2050 negros escravos para 978 mortes, ou seja, identifica como tendência geral um crescimento vegetativo entre os escravos, exceto para os anos de 1816 (30 mortes e 22 nascimentos) e 1821 (43 mortes e 40 nascimentos). Interessante é o fato de a autora, ao traçar tabelas de dados, considerar a condição “*pardos cativos*”, reforçando a idéia acima levantada de escravos não necessariamente negros. Cf: *Natalidade e Mortalidade em Franca: Estudo de demografia histórica (1800-1850)*. São Paulo: USP/FFLCH, 1980. Tese de doutoramento, p. 117-18.

formados nos anos de 1870 foram “tocados” por escravos nos anos de 1880. Dos 623 proprietários de escravos registrados em 1884 apenas 43 possuíam mais de 10 cativos (6,9%) o que evidencia que a viabilidade de produção baseada exclusivamente no binômio café/escravos era privilégio de uma elite.

A tabela abaixo comprova este argumento; nos inventários que apresentam descrições sobre lavouras de café entre 1878-1884 percebe-se a existência de pequenos plantadores e pequenas porções de cultivo de café. O maior cafezal dentre os “pequenos plantadores” pertencia a Anna Cândida de Jesus, e atinge o valor de 2:000\$000, sendo ela proprietária de apenas 3 escravos⁵⁵.

Tabela 9 – Inventários que constam descrições sobre plantações de café. 1878-1884.

Ano	Inventariado	Descrição	Valor (réis)
1878	Joaquim Antônio Natalino	Plantações de café	*
1789	Maria Silveira de Oliveira	quintal com café plantado	200\$000
1880	José Joaquim Teixeira	Plantações de café	*
1881	Maria Cândida de Jesus	Pequena plantação de café	*
1881	Cândida Maria de Jesus	Pequeno cafezal	*
1882	Francisco de Paulo e Melo	pés de café, café menores	1:600\$000
1882	Joaquim Francisco Machado	Quintal cafeeiro	250\$000
1882	José Antônio Franco	Alguns pés de café	*
1883	Antônio Ferreira da Silva	Quintal cultivado de cafeeira em bom estado	*
1884	Anna Cândida de Jesus	Pés de café	2:000\$000

Fonte: Lélío Luiz de OLIVEIRA. Op. cit., p. 63

Diferentes dimensões de propriedade sempre coexistiram na história de Franca. O desenvolvimento do café confirma tal característica. O que ocorreu na década de 1880 foi que nas maiores propriedades, embasadas no trabalho escravo, o café rompe com as “antigas características de seu cultivo”. Neste momento percebe-se uma bifurcação: proprietários, como os apontados pela tabela 9, seguem com a antiga forma de cultivo caracterizada pela pequena lavoura, poucos escravos e muito provavelmente sem uma maior autarquia entre distintas culturas. Outros, como os maiores proprietários de escravos apontados pela tabela 3, passam a administrar seus negócios com café de uma outra maneira: grandes fazendas, “imensos” plantéis de cativos – guardadas as proporções regionais –, atuação nos grandes mercados e intensa participação na vida política. São estes

⁵⁵ Edital da Collectoria Provincial lançando a cobrança de impostos sobre escravos. Collector Antônio d’Almeida Lobo Bastos. Jornal O Nono Districto de 15/11/1884 a 20/12/1884.

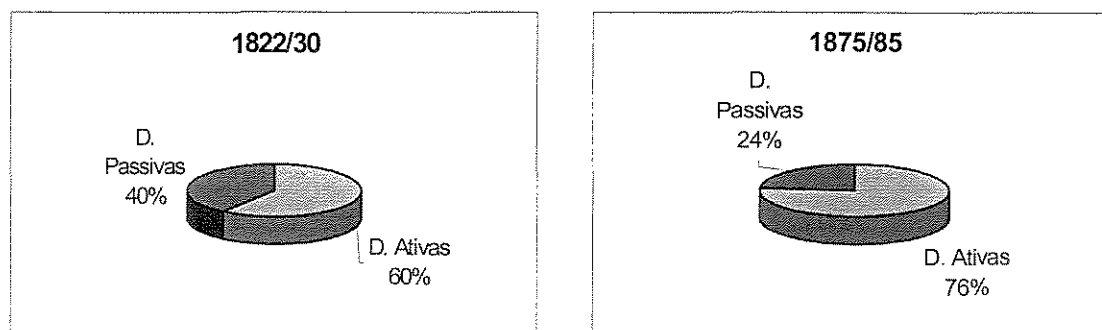
os homens que tomarão para si o destino das coisas, todavia os pequenos produtores não foram apagados do mapa, ainda existiam, praticando seus negócios como sempre o fizeram, seguindo hábitos e costumes moldados em uma longa duração histórica, e como bons caipiras, observando as transformações que se processavam. Dadas as taxas de acumulação os homens que detinham capital romperam a barreira da produção ocasional do café e inverteram boa parcela de seus recursos no novo “negócio”. Aos pequenos proprietários sobrava a possibilidade de vender seus eventuais escravos, e de alguma forma entrar no circuito primordial cujo café era o passaporte.

1.3 - A hierarquia social em prática: as relações como origem do capital.

O processo acima referido trata da ampliação das desigualdades no espaço em questão. Como é possível esta grande diferenciação, a emergência de um grupo dominante entre produtores da mesma cultura na década de 1880? A resposta, é claro, liga-se às pré-condições, os homens do cume da elite mercantil, que comercializavam sal, alimentos e gado, detentores de terras e escravos, foram os “agentes” que implementaram esta cafeicultura de maiores proporções, entendendo o café como um elemento que reforçou as estruturas de diferenciação social no espaço em questão. É necessário considerar a estrutura social da época, extremamente hierarquizada, onde os homens do topo, mais do que nunca, acentuaram a diferenciação explorando os membros que ocupavam posições inferiores na hierarquia social. A base pela qual operavam os homens do café era calcada num estreitamento das relações de mercado, ou seja, transferiam aos meios de troca a conformação social existente, o que na prática significava deter o monopólio da circulação

monetária de primeira instância⁵⁶. Segundo Pedro Tosi, no que se refere à produção e às apropriações de bens de valor, “havia uma estrutura social que permitia a manutenção de procedimentos por meio dos quais o homem de maior poder executavam uma espécie de intermediação totalmente desfavorável aos produtores diretos, que na maioria das vezes, notadamente no momento das colheitas, poderiam estar recebendo uma contrapartida não monetarizada quando executavam a troca; havia tão somente uma forma de anotação em uma caderneta de entradas e saídas, ou de haveres e deveres, sob os rudimentos de uma contabilidade primitiva, a registrar aquelas operações que seriam saldadas em tempo não necessariamente aprazado⁵⁷”.

Gráfico 3 - Dívidas ativas/passivas 1822-30 e 1875-85.



Fonte: Lélío Luiz de OLIVEIRA. *Op. cit.*, p. 129-131.

O gráfico exposto mostra a evolução das dívidas ativas dos proprietários, que de 60% em 1822-30 sobe para 76% em 1875-85, o que é típico, digamos, de uma “economia de

⁵⁶Ruggiero ROMANO. *Fundamentos del funcionamiento del Sistema Económico Colonial*. Palestra apresentada ao VII Simpósio de História Econômica. Comisión de Historia Económica del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales/Instituto de Estudios Peruanos. Lima: Mimeo, junho de 1986, 41 p. Neste texto o autor discute a hierarquização da sociedade latino americana e os reflexos desta conformação no meio circulante, demonstrando uma rígida hierarquia entre diferentes moedas. No Brasil a hierarquia de moedas também existiu, o chem-chem, uma moeda de cobre que tendeu a generalizar-se no final do XIX é um exemplo disso. Mas neste ponto trata-se de reforçar não isso, mas o outro lado da questão: o grosso das circulações monetárias ocorria no topo de uma sociedade hierarquizada, eram estes os homens que reuniam condições de agir no mercado e comprar cativos de forma sistemática. Segundo Braudel falar de moeda é passar para o andar de cima, sair da civilização material e alcançar o campo da economia ou do capitalismo, dependendo da intensidade e do raio do movimento. Ela, a moeda, penetra apenas em certas regiões e em certos setores pois só se instala quando os homens tem necessidade dela e sobretudo quando podem suportar o seu custo (...) Acabará por haver tantas moedas, tantos sistemas monetários como ritmos, sistemas e situações econômicas. Cf. Fernand BRAUDEL, *Op. cit.* vol. I, p. 399-402. Operação e Sistema, são estas as palavras que separam o topo da base.

⁵⁷Pedro Geraldo TOSI. *Op. cit.*, p. 63.

caderneta”. Ao estudar o mercado de cativos em Franca Dimas J. Batista aponta que as escrituras pesquisadas deixavam entrever uma “sociedade instável, na qual a riqueza alternava-se com crises de pobreza; posto que em algumas transações os escravos eram vendidos para pagamento de dívidas passivas de inventários, de hipotecas ou títulos de crédito”. O trecho extraído de Batista é interessante para nos mostrar a dinâmica de tais dívidas, denotando um processo de concentração da escravaria nas grandes propriedades, conforme citamos anteriormente. As crises de riqueza e pobreza ocorriam, sob nosso entendimento, nas pequenas propriedades que neste momento se lançaram à produção voltada para o mercado e não encontravam condições satisfatórias de realização da produção ou debatiavam-se com obstáculos de ordem natural, mas essa instabilidade apontada não se refere a todas as propriedades francanas em seu conjunto, mas àqueles proprietários que venderam seus poucos escravos, “capitalizaram-se” e por algum motivo encontraram-se com o fracasso.

Tal mecanismo reforça a hipótese de circuitos de endividamento entre os proprietários e seus agregados, e a liquidação das dívidas na maioria dos casos não era feita via dinheiro. Por certo este mecanismo foi a base de expansão dos plantéis de escravos. Este dado conflui com nossa argumentação revelando uma economia onde o valor em forma de dinheiro só circulava no topo da hierarquia, e a relação econômica com os componentes da base dava-se em forma de ampliação das dívidas ativas e/ou valor em forma de produtos⁵⁸. A “hierarquia funcional” foi posta em prática e das relações sociais estabelecidas entre distintos grupos de proprietários, surgiu o mecanismo pelo qual o capital dos senhores se expandiu⁵⁹. Monopolizar moeda e deter o controle social foram os meios arcaicos pelos quais a riqueza local se adaptou ao movimento de expansão da cafeicultura.

⁵⁸ Dimas José BATISTA observou também que várias eram as táticas de compra e venda; uma delas consistia no fato de o pagamento nas negociações de cativos ser executado com mercadorias como por exemplo alqueires de sal e/ou gêneros alimentícios, consolidando a hipótese de que a circulação monetária só ocorria plenamente no topo da hierarquia social. Cf: *Cativos e libertos: a escravidão em Franca entre 1825 e 1888*. Franca:UNESP/FHDSS, 1998. Dissertação de Mestrado, p. 71-72.

⁵⁹ Segundo Lélío Luiz de Oliveira, entre 1875 e 1885, a soma das dívidas ativas era de 21:409\$175 enquanto a soma das dívidas passivas era de 6:710\$161. Este é um dado de extrema importância, mas o autor comete um deslize ao calcular a média de dívidas ativas e passivas por proprietário, sendo estas, respectivamente, 1:427\$285 e 479\$297. Como visto acima, neste período Franca ocorreu uma ampliação das diferenciações entre os proprietários e estabelecer uma média é uma forma de estabelecer comparações entre o incomparável.

Expostas todas estas considerações, não concordamos com a periodização proposta por José Geraldo Evangelista, segundo a qual a década de 1880 teria sido, pelo aparecimento de três poderosas forças (o café, a ferrovia e os imigrantes), “o período de transformação da economia francana, cuja influência se fez sentir em todos os aspectos da vida urbana e rural⁶⁰”. E não o fazemos porque a ferrovia, como veremos, chegou no “outono” da década de 1880 (em 1887), o número de entradas de imigrantes para este período foi de apenas 793 e a produção de café do município era alçada nas poucas 60.000 arrobas. Nosso esforço aqui é tentar buscar um critério de periodização próprio para o desenvolvimento da cafeicultura em Franca, podemos afirmar, diante do exposto, que o mais “correto” seria entender a década de 1880 como um período de transição de uma cafeicultura de pequena escala, baseada na exploração do trabalho de camaradas e pequenos proprietários para uma cafeicultura de tipo escravista. O fato de a escravidão já estar com os dias contados não minimiza sua importância nas mudanças deste período, foi o ponto de partida pelo qual os maiores proprietários expandiram seus cafezais e como tal um momento de suma importância para o estabelecimento futuro de uma cafeicultura caracterizada pelo trabalho livre e pela ferrovia, tendo a produção em ampla escala como inexorável destino. Todavia, como veremos adiante, a existência de proprietários tão distintos, de pequenos cafeicultores, permanece.

Algumas considerações são cabíveis sobre a produção municipal na década de 1880. A produção de 1887, cotada em torno de 60.000 arrobas é, no mínimo, discutível. Chegou-se a este número após a designação de uma comissão de vereadores, composta por José Garcia Duarte, Francisco Lucas Brigagão e Tomaz José da Mota, para organizar a lista dos produtores de café do município. Mas a tarefa era árdua e a comissão desicumbiu-se desta utilizando um simplificado e ineficiente cálculo⁶¹ baseado no número de cafeeiros plantados, desconsiderando a relação produtividade/idade e as diferenças existentes entre as

⁶⁰ José Geraldo EVANGELISTA. *Op. cit.*, p. 204.

⁶¹ Utilizou-se como base do cálculo a média de 100 arrobas por mil pés, o que corresponde a cinco vezes mais do que a média dos cafezais do Vale do Paraíba e a mesma proporção em relação à média de um café “estritamente mole”, classificação recorrente em Franca. Esta base nos dá um resultado de 15 Kg de café por planta, ou seja, uma superestimação da produtividade.

variedades de plantas. De qualquer forma, a informação da Câmara era de que o município produzia as ditas 60.000 arrobas⁶².

Este número, apesar de discutível, é a única referência à produção desta década. Considerá-lo significa afirmar que o café isoladamente geraria anualmente ao município cerca de 300:000\$000, sendo a saca cotada em 5\$000, dos quais 2:400\$000⁶³ iam para os cofres municipais. Claro que se trata apenas de uma tosca quantificação, a atividade cafeeira desde logo criou em Franca uma ampla gama de serviços tanto urbanos quanto rurais que certamente pesavam de forma positiva nas contas do município. Em 1871 a arrecadação municipal girou em torno de 3:788\$043 (vide tabela 1) enquanto só o café gerou 2:400\$000 em média na década de 1880, sem contar os outros produtos e atividades cujo impacto nas contas públicas é de difícil quantificação.

Apesar da pequena produção da década de 1880, 60.000 arrobas/ano, a cotação do café francano já circulava nas principais praças, revelando que os cafeicultores do município, exclusividade aos maiores, agiam nos grandes mercados de café do Estado de São Paulo⁶⁴. Acompanhamos as cotações do café de Franca, Sacramento, Rifaina, São Simão, Ribeirão Preto e Uberaba em todas as semanas entre 1882 e 1884.. A saca de 10 quilos de café comum francano inicia 1882 cotado a 5\$000 e termina cotado a 4\$000, com pico de 5\$500 entre abril e maio. Em janeiro de 1883 a cotação era de 4\$000, valor que se mantém até dezembro e durante todo o ano de 1884⁶⁵. O Relatório da Companhia Mogiana de 1883 revela que “as plantações de café já vão tomando incremento na Serra do Matto-Grosso, na Franca e no Vale do Rio Grande, incremento esse provocado pelo frete reduzido que tem as tarifas da Estrada de Ferro em Ribeirão Preto⁶⁶”.

Um considerável dado que a cotação do período 1882-1884 nos oferece é a diferenciação dos cafés, sobretudo para Franca e Ribeirão Preto. Os dados referentes a Franca entre 5 de fevereiro de 1882 e 18 de março de 1883 apresentam apenas um tipo de café, qualificado como c/c (café comum). Muito provavelmente tratar-se-á de classificações

⁶² Taunay concorda com este número para o ano de 1888. Cf: Afonso D’Escagnole TAUNAY. *Op. cit.*, Vol. 6, p. 346.

⁶³ A arroba produzida era taxada em 0\$400.

⁶⁴ Novamente as palavras operação e sistema. Reunir condições de atuar no mercado também foi um dos pilares de diferenciação dos maiores cafeicultores.

⁶⁵ Jornal O Nono Distrito de 1882 a 1884.

⁶⁶ Relatório da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação para o ano de 1883. *Op. cit.*, p. 47.

inferiores como o duro ou “tipo 4”. Desta data em diante, além da cotação do c/c aparece uma cotação denominada c/b (café bom), muito provavelmente de classificação “estritamente mole” ou “mole”, cujo preço, neste intervalo de tempo, sempre manteve-se 0\$500 a mais do que o comum.

A saca de 10 Kg de café bom, que em Franca era cotada a 4\$500 entre 1882 e 1884 alcançava em Santos valor sempre crescente. Em 06 de maio de 1883 a cotação para esta classificação era de 4\$300, subindo a 7\$350 em 9 de fevereiro de 1884 e fechando em 5\$925 no dia 20 de dezembro. Por estes números pode se ter uma idéia do que os comissários ganhavam comercializando o café francano já nos anos de 1880.

1.4 - A chegada dos trilhos: Por que Franca? “Por que então?”

“A Franca festejou entusiasmamente e ruidosamente a inauguração dos trabalhos de exploração da Secção da Mogyana compreendida entre esta cidade e o rio Sapucahy⁶⁷” (Sic). Esta foi a principal notícia da primavera de 1883 na cidade, e o motivo de tamanha alegria pela chegada dos trilhos explica-se pelo intenso debate e acirrada disputa de inúmeras localidades que visavam ser agraciadas com os “trilhos da modernidade”, onde, no final de tais embates, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação saiu-se como a grande vencedora, como veremos agora.

“Curvas, desfiladeiros, rios-oceanos e fuga das ‘terras de maleita’. Ao observador desatento caberia apenas às imposições geográficas o fato de a linha tronco da Companhia Mogiana possuir o traçado mais sinuoso do Centro-Sul nas últimas décadas do século XIX. Mas, para além destas imposições, inúmeros aspectos políticos e econômicos apresentaram-se intrinsecamente ligados e determinantes na direção do prolongamento dos trilhos: a competição entre capitais privados e a busca de promissoras zonas comerciais, além do próprio fortalecimento do Estado nacional brasileiro caminharam juntos no ‘descobrimento do interior’⁶⁸”.

⁶⁷ Jornal *O Nono Districto* de 15/09/1883.

⁶⁸ Pedro Geraldo TOSI e Rogério Naques FALEIROS. Nas fronteiras do capitalismo: A Mogiana e os (des)caminhos da expansão ferroviária. Juiz de Fora, *Locus: Revista de História*, vol. 6, n. 2, 2001, p. 112.

O epicentro no jogo dinâmico dos prolongamentos ferroviários a partir da San Paulo Railway sempre foi o poder público⁶⁹, através de financiamentos e empréstimos, mas muito mais da minimização dos riscos dos empreendimentos em formas de garantias de juros. No caso da Mogiana⁷⁰ todos os processos de extensão das linhas de ferro sempre estiveram ligados a estas garantias de juros estatais. Viabilizar tal salvaguarda assumia, do ponto de vista do Estado, um único sentido: disseminar e estabelecer o poder central em partes

⁶⁹A Mogiana insere-se no que Flávio Saes denominou a segunda fase das ferrovias em São Paulo. Os dois empreendimentos que compuseram a primeira fase foram a frustrada tentativa de Thomaz Cochrane em construir, em 1840, uma estrada de ferro entre o Rio de Janeiro e a Província de São Paulo e a ferrovia Santos-Jundiaí, de 1867, empreendimento da San Paulo Railway. À iminência do fracasso, a concessão imperial fornecida a Cochrane em 1840 foi declarada sem efeito em 1853. No entanto, o malogro de Cochrane permitiu identificar uma questão crucial para o avanço da empresa ferroviária no Brasil: “a rentabilidade do investimento aí realizado”. Sem perspectivas claras do retorno do investimento numa empresa absolutamente nova no Brasil, era muito difícil reunir os volumosos capitais necessários para a construção de uma linha férrea. A Santos-Jundiaí, que após o fracasso de Mauá, tornou-se de domínio exclusivo da San Paulo Railway Co. Ltd., tinha um grande diferencial em relação ao pioneirismo de Cochrane: a garantia de juros de 7% fornecida pelo Império, revelando que o Estado e os empreendedores aprenderam a lição com o fracasso e descobriram que a partir de então a participação direta do Estado seria um dos principais fatores de propulsão das estradas de ferro. No caso desta ferrovia a garantia foi puramente nominal uma vez que este trecho foi o empreendimento ferroviário mais rentável de toda a história do Brasil. Para se ter uma idéia apenas entre janeiro e fevereiro de 1884, segundo o jornal *Nono Districto*, esta Companhia registrou um saldo de 669:421\$900. Cf: *Jornal O Nono Districto* e Flávio Azevedo Marques de SAES. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870—1900. In: *História econômica da Independência e do Império*. Coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica, 1993. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 1996. p. 177-8.

⁷⁰A “Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação” tinha o formato de sociedade anônima. Com sede em Campinas, “foi organizada em 1872 com o fim de construir uma estrada de ferro, de bitola de um metro, entre as cidades de Campinas e Mogy-mirim, com um ramal para a cidade de Amparo, nos termos da Lei Provincial n. 18, de 21 de Março de 1872, a qual concedia privilegio e garantia de juros de 7% sobre o capital de 3.000:000\$000, dividido em 15.000 ações equivalentes a 200\$000. A mesma lei concedia ainda privilegio para o prolongamento da linha acima até as margens do Rio Grande, passando por Casa Branca e Franca”.(Sic). Por estas cláusulas, todo o leste da Província de São Paulo tornara-se área de influência da Mogiana. Constituíram a diretoria provisória, conforme assembléia geral de 1º de julho de 1882, o dr. Antonio Queiroz Teles, barão, visconde e depois conde de Parnaíba, a *alma mater* da empresa, tenente-coronel José Egydio de Sousa Aranha, dr. Antonio Pinheiro de Ulhôa Cintra, capitão Joaquim Quirino dos Santos e Antonio Manoel Proença. Estes mesmos diretores foram eleitos em caráter definitivo na assembléia geral realizada em 30 de março de 1883”. Além destes, figuravam entre os principais nomes da Companhia Mogiana: Tenente Coronel José Guedes de Sousa, Barão de Atibaia, Dr. João Ataliba Nogueira, Dr. Delphino Cintra Junior, Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, Francisco Soares de Abreu, Dr. Antônio Gonçalves Gomide, Dr. Antonio Galdino de Abreu Soares, Dr. Antonio Francisco de Araújo Cintra, Cel. Antonio Joaquim de Freitas Leitão, Albano Leite da Cunha Canto, Crescencio José Pereira Lima, Francisco Alves da Silva, Cap. José da Costa Rangel, Dr. José Alves dos Santos, Dr. Joaquim Novaes Coutinho de Araújo, Dr. João Gonçalves de Oliveira, Tenente José Maria Ferreira d’Almeida, José Francisco da Silva, Tenente João Alberto de Oliveira Prado, Cel. José Sertório, Cap. José Baptista da Luz, Tenente Coronel Manoel de Queiroz Teles e Cel. Manoel Antonio Gurjão Cutrin. Todos estes nomes ocupam lugar de destaque na criação da estrada de ferro, conforme as páginas 5, 6 e 13 do “Histórico da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação”, elaborado em 1961.

distantes do Império, dando um passo adiante na formação do Estado Nacional. Esses nexos envolviam a territorialidade, a tributação e a própria legitimação do poder⁷¹.

Esta face dos empreendimentos ferroviários deve ser considerada⁷², afinal de contas o governo financiava ferrovias que muitas vezes careciam de fundamento econômico, mas eram estratégicas do ponto de vista político. Isso não se aplica ao caso de São Paulo, o que nos leva a pensar que para esta província as ferrovias assumiam um significado, e para o Império, outro⁷³; tanto que com a proclamação da República, em 1889, e a ascensão dos cafeicultores paulistas ao poder, as estradas de ferro perderam completamente a função de integrar o território nacional e seus respectivos projetos de prolongamento, e por isso os trilhos chegaram nas portas da fazenda Mendonça, em 1910⁷⁴, e não no Pará.

A Mogiana, a título de exemplificação, tinha Catalão (Goiás) como meta e não conseguiu materializar tal aspiração. Na medida em que o Império entrava em crise e cedia espaço ao republicanismo, os recursos para os prolongamentos em formas de garantias de juros escasseavam, e as chamadas “províncias do norte” não reuniam condições de impulsionar a ferrovia rumo a seu território. Resultado: quanto mais distante dos principais centros, na mesma proporção eram mais difíceis os prolongamentos.

Para estas distantes regiões do centro-norte, a chegada dos trilhos envolvia os caminhos da própria sobrevivência. Não raro eram os artigos que circulavam nos periódicos

⁷¹ Pedro Geraldo TOSI & Rogério Naques FALEIROS. *Op. Cit.*, p. 112

⁷² Interessante é ponto de vista de Pedro G. Tosi sobre esta questão. Utilizando trechos de discursos do Barão de Rio Branco, e comprovando a presença do Imperador na inauguração de duas estações da Mogiana (Poços de Caldas e Batatais) este autor tornou latente o plano do governo em estreitar, via ferrovia, as relações entre o centro e as distantes áreas do país, ou melhor, “aproximar populações distantes ao pecúlio da administração central”. Cf: *Capitais no Interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista 1860-1945*. Campinas: Unicamp/IE. 1998. Tese de doutoramento. p. 79 e seguintes. Território é poder, assinalou Ratzel... e era essa a principal influência no pensamento do Barão de Rio Branco.

⁷³ Aqui arriscamos-nos a uma opinião sem comprovação documental, todavia achamos que seria válido e revelador um estudo sobre as diferenças de concepção da ferrovia para o governo central e para o governo paulista nas últimas décadas do século XIX.

⁷⁴ Das 206 estações da história da Mogiana, 52 foram inauguradas entre 1875 e 1890; 69 entre 1891 e 1906, e 89 entre 1907 e 1921. A explosão no número de inaugurações neste último intervalo de tempo deve-se, literalmente, ao fato de as estradas chegarem na “porteira das fazendas”. Entre as 85 do período a maioria quase que absoluta corresponde a nomes ora de proprietários, ora de propriedades. Ao contrário do que aponta Odilon Nogueira de MATOS só podemos falar, no caso da Mogiana, em estradas “cata-café” a partir de 1906 e não desde sua origem, em 1872, como aponta este autor. Cf: *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

paulistas⁷⁵ vangloriando as benesses naturais e as possibilidades comerciais de Minas Gerais, Goiás, Mato-Grosso e Pará, numa espécie de “*provincial marketing*”⁷⁶ para atrair a ferrovia.

Na década de 1880, a Companhia Mogiana era o foco de tais províncias justamente porque era a única empresa férrea que supostamente reunia condições de estender-se ao Araguaia, pois passava por terras bastante povoadas onde os habitantes dedicavam-se quase que exclusivamente a uma economia mercantil baseada na pecuária e na produção de alimentos, o que garantia um intenso movimento de cargas, ou seja, retorno ao capital investido. Por certo, a Mogiana tinha como rota “natural” de prolongamento importantes centros produtores como Franca, Sacramento e o principal deles: Uberaba. Tais aspectos levaram a Mogiana a exercer uma forte atração sobre os capitais privados nacionais sendo mais dinâmica nos prolongamentos a que se propunha⁷⁷.

O governo provincial mineiro fora mais longe nas suas tentativas de atrair os trilhos da Mogiana. Em 1881, em correspondência enviada ao Barão de Parnahyba - presidente da Companhia - Theophilo Otoni transcreveu a lei provincial nº 2791, promulgada pela Assembléia Provincial Mineira que viabilizava a construção de trilhos desta Companhia em território mineiro:

“A lei provincial n. 2791 do 1º de outubro do anno passado autorisa esta Presidencia a contratar com essa Companhia o prolongamento da estrada de ferro mogiana, pelo territorio mineiro, desde a margem direita do Rio Grande até a margem esquerda do paranahyba, concedendo-lhe privilégio e garantia de juros sobre o capital que for effectivamente empregado e outros favores...”

“Cumprindo essa recomendação, devo levar ao conhecimento de V. Exc. que a Lei provincial concede garantia de juros de 7% por 30 annos, sobre o capital de 5.000:000\$000, á companhia mogiana para o prolongamento da respectiva estrada, pelo território mineiro, desde a margem direita do Rio Grande até a margem esquerda do Paranyhyba, sendo a cidade de Uberaba ponto obrigado da respectiva linha.”

*“Devo ainda observar que, affluindo a producção das duas provincias - Matto grosso e Goyaz - para as margens do paranahyba em procura desta estrada de ferro, será puramente nominal a garantia de juros concedida pela referida lei.”*⁷⁸ (Sic).

⁷⁵ Jornal *O Nono Districto*. Várias menções às “benesses naturais” de Minas Gerais, do Pará, do Mato Grosso e de Goiás foram encontradas neste periódico entre maio e julho de 1882.

⁷⁶ O fenômeno aqui denominado “*provincial marketing*” também pode ser percebido nos Estados Unidos. Segundo Albert FISHLOW, um dos expoentes da *new economic history*, foi intensa a disputa entre vários estados norte-americanos para atrair a estrada de ferro para seus domínios. Cf: *American railroads and the transformation of the ante-bellum economy*. Harvard University Press, Cambridge (Mass.), 1965. Aqui agradeço a sugestão do Prof. Willian Summerhill, da Universidade Califórnia Los Angeles.

⁷⁷ Pedro Geraldo TOSI e Rogério Naques FALEIROS. *Op.cit.* p. 114.

⁷⁸ Jornal *O Nono districto*. 03/09/1882.

Esta lei provincial mineira apresentava aos acionistas a minimização quase que total dos riscos, afinal de contas, durante 30 anos poder contar com 7% sobre o capital investido na empreitada é uma condição, no mínimo, agradabilíssima. Por outro lado, ao chegar na margem esquerda do Paranahyba, a companhia Mogiana fatalmente encontraria novas garantias para estender seus tentáculos. O plano era ligar o norte ao sul do Império⁷⁹, uma vez que “esta linha tendia a prolongar-se passando por Uberaba e Goyaz até as margens do Araguaya, no porto de Santa Leopoldina, onde alcançaria a navegação a vapor organizada pelo General Couto de Magalhães, ficando dessa forma ligado todo o Império... de Manaus ao Rio de Janeiro⁸⁰”.(Sic).

O capital privado na periferia capitalista só direcionou-se aos processos de expansão da malha ferroviária no século XIX após ter assegurado as garantias do Estado. Estes capitais deitaram-se sobre um projeto de construção política nacional e beneficiam-se das condições dadas, encontrando alta rentabilidade (em alguns casos) e minimização dos riscos (como era de *praxe*)

No momento em que a garantia de juros mineira foi aprovada, os trilhos da Mogiana já haviam chegado a Casa Branca, assim podemos afirmar sem sombra de dúvida que era para Uberaba que as obras caminhavam, o que significa dizer que Franca estava na rota do prolongamento. No entanto, havia um empecilho: o governo paulista ainda não havia votado a garantia de juros sobre o trecho entre Casa Branca e o Rio Grande, tornando inviável a chegada dos trilhos em Minas Gerais, confirmando o argumento acima exposto. Tal problema foi superado em 24 de maio de 1882 quando a assembléia provincial paulista votou a garantia de juros de 6% para este trecho⁸¹.

Estabelecida a garantia de juros, mesmo que em valores diferentes, todo o trecho entre Casa Branca e Uberaba estava securitizado, faltava, porém, definir a trajetória deste

⁷⁹ Pedro Geraldo TOSI e Rogério Naques FALEIROS. *Op. cit.*, p. 114

⁸⁰ Jornal O Nono districto. 08/05/1882.

⁸¹ Interessante notar que no trecho entre Campinas e Casa Branca a garantia era de 7%. A redução do valor percentual da garantia se deve ao fato de que nesta região o café já tinha dado os sinais de sua força que pode ser observada no rendimento anual sobre o capital investido entre 1876 e 1881, que variou entre 7% e 8,7%, tornando puramente nominal a garantia estatal. Já no trecho adiante, com exceção feita a São Simão e Ribeirão Preto, as possibilidades do café ainda eram uma incógnita. Existe também a possibilidade de que o mercado de capitais no Brasil tenha apresentado melhora, assim os empreendimentos não mais necessitariam da garantia de 7% fornecida pelo Estado. Esta afirmação, para ultrapassar a condição de “palpite”, precisaria ser circunstanciada em dados.

novo prolongamento. Mesmo sob condições tão agradáveis e promissoras criadas com as garantias de 1882, a Companhia Mogiana não de imediato dirigiu-se a Minas Gerais. Em seis anos de existência a ferrovia já havia partido de Campinas e chegado a Casa Branca, a 172 quilômetros de distância, e somente onze anos depois, em 1889, percorrendo uma distância de 319 quilômetros, a linha férrea atravessara o Rio Grande. Algo ocorreu neste trecho que atravancou sobremaneira a expansão dos trilhos, uma vez que atravessado o Rio Grande já em 1896, apenas sete anos depois, os trilhos haviam chegado a Araguari - seu ponto final - a 298 quilômetros do rio.

São vários os fatores que atravancaram a construção dos trilhos no trecho entre Casa Branca e o Rio Grande, no norte-nordeste do estado de São Paulo. Poderia ser um dos fatores o fato de no período compreendido entre 1879 e 1887 o “capital realizado” da Companhia ter estagnado na casa dos 5.000:000\$000 enquanto os fundos de reserva aumentaram consideravelmente de 55:481\$000 para 233:012\$000, ou seja, a diretoria primou pela capitalização e não pelo investimento. No intervalo de tempo subsequente, entre 1888 e 1890, a relação entre “capital realizado” e fundos de reserva aparece de forma inversa, apresentando 20.991:456\$000 e 22:491\$000 respectivamente, ou seja, foi um período de expansão dos investimentos e consequentemente do “capital realizado”, em detrimento das reservas.

Tabela 10 - Capital realizado e fundos de reserva da Mogiana entre 1873 e 1921.

Ano	Capital realizado	Fundo de Reserva	Ano	Capital realizado	Fundo de Reserva
1873	765:850\$000	*	1898	53.400:640\$000	1.783:335\$000
1874	1.350:000\$000	*	1899	55.144:420\$000	2.604:955\$000
1875	3.000:000\$000	*	1900	59.967:240\$000	2.037:019\$000
1876	3.000:000\$000	*	1901	60.096:080\$000	3.068:830\$000
1877	3.000:000\$000	*	1902	64.828:240\$000	3.301:275\$000
1878	4.780:000\$000	*	1903	67.397:680\$000	4.036:341\$000
1879	5.000:000\$000	55:481\$000	1904	69.884:360\$000	4.505:112\$000
1880	5.071:200\$000	69:168\$000	1905	69.997:600\$000	4.505:112\$000
1881	5.100:000\$000	93:223\$000	1906	69.999:640\$000	5.000:000\$000
1882	5.100:000\$000	128:296\$000	1907	70.000:000\$000	5.325:799\$000
1883	5.100:000\$000	157:447\$000	1908	70.000:000\$000	5.655:865\$000
1884	5.100:000\$000	174:269\$000	1909	70.000:000\$000	5.686:411\$000
1885	5.100:000\$000	191:103\$000	1910	80.000:000\$000	6.294:041\$000
1886	5.100:000\$000	212:277\$000	1911	80.000:000\$000	6.380:996\$000
1887	5.100:000\$000	233:012\$000	1912	80.000:000\$000	6.803:536\$000
1888	11.225:476\$000	288:273\$000	1913	80.000:000\$000	7.102:445\$000
1889	12.850:137\$000	317:139\$000	1914	80.000:000\$000	7.310:810\$000

Ano	Capital realizado	Fundo de Reserva	Ano	Capital realizado	Fundo de Reserva
1890	20.991:456\$000	22:491\$000	1915	80.000:000\$000	7.498:410\$000
1891	24.167:760\$000	139:589\$000	1916	80.000:000\$000	7.731:862\$000
1892	36.773:400\$000	156:280\$000	1917	80.000:000\$000	6.599:145\$000
1893	41.080:250\$000	178:510\$000	1918	80.000:000\$000	6.820:120\$808
1894	41.123:730\$000	300:000\$000	1919	80.000:000\$000	7.041:600\$000
1895	44.818:637\$000	400:000\$000	1920	80.000:000\$000	7.250:000\$000
1896	47.272:140\$000	857:575\$000	1921	80.000:000\$000	7.517:945\$000
1897	50.838:840\$000	1.383:335\$000			

Fonte: Histórico da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação. P. 18. 1961.

Na visão econômica clássica e neo-clássica o período de retração dos investimentos (1879-1887) poderia ser considerado como um fôlego para o período posterior, de sacrifício dos fundos de reserva, numa clara lógica onde a *renda* determina o *gasto*. Mas os empreendimentos ferroviários, assim como todos os demais seguem – se aplicarmos a visão de Kalecki – justamente uma relação causal contrária onde o *gasto* determina a *renda*: “os capitalistas ganham o que gastam⁸²”, afirmava o economista polonês. Assim, outros fatores que não a “poupança” determinaram este período de retração dos investimentos. A “polêmica Prado” gerou constantes indefinições, e foram estas, como veremos agora, que atravancaram a expansão dos trilhos entre Casa Branca e o Rio Grande.

1.5 – A “polêmica Prado”: uma contradição flagrante.

O prolongamento, dispondo da garantia paulista e da mineira era uma verdade incontestável, o traçado mais provável, iniciando-se as obras por Casa Branca seria o que os cronistas da época chamavam de “caminho natural da Mogiana”: São Simão, Cajuru, Matto Grosso dos Batatais (Altinópolis), Batatais e Franca, atravessando o Rio Grande no

⁸² Essa máxima Kaleckiana, aplicada aos dados da tabela, nos mostra que a partir do investimento maciço de 1889, os fundos de reserva se exaurem e depois crescem em níveis até então nunca registrados. As reservas, que até 1889 não haviam passado de 317:139\$000, em consequência do investimento realizado, em oito anos mais do que triplicaram, chegando, em 1897, à cifra de 1.383:335\$000.

Porto da Espinha ou Ponte Alta⁸³, ambos nas proximidades de Santa Rita do Paraíso (atual Igarapava), seguindo rumo a Uberaba, ponto de destino estabelecido em contrato. Ainda, segundo este “caminho”, Ribeirão Preto seria um subramal que se ligaria à linha tronco através de São Simão. (ver mapa 1).

Mas a acirrada disputa entre os municípios deve ser considerada, e homens do quilate de Martinho Prado Júnior tinham seu peso. Martinico, como era conhecido, já em 1868 possuía as fazendas Campo Alto e Santa Cruz, nas proximidades de Mogi-Mirim. Pelo fim da década de 1870, estava a caminho de estabelecer sua própria fortuna, tornando-se um dos líderes pioneiros a mover a fronteira do café para o norte. Explorou os municípios de São Simão e Ribeirão Preto, mandando de lá comentários enaltecendo seu potencial para o café. “Ele notou que as plantações iniciadas por famílias como os Pereira Barreto floresceram na área...”⁸⁴

Pouco depois da pesquisa pelos municípios do norte, Martinico adquiriu sua primeira fazenda em Ribeirão Preto, batizando-a “Albertina”, em homenagem a sua mulher. Em 1885, mais provavelmente com o dinheiro emprestado por seu pai, e com os lucros da Albertina, comprou uma fazenda maior, “Guatapará”, de 6.000 alqueires, ao preço de 70 contos. Meio milhão de pés foram plantados, e este número havia crescido gradualmente até perto de dois milhões por ocasião da I Guerra mundial⁸⁵.

Em 1889, os Prado adquiriram sua maior plantação, no município de Ribeirão Preto (Sertãozinho após 1896). “São Martinho”, medindo cerca de 14.000 alqueires, chegou a ter 3.400.000 pés de café, chegando a ser a segunda maior plantação no Brasil e a maior em

⁸³ O porto da Ponte Alta, no rio grande, já era uma via de intensa movimentação, ligando a produção paulista a Minas Gerais e Goiás (e vice-versa); por esta passagem circulavam “produtos” como café, açúcar, aguardente, arroz, feijão, algodão em rama, farinha de mandioca, milho, porcos e gado. Tão grande era a importância desta via que o governo provincial instalou ali uma barreira comercial, a barreira da Ponte Alta, cuja documentação engloba o período 1853-1876. Outra barreira construída na região foi a do Rio Grande (1859-1876), onde posteriormente, a alguns quilômetros adiante, foi construída a estação ferroviária da Jaguará. Não por acaso estas duas vias configuraram-se como as opções de travessia do rio pela ferrovia Mogiana, já eram passagens conhecidas e historicamente consolidadas. Sobre as barreiras comerciais da província de São Paulo ver o lapidar estudo de Hernani Maia COSTA. *As Barreiras de São Paulo*. (Estudo histórico das Barreiras Paulistas no século XIX). São Paulo: USP/FFLCH, 1984. Dissertação de Mestrado.

⁸⁴ Darrell Erville LEVI. *A Família Prado*. São Paulo: Cultura Livraria e Editora, 1977. p. 165.

⁸⁵ *Idem, ibidem.*, p. 166.

um único bloco de terra. Era um mundo completo em si mesmo para os seus 4 mil trabalhadores⁸⁶.

Em 1882 Martinico lançou no jornal *"A Província de São Paulo"* uma série de cinco artigos onde defendia a mudança do traçado da Mogiana. Segundo estes artigos o prolongamento deveria sair de Casa Branca, passando por São Simão e Ribeirão Preto tendo Uberaba como destino, sendo o Porto de São Fidelis o ponto de travessia do Rio Grande, deixando cidades como Batatais, Franca e Sacramento muito à direita da linha tronco. (ver mapa 1)

Os esforços de Martinico tinham uma motivação muito clara: levar a ferrovia a Ribeirão Preto, município aonde naquele momento o eminente republicano, como vimos, realizava estudos sobre as potencialidades da cultura cafeeira. Mesmo constatadas as potencialidades da futura "capital do café" Martinico, como político do alto escalão paulista, sabia a dimensão da importância de ter os trilhos principais próximos de suas terras. A ferrovia traria uma dinâmica muito mais intensa, transformaria o caráter da produção e caracterizaria de uma forma totalmente nova a vida no nordeste paulista.

A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, já na segunda metade de 1882, decidiu tornar aquilo que seria um subramal no mais novo prolongamento da linha principal. O trecho de 58 quilômetros já construídos entre São Simão e Ribeirão Preto assumia um duplo significado: a vitória das potencialidades de Ribeirão Preto sobre as de outros importantes municípios - tendo Martinico Prado como o principal porta-voz - e a competição entre capitais privados aplicados em ferrovias.

Não podemos afirmar se a série de artigos de Martinico Prado fora um problema ou a solução para a Mogiana. Outro fator determinante na definição dos traçados era a competição entre capitais privados, e a companhia Mogiana a partir de São Simão deu uma guinada à esquerda, buscando Ribeirão Preto ao mesmo tempo em que fechava as possibilidades de outra ferrovia, a Paulista, alcançar esta cidade com seus tentáculos.

Na década de 1880 o volume de capitais que circulavam na Mogiana era

⁸⁶Darrell Erville LEVI *Op. Cit.*, p. 167-8. A aquisição e o desenvolvimento da terra pelos Prado foi apenas parte de uma estratégia envolvendo imigração européia, estradas de ferro, bancos, uma casa exportadora da família com subsidiárias européias e indústria.

imensamente maior do que os que se movimentavam pela Paulista. A primeira cortava, ou pelo menos tangenciava, zonas onde o café já era uma realidade: Campinas, Amparo, Bragança Paulista e Mogi-Mirim. A segunda ainda estava por buscar promissoras terras do café: São Carlos, Jaú, Araraquara, Rio Claro, São José do Rio Preto, etc. O resultado só poderia ser a preponderância daquilo que já estava consolidado, e a Mogiana sem dificuldades tomou para si aquilo que seria o caminho “natural” de prolongamento da Paulista, comprimindo-a ainda mais para o oeste.

Barrando a Paulista e monopolizando os fretes da região, contentando as aspirações de Martinico Prado e de quebra alcançando Ribeirão Preto... Estas foram as motivações que levaram a Mogiana a mudar o curso do prolongamento rumo a Minas Gerais, que com suas garantias de juros era, sem dúvida, para onde caminhavam os trilhos.

Ao escolher o caminho passando por Ribeirão Preto, a Companhia Mogiana levou o pânico a cidades como Batatais, Franca e Sacramento. A garantia de juros mineira só entraria em vigor se os trilhos chegassem em Uberaba, assim, seria bastante lógico pensar, como fizeram os cronistas da época, que o prolongamento partindo de Ribeirão Preto tocaria o Rio Grande no ponto mais próximo de Uberaba, deixando estas cidades muito à direita da ferrovia (ver mapa 1), fato que tinha como sinônimo a estagnação e o retrocesso.

Frente à insatisfação das populações destes municípios, Martinico Prado foi eleito pelos jornais o responsável único pela mudança dos planos da Mogiana: “O Sr. Martinho Prado Júnior, não ligando grande importância á prosperidade da Franca, não se compromettia, como deputado, a advogar uma idéia que trazia o seu engrandecimento... podemos afirmar desde já, sem receio de errar, que o sr. Martinho Prado Júnior não advoga os interesses da Franca, prejudicando ao mesmo tempo o centro agrícola e commercial das provincias de Minas, Goyaz e Matto Grosso.”⁸⁷(Sic).

Martinico Prado, republicano convicto e confesso, não compartilhava das aspirações políticas de consolidação territorial do Império, muito menos da importância das estradas de ferro neste sentido. Para ele pouco importava a direção que os trilhos seguiriam após Ribeirão Preto, o importante é que por lá passasse a linha tronco.

⁸⁷ Fernando Barbosa LIMA. O prolongamento da Mogiana. *Jornal O Nono districto*. 12/11/1882.

Curioso é que antes de a presidência da Mogiana divulgar os estudos que determinariam os destinos do prolongamento, Martinico defendia a idéia de que a ferrovia não deveria tocar em Franca, uma vez que de lá partiria o prolongamento a Uberaba. Já neste trecho do V artigo da série, com a já confirmada passagem por Ribeirão Preto, as conclusões do eminente político são, no mínimo, contraditórias:

“Sendo a alliança dos interesses commerciaes e administrativos a séria preocupação da lei que autorizou o prolongamento da Mogyana, deve o seu traçado ser o seguinte:

*Sahindo do Ribeirão Preto, atravessa o Rio Pardo nas proximidades do porto do Venancio, e prosseguindo d’ahi, deixando Batataes à direita, ir a Franca.. Esta direcção, embora atravesse regiões que não se prestam á cultura do café, serve para a grande importação de sal, e daria sahida facil á producção de toucinho, queijo e gado que cria-se n’essa região em grande escala. A direcção mais recta, de terrenos mais planos, e servindo nucleos de população maior, de R. Preto a Franca, é deixando Batataes à direita. **‘Convém, porém, a linha ferrea tocar na Franca por toda a forma...***

Da Franca deve procurar o Rio Grande à esquerda, aproveitando este traçado o Carmo e Santa Rita (Ituverava e Igarapava) collocando todo o commercio do triangulo mineiro á maior proximidade dos mercados. O seu ponto de passagem no Rio Grande será no Anhanguera (Espinha) ou outro qualquer, mais conveniente. Fora d’este traçado, por nós observado, e attendendo as mais minunciosas informações não conhecemos outro que melhor possa conciliar os interesses da compahia com o publico.⁸⁸.” (Sic).

Somente uma explicação alcança a contradição (ver mapa 1) de Martinico Prado: a eleição para deputado geral pelo 9º distrito em 1884. Geograficamente este distrito correspondia ao nordeste paulista, justamente a área preterida pela Mogiana ao decidir-se por Ribeirão Preto, e Martinico - um dos candidatos - tentava desesperadamente, a despeito dos outros artigos da série, defender um outro caminho para o prolongamento passando por Franca, a maior Freguesia desta região.

Todavia a “contradição mais flagrante em que pode ser apanhado um escritor público⁸⁹”, como foi definido o V artigo de Martinico de nada adiantou e o candidato foi ridiculamente derrotado, sendo a mais contundente diferença registrada na Comarca de Franca:

⁸⁸ Martinho PRADO JR. O prolongamento da Mogyana. *Jornal A Província de São Paulo*. 22/10/1882. Este artigo também foi publicado no *Jornal O nono districto* de 17/12/1882.

⁸⁹ *Jornal O Nono districto*. 24/12/1882.

Tabela 11 - Resultado da eleição para deputado geral pelo 9º Districto de São Paulo - Comarca de Franca.

Candidato	Freguesia de Franca	Freguesia do Sapucahy	Freguesia do Carmo	F. Sta. Rita do Paraíso	F. Sto. Ant. da Rifaina	TOTAL
Delfino Cintra	52	17	13	15	00	97
Frederico Moura	51	08	07	31	07	104
Mendes Filho	47	12	00	04	01	64
Martinho Prado Jr.	03	00	00	23	01	27

*Fonte: Jornal O Nono districto 06/12/1884.**Tabela 12 - Resultado da eleição para deputado geral em diversas Comarcas do 9º Distrito Paulista*

Candidato	Batataes	Espírito Santo dos Batataes	Matto Grosso Batataes	Ribeirão Preto	São Simão	Casa Branca
Delfino Cintra	53	11	08	58	53	75
Frederico Moura	16	05	00	30	15	43
Mendes Filho	32	10	05	01	01	34
Martinho Prado Jr.	01	02	00	25	29	32

Candidato	Espírito Santo Rio do Peixe	São José do Rio Pardo	São João da Boa Vista	Belém do Descalvado	Sant' Anna dos Olhos d'Água
Delfino Cintra	13	05	15	32	02
Frederico Moura	10	20	16	37	02
Mendes Filho	01	00	15	03	05
Martinho Prado Jr.	07	26	56	23	00

Candidato	Cajuru	Mococa	Caconde	Espírito Santo do Pinhal	Total
Delfino Cintra	39	43	27	29	560
Frederico Moura	09	15	15	23	360
Mendes Filho	09	00	11	11	192
Martinho Prado Jr.	03	14	03	03	256

Fonte: Jornal O nono Distrito – 06/12/1884.

No geral, Martinico Prado obteve 256 votos, contra 560 de Delfino Cintra, 360 de Frederico Moura e 192 de Mendes Filho. Também fora flagrante a derrota em Batatais, Cajuru e Espírito Santo do Pinhal. Ganhara apenas em São José do Rio Pardo e São João da Boa Vista, com 26 e 56 votos respectivamente.

Perdendo ou ganhando, Martinico Prado sai de cena após a chegada dos trilhos a Ribeirão Preto. Após esta cidade o rumo a ser tomado pelo prolongamento era uma incógnita. Na segunda metade de 1882 sabia-se apenas que os trilhos chegariam a Uberaba... e não muito mais que isso.

1.6 – Geografia e competição entre capitais privados ferroviários: continuam os impasses.

O periódico *Nono districto*, dos redatores César Augusto Ribeiro e Gaspar da Silva, com circulação na capital paulista, Batatais, Franca, Sacramento e Uberaba foi talvez o maior campo de batalha das questões relacionadas ao prolongamento. Satisfazer as aspirações destas municipalidades parecia impossível. Era quase ilógico que a Mogiana partisse de Ribeirão Preto, passasse por Franca, Batatais e Sacramento tendo Uberaba como destino. Mas inúmeros fatores, não necessariamente nesta ordem, levaram a companhia a optar justamente por este traçado.

O primeiro deles é que se partindo de Ribeirão Preto buscando Uberaba em linha reta, haveria muitas dificuldades em atravessar o Rio Grande, uma vez que as opções de travessia - a saber: Ponte Alta, São Fidelis e Porto da Espinha - possuíam margens muito largas, o que demandaria avultados gastos na construção de uma ponte ferroviária.

Por outro lado, como o trecho entre estas cidades era marcado por grandes declives, matas fechadas e pantanosas, “não se recomendaria pela insalubridade de seu clima, pelas febres endêmicas ali localizadas e pelas maleitas que vai transportar⁹⁰”.

O Rio Grande sempre denunciou com sua natureza inóspita que oferecia poucos pontos para ser transposto por uma via férrea. Nas cheias o rio chegava em alguns pontos a medir doze quilômetros de uma margem a outra. O golfo da Jaguará, com paredes rochosas tendo aproximadamente 4 metros entre suas margens era um desses pontos de travessia. Partindo-se em sua direção inevitavelmente os trilhos passariam por Batatais e Franca.

Outro fator que levou a Mogiana a mudar os seus planos iniciais na construção do ramal Rio Grande⁹¹ foi o intenso comércio na região de Sacramento: “Por aquella cidade passam actualmente mais de 60.000 saccos de sal por anno, o mesmo que dizer duas terças partes do sal que consome o centro, sem contar outras mercadorias. Existem no Sacramento diversos estabelecimentos commerciaes, sendo um dos mais importantes o de Simão

⁹⁰Jornal O Nono districto. 15/07/1883.

⁹¹Assim era chamado o trecho que partia de Ribeirão Preto tendo o rio grande como destino.

Caleiro que vende para o centro, além de outros gêneros, de 18 a 20 mil saccos de sal.⁹²,
(Sic.)

Toda esta zona comercial internada nas Minas Gerais garantiria um imenso transporte de cargas que afluiria para a província de São Paulo em demanda dos grandes centros consumidores. A Mogiana não poderia perder tal oportunidade... e a presidência precisava tomar rapidamente as decisões cabíveis pois um colosso movido a libras esterlinas também almejava esta região. A ferrovia Rio-Minas já em agosto de 1883 tinha subscrito na Europa o capital necessário para o prolongamento de sua linha à cidade de Patos⁹³.

Este trecho não por acaso chamava-se ramal Rio Verde; o objetivo era que da cidade mineira de Patos fosse construído posteriormente um prolongamento com destino a Rio Verde, em Goiás, atravessando o Paranahyba e tomando para si uma das mais férteis e ricas zonas que a Companhia Mogiana almejava. Tão logo se interou dos planos da Rio-Minas, iniciaram-se as obras entre Ribeirão Preto e Franca com destino à Jaguara:

Tal qual fizera com a Paulista, a Mogiana fechou as portas à Rio-Minas utilizando-se da dinamicidade e rapidez que fora sua marca indelével. Com 5.100:000\$000 aplicados em capital fixo e 157:447\$000 em fundos de reserva⁹⁴, além do montante adquirido com a chamada de capitais realizada a cada definição de prolongamento, a Mogiana se antecipou agora dando uma curva à direita e garantindo o monopólio sobre as promissoras zonas comerciais do triângulo mineiro.

A competição entre ferrovias, as zonas comerciais e a própria geografia definiram: a ferrovia passaria em Franca. Significativo notar que esta região, apesar da volumosa população, não reunia condições e potencialidades de atrair por suas próprias forças os trilhos da Mogiana, muito menos de influenciar a assembléia provincial de São Paulo para agir neste sentido. Apesar de vislumbrar a estrada de ferro e todas as conseqüências dela

⁹² Jornal O Nono districto. 31/12/1882. O texto refere-se a uma cadeia mercantil operacionalizada pela chamada "via do Barreirinho", realizada via rios grande, paranahyba e desdobramentos, contornando o que hoje entendemos por triângulo mineiro. Inseriam-se em tal circuito as vilas de Araxá, Patrocínio, Patos, Água Suja, Carmo do Paranahyba, Bagagem, Sant'Anna, Brejo, Dôres de S. Juliana, Paracatú e Formosa, em Minas Gerais. Em Goiás participavam a capital (Goiás Velho), S. Luzia, Bonfim, Meia-Ponte, Villa Bella, S. Cruz, Pouso Alto, Caldas, Rio Verde, Jaraguá, Catalão, Vaivem, Corubá e outros.

⁹³ Jornal O Nono districto 19/08/1883.

⁹⁴ Histórico da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação. 1961. p. 18.

decorrentes, os poucos esforços da sociedade francana resumiram-se apenas em acompanhar pelos periódicos as discussões interprovinciais sobre o assunto e a alguns protestos contra a “falta de sangue empreendedor”. No mais, cabia aos francanos esperar que de alguma forma, na expansão dos trilhos da Mogiana até o Triângulo Mineiro, a cidade fosse agraciada com uma estação.

Mas em 11 de abril de 1887 inaugurou-se a Estação de Franca que daí partiu rumo ao Rio Grande, transposto em 05 de março de 1888. “A travessia foi feita sobre um dos pontos mais estreitos do rio, na chamada Jaguará, onde passa por um brutal afunilamento e onde o leito e as margens rochosas foram aproveitados para construir uma ponte, sem maiores esforços em termos de engenharia e gastos com obras de arte, embora corresse embaixo da ponte um rio-turbilhão⁹⁵”.

Uma vez atravessado o Rio Grande a Mogiana inaugurou em 1889 as estações de Conquista, Sacramento⁹⁶ e Uberaba, partindo rumo a São Pedro de Uberabinha (Uberlândia) e Araguaia, o suficiente para barrar os planos da Rio-Minas, conquistar o comércio local e a garantia de juros

Pesemos os fatos: uma região de volumosa população, em relação às demais envolvidas na peleja, de antigo processo de povoamento... é de se estranhar que por vários momentos tenha sofrido a séria ameaça de não ser agraciada com a estrada de ferro⁹⁷. Tal

⁹⁵Pedro Geraldo TOSI *Op. Cit.* p.85.

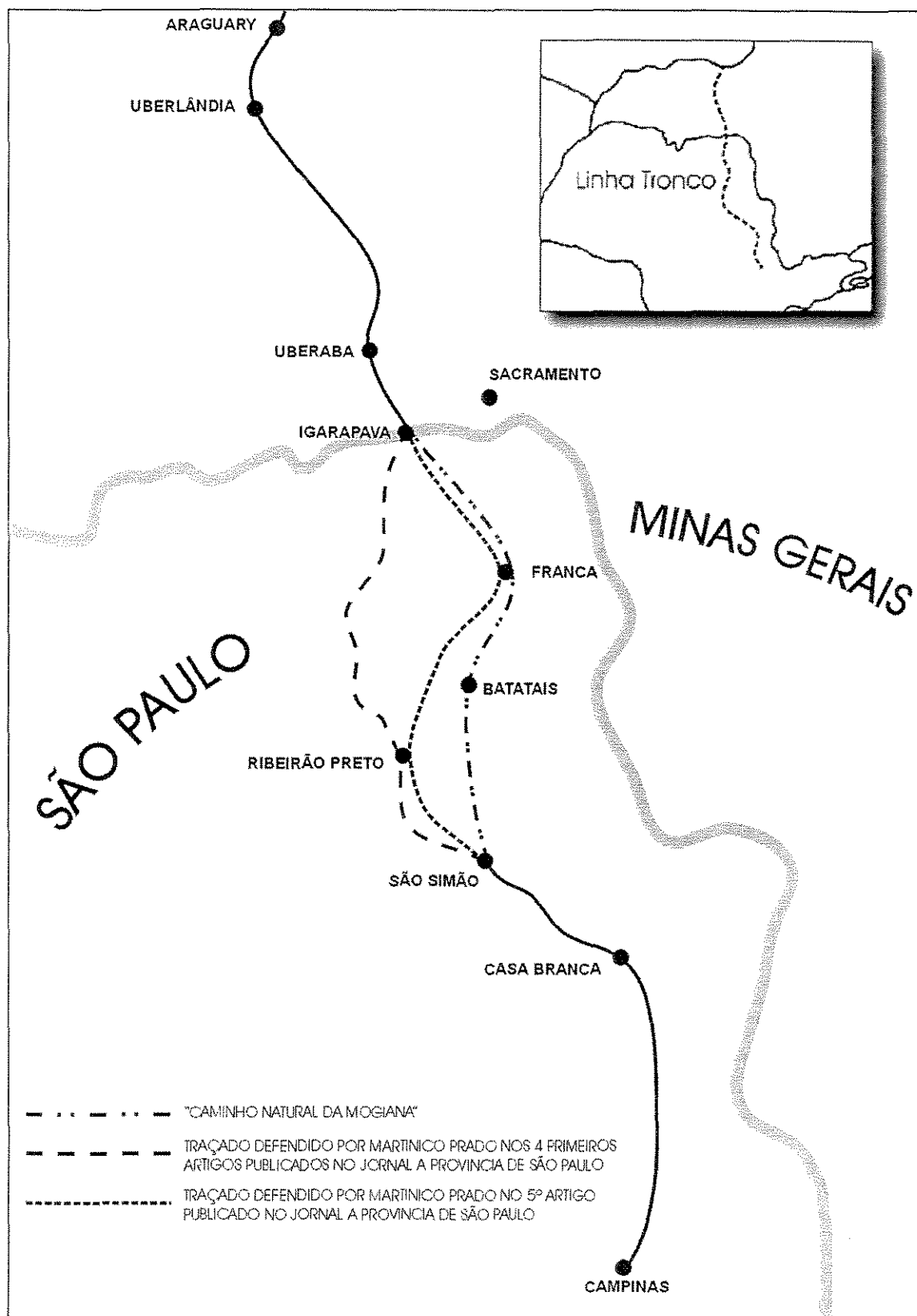
⁹⁶ A Mogiana tinha Uberaba como principal objetivo, assim, a estação de Sacramento foi erigida a 14 quilômetros da cidade. Para o transporte de cargas da zona urbana à estação foi construída em 1907 uma linha de bondes elétricos, viabilizada através de um consórcio entre os cafeicultores do município e uma Companhia alemã com sede no Rio de Janeiro. Para alimentar os Bondes de Sacramento concomitantemente foi erguida a Usina Hidrelétrica Cajuru, uma das primeiras do país. Foi a segunda linha de Bondes Elétricos construída no Brasil, a primeira ligava o centro de São Paulo à Barra Funda.

⁹⁷ Nas marchas e contramarchas da expansão da Mogiana Uberaba foi a única cidade que em nenhum momento se viu ameaça em não receber os trilhos. Desde a garantia de juros assinada por Theófilo Otoni passando pelas articulações de Martinho Prado Júnior, Uberaba sempre fora o ponto de destino. Fechando as portas para a Companhia Paulista e para a Rio-Minas, a aspiração da Mogiana de chegar naquela localidade nunca foi questionada. Quando o tentaram fazer, como por exemplo o deputado geral pelo 16º distrito mineiro Eduardo Montandon, que sugeriu a quebra do contrato que estabelecia esta cidade como ponto de destino, sentira-se o peso de nomes como os de Rui Barbosa e Rangel Pestana pressurosos em defender os interesses daquela localidade. Cf: *Jornal O Nono Distrito* de 08/12/1883. Uberaba era um ponto estratégico sob todos os aspectos, seja pela inquestionável força na economia mercantil do centro-sul - baseada sobretudo na pecuária - seja pela elite regional, que através deste tipo de economia ligada diretamente aos centros, forjou estreitos laços com a corte brasileira. Os pactos entre as elites e o comércio levaram este município a uma posição estratégica do ponto de vista da formação do Estado Nacional, e a uma posição privilegiada em relação aos caminhos da expansão ferroviária.

recusa pode se explicar pelas potencialidades desta região em relação à inserção na cafeicultura. É muito provável que Franca desde logo tenha mostrado diferenciais em relação aos padrões até então estabelecidos. A predominância da pequena e média propriedade, como vimos anteriormente, a não existência de terra roxa (como veremos adiante) e todo um conjunto populacional voltado a outras atividades de certa forma apresentariam resistências à implantação do café nos moldes até então aplicados, e os administradores que definiam os prolongamentos sabiam disso. Isso, com certeza, foi significativo.

Mapa 1: Idéias defendidas para o prolongamento da Mogiana entre São Simão e Igarapava.

Fonte: Adaptado de: *Jornal O nono districto* 1882-84.



Capítulo II

A Imigração e os domínios da produção:

Homens, Trabalho e Cafeicultura.

“Entremos num minifúndio do sertão nordestino ou num pequeno sítio de caipiras em São Paulo, aproximemo-nos de uma família de “moradores” do nordeste, visitemos uma ‘colônia’ da fazenda de café ou a casa de um trabalhador da usina, para ver a vida como ela é”.

É dispensável aqui reconstituir toda a trajetória das experiências com trabalho livre no século XIX², que passaram pelo sistema de parcerias, pela locação de serviços e chegaram ao colonato. Interessante, para uma síntese, é marcar duas fases cujo diferencial básico é o subsídio da passagem.

A primeira fase engloba desde os empreendimentos de Vergueiro iniciados em 1847, na fazenda Ibicaba (Limeira), até a década de 1870, onde a imigração, apesar de

¹ João Manuel CARDOSO DE MELLO & Fernando Antônio NOVAIS. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. IV. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, p. 576.

² Vários estudos enfocam estas experiências, merecendo destaque, sob nosso ponto de vista, os trabalhos de José de Souza Martins (1973-79), Emília Viotti da Costa (1979), Thomas Holloway (1984), Chiara Vangelista (1991), Pierre Monbeig (1984), Verena Stolcke (1986) e Maria Lúcia Lamounier (1988).

contar com o subsídio do Estado³, era um empreendimento de cunho privado⁴. Nesta fase o gasto inicial promovido pelo fazendeiro, constituído sobretudo pela passagem transatlântica, era aos poucos abatido à futura receita do imigrante, impondo ao trabalhador, antes livre, uma espécie de trabalho compulsório – e pior – obrigando-o aos poucos a comprar sua liberdade; levando, no âmbito do sistema, à quase inexistência prática de alguma diferença entre os escravos e os trabalhadores livres recém chegados: no limite, ambos inseriam-se na produção em forma de capital constante.

Numa situação de relações de trabalho assalariado plenamente constituídas, pedindo licença ao anacronismo, a composição orgânica do capital é bastante clara: os meios de produção estão contidos no investimento em capital constante e a força de trabalho está contida no capital variável, onde repousa a mais-valia, pois contrata-se não o trabalhador mas sim a força de trabalho. Na primeira fase da imigração para o Brasil o trabalhador aparece como investimento em capital constante, o que por pressuposto já anula a existência do trabalho assalariado e de um mercado de trabalho propriamente dito.

O resultado só poderia ser o fracasso. Para romper estes obstáculos era necessário promover alterações consideráveis nos mecanismos da imigração, começando por liberar o imigrante dos grilhões da passagem transatlântica. Para isso, os gastos com força de trabalho deveriam ser “socializados”, o que ocorreu com o esgotamento final do escravismo na década de 1880. Entra em cena o que entendemos como a segunda fase dos empreendimentos em imigração, de cunho eminentemente estatal. Nesta fase, onde os interesses do grande capital cafeeiro já estavam mais próximos do poder central e já

³ Para efetivar suas “experiências” Vergueiro recebeu a quantia de 20 contos de réis anuais, restituíveis após três anos, sem juros, e uma subvenção de 1500\$000 para cada lote de mil colonos. A partir desses estímulos, a firma Vergueiro & Cia passou a ser uma agenciadora de mão-de-obra estrangeira para as grandes plantações. Cf: Lúcio KOWARICK. *Trabalho e vadiagem*. A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987, p. 71-2.

⁴ Há aqui a necessidade de fazer menção aos esforços imperiais em estabelecer colônias de estrangeiros, apesar de que, segundo Furtado, estes empreendimentos careciam totalmente de fundamento econômico; tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, sobretudo daqueles cuja raça era distinta dos europeus que haviam colonizado o país. Cf: Celso Monteiro FURTADO. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1970. p. 124. As colônias eram amplamente subsidiadas e quando deixadas às suas próprias forças, definhavam, envolvendo na simples economia de subsistência.

“dominavam” o poder provincial⁵, o Estado custeava a passagem transatlântica e direcionava os núcleos familiares para o trabalho nas lavouras. A inter-relação entre governo provincial e sociedade paulista era tão intensa, no que toca à questão da mão-de-obra, que mesmo as iniciativas privadas para viabilizar a imigração, como foi o caso da Sociedade Promotora, eram vistas pela elite paulista de governantes não como um grupo usando recurso estatais para viabilizar interesses específicos, mas como uma extensão do ramo executivo com o propósito de realizar uma missão extraordinária⁶.

O objetivo era bem claro: reunir o maior número de homens previamente expropriados e alocá-los no campo de forma a garantir e ampliar a produção agrícola nacional. A célebre frase de Martinho Prado é muito reveladora: “os imigrantes que detêm algum patrimônio em nada nos interessam”

A partir de tais medidas a emigração para o Brasil aparece como uma das maiores em todo o mundo, sendo, na América, superado pelos Estados Unidos, Canadá e

⁵ Renato M. PERISSINOTTO identifica frações de classe no seio da elite cafeeira paulista, constituída por “lavradores” (fazendeiros de café), burguesia industrial e homens do grande capital cafeeiro mercantil-exportador (Os Prado, Queirós Telles, Pereira Barreto, Pais de Barros, etc.) que operavam em distintas fases da produção cafeeira (plantação, beneficiamento, Bancos, com ênfase na comercialização) e cujos interesses corriam em paralelo com o capital externo. O autor ressalta que “a classe dominante se compõe de elementos que se opõem, que lutam entre si. O bloco no poder representa uma unidade complexa e conflituosa, todavia com um elemento dominante (no caso o grande capital cafeeiro). É este último que, por ser dominante, assegura a unidade do bloco no poder, através do controle do aparelho estatal que concentra o poder de Estado, e se constitui na fração hegemônica. Ao analisar, por exemplo, as sucessivas defesas do café, constata que em todos os casos os benefícios se concentravam nas classes exportadoras, mostrando a subordinação tanto dos “lavradores” e dos industriais aos interesses políticos e econômicos da fração hegemônica de classe. Cf: *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994, p. 26 e seguintes.

⁶ Cf: Thomas H. Holloway. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 67.

Argentina⁷. É a partir desta segunda fase que a imigração para Franca assume significado, e nossa proposta a partir de agora é estabelecer uma análise quantitativa dos números da imigração para o município de Franca.

2.1 – “Números a construir”: os imigrantes em Franca

Enumerar os municípios mais procurados pelos imigrantes seria simplesmente repetir a lista dos centros cafeicultores na ordem de sua importância. De um total de 123.069 imigrantes distribuídos pelas fazendas de café de 1898 a 1902 um pouco mais da terça parte (49.799) concentraram-se em apenas cinco municípios: Ribeirão Preto (14.293), São Simão (7.837), São Carlos do Pinhal (7.739), Araraquara (7.679) e Jaú (6.191).

A estes enormes contingentes poder-se-iam juntar mais de 6.000 trabalhadores instalados a partir da margem direita do rio Mogi-guaçu. Jaboticabal inchava com o afluxo de 5.089 imigrantes, a região de Jaú recebia mais de 8.000 e os municípios situados além da margem do Tietê atraíram um grupo de 10.500 colonos. As regiões montanhosas da fronteira mineira e seus prolongamentos ocidentais também participavam da distribuição dos imigrantes, mas as cifras eram menos expressivas⁸. Apesar do menor número de

⁷ Na década de 1890, o Brasil superou a Argentina em números absolutos de entradas de imigrantes. Este país, em virtude da relação de dependência mais estreita que possuía com a Inglaterra, sentiu mais fortemente as consequências da chamada “grande depressão” do que o Brasil; estava mais exposta aos ciclos do capitalismo central. No período compreendido entre 1873 e 1896 a Inglaterra reduziu drasticamente a importação de produtos argentinos e a exportação de capitais para o mundo inteiro, impactando de forma direta no início e no fim dos circuitos de acumulação da economia argentina, reduzindo, consequentemente, os atrativos para a imigração. cf: Mario RAPOPORT. *Historia economica, politica y social de la Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000. Uma outra referência para esse assunto é o artigo de Douglas H. GRAHAM: Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro - 1800-1930. *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo, v.03, n. 01, p. 7-64, 1973. Interessante notar que a imigração, em termos de “projeto nacional”, no caso da Argentina, atinge outros contornos. Trata-se sobretudo de uma política de *povoamento*, uma vez que o país era um deserto demográfico e *racista*, onde o objetivo era “branquear” a população. No caso do Brasil tais fatores aparecem em menor escala sendo primordial os “braços para a lavoura”, exceção feita a Tavares Bastos, que apesar de um agrarista convicto, não defendia a imigração apenas como meio de obter mão-de-obra barata afim de evitar a falta de trabalhadores na lavoura; procurava inseri-la como parte de uma política global de modernização e democratização da sociedade brasileira, formulada dentro dos parâmetros do ideário liberal. Cf: Lígia OSÓRIO. Tavares Bastos e a questão agrária no Império. *História econômica, história de empresas*. Coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica, 1993. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 1998. p. 05.

⁸Pierre MONBEIG. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis. 1984. p.172.

imigração absoluta, em Franca a regra foi a mesma: o aumento da produção cafeeira correu paralelo ao número de entradas de imigrantes.

“Foi a ferrovia que trouxe a cafeicultura capitalista para Franca, como de resto as transformações dela decorrentes. Embora houvesse algumas fazendas de café, elas poderiam ser classificadas de inexpressivas frente às quantidades do produto que passaram a ser produzidas posteriormente, de modo que seria incorreto pensar a cafeicultura como tendo atraído a ferrovia, tanto quanto imaginar a existência de “cafelistas” de expressão no município antes da sua chegada... Portanto, não foi Franca que se ligou às demais cidades pela força de seus senhores, que, àquela altura, não se igualavam em expressão aos senhores do café, foi o complexo cafeeiro que projetou seus tentáculos por meio da ferrovia e fez reproduzir em Franca os padrões que o caracterizavam⁹”.

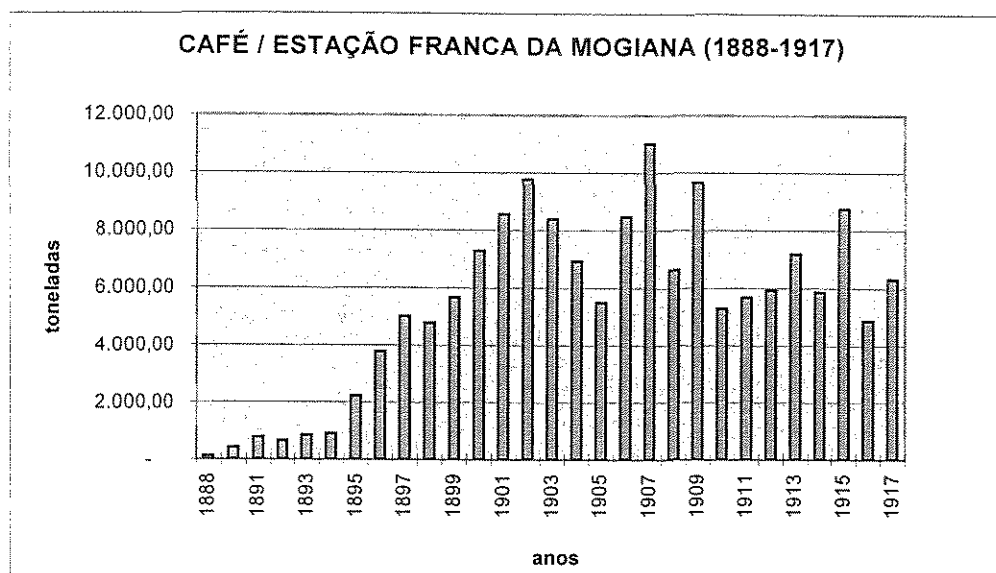
Com a chegada da ferrovia em 1887, a produção de café expandiu-se, partindo das 131,26 toneladas produzidas em 1888 atingindo já em 1898, apenas dez anos depois, a marca das 4.484,91 toneladas. Apesar da grande depressão que assolou o mundo entre 1873 e 1896, cuja superação constituiu a segunda revolução industrial, a produção cafeeira cresceu em todo estado de São Paulo. Beneficiados pela desvalorização do mil-réis em decorrência do encilhamento republicano, o câmbio garantiu a expansão e consequente lucratividade do café: vendia-se em dólares e pagava-se em mil-réis, e quanto maior a diferença entre as duas moedas, melhor¹⁰.

A década de 1880 marcou um período de implementação da cafeicultura na região e das políticas imigratórias em todo Estado. Na década de 1890 tem-se a explosão e consolidação do café como principal atividade econômica do município. A presença do imigrante era cada vez mais constante. Adiante trataremos das formas de produção restando, para o momento, apenas a relação de crescimento café/imigrantes.

⁹Pedro Geraldo TOSI. *Op. cit.* p. 87.

¹⁰ Para se ter uma idéia do crescimento da produção cafeeira paulista, em 1890 esta girava em torno dos dois milhões de sacas de 60 quilos, saltando para quase oito milhões em 1900. Cf: Thomas H. HOLLOWAY. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo. 1885-1915: Uma análise preliminar. *Revista de Estudos Econômicos*, vol.2, n.6. 1972. p.145-180. A desvalorização do mil-réis em relação ao dólar foi progressiva em toda a década de 1890; tal década iniciou-se com o mil-réis valendo US\$ 0.54 e terminou com a moeda brasileira valendo US\$ 0.19. Este modelo de crescimento da produção ancorado no câmbio encontrou seu esgotamento já em 1905-6, como veremos adiante, sendo necessária a intervenção do governo postulada no Convênio de Taubaté.

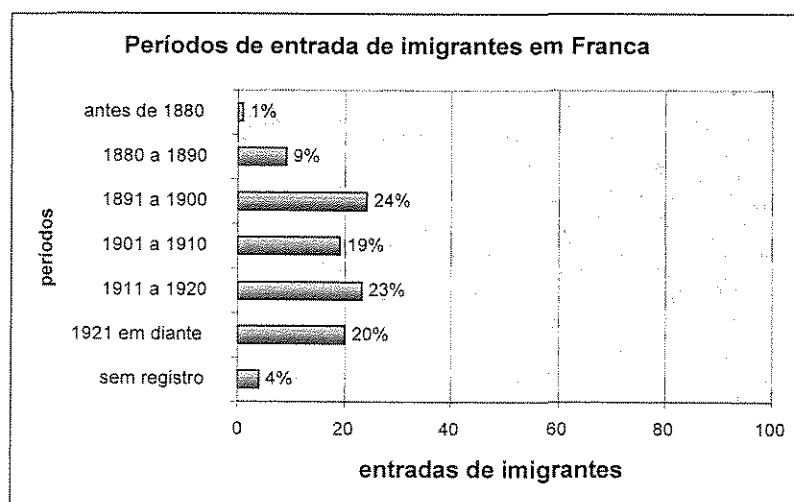
Estograma 1 - Produção de Café em Franca de 1888 a 1917



Fonte: Pedro Geraldo TOSI. Op. cit. p.91.

Ainda não conseguimos uma fonte que nos fornecesse o número absoluto dos imigrantes e suas respectivas datas de entrada em Franca, mas cruzando os dados de José Francisco de Camargo, com os do registro geral de imigrantes, de 1939, que pesquisamos no Arquivo Histórico Municipal de Franca, chegamos a hipóteses bastante plausíveis. Segundo o registro são estes os percentuais de entradas de imigrantes em Franca entre 1880 e 1940:

Gráfico 2 – Períodos de entrada de imigrantes em Franca



Fonte: Registro geral de Imigrantes. Valores percentuais da amostragem composta de 930 imigrantes.

Projetando estes valores relativos, derivados da amostragem, no valor absoluto de imigrantes no município, apontado por Camargo na década de 1920, a saber, 6.193, e contrastando com a população total também registrada pelo autor, teríamos o seguinte volume absoluto de entrada de imigrantes e a correspondente proporção em relação à população total:

Tabela 1 - Entrada de imigrantes em Franca de 1880 a 1920.

Período	Nº de entrada de imigrantes	População total de imigrantes	População Total do Município	% de imigrantes em relação à pop. total da década
Antes de 1880	101	101	8.248 hab.	1,22%
de 1880 a 1890	793	894	10.040 hab.	8,90%
De 1891 a 1900	1943	2837	12.425 hab.	22,83%
de 1901 a 1910	1503	4340	15.491 hab.	28,01%
de 1911 a 1920	1853	6193	29.000 hab.	21,35%

Fonte: Projeção dos dados do Registro Geral dos Imigrantes nos de José Francisco de CAMARGO. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. vol. II. São Paulo: IPE/FIPE. 1981. p. 40 e 51. Alcançamos o valor 6193 para a população imigrante em 1920 agregando os 249 sem registro de ano de chegada.

Cabe ressaltar que os números de entradas de imigrantes apontados por Camargo não correspondem exatamente a esta relação feita. Segundo seus dados existiam **6.193** imigrantes em Franca no ano de 1920, dos quais **3.111** chegaram entre 1900 e 1910 e **843** entre 1910 e 1920. Subtraindo a soma destes dois períodos do valor total registrado em 1920, teríamos **2.239** imigrantes vivendo em Franca antes de 1900. Mas em se tratando de populações não podemos aplicar a objetiva lógica da subtração, pois esta desconsidera o índice de mortalidade.

Segundo os dados que estamos utilizando chegaram em Franca, antes de 1900, **2.837** imigrantes, uma diferença de **598** imigrantes a favor destes dados em relação à subtração realizada nos dados de Camargo. Já no período entre 1900 e 1920 entraram em Franca, para Camargo, **3.954** imigrantes e segundo as nossas projeções **3.356**, a mesma diferença de **598**, só que agora a seu favor. Isso confirma, muito provavelmente, o número de imigrantes mortos entre 1880 e 1920: **598**, o que equivale a uma taxa de mortalidade de 9,56% em 40 anos ou, se considerada anualmente, uma taxa de mortalidade de 0,24%. Possivelmente estes 598 imigrantes viveram no primeiro período (1880-1900), e por isso a

diferença aparece a nosso favor, e morreram entre 1900 e 1920, não sendo o número de mortes considerado por Camargo, por isso a diferença a seu favor.

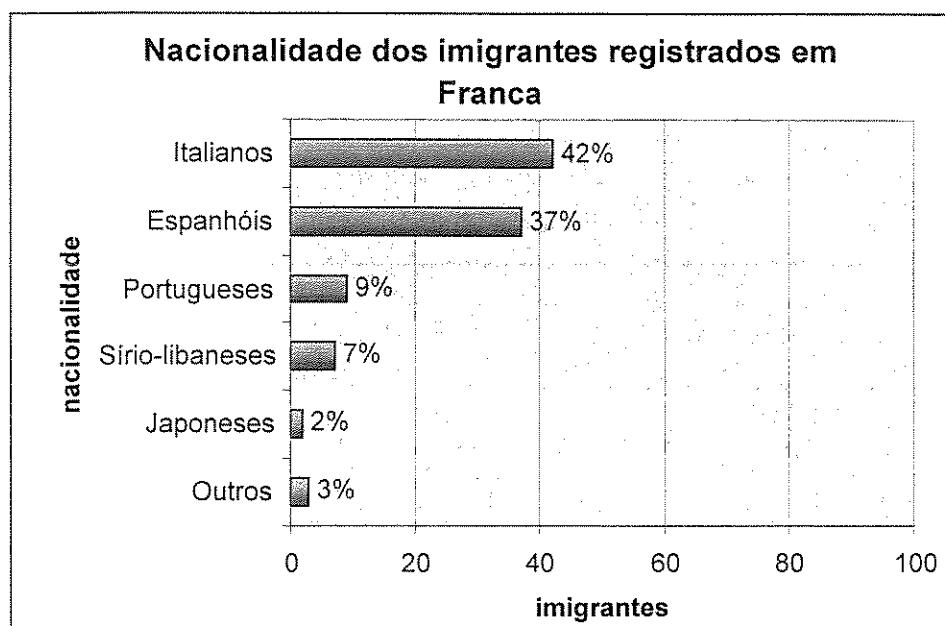
Outro fator que pode explicar a diferença pode ser o fato de Camargo projetar os dados do censo IBGE de 1920 e retrocedê-los ao passado, justamente quando nós partimos de dados concretos sobre a entrada de imigrantes em períodos distintos. Os documentos gerais são a tônica nas fontes sobre a imigração, ora ou outra diferentes autores se deparam com a mesma fonte; assim, seria muito lógico que uma fonte mais específica, como é o caso do registro geral de imigrantes apontasse diferenças consideráveis.

O grande momento de imigração para Franca situa-se entre a década de 1890 e 1920, com leve declínio entre 1901 e 1910, justamente onde Camargo aponta o maior número de entradas, 3.111. Testando a veracidade do Registro Geral e dos dados referentes ao número de estrangeiros antes de 1880 (uma raridade na maioria dos municípios), poderíamos estabelecer uma comparação entre esta fonte e o Censo Imperial de 1872. Segundo este Censo residiriam em Franca, neste ano, 425 estrangeiros, dos quais 340 eram africanos e apenas 85 eram europeus¹¹. Chegamos, com o Registro Geral, a um número bem próximo: 101 imigrantes europeus, na maioria espanhóis e italianos.

Prosseguindo com Camargo, dos 6.193 imigrantes alocados em Franca em 1920, 2.889 eram italianos, 2.281 espanhóis, 617 portugueses, 34 alemães, 28 japoneses e 344 pertencentes a outras nacionalidades. Cruzando estes dados com os do registro geral de imigrantes curiosamente encontramos uma concordância quase que total entre as fontes, cujas variações não ultrapassam 1% ou 2%, exceção feita aos italianos, que para Camargo compunham aproximadamente 47% do contingente imigrante do município, e para nós, embasados no Registro Geral, 42%.

¹¹ Entre estes 85 europeus 6 eram alemães, 1 era francês, 7 eram italianos e 71 eram portugueses. Cf: Recenseamento Geral do Império de 1872.

Gráfico 3 - Nacionalidade dos imigrantes registrados em Franca.



Fonte: Registro geral de Imigrantes. Valores percentuais da amostragem composta de 930 imigrantes. A legenda "outros" compreende argentinos, armênios, franceses, iugoslavos, poloneses, romenos, russos e suecos.

Este gráfico foi extraído do conjunto de entradas registrado na fonte que utilizamos, mas na medida em que consideramos o período e retroagimos no tempo prevalece quase que absolutamente a imigração italiana, já que o grande momento de imigração das outras nacionalidades foi posterior à grande imigração italiana. Os italianos prevaleceram em números absolutos entre 1880 e 1900, a partir desse período o número de entrada de espanhóis prevalece sendo também crescente o número de entradas de outras nacionalidades. A imigração árabe e japonesa, por exemplo, encontrarão o seu ápice nas décadas de trinta e quarenta.

Tabelas 2 – Entrada periódica de imigrantes em Franca – Valores Absolutos e Relativos

Nacionalidade	Antes de 1880	De 1880 a 1890	De 1891 a 1900	De 1901 a 1910	De 1911 a 1920	De 1921 em diante	Sem Registro
Espanhóis	4	7	41	86	134	64	3
Italianos	7	72	173	60	45	33	4
Japoneses	0	0	0	0	1	15	0
Sírio-libaneses	0	0	5	12	13	39	0
Portugueses	0	8	14	16	22	22	2
Outros	1	9	1	6	7	1	3
Total	12	96	234	181	222	174	11

Nacionalidade	Antes de 1880	De 1880 a 1890	De 1891 a 1900	De 1901 a 1910	De 1911 a 1920	De 1921 em diante	Sem Registro
Espanhóis	1%	2%	12%	25,7%	39,5%	19%	0,8%
Italianos	1,7%	18,6%	44%	15,3%	11,4%	8%	1%
Japoneses	0%	0%	0%	0%	6,25%	93,75%	0%
Sírio-libaneses	0%	0%	7,2%	17,4%	18,8%	56,6%	0%
Portugueses	0%	9,5%	16,6%	19%	26,3%	26,3%	2,3%
Outros	3,5%	34,5%	3,5%	22%	22%	26%	10%
Total	1,3%	10,3%	25,3%	19,3%	23,8%	18,7%	1,3%

Fonte: Registro geral de imigrantes. Amostragem de 930 imigrantes.

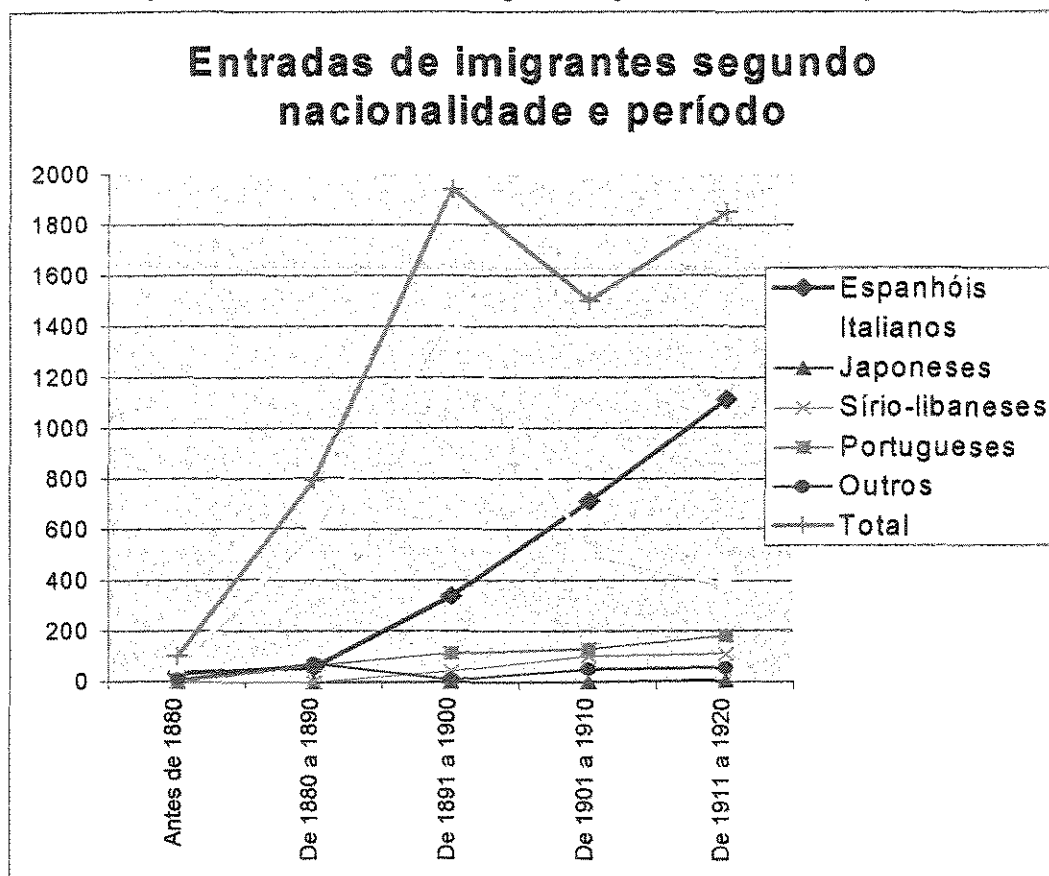
Se a estas proporções, calculadas a partir do Registro Geral de Imigrantes, jogarmos os dados de população absoluta de imigrantes em 1920, apontados por Camargo (6.193) chegaremos aos seguintes números de entradas segundo nacionalidade e período. Cabe destacar que consideramos a fonte que utilizamos, que traz cerca de mil nomes de imigrantes, representativa do volume total de entradas no município:

Tabela 3 – Números absolutos de entrada de Imigrantes

Nacionalidade	Antes de 1880	De 1880 a 1890	De 1891 a 1900	De 1901 a 1910	De 1911 a 1920
Espanhóis	34	59	339	714	1114
Italianos	59	594	1438	505	378
Japoneses	0	0	0	0	8
Sírio-libaneses	0	0	43	103	112
Portugueses	0	66	115	131	183
Outros	8	74	8	50	58
Total	101	793	1943	1503	1853

Fonte: Proporção entre os dados do Registro Geral de Imigrantes – amostragem de 930 imigrantes – e o valor absoluto apontado por José Francisco de Camargo para o ano de 1920. Op. Cit. p. 40 e 51.

Gráfico 4 – Fluxo de entrada de imigrantes segundo nacionalidade e período.



Fonte: Derivado da tabela 2

Os japoneses aparecem em número ínfimo, apenas oito de 1911 a 1920, o que nos leva a pensar que não encontraram na região as condições necessárias para o trabalho com hortaliças e frutas, tradicionalmente identificado com esta etnia, o que vem justamente ao encontro da conformação da propriedade expressa na introdução: uma vez que predominava na região pequenas e médias extensões, e registrava-se uma população considerável, torna-se linear um raciocínio onde as terras estavam ocupadas, obstando o acesso dos japoneses e, além disso, como veremos adiante, vigorava na região uma produção de alimentos já estabelecida, obstando a participação dos japoneses no mercado. No conjunto dos sírio-libaneses, que aparecem a partir de 1890 e atingem maior volume depois de 1920, é forte a atividade comercial. Até o final da década de 1890, por exemplo, foram registrados 123 pedidos de licença de árabes para exercer atividades comerciais, das

quais 86 referem-se à mascatiação¹². Os portugueses, que constituíram 9% da imigração para o município diluíram-se em atividades das mais variadas: comércio, lavoura, indústrias... mas em nenhuma delas aparecem com grande destaque.

No Brasil, partindo-se do volume total, a imigração italiana foi a maior, seguida da portuguesa e da espanhola; já no estado de São Paulo os valores se invertem e os espanhóis aparecem como o segundo maior contingente. Interessante é notar a grande presença de espanhóis em Franca a partir da década de 1890. Segundo José de Souza Martins a imigração espanhola no Brasil predominou sobre a italiana de 1905 a 1919, e em São Paulo de 1905 a 1920¹³. Neste período o fluxo de emigração italiana havia sido bruscamente interrompido; um dos fatores foi o decreto *Prinetti*, promulgado em 1902 proibindo imigração subvencionada para o Brasil face às duras condições encontradas em terras *tupiniquins*. Neste período a Espanha, além das crises estruturais que assolaram toda a Europa Meridional, sofreu as consequências de uma crise conjuntural, sobretudo na Andaluzia, passando por intensas crises econômicas que tiveram como desfecho a imigração para a América.

Por serem estes dois, o italiano e o espanhol, os maiores contingentes de imigrantes no município, constituindo 79% do valor total, partimos agora para uma comparação... elucidativa do ponto de vista das futuras atividades econômicas, da divisão e do mercado de trabalho, e essencial para apreendermos a sociedade que se constitui.

2.2 – “*Fare América, Hacia America*”. Italianos e Espanhóis: comparações e origens.

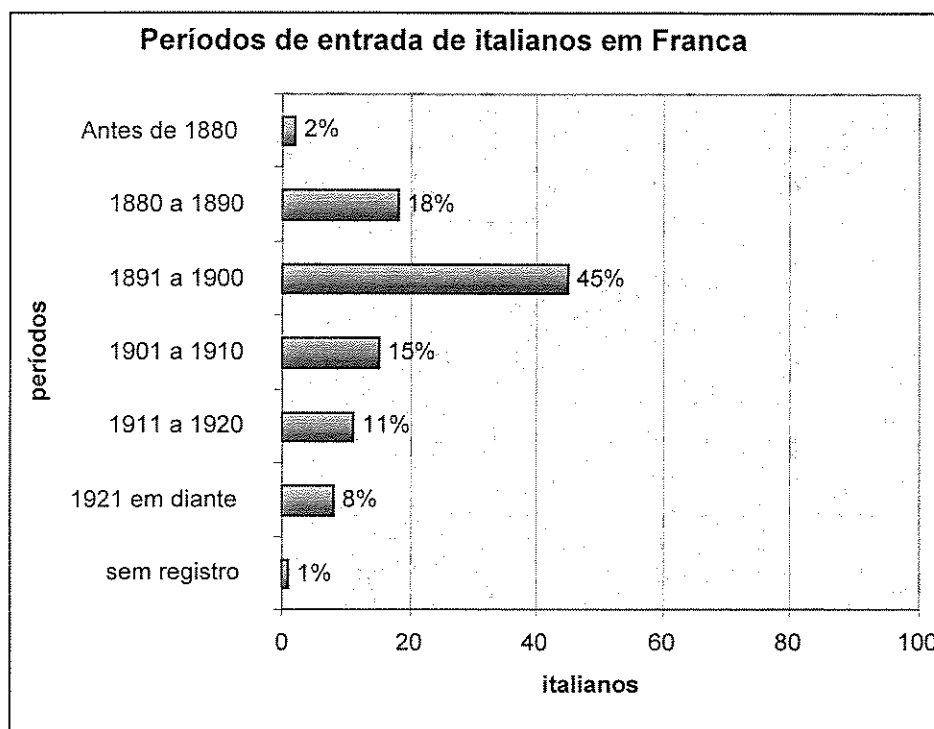
Aqui faremos uma comparação entre os maiores contingentes de imigrantes que formaram a população francana entre 1880 e 1920, o italiano e o espanhol. Mas ao tratarmos destes dois grupos devemos considerar não só sua presença na região de Franca, mas também os fatores de expulsão de sua terra natal, o que faremos num segundo momento. A

¹²Hercília Mara Facuri COELHO. *Imigração e História local: Sírios e libaneses em Franca*. Franca: Unesp-FHDSS. Tese de Livre-docência. 1998. p.103.

¹³José de Souza MARTINS. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. *Revista de História - USP*. n. 121. São Paulo, 1989. p.07.

imigração italiana para o estado de São Paulo, como também na região de Franca, atingiu seu ápice entre 1890 e 1900; neste período emigram para o Brasil cerca de **492.261** italianos¹⁴, dos quais **1.438** foram para Franca segundo os cálculos do tópico anterior. Emigraram também **59** antes de 1880, **594** entre este ano e 1890, **505** entre 1900 e 1910 e **378** de 1910 a 1920. No geral **1.243.581** italianos vieram para o país¹⁵.

Gráfico 5 – Períodos de entrada de italianos em Franca



Fonte: Derivado da tabela 9

A relação café/imigração, uma como propulsora da outra, é muito clara neste período. O ápice da chegada dos italianos corresponde diretamente à expansão da cultura cafeeira no município. Somente os italianos respondiam por mais de 80% da imigração para o Franca em todo o século XIX. Todavia, a partir do século XX o volume de italianos vai sendo superado pelo volume de espanhóis, fenômeno recorrente em todo o estado de São Paulo. Já na década de 1910 a emigração da Itália foi superada.

¹⁴ Angelo TRENTA. *Do outro lado do Atlântico*. Um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto cultural ítalo-brasileiro. 1998. p. 39 e 60.

¹⁵ *Idem, ibidem*. p. 39 e 60.

Outra justaposição entre o volume de imigração italiana para o Brasil e para Franca pode ser feita partindo-se da região de origem dos imigrantes. Grande parte, em nível nacional, era oriunda do Vêneto (29,4%), ocorrendo o mesmo para o município: 34% vieram desta região. Tem-se abaixo os valores percentuais da imigração regional italiana para o Brasil e para Franca:

Tabela 4 – Composição regional da imigração italiana para o Brasil.

Região da Itália	Porcentagem	Região da Itália	Porcentagem
Piemonte e Vale de Aosta	3,24%	Lazio	1,28%
Ligúria	0,75%	Abruzzi e Molize	7,46%
Lombardia	8,51%	Campania	13,26%
Vêneto e Friuli	29,40%	Puglia	2,98%
Emília e Romanha	4,81%	Basilicata	4,21%
Toscana	6,51%	Calábria	10,47%
Marcas	2,01%	Sicília	3,67%
Úmbria	0,95%	Sardenha	0,49%

Fonte: Adaptado de Angelo TRENTO. Op. cit. p. 39 e 60.

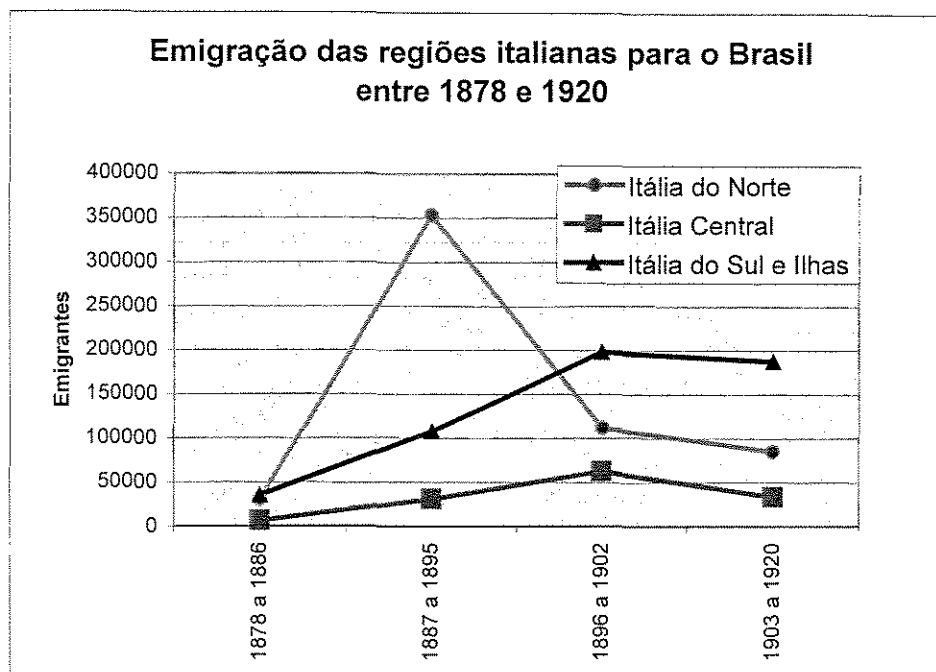
Tabela 5 – Composição regional da imigração italiana para Franca.

Região da Itália	Porcentagem	Região da Itália	Porcentagem
Piemonte e Vale de Aosta	3%	Abruzzi e Molize	1%
Ligúria	2,25%	Campania	5%
Lombardia	6%	Puglia	0,25%
Vêneto	34%	Basilicata	1,25%
Emília e Romanha	5%	Calábria	5%
Toscana	3%	Sicília	1%
Marcas	2%	Sardenha	0,25%
Umbria	1%	Friuli	3%
Lazio	6%	Total	100%

Fonte: Registro Geral de Imigrantes. Amostragem dos 394 italianos que compõem a fonte. Diferentemente de Trento, separamos os imigrantes do Vêneto dos de Friuli

A emigração norte-italiana para o Brasil, apesar de intensa, dominou de 1880 a 1900, ano em que foi sobrepujada pela emigração sulina, sobretudo da Sicília e da Calábria. Entretanto as porções meridionais em nenhum momento registraram o volume de emigração ora antes alcançado pelo norte, como demonstra o gráfico abaixo:

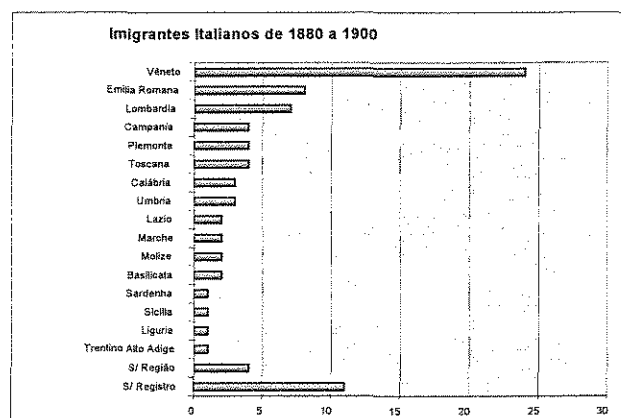
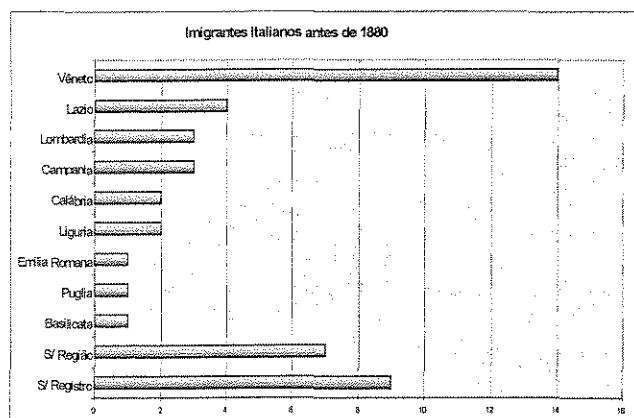
Gráfico 6 – Emigração das regiões italianas para o Brasil entre 1878 e 1920.

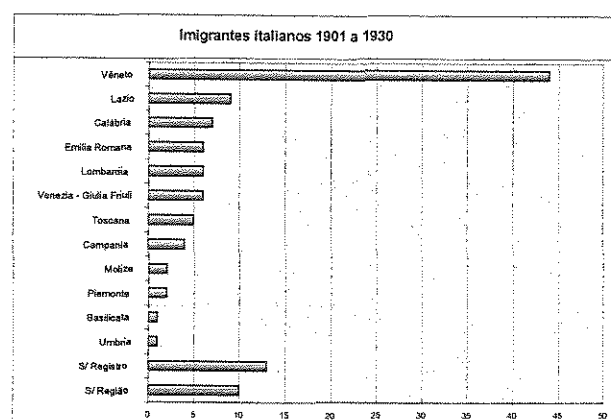
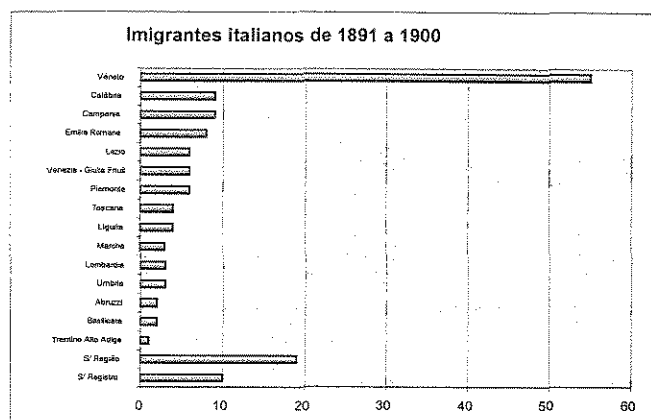


Fonte :Adaptado de Angelo TRENTA. *Op. cit.* p. 39 e 60.

Esta decadência da emigração setentrional não se traduziu para os dados de Franca; mesmo considerando que a partir de 1900 o volume de entrada de italianos foi decrescente, o norte (Piemonte, Vale da Aosta, Ligúria, Lombardia, Vêneto, Friuli e Emília Romana) em nenhum momento teve a sua preponderância ameaçada pelo sul (Abruzzi, Molise, Campania, Puglia, Basilicata, Calábria, Sicília e Sardenha). Observando os vários períodos de entrada de imigrantes em Franca, registrados nos gráficos abaixo percebemos a liderança incontestável exercida pela porção setentrional, sobretudo pelo Vêneto, seguido de ora lazianos, ora emilianos e ora calabreses.

Gráfico 7 – Italianos em Franca segundo região de origem 1880-1930





Fonte: Registro Geral de Imigrantes. As amostragens são compostas por 47, 116, 147, 84 imigrantes respectivamente

Entre as províncias do Vêneto destacaram-se na emigração para o município as de Rovigo (41%), Verona (19%), Treviso (16%), Pádua (15%) e Vicenza (6%), somando as demais províncias desta região apenas 3% .

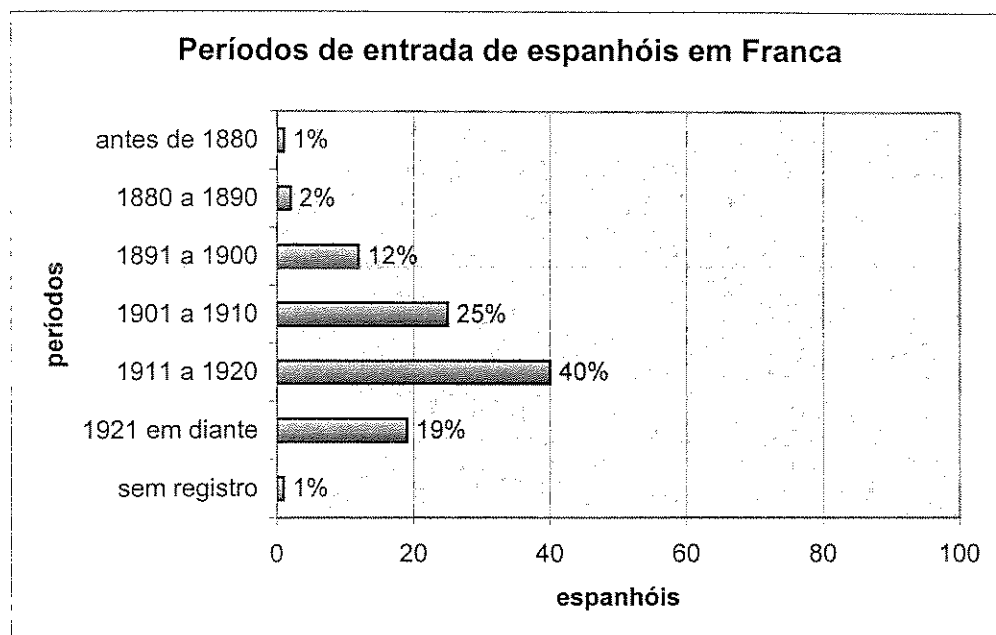
Já entre os espanhóis o maior destaque na emigração para Franca cabe aos andaluzes, estes chegaram a compor quase 70% dos espanhóis na região, conforme nos evidencia a tabela abaixo:

Tabela 6 – Emigração das regiões da Espanha para Franca

Regiões da Espanha	Porcentagem	Regiões da Espanha	Porcentagem
Galícia	1,46%	Aragão	0%
Castela Leão	10,50%	Valência	0.8%
Catalunha	0%	Cantábria	0%
Vascongadas (País Basco)	0%	Navarra	2.24%
Extremadura	0.6%	Castela la Mancha	0.6%
Andaluzia	67%	S/ Registro	8%
Murcia	0.8%	S/ Região	7%
Astúrias	0.8%	Total	100%

Fonte: Registro Geral de Imigrantes. Amostragem dos 341 espanhóis que compõem o documento.

Gráfico 8 – Períodos de entrada de espanhóis em Franca



Fonte: Registro Geral de Imigrantes. Amostragem dos 339 espanhóis que compõem a fonte.

A imigração espanhola para o Brasil prevaleceu sobre a italiana de 1900 a 1920, chegando o número de emigrações daquele país, neste período, à casa das **59.836**¹⁶, dos quais **1.928** foram para Franca. A preponderância da Andaluzia sobre as demais regiões mostrou-se flagrante compondo **67%** da emigração espanhola para o município, seguida de longe pela região de Castela e Leão, que contribuiu com 10,5%.

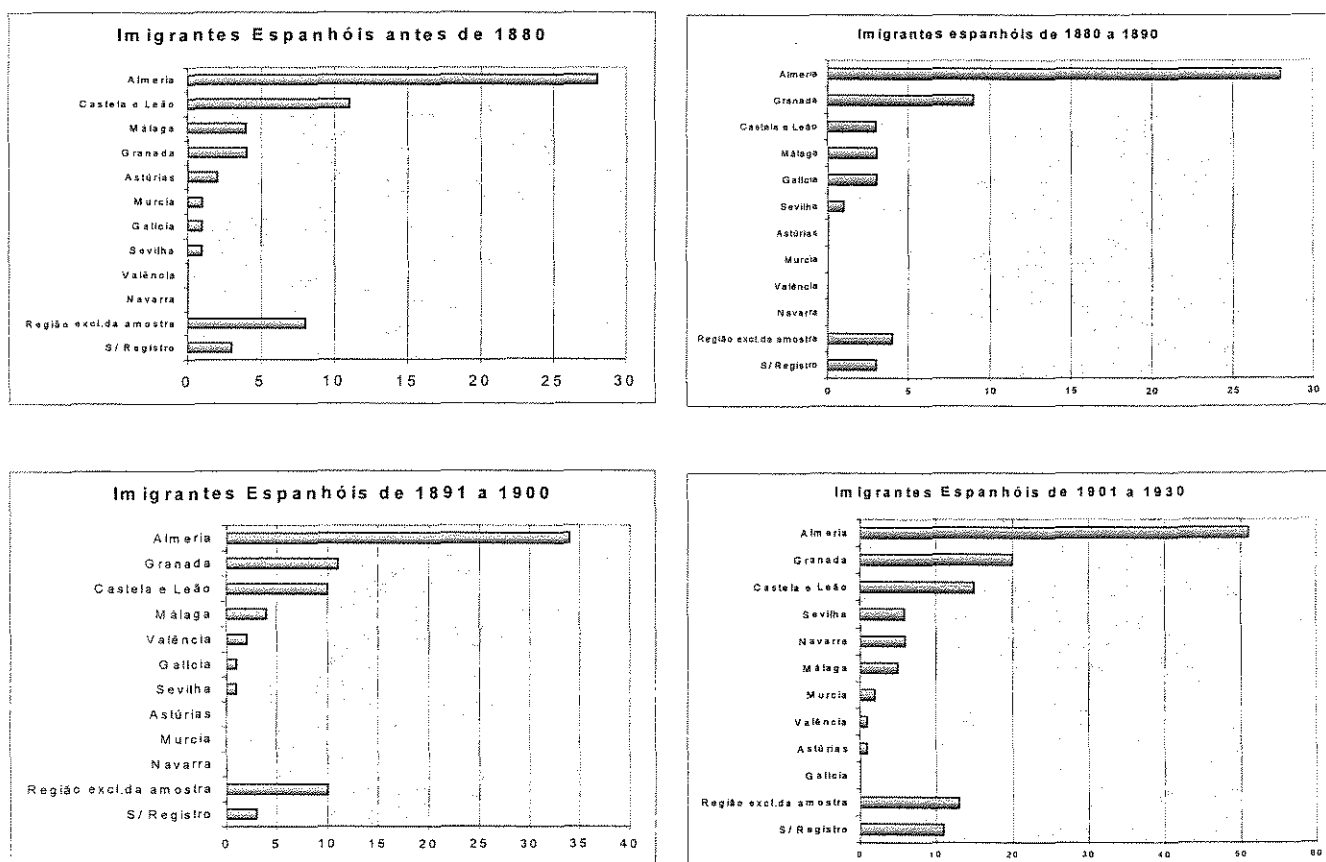
Dentre as províncias que compõem a Andaluzia merece destaque a Almeria, que mesmo na remota emigração praticada antes de 1900 já compunha em condição quase que absoluta a população espanhola no município, e conforme cresciam as dimensões de tal fenômeno, esta província consolidava ainda mais sua posição. Da emigração andaluz para Franca a Almeria contribui com 66% do valor total, seguida por Granada (18%), Málaga (8%), Sevilha (5%) e Cadiz (1%), somando as demais províncias apenas 2%.

Tem-se na seqüência o gráfico que demonstra os distintos períodos de entrada de espanhóis em Franca, e a Almeria em nenhum momento foi ameaçada:

¹⁶ Herbert S. KLEIN. *A imigração espanhola no Brasil*. São Paulo: Ed. Sumaré: FAPESP, 1994. p. 37.

Tanto a emigração espanhola quanto a italiana foram derivaram de uma única e exclusiva causa: a miséria. No caso italiano o processo de modernização no campo – a conhecida revolução agrícola – teve como principal consequência a concentração de propriedades. Resultado: inúmeros proprietários perderam suas terras restando apenas a opção de atravessar o Atlântico. Para se ter uma idéia deste processo de extinção das pequenas propriedades entre 1875 e 1881 61.831 deixaram de existir e entre 1886 e 1900 215.759¹⁷ foram incorporadas pela grande indústria agrícola que doravante se estabelecia na Itália, sobretudo na porção setentrional, em todos os momentos mais avançada no processo de modernização.

Gráfico 9 – Espanhóis em Franca segundo região de origem 1880- 1930



Fonte: Registro Geral de Imigrantes. Amostragem de 64, 55, 78 e 142 imigrantes respectivamente

¹⁷ Angelo TRENTA. *Op. cit.* p. 31

O fator demográfico também contribuiu para o grande aumento do número de emigrações no fim do século XIX. O considerável crescimento da taxa de natalidade e a queda na de mortalidade são aspectos a se considerar, todavia o motivo principal da emigração italiana foi estruturalmente a disseminação das relações capitalistas de produção nos campos deste país aliada a um dado conjuntural: a depressão agrícola dos anos de 1880, que provocou uma crise na disponibilidade de alimentos¹⁸. Sem propriedade, sem trabalho e sem comida... motivos essenciais da emigração estavam colocados.

No caso da emigração espanhola encontramos, assim como na italiana, a união de fatores estruturais e conjunturais. A Espanha em nível estrutural também sofreu o mesmo processo de disseminação das relações capitalistas de produção, próprias de um processo universal de formação do capital, todavia, diferentemente da Itália esta não foi a principal causa – apesar de em muito contribuir. A agricultura espanhola, em específico a andaluz, sempre teve como marca indelével um baixo nível de tecnologia.

Um dado conjuntural importante foi a crise que se estendeu na produção vinícola de 1880 a 1910 motivada pela “*filoxera*”, praga que em período anterior atingira também as vinícolas francesas¹⁹. Esta crise desestabilizou a conformação da pequena propriedade na Andaluzia oriental (Almeria, Málaga, Granada e Cádiz) sendo o motivo da ruína de uma considerável massa de camponeses e da correlata emigração para outras regiões do mundo e da própria Andaluzia.

Na porção ocidental (Sevilha, Córdoba, Jerez de la Frontera) a “*filoxera*” foi vencida mais rapidamente e já na década de 1890 foi superada. Deve-se essa rápida superação ao fato de os latifúndios prevalecerem nessa porção andaluz, o que significa uma possibilidade maior captação de recursos direcionados ao combate da praga. As vinhas marginais e oriundas dos minifúndios próprias da Andaluzia oriental foram as mais afetadas, sendo justamente os “outrota” proprietários os principais componentes das fileiras da emigração. Os processos de emigração-imigração nas províncias andaluzes

¹⁸Angelo TRENTO. *Op. cit.* p. 32

¹⁹Antonio M. BERNAL. La emigración da Andalucía. In: Nicolas SANCHEZ-ALBORNOZ (org.). *Españoles hacia America*. La emigración en masa, 1880-1930. 2. Ed. Madrid: Alianza Editorial, 1995, p. 152 e seguintes.

apareceram diretamente ligados à estrutura da propriedade agrária dominante, em absoluto grau nas pequenas propriedades e em volume muito menor nas regiões de latifúndios.

A explicação dos motivos da emigração italiana e espanhola faz-se necessário para diagnosticarmos que ambos possuíam, em grande maioria, uma experiência como proprietários. A mentalidade que se forjou em torno da mesma também emigra para o Brasil e vai relacionar-se com as condições existentes no país.

2.3 – A pleno vapor: a cafeicultura na década de 1890.

Observemos o gráfico 1 do primeiro capítulo. Entre os anos de 1890 e 1900 o número de contratos de trabalho envolvendo café atingiram o ápice. Neste período foram lavrados 128 escrituras de um total de 271 lavradas entre 1866 e 1920. Isso significa que 47,23% dos contratos foram feitos nesta década; é este o tempo da transformação, que dá-se sob a forma de colonato, envolvendo sobretudo imigrantes italianos. Neste período foram formados e/ou tratados cerca de 18.549.000 cafeeiros, número ao qual chegamos somando os cafeeiros envolvidos nos contratos do período em questão. Claro que este número deveria ser bem maior, uma vez que 14,8% dos contratos não nos fornece o números de cafeeiros plantados e/ou cultivados. Obtivemos, com estes números uma média de 14.491 cafeeiros por contrato, mas na verdade esta média não é muito elucidativa pois estamos operando num universo onde o contrato que envolve o menor número de cafeeiros gira em torno de 2.000 e o maior em torno de 100.000 pés. Nos contratos das duas décadas anteriores raridade é encontrar algum envolvendo mais do que 5.000 cafeeiros, exceção feita a duas escrituras²⁰. Já na década de 1890, como demonstra a tabela abaixo, 28,1% dos contratos situam-se na faixa entre cinco e dez mil cafeeiros, todavia a faixa entre onze e vinte mil também alcança destaque, compondo 14% dos contratos desta década. Também considerável são os vinte e seis contratos onde o número de cafeeiros envolvidos não ultrapassa cinco mil, compondo 20,3% dos contratos.

²⁰ Aqui nos referimos ao contrato lavrado em 1879 entre o Alferes José Theodoro de Mello e Torquato Theodoro de Souza, que envolvia 10.000 cafeeiros (Livro de Notas n. 33, fls. 94-95, 1º Ofício Cível), e ao contrato lavrado em 1880 entre Belmiro Urias Barbosa Lima e Rozendo Fernandes da Cunha, junto com sua mulher e filhos, todos vindos da Bahia, que envolvia 20.000 cafeeiros (Livro de Notas n. 34, fls. 72-73, 1º Ofício Cível)

Tabela 7 – Número de cafeeiros envolvidos nos contratos entre 1890-1900.

Número de Cafeeiros	Contratos	(%) Porcentagem
até 5.000	26	20,3%
de 5.000 a 10.000	36	28,1%
de 11.000 a 20.000	18	14%
de 21.000 a 30.000	14	11%
de 31.000 a 40.000	4	3,1%
de 41.000 a 50.000	3	2,3%
de 51.000 a 60.000	2	1,5%
de 61.000 a 70.000	3	2,3%
de 71.000 a 80.000	1	0,8%
de 81.000 a 90.000	1	0,8%
de 91.000 a 100.000	1	0,8%
Contratos sem número de cafeeiros	19	15%
- TOTAL	128	100%

Fonte: Livros de Notas do 1º e 2º Ofícios Cíveis

Como uma pessoa pode assumir o trato de 2.000 cafeeiros e outra o trato de 30.000? A resposta liga-se ao núcleo familiar, ou melhor, ao número de braços que em uma família podem ser úteis à lavoura. A família constitui-se como a célula básica das relações de trabalho na transição do escravismo ao assalariamento, esteve presente como conformação dominante nas variadas formas de trabalho que se estabeleceram entre um e outro; seja na parceria, na locação de serviços e sobretudo no colonato.

O que é o colonato? É quase unânime a resposta. Verena Stolcke, Thomas Holloway, Brasília Sallum Jr. e José de Souza Martins o definem como uma combinação de salário anual, ganhos por empreitada e acesso às lavouras de subsistência. Nas palavras de Sallum Jr. no colonato “as pessoas se comprometiam, por contrato, a realizar um certo número de tarefas pelas quais recebiam remuneração em dinheiro. Basicamente tais tarefas consistiam em: cultivo anual de um certo número de pés de café, pelo qual recebiam uma remuneração em dinheiro, variável segundo o número de pés e paga em parcelas trimestrais, ou bimestrais ou mensais {isso é discutível}; participação na colheita, pela qual auferiam dinheiro conforme a quantidade apanhada e entregue; serviços extraordinários, à parte do cultivo do cafezal e da colheita, pelos quais recebiam segundo o tempo de trabalho – dias ou horas – ou, eventualmente, conforme as tarefas executadas.” Ainda, com o autor,

“o acesso à terra para cultivo de alimentos era uma forma de rebaixar os gastos do fazendeiro em forma de capital variável²¹”.

Constitui-se o colonato na soma de três formas: trabalho anual, empreitada e acesso a terrenos para plantio de alimentos. As duas primeiras, de pressuposto, são monetárias, a segunda entre como paliativo para o rebaixamento das contas em dinheiro, apesar de sua mensuração ser impossível. Na verdade, a ausência de capital acompanhava grande parte dos fazendeiros paulistas e a terra, capital fixo que possuíam em abundância, entra no processo para superação de tal impedimento.

O colonato diferencia-se das relações anteriormente estabelecidas em São Paulo sobretudo por um aspecto: o subsídio público à passagem transatlântica. Com as medidas tomadas pelo governo paulista entre 1885 e 1887 o endividamento inicial em virtude das passagens deixou de existir, esta foi, como vimos anteriormente, uma medida de extrema importância do ponto de vista da transição do trabalho escravo ao livre.

Retirar os grilhões da passagem não significa o fim das dívidas iniciais, estas continuaram existindo por aspectos próprios da cultura cafeeira e das necessidades humanas, todavia foram diminuídas em certo grau. Este incentivo tornou o Brasil um interessante pólo de atração de imigrantes, e o número de desembarques no país subiu de 56.606 em 1886 para 133.580 em 1895²².

Como vimos nos tópicos anteriores, entre 1891 e 1900 chegaram a Franca 1.943 imigrantes, que somaram-se aos 894 já existentes. Sua presença fez sentir-se em peso nos contratos deste período. Dos 128 contratos os imigrantes estão presentes em 76 (60%); destes os italianos compõem quase a totalidade, exceção feita a três contratos envolvendo espanhóis e um envolvendo Francisco Pervinseck, do leste europeu. Foram estes os braços que deste período em diante “tocaram o café”.

Se considerarmos “ao pé da letra” a definição de colonato acima descrita, não podemos afirmar que em Franca entre 1890 e 1900 esta relação tenha ocorrido, uma vez

²¹ Brasília SALLUM JR. *Op. cit.*, p. 145, 167 e seguintes. Um estudo excelente foi realizado por Thomas HOLLOWAY. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1984.

²² Douglas H. GRAHAM. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro - 1800-1930. *Revista de Estudos Econômicos*. v.03, n. 01. São Paulo. 1973. p. 7-64.

que uma minoria dos contratos de trabalho envolviam cláusulas referentes ao trabalho eventual pago por dia, sobretudo na colheita. Mas sob nosso entender a característica marcante do colonato é o acesso do trabalhador aos meios de produção proporcional à sua força de trabalho, e isso é recorrente nos contratos pesquisados. Assim podemos entender as relações presentes nestes contratos como uma variação²³ do colonato, relação de trabalho que foi a base da expansão da cafeicultura registrada neste período em Franca, e a família a via pelas quais esta produtividade se sustentava.

Tabela 8 – Rendimentos de três famílias de imigrantes em 1922.

	Família com 10 elementos	Família com 5 elementos	Família com 4 elementos
Nº de trabalhadores	6	2	1
Rel. consumidores/produtores	1.66	2.5	4
Cafeeiros por família	16.000	7.000	3.000
Rendimento das carpas anuais	2:400\$000	1:050\$000	450\$000
Ganhos com a colheita	480\$000	240\$000	70\$000
Trabalho extraordinário	600\$000	460\$000	120\$000
Gastos anuais	2:350\$000	1:130\$000	780\$000

Fonte: Verena STOLCKE. Cafeicultura. Homens, mulheres e capital. (1850-1980). Trad. Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 46.

Segundo os dados apresentados por Verena Stolcke uma família de quatro membros, considerando os níveis salariais em 1922, teria uma renda anual de 640\$000 e uma despesa de 780\$000, ou seja, seria inviável sua sobrevivência em relações do tipo colonato. Já uma família com dez elementos teria uma renda anual de 3:480\$000 e uma despesa total de 2:350\$000. Nos dois casos a relação de trabalho estabelecida é a mesma, todavia a viabilidade só é possível de ser alcançada em famílias mais numerosas.

Adaptando os dados de Tércio Di Gianni, chegamos à seguinte relação entre homens, mulheres e número de filhos:

²³ Grande parte dos estudos sobre a cafeicultura de São Paulo enfocam o chamado “oeste”, que corresponde ao espaço da região de Campinas até Ribeirão Preto estendendo-se por São Carlos e Araraquara alcançando São José do Rio Preto. A região ao norte do rio Sapucaí foge às caracterizações deste espaço, e se os trabalhos eventuais foram recorrentes nos contratos pesquisados nestas regiões, não se pode dizer o mesmo de Franca. O que é comum a todas as regiões do Estado é o fato de os trabalhadores terem acesso à terra compatível com os cafeeiros plantados, e onde isso existiu entendemos que houve colonato.

Tabela 9 – Relação entre homens e número de filhos sobreviventes. Franca 1889-1920

Período	Total de Homens	Total de Filhos	Média
1889-1890	2	14	7
1891-1895	4	8	2
1896-1900	20	71	3,5
1901-1905	46	179	3,9
1906-1910	39	143	3,6
1911-1915	35	119	3,4
1916-1920	48	244	5,1

Fonte: Registro de óbitos (1876-1945). Cartório de Registro Civil do primeiro Subdistrito de Franca (1876-1945). In: Adaptado de Tércio Pereira DI GIANNI. *Italianos em Franca*. Franca: FHDSS/UNESP: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997, p. 133.

Tabela 10 – Relação entre mulheres e número de filhos sobreviventes. Franca 1889-1920

Período	Total de Mulheres	Total de Filhos	Média
1889-1890	0	0	0
1891-1895	3	7	2,3
1896-1900	17	49	2,9
1901-1905	25	69	2,7
1906-1910	23	78	3,4
1911-1915	32	114	3,5
1916-1920	32	157	4,9

Fonte: Registro de óbitos (1876-1945). Cartório de Registro Civil do primeiro Subdistrito de Franca (1876-1945). In: Adaptado de Tércio Pereira DI GIANNI. *Italianos em Franca*. Franca: FHDSS/UNESP: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997, p. 134.

Utilizando a relação homens/total de filhos veremos que na década em questão a média é de três filhos (2,75 ao pé da letra). Assim, considerando os pais podemos pensar em uma família padrão de imigrantes composta por cinco elementos. Ainda, segundo Stolcke, uma família deste porte reuniria condições de tratar de 7.000 cafeeiros²⁴ (dois trabalhadores), o que, segundo os salários nominais praticados em 1895 “na” Franca (0\$600 por cova formada) renderia a esta família a quantia de 4:200\$000 durante quatro anos, 1:050\$00 anuais, sem considerar a possível renda oriunda das lavouras de alimentos, os pastos e o fruto do quarto ano do cafezal, que apesar de diminuto, pertencia, na maioria dos casos, aos colonos. O valor do pagamento em dinheiro para a carpa do café coincide com o apontado por Stolcke para uma família de 5 pessoas. Subtraindo-se os ganhos oriundos da colheita e de trabalhos extraordinários, que não estão presentes nos contratos de trabalho e por isso não podem ser considerados, os colonos continuariam com uma renda de 1:050\$000. Acresça a este ganho anual o fruto do café a que os colonos tinham direito,

²⁴ Ver tabela número 8.

que renderia à família em questão, cultivando 7.000 cafeeiros, a quantia de 1:176\$000 - segundo uma média onde cada mil pés de café de quatro anos produzem 300Kg²⁵, e sendo a saca de 10 quilos comercializada a 5\$600²⁶. Com este acréscimo a renda do colono seria de 2:226\$000 no quarto ano. Sobre os gastos é difícil fazer alguma consideração, todavia, a partir da sobreposição dos preços de dois armazéns podemos fazer algumas projeções.

Antes de tudo é necessário considerar o índice de preços do período em questão. A partir dos dados fornecidos por Villela e Suzigan estabelecemos a ano de 1900 como base (100) a partir do qual projetamos o índice de preços do período 1895-1898, intervalo de vigência do contrato de formação e trato de café a partir do qual calculamos parte da renda do colono. Estabelecemos 1900 como base porque possuíamos dados sobre os preços correntes, retirados de um anúncio de jornal.

Tabela 11 – Índice de Preços – intervalo 1895-1900 (1900=100)

Ano	Índice de Preços
1900	100
1899	115,3
1898	117,5 ²⁷
1897	111,4
1896	93,9
1895	73,4

Fonte: Adaptado de Annibal Villanova VILLELA & Wilson SUZIGAN. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2002, p. 433

Considerando a inflação do período em questão, projetamos os índices sobre os preços praticados em 1900. É necessário considerar que a evolução dos preços dos

²⁵ Segundo Brasília SALLUM JR. um pé de café de quatro anos proporciona uma colheita muito diminuta, variando entre 10 e 30 arrobas por mil pés. Com o correr dos anos as colheitas aumentavam, atingindo o seu máximo a partir do sétimo ano e iniciando a decadência a partir dos vinte e cinco anos de idade. Cf: *Capitalismo e Cafeicultura... op. cit.*, p. 26. Consideraremos como base de cálculo uma produtividade de 20 arrobas por mil pés, uma vez que a produtividade em Franca, como veremos, não era tão alta como a das regiões de terra roxa.

²⁶ Chegamos a esta cotação com base no ano de 1898, onde 200 arrobas de café ensacadas foram vendidas por 1:700\$000, ou seja, a 8\$500 a arroba. Convertemos tal valor para a saca de dez quilos, chegando à cotação de aproximadamente 5\$600, unificando a unidade de medida em relação às cotações entre 1882-84 anteriormente trabalhadas. Livro de Notas n. 69, fls. 57-8, 1º Ofício Cível, 1898.

²⁷ Após atingir este patamar o índice de preços decresce em virtude da política ortodoxa-contracionista levada à cabo nos anos de Campos Salles (1898-1902), que destruiu grande parte do papel-moeda em circulação e promoveu uma valorização do mil-réis, impactando no ritmo de aumento dos preços. Em 1898 o índice de preços era de 48,3, já em 1902 era de 31,2, sendo 1919 igual a 100, lembrado que os preços só voltam a atingir patamares próximos ao de 1898 a partir de 1915. Cf: Annibal Villanova VILLELA & Wilson SUZIGAN. *Op. Cit.*, p. 433.

alimentos talvez não guarde uma maior relação com a evolução dos preços em geral, fornecida por Villela e Suzigan, o preço dos alimentos e mercadorias está submetido a alterações como uma quebra de safra (geada, baixa produtividade, etc.) e as condições da oferta local, todavia nossas projeções ficariam muito prejudicadas se não nos utilizássemos de nenhum mecanismo de deflação para calcular o gasto dos colonos, que nos rendeu os seguintes valores:

Tabela 12 – Preços correntes entre 1895 e 1900

Produto	Quantidade	1900 (x)	1899 (x+15,3%)	1898 (x+17,5%)	1897 (x+11,4%)	1896 (x-6,1%)	1895 (x-26,6%)
Açúcar branco	15 quilos	15\$000	17\$295	17\$625	16\$710	14\$085	11\$010
Açúcar redondo	15 quilos	12\$000	13\$836	14\$100	13\$368	11\$268	8\$808
Açúcar mascavo	15 quilos	10\$000	11\$530	11\$750	11\$140	9\$390	7\$340
Aguardente de Cana	1 garrafa	0\$500	0\$576	0\$587	0\$557	0\$469	0\$367
Café	15 quilos	11\$000	12\$683	12\$925	12\$254	10\$329	8\$074
Farinha de Trigo	15 quilos	7\$500	8\$647	8\$812	8\$355	7\$042	5\$505
Bacalhau Superior	1 quilo	1\$500	1\$729	1\$762	1\$671	1\$408	1\$101
Batatinhas	15 quilos	9\$000	10\$377	10\$575	10\$026	8\$451	6\$606
Biscoitos de Itú	1 quilo	2\$500	2\$882	2\$937	2\$785	2\$347	1\$835
Bolachinhas doces	1 quilo	2\$200	2\$536	2\$585	2\$450	2\$065	1\$614
Cebolas	15 quilos	15\$000	17\$295	17\$625	16\$710	14\$085	11\$010
Sabão	15 quilos	13\$000	14\$989	15\$275	14\$482	12\$207	9\$542
Arroz	50 litros	15\$000	17\$295	17\$625	16\$710	14\$085	11\$010
Fubá de Moinho	50 litros	\$	\$	\$	\$	\$	\$
Fubá Mimoso	50 litros	15\$000	17\$295	17\$295	16\$710	14\$085	11\$010
Polvilho doce	50 litros	14\$000	16\$142	16\$450	15\$596	13\$146	10\$276
Polvilho Azedo	50 litros	18\$000	20\$754	21\$150	20\$052	16\$902	13\$212
Farinha de Milho	50 litros	16\$000	18\$448	18\$800	17\$824	15\$024	11\$744
Farinha de mandioca	50 litros	18\$000	20\$754	21\$150	20\$052	16\$902	13\$212
Feijão	50 litros	6\$000	6\$981	7\$050	6\$684	5\$634	4\$404
Milho debulhado	50 litros	5\$500	6\$341	6\$462	6\$127	5\$164	4\$037
Amendoim	50 litros	4\$500	5\$188	5\$287	5\$013	4\$225	3\$303
Cará	Um	0\$200	0\$230	0\$235	0\$222	0\$187	0\$146
Sal moído	1 litro	0\$300	0\$345	0\$352	0\$334	0\$281	0\$220
Rapadura	Uma	0\$400	0\$461	0\$470	0\$445	0\$375	0\$293
Alho	Cento	5\$000	5\$780	5\$875	5\$570	4\$695	3\$670
Velas Apollo	Pacote	1\$500	1\$729	1\$762	1\$671	1\$408	1\$101
Querosene	Garrafa	0\$500	0\$576	0\$587	0\$557	0\$469	0\$367
Ovos	Dúzia	1\$200	1\$383	1\$410	1\$336	1\$126	0\$880

Fonte: Propaganda do Armazém de Secos e Molhados João Baptista Damasceno. In: Jornal o Francano, 18 de Julho de 1900. Propaganda do Armazém de Secos e Molhados Tobias A. Faleiros. In: Jornal Tribuna da Franca, Março de 1900. Preços de 1895 a 1899 calculados a partir dos índices de preços fornecidos por Annibal Villanova VILLELA & Wilson SUZIGAN. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. 3ª edição. Brasília: IPEA, 2002, p. 433

Consideremos que os colonos não precisavam adquirir no mercado os seguintes produtos: batatinhas, café, arroz, fubá de moinho, feijão e milho debulhado. É necessário também considerar que eles deveriam comprar mensalmente três litros de sal, três dúzias de ovos, duas garrafas de querosene, três pacotes de vela e três garrafas de aguardente. Sobre

os outros produtos presentes na lista, manteremos as mesmas quantidades. Feitas estas ressalvas, se um colono pertencente a uma família com cinco elementos fizesse uma compra mensal dos gêneros desta lista, levando em conta o abatimento de alguns produtos e a maior quantidade de outros, gastaria os seguintes valores:

Tabela 13 – Renda, gasto e saldos de uma família de 5 elementos entre 1895-98

Contrato	Renda	Gastos Fixos (alimentação)	Saldo Anual
1º Ano (1895)	1:050\$000	783\$000	267\$000
2º Ano (1896)	1:050\$000	936\$858	113\$142
3º Ano (1897)	1:050\$000	1:111\$458	-61\$458
4º Ano (1898)	2:226\$000	1:172\$370	1:053\$630
Total	5:376\$000	4:003\$686	1:372\$314

Fonte: Derivado do índice de preços da tabela 11 (inflação) e dos salários nominais pagos em um contrato lavrado em 1895

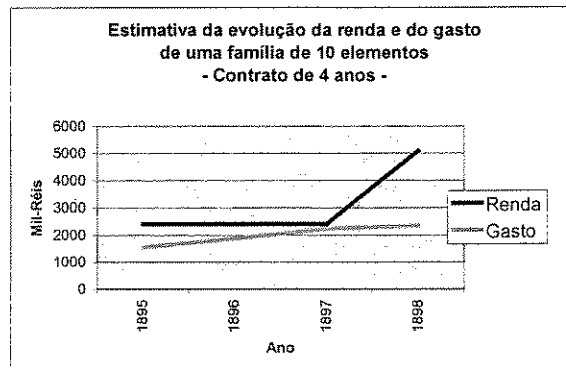
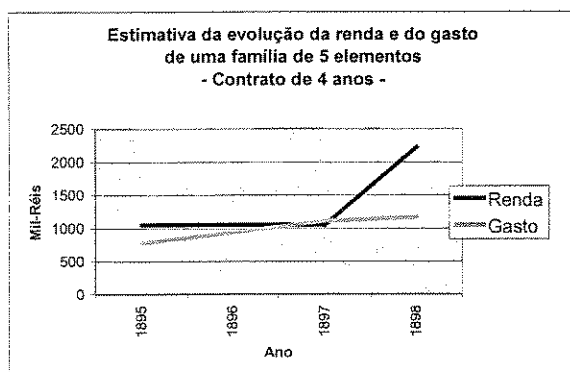
Já uma família de 10 elementos teria o seguinte gasto e a seguinte renda, considerando o gasto como o dobro do valor das despesas de uma família de cinco elementos e que uma família deste porte reúne condições de tratar de 16.000 cafeeiros, cuja produção vendida pelos preços correntes, renderia além do salário monetário, 2:688\$000 em 1898:

Tabela 14 – Renda, gasto e saldos de uma família de 10 elementos entre 1895-98

Contrato	Renda	Gastos Fixos (alimentação)	Saldo Anual
1º Ano (1895)	2:400\$000	1:566\$000	834\$000
2º Ano (1896)	2:400\$000	1:873\$716	526\$284
3º Ano (1897)	2:400\$000	2:222\$916	177\$084
4º Ano (1898)	5:088\$000	2:344\$740	2:743\$260
Total	12:288\$000	8:007\$372	4:280\$628

Fonte: Derivado do índice de preços da tabela 11 (inflação) e dos salários nominais pagos em um contrato lavrado em 1895

Gráfico 10 – Estimativa da evolução da renda e do gasto de famílias de 5 e 10 elementos entre 1895-98.



Fonte: Derivado das tabelas 13 e 14

Seria interessante analisar separadamente as duas famílias em questão, iniciemos pela família composta por cinco elementos, que reuniria, segundo Stolcke, dois trabalhadores. Os gastos da tabela 13 foram calculados a partir dos preços correntes entre 1895 e 1898, e somariam, ao final deste ano, 4:003\$686. Ao lado, na tabela 13, computa-se os valores da renda oriundos das cláusulas monetárias presentes nos contratos, que justamente por isso não sofrem alterações mesmo em um contexto inflacionário, e da renda oriunda do café do quarto ano, período onde os cafeeiros já apresentam uma certa produtividade. Percebe-se que por este mecanismo, no contexto do encilhamento, as variações de preço eram funcionais aos fazendeiros porque os salários monetários eram previamente estabelecidos enquanto o preço da subsistência era crescente, logo, o que se torna prioritário nas contas do colono, e permite que acerte os seus débitos é necessariamente o café colhido no quarto ano. Se o colono dependesse apenas das cláusulas monetárias como forma de renda, acumularia prejuízo nos dois últimos anos do contrato de trabalho, prejuízo que é evitado no quarto ano com a produção de café que lhe pertence, conforme podemos visualizar no gráfico 10 e na tabela 13.

Ao final do período de contrato o colono teria acumulado **1:372\$314**, o que, conforme veremos no tópico 2.4, seria suficiente para se tornar um pequeno proprietário rural no município de Franca, dadas as faixas de propriedades encontradas. Entretanto cabe considerar que gastos com farmácia, ferramentas, instrumentos, despesas com a lavoura e certamente dívidas com o fazendeiro, que muito provavelmente existiam, não foram ponderados em nossos cálculos, aliás, tais despesas só seriam ponderáveis se conseguíssemos encontrar a caderneta de “haver” e “dever” que regulavam as contas e pendências entre colonos e fazendeiros. Esta é uma dimensão do gasto que não conseguimos apreender, mas que deviam pesar brutalmente nas contas dos colonos, reduzindo assim o valor acumulado. Neste termos, é reduzida a possibilidade de acumulação de uma família composta por 5 elementos.

Já uma família composta por 10 elementos (seis trabalhadores) reuniria condições de tratar de 16.000 cafeeiros. Ao final do contrato teriam ganho com as cláusulas monetárias e com o café 12:288\$000 e gastado 8:007\$372, um saldo de **4:280\$628**. Mantivemos os salários nominais pagos entre 1895-98, ou seja, 0\$600 por cova formada (0\$150 ao ano) o que renderia 2:400\$00/ano ao colono, acrescidos no quarto ano por

2:688\$000 oriundos da venda do café, nos termos acima descritos. O cálculo realizado também não reúne condições de ponderar o gasto decorrente de farmácia, ferramentas, endividamento com o fazendeiro e despesas eventuais, mas acreditamos que mesmo deduzidas estas despesas, uma família deste porte, com seus 4:280\$628, teria condições de tornar-se proprietária de um pequeno lote. Ampla bibliografia destaca a família como uma unidade de acumulação no contexto da cafeicultura²⁸, é por excelência a formação social viabilizadora das relações de colonato. Nestes termos, uma família maior reuniria condições mais favoráveis de acumulação, conforme evidenciou Verena Stolcke para o ano de 1922 e os nossos cálculos realizados a partir dos contratos e do gasto dos colonos para a década de 1890. Como a média familiar preponderante em Franca era de 5 elementos por família na década de 1890, seria difícil, a partir das evidências, imaginar colonos italianos acumulando dinheiro e/ou renda não monetária nos termos acima descritos e tornando-se proprietários num momento subsequente. Posteriormente, no trabalho, assumimos que imigrantes tornaram-se proprietários, mas por outros mecanismos que não a acumulação como colono.

Outro fator a ser considerado é que a relação entre fazendeiro e colono, no caso da venda do café, talvez não fosse pautada na cotação de mercado, que era de 5\$600 para o ano de 1898. Reforça este argumento as cláusulas que impunham preferência de venda do café do colono ao fazendeiro, que certamente não pagava o valor do mercado. Subtraía-se também destes 5\$600 por saca de dez quilos a agregação de valor oriunda do beneficiamento e do ensacamento. Assim, talvez, todo aquele acréscimo registrado nas contas do colono no quarto ano do contrato, oriundo da venda da produção dos cafeeiros, precisaria ser redimensionado, o que não seria mensurável dado que a regulação das relações entre fazendeiros e colonos não se pautavam em termos necessariamente econômicos, ou seja, sabemos que existia via contrato uma espécie de “monopsônio”, todavia os termos do rebaixamento do café não nos fornece elementos para serem contabilizados, nos restando a possibilidade de apenas fazermos esta consideração.

²⁸ Desta bibliografia podemos destacar Eunice Ribeiro DURHAN, Emília Viotti da COSTA, Chiara VANGELISTA, Michael HALL, etc., que ao descreverem as relações de colonato evidenciam a importância da família como forma de viabilizar tal relação.

O percurso até aqui realizado não reúne condições de desvendar os impactos das cláusulas não monetárias nas contas dos colonos. Pelo lado do gasto, além dos preços correntes, não possuímos nenhum outro indício referente às demais despesas. Pelo lado da renda dispomos efetivamente apenas dos salários monetários pagos no período em questão e uma noção da importância da produção cafeeira do quarto ano nas contas dos colonos. Sobre a produção de alimentos e seus impactos na conta final dos colonos difícil seria realizar alguma inferência, todavia, a partir dos contratos pesquisados, podemos perceber que neste quesito a renda possível de ser obtida pelo colono é diminuta uma vez que este, como agora mostraremos, não possuíam condições de atuar livremente no mercado.

A primeira ressalva sobre esta produção é que o colono não recebia um terreno extra com a finalidade *una* de cultivar alimentos na proporção do cafezal que assumia, como acontecia em outras regiões de São Paulo. Em Franca, em virtude da conformação da propriedade vista na introdução, prevaleceu a exclusividade do cultivo intercafeeiro, o que significa dizer, desde logo, que a produção de alimentos dos colonos tendia a ser menor do que se praticada em terrenos extras. Nesta forma de cultivo os colonos plantavam entre os cafeeiros de forma retroativa: duas fileiras de milho nos dois primeiros anos, uma no terceiro ano e uma sim, outra não, no quarto ano; quanto mais velho e desenvolvido o cafezal menor o espaço para outros plantios.

Em alguns contratos, como por exemplo o lavrado entre o Alferes José Theodoro de Mello e Manuel Alves de Souza²⁹, o contratante proprietário impõe ao contratado colono, em forma de cláusula contratual, a preferência de venda da produção de alimentos, e isso, numa sociedade hierarquizada onde o chefe da fazenda reunia em torno de si um grande número de agregados, entre eles os novos colonos, significa dizer que o trabalhador necessariamente teria que vender sua produção de alimentos ao proprietário. Assim, a relação entre ambos torna-se lucrativa ao fazendeiro sob dois aspectos: por uma lado a formação de uma lavoura de café e por outro a concentração da produção de alimentos, num mecanismo cujas bases eram o monopólio do mercado e o estreitamento das relações e cuja finalidade era o enriquecimento via trocas desiguais. Tinha-se então um mecanismo onde o colono tinha acesso à terra intercafeeira, garantia sua subsistência, mas perdia o

²⁹ Livro de Notas n. 56, fls. 84-86, 1º Ofício Cível, 1893.

excedente, ou sua maior parte, ao “negociá-lo” com o proprietário. E uma vez feito isso, este vendia os produtos no mercado e lucrava com a inequivalência dos preços.

Seria um erro afirmar que o excedente de alimentos, potencial fonte de renda, iria livremente pertencer aos colonos. Em alguns casos, como no contrato lavrado entre José da Silva Espíndola e os colonos João Massei, José Massei e César Perrone, a produção de alimentos seria dividida em duas partes iguais, das quais uma pertenceria ao proprietário. Já no contrato lavrado entre o Tenente Antônio Barboza Sandoval e os colonos Hermínio Pereira da Costa e Camillo José dos Santos estes eram obrigados a plantar, além do cafezal, dez alqueires de milho na fazenda “Magnonia” sem remuneração alguma. Já o Tenente Coronel Martiniano Francisco da Costa, ao estabelecer um contrato de trabalho com os colonos Antônio Officiate, José Devechi, Caetano Rossignate, Lívio Negrelli, Giordano Scarmelloti e Domênico Teixeira Duarte exigiu que estes vendessem o carro de milho a 20\$000, em regime de exclusividade.

Por este mecanismo a propriedade da terra beneficiava os fazendeiros no início e no fim da relação de trabalho estabelecida com os colonos. No início porque o acesso à terra que o colonato proporcionava ao trabalhador diminuía, como vimos, o montante em dinheiro que o fazendeiro teria que desembolsar; e no fim porque uma vez o colono produzindo alimentos o excedente se concentrava na mão dos fazendeiros sob as formas acima citadas. A simbiose café/alimentos é clara, e ambas, no caso de Franca, trabalharam juntas na exploração dos colonos, e mesmo quando este tinha a impressão de que trabalhava para si na verdade estava garantindo apenas a sua reprodução como trabalhador.³⁰

Nas palavras de J. A. Sampaio Vidal “o café era autárquico, exigia para a sua exploração a produção simultânea dos mais variados gêneros, até a criação. Produção acessória, não há dúvida, mas cuja soma global avultava³¹”. Os fazendeiros de Franca com certeza seguiam tal conselho, moldados numa longa duração e sentindo o peso dos tempos em suas ações eles sempre tiveram o mercado de alimentos em vista. Suas práticas econômicas remontam a esta atividade, e o café, apesar de autárquico, não barrou outras

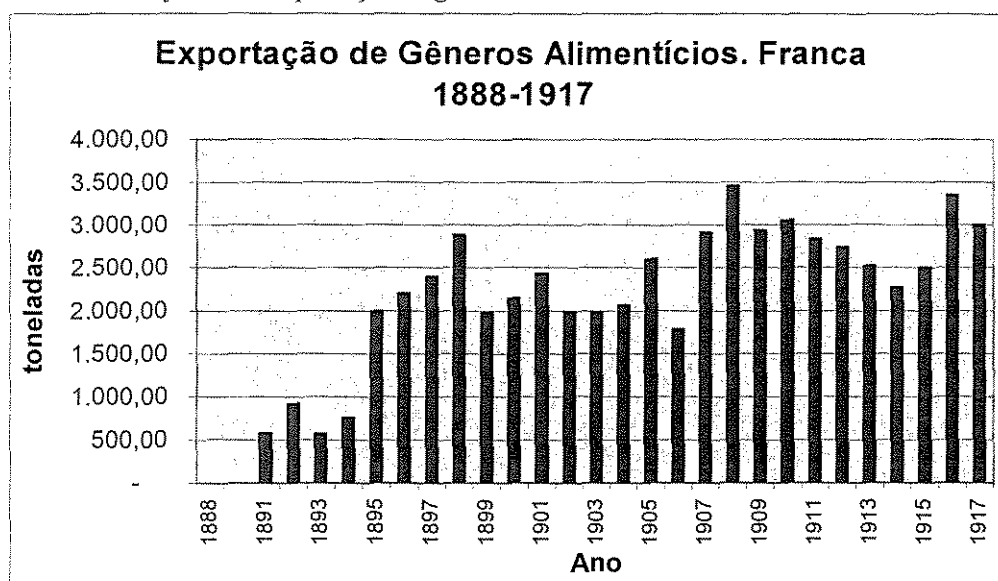
³⁰ José de Souza MARTINS *O Cativo da Terra*. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas. 1979. p. 86.

³¹ J. Abreu Sampaio VIDAL, deputado federal por São Paulo, membro do Partido Democrático e da Sociedade Rural Brasileira (SRB). *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, setembro de 1940, p. 13.

culturas, e sim possibilitou o crescimento paralelo. Não se trata de questionar a força da cafeicultura sobre outras atividades, mas sim entender a economia regional como um todo, destacando suas complementaridades.

Sob estas bases a produção de alimentos exportados subiu de 574 toneladas em 1891 para 2.888 toneladas em 1898, conforme gráfico 11, e uma afirmação que parecia óbvia, mas que carecia de explicação, toma ainda mais sentido: não eram os colonos que estavam exportando alimentos, e sim os fazendeiros... e os mesmos que também exportavam café.

Gráfico 11 – Exportação de gêneros alimentícios. Franca 1888-1917



Fonte: Adaptado de Pedro Geraldo TOSI. Op. cit., p. 92

Num movimento correlato, o proprietário tendia a aumentar o valor das dívidas dos colonos, estas sim orientadas pelo valor praticado no mercado. Conclui-se desta argumentação que as relações de trabalho estabelecidas entre 1890-1900 não rendiam pecúlio aos colonos, portanto não era uma via factível para que os imigrantes se transformassem em proprietários. Seja pelo salário recebido, ou pela produção de café do quarto ano, seja pela perda do excedente dos alimentos ou por ter as dívidas computadas ao preço de mercado, aos imigrantes colonos desta década era quase que impossível a acumulação de valor, conclusão que se reforça quando observamos que os colonos não aparecem posteriormente como proprietários, e também não constam na lista de

proprietários urbanos presente no almanaque de Franca para o ano de 1901, questão que será discutida no próximo capítulo. Às maiores famílias, compostas por dez ou mais elementos, existia a possibilidade de acumulação, mas o que dizer sobre um período onde grande parte dos grupos familiares eram formados por cinco pessoas?

Para exemplificar destacamos o caso da família Alda. Em 1892 Giuseppe Alda, em conjunto com outros seis colonos, contrataram com José Antônio Ribeiro a formação e o trato de 83.000 pés de café durante 4 anos. Destes cafeeiros, 20.000 pés cabiam aos Alda, o que renderia 2:600\$000 anuais e 10:400\$000 no final do contrato, uma vez que pelo trato de cada cova era pago anualmente a quantia de 0\$130³². Em 1898, já encerrado este primeiro contrato, Giuseppe e Caetano Alda contrataram com o Major Marciliano Bernardes da Silva o trato de 15.000 cafeeiros por um período de 4 anos³³. Nesta escritura não existem valores monetários e a remuneração dos colonos consistia em metade do café, o que renderia, utilizando a mesma proporção de 30 sacas de 10 quilos por mil pés e uma cotação de 5\$600, um montante de 2:520\$000 anuais, dos quais 1:260\$000 caberiam aos Alda. Visto que o contrato envolve apenas o trato é plausível a hipótese de que os cafeeiros tenham mais de três anos de idade, assim vamos considerar este valor para os quatro anos, o que renderia aos Alda a bagatela de 5:040\$000 ao final do contrato.

Em 1899 Antônio, Giuseppe e Caetano Alda, juntamente com Angelo Gobby e Andrea Mantuani, contrataram com o fazendeiro Lourenço Almeida Sampaio o trato de 38.500 cafeeiros em produção e mais 14.000 para formar³⁴. Como de praxe a partir de 1898, como veremos adiante, este contrato também não envolvia valores monetários e o pagamento dos colonos consistia na produção dos cafeeiros por formar. Isso renderia aos colonos 420 sacas de 10Kg, 2:352\$000, uma vez que esta escritura não nos fornece o número de cafeeiros tratados por família, consideremos que cada colono assumiu 2.800 cafeeiros, cabendo três quintos aos Alda, ou seja, receberam, por este contrato, 1:411\$200.

No ano de 1903 José e Caetano Alda contrataram novamente com o Major Marciliano Bernardes da Silva³⁵. Nesta escritura os colonos se comprometiam por dois anos

³² Livro de Notas n. 19, fls. 1 e 2. 2º Ofício Cível, 1892. Este contrato, sob as mesmas cláusulas, também foi registrado no livro de notas n. 56, fls. 86-88, 1º Ofício Cível, 1893.

³³ Livro de Notas n. 33, fls. 43-45, 2º Ofício Cível, 1898.

³⁴ Livro de Notas n. 75, fls. 63-65, 1º Ofício Cível, 1899.

³⁵ Livro de Notas n. 42, fls. 7 e 8, 2º Ofício Cível, 1903.

a tratar de cafeeiros, dos quais dois terços da produção lhes pertenceria. Infelizmente, como o contrato não informa o número de cafeeiros envolvidos não poderemos imaginar quanto os Alda receberam neste empreitada.

O exemplo desta família é elucidativo. Os Alda são recorrentes como colonos entre 1892 e 1903, depois disso não mais aparecem, seja como contratado, seja como contratante. Não encontramos esta família na lista de imigrantes proprietários urbanos, o que nos leva a concluir que ou permaneceram na lavoura trabalhando sem registro em escrituras ou foram para outra região, ou tornaram-se pequenos proprietários num mecanismo que descreveremos adiante que não necessariamente liga-se à acumulação como colono. Os valores que receberam nestes contratos, excetuando-se obviamente o último, somam 16:851\$200; considerando, novamente a partir dos preços dos armazéns, um gasto anual de 2:145\$600 para uma família de 10 elementos, somando-se as duas células que compunham esta família, os Alda teriam gasto 25:747\$200 entre 1892 e 1903. O déficit de 8:866\$000 contraído com variados proprietários num período de doze anos pode ser atenuado pela renda oriunda da produção de alimentos, uma vez que em todas as escrituras mencionadas esta família teve acesso à terra. Lembremos que os Alda, num dos contratos acima descritos chegaram a assumir uma área na qual estavam plantados 52.500 cafeeiros, ou seja, tinham uma área de plantação inter-cafeeira considerável, e a quantidade da produção talvez compensasse o baixo preço pago pelos gêneros alimentícios, conforme mecanismo anteriormente descrito. Mesmo assim a renda proveniente desta atividade apenas diminuiria os débitos e não proporcionaria pecúlio. A pobreza era uma constante.

2.4 – Mais do mesmo: os gestores da transformação

Quais os homens que regiam o destino dos colonos? Quais os homens que na década anterior (1880) reuniram as condições necessárias para colocar capital em movimento, numa busca frenética de mais do mesmo que se consolida nos anos de 1890? Consultando os 292 inventários entre 1890 e 1900 chegamos aos maiores cafeicultores de Franca neste período:

Tabela 15 – Maiores Cafeicultores de Franca 1890-1900.

<i>Ano</i>	<i>Proprietário</i>	<i>Valor das propriedades rurais</i>	<i>Número de cafeeiros</i>	<i>Valor dos cafezais</i>
1893	Manoel Claudiano Ferreira Martins	771:678\$000	210.113	130:583\$000
1898	José Guerner de Almeida	60:500\$000	160.000	80:800\$000
1897	Joaquim Valim de Mello	50:000\$000	45.000	80:000\$000
1898	João Alexandre Dias	120:000\$000	80.000	73:800\$000
1897	Joaquim Correa Leite	1:850\$000	65.625	69:933\$000
1898	Álvaro de Lima Guimarães Garcia	19:500\$000	87.000	45:800\$000
1899	Pacífico da Silva Diniz	24:700\$000	47.000	44:000\$000
1893	Saturnino Dias Telles de Castro	98:200\$000	61.000	43:275\$000
1896	Amélia Augusta Garcia Lopes	111:650\$000	60.000	42:000\$000
1895	José Gil Pedroso da Silva	15:170\$000	*	22:280\$000
1896	Anna Rosa de Jesus	1:355\$680	9.700	19:400\$000
1896	Joaquim Alves da Fé	33:800\$000	1.500	14:500\$000
1897	Ezequiel Cláudio Moreira	20:000\$000	4.500	12:000\$000
1896	Vincenzo Sgarbi	11:500\$000	23.800	11:690\$000
1898	Flausina Custódio da Conceição	12:000\$000	10.000	10:000\$000
1897	Anna Ludovina da Assumpção	100:000\$000	10.000	8:000\$000

Fonte: Inventários do 1º e do 2º Ofício Cível 1890-1900

Antes de discutirmos os inventários cabe uma consideração sobre as limitações da fonte. É muito grande a probabilidade de grandes cafeicultores e/ou seus cônjuges não terem falecido num período de dez anos, assim, a listagem destes com certeza deve estar desfalcada. Necessário seria um trabalho com os inventários das duas décadas seguintes onde poderíamos, de uma forma mais completa, mensurar os fazendeiros de café, o que realizaremos no próximo capítulo. Outra limitação que encontramos é o fato de em grande parte dos inventários pesquisados o número de cafeeiros e o seu valor não constar em separado do conjunto dos bens de raiz, o que impossibilita termos uma noção maior da conformação das lavouras cafeeiras.

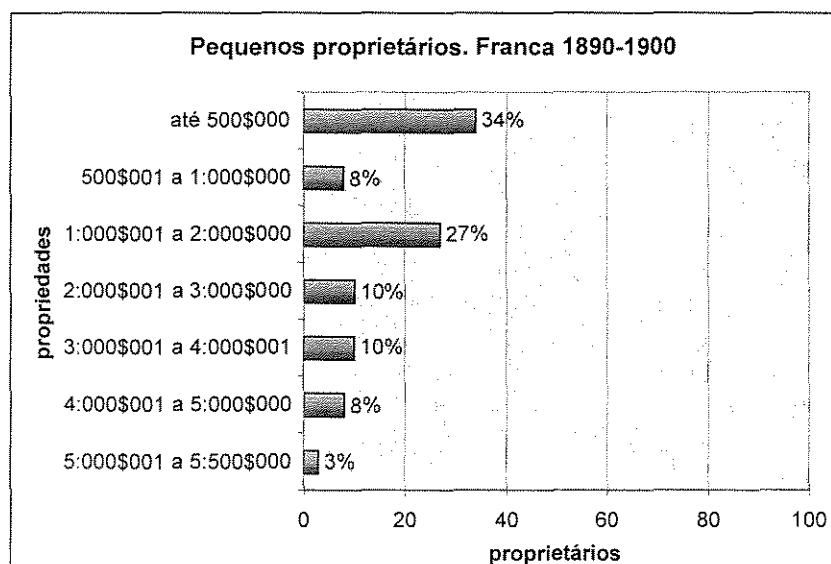
O trabalho com os inventários deste período nos serve como uma amostragem, e a partir desta chegamos a algumas conclusões. Ao estabelecermos uma ordem entre os maiores proprietários seguimos como primeiro critério o valor da soma dos cafezais, uma vez que estas informações são mais completas do que o número de cafeeiros. Há que considerar que em alguns casos os proprietários detinham um menor número de pés mas os valores eram altos, o mesmo ocorrendo ao contrário, proprietários com grandes lavouras mas com valor diminuto; tal discrepância se explica pela diferença de idade entre os cafeeiros. É o que ocorre, por exemplo, entre José Guerner de Almeida e Joaquim Valim de

Melo: suas lavouras são valoradas em 80:800\$000 e 80:000\$000 respectivamente, todavia o primeiro possui 160.000 cafeeiros e o segundo 45.000.

Sob qualquer critério o Major Claudiano foi, no século XIX, o maior cafeicultor do município; seus 210.113 pés de café são incomparáveis a outras plantações deste período. Talvez o Barão da Franca, José Garcia Duarte, fosse o único cafeicultor comparável ao Major, todavia lamentamos a não existência de seu inventário. A precoce morte em 1891 não fez do Barão a principal figura da cafeicultura em Franca³⁶.

José Guerner de Almeida, Joaquim Valim de Melo e João Alexandre Dias também compunham o seletorol dos grandes proprietários cujos cafezais ultrapassavam a marca dos 70:000\$000. Entretanto, nesta faixa, dos cinqüenta e oito inventariados cujo documento traz em separado o valor do cafezal³⁷, quarenta possuíam plantações com valor menor do que 5:500\$00, com a seguinte configuração:

Gráfico 12 – Pequenos cafeicultores. Franca 1890-1900.



Fonte: Inventários do 1º e do 2º Ofícios Cíveis 1890-1900. Arquivo Histórico Municipal de Franca

³⁶ Quando na década de 1880 os fazendeiros depararam-se com o problema da mão-de-obra o Barão, juntamente com Nuno Alberto Guerner e Antônio Pereira Caldas, fez uma proposta ao Governo Provincial para a instalação de um núcleo colonial em Franca. O terreno seria vendido a preço simbólico, já dividido em lotes, arruado e com um edifício para a sede. A proposta seria levada ao presidente da Província que por sua vez atuaria junto à Associação Promotora de Imigração. O intento, apesar de fracassado, denota a mentalidade do Barão; homem da elite, se a morte não lhe fosse precoce seria um dos grandes homens do topo, talvez, o maior de todos.

³⁷ O fato de termos encontrado apenas 181 inventários que traziam em separado o valor do cafezal entre os 292 pesquisados para a década de 1890 mais confirma do que nega nossas conclusões. Revela, na verdade, que grande parte dos cafeeiros plantados, por seu reduzido número, não ocupavam posição de destaque na riqueza dos pequenos proprietários, e por isso não apareciam separados do restante dos bens.

Cabe ressaltar que o gráfico foi feito sobre as 40 plantações de café cujo valor é menor do que 5:500\$000. As lavouras com valor até 500\$000 compõem 34% do total, como é o caso de Francisco de Assis Monteiro, que apesar de possuir 40:131\$135 em propriedades rurais, parte na fazenda Campestre e parte na fazenda São João, seu cafezal valia apenas 2:419\$000³⁸, ou seja, a totalidade de seus recursos não estava sendo investida no café. Já Joaquim Rodrigues de Barros, cuja lavoura de café composta por 4.000 pés alcançava o valor de 5:500\$000, possuía 9:000\$000 em propriedades rurais na fazenda Monjolo³⁹, ou seja, quase metade dos seu patrimônio referia-se a pés de café. Entre estes cafeicultores de menor porte podemos considerar duas hipóteses: Alguns, como Elias Carrijo da Cunha, cujas propriedades rurais somavam 30:000\$000, e a lavoura de café 150\$000⁴⁰, continuaram exercendo atividades estabelecidas antes da cafeicultura, seja a produção de alimentos, caminho menos provável, tendo-se em vista a vinculação café/alimentos exposta anteriormente, seja a pecuária, que apesar de diminuta continuou sendo uma opção aos proprietários, pelo menos até 1910⁴¹. No mesmo caso se encaixa o proprietário José Nunes Ferreira, cujas partes de terras nas fazendas Barro Preto e Christaes somavam 82:400\$000, enquanto seus pés de café, pouco mais de 7.500, alcançavam a cifra de 3:395\$000⁴².

Mas poucos são os casos em que se encontram propriedades valoradas em mais de 10:000\$000 com desprezíveis quantidades de café. Estes “pequenos cafeicultores” expostos no gráfico 12 são, em sua ampla maioria, de fato, pequenos proprietários. Como vimos, na década de 1870 e 1880, as relações estabelecidas entre grandes e pequenas propriedades, além das relações sociais internas à “unidade produtiva”, foram fator preponderante na formação do capital posteriormente aplicado na cafeicultura. É muito provável que estes proprietários que permaneceram em blocos intermediários da pirâmide social, na condição

³⁸ Inventário de Francisco de Assis Monteiro. Cx. 90, 1º Ofício Cível, 1893.

³⁹ Inventário de Joaquim Rodrigues de Barros. Cx. 38, 2º Ofício Cível, 1896.

⁴⁰ Inventário de Elias Carrijo da Cunha. Cx. 71, 1º Ofício Cível, 1894. Na lista da Coletoria de Imposto sobre propriedade de escravos, este proprietário possui apenas um cativo, o que reforça a hipótese de que trabalhava com a pecuária.

⁴¹ Segundo Pedro G. TOSI na estação Mogiana de Capetinga a exportação de gado era considerável, fato do qual o autor deduz que a pecuária em Franca ainda permanecia como uma atividade importante, sobretudo vinculada ao fluxo vindo de Barretos que tinha como destino a cidade mineira. Nos primeiros anos da década de 1910 os trilhos da Paulista chegaram a Barretos, dificultando ainda mais a expansão da pecuária em Franca. Cf. Pedro G. TOSI. *Op. cit.*, p. 81.

⁴² Inventário de José Nunes Ferreira. Cx. 35, 2º Ofício Cível, 1893.

de pequeno produtor, não tenham, no passado, estabelecido grandes teias de subordinação que proporcionassem, a seu favor, um maior processo de expropriação e conseqüente concentração de recursos. Assim, permaneceram com certos valores em propriedades rurais mas não reuniram capital necessário ao investimento no café. Outro ponto a ser destacado é que muitas destas pequenas propriedades poderiam, no passado, ter-se submetido a contratos de trabalho com os maiores fazendeiros em condições não necessariamente vantajosas, uma vez que, como vimos, toda a plantação de café, após o término da relação de trabalho, concentrava-se na mão do fazendeiro.

Outra hipótese, que corrobora a primeira, é que estes proprietários de menor calibre continuaram, a exemplo dos citados acima, “tocando” suas atividades com o gado e os alimentos, ajudando a explicar tanto a manutenção da pecuária como a explosão da exportação de gêneros alimentícios do município. O grande obstáculo dos inventários pesquisados neste período é a falta de uma melhor sistematização das informações, muito provavelmente o valor do pequeno número de cafeeiros detidos por estes pequenos proprietários era agregado ao item “bens de raiz”, por isso dos 292 inventários pesquisados, apenas em 58 o valor do café constava em separado, o que nos impossibilitou de ter uma melhor noção da relação café/pequenas propriedades.

Exceção a esta afirmação é o caso de Maria Segastes⁴³, onde o valor dos cafeeiros aparece dissociado do item “bens de raiz”. Suas propriedades rurais somavam apenas 225\$000 e o seu cafezal 1:720\$000, mas isso se deve ao fato de que na ocasião de elaboração do inventário, em 1895, os 2.000 cafeeiros estavam próximos de atingir a idade adulta valendo, cada um, aproximadamente 0\$850, ou seja, muito provavelmente, dada a importância deste “ativo”, ele foi cotado em separado. De qualquer forma, isso significa que suas potencialidades como proprietária rural estavam todas sendo investidas na cafeicultura e, se não predominava a monocultura em suas terras, com certeza o café

⁴³ Inventário de Maria Segastes. Cx. 202, 1º Ofício Cível, 1895. O estudo de Diana Maria de Faro Leal DINIZ aponta que em Rio Claro 36,84% dos proprietários que produziam café possuíam propriedades entre 200 e 400 hectares, ou seja, a autora aponta a viabilidade da cafeicultura em porções menores. Claro que estas medidas são superiores às que estão em questão neste caso, todavia é interessante para não estabelecermos um raciocínio onde cafeicultura e latifúndio caminham exclusivamente juntos. Cf: *Rio Claro e o café. Desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900)*. Rio Claro, FFCL, 1973. Tese de doutoramento, p. 51.

assumia um papel de destaque. Poderia se pensar, por contraposição, que nos inventários onde o número de cafeeiros está inserido em “bens de raiz”, que a valoração dos pés de café não é tão discrepante do valor monetário dos bens de raiz, como no caso de Maria Segastes. Teríamos então um perfil de pequenas propriedades onde prevaleceria o cultivo de várias culturas, e pequenas lavouras de café, que atingiriam no máximo 5.000 pés. Mas tal afirmação, dada a dificuldade apresentada pela documentação utilizada, não passa de um mero palpite.

Para a realização da tabela abaixo utilizamos somente os inventários que não traziam em separado o valor dos cafezais. Cabe destacar que dos 292 inventários pesquisados, 58 apresentavam o valor dos cafeeiros separados do restante dos bens, 111 apresentavam apenas o valor dos bens de raiz e 123 inventários apresentavam outra configuração de patrimônio que não as duas anteriores: bens de raiz urbanos, bens semoventes, bens móveis, dívidas ativas/passivas e dinheiro. Boa parte destes 123 inventários não apresentava nenhum bem arrolado.

Tabela 16 – Proprietários não produtores de café. Franca 1890-1900.

Proprietários não produtores de café	Número de Propriedades	Porcentagem
Propriedades com valor até 500\$000	9	8%
De 500\$001 a 1:000\$000	20	18%
De 1:000\$001 a 2:000\$000	13	12%
De 2:000\$001 a 4:000\$000	18	16%
De 4:000\$001 a 6:000\$000	12	11%
De 6:000\$001 a 10:000\$000	13	12%
De 10:000\$001 a 15:000\$000	4	4%
De 15:000\$001 a 20:000\$000	8	7%
De 20:000\$001 a 50:000\$000	8	7%
Acima de 50:000\$001	6	5%
Total	111	100%

Fonte: Inventários do 1º e do 2º Ofícios Cíveis 1890-1900. Arquivo Histórico Municipal de Franca

Os proprietários não produtores de café não eram necessariamente pobres, apenas 9% possuíam partes de terras cujo valor era inferior a 500\$000 e 46% possuíam terras valoradas acima de 4:000\$000. Todavia a maior parte se concentrava na faixa de 500\$001 a 1:000\$000, 18%, o que significa que também não eram abastados mas viviam numa condição média. Os homens desta faixa ou possuíam pequenas partes de terras, onde a lavoura de café era impossível um maior destaque, entrando esta, então, no cômputo geral da propriedade, ou possuíam terras de baixo valor (capoeiras) que mesmo alcançando

proporções maiores eram inúteis para o plantio de culturas mais melindrosas, como é o caso do café.

Há que se notar também que entre estes 111 proprietários que não cultivavam o café, 7% situava-se na faixa entre propriedades de 20:000\$001 e 50:000\$000 e 5% localizava-se na faixa acima de 50:000\$001. Maria das Dores de Oliveira⁴⁴, que não possuía um pé de café, entretanto suas partes de terras na fazenda Bom Jardim, na Retirinho e na Fazendinha somavam 69:500\$000, dedicava-se à criação de gado; consta na descrição de seus bens o item “terras de campos” e “capoeiras”, sendo ausente o item “terras de cultura”, ou seja, entre o rol de suas atividades a pecuária estava em primeiro plano pois as pastagens predominavam nos seus bens de raiz em forma de terra.

Conclui-se da multifacetada análise dos inventários que não existe uma relação direta entre tamanho das propriedades e número de cafeeiros. Claro que a vinculação entre ambos é mais presente quanto mais próximo se está do topo da hierarquia, basta observar a tabela 15. Entre os médios e pequenos proprietários, observando os casos acima descritos, as conclusões apontam que a cafeicultura não apresentou-se como opção para boa parte, e os que reuniam condições de plantar café, pelas limitações, seja de capital, seja das propriedades rurais, não adentraram ao clube liderado pelo Major Claudiano, Barão da Franca e companhia. O poder, nos rincões do interior do Brasil, liga-se sobretudo ao número de pessoas submetidas à sua órbita, e não necessariamente à posse da terra - apesar de esta ser pré-requisito. Neste momento de nossa análise isso torna-se mais claro do que nunca.

A existência de proprietários de grande porte que não praticavam a cafeicultura não necessariamente leva a conclusão de que esta atividade não orientava as demais. É preciso, neste ponto, uma visão complementar e articulada, uma vez que a cafeicultura, por suas características, exigia o desenvolvimento dos demais “ramos”. A cultura do café tem que ser entendida como a atividade nuclear de um complexo, que, uma vez desenvolvida, desencadeou a evolução de outros setores subsidiários e complementares. Nas palavras de Wilson Cano: “quando se tenta compreender o processo dinâmico de crescimento de uma economia, torna-se absolutamente necessário analisar que partes principais a compõem,

⁴⁴ Inventário de Maria das Dores de Oliveira. Cx. 203, 1º Ofício Cível, 1899.

como atua cada uma delas nesse processo de crescimento, e que graus e tipo de inter-relacionamento entre elas possibilitam o surgimento de um conjunto econômico integrado⁴⁵”.

Observando-se as gráficos de exportação de gêneros alimentícios traçados por Pedro Tosi (gráfico 11, aqui já citado) e a partir deste estabelecer uma proporção com a exportação de café do município, percebe-se que para cada duas toneladas de café embarcadas na estação da Mogiana embarcava-se uma de outros alimentos. Assim, no limite, a produção agrícola composta de outros gêneros que não o café correspondia a 33% da produção local, enquanto apenas 13% da produção paulista era, em 1906⁴⁶, composta por outros alimentos que não o café. Poderíamos, frente a estes dados, argumentar que em Franca o café não foi isoladamente a atividade nuclear, dado o alto volume de exportação de alimentos, todavia assumir tal posicionamento significa considerar a parte e não o todo. Era o café que criava demanda e impunha o desenvolvimento a outras culturas, era nesta atividade que estavam investidos os grandes capitais de Franca.

A manutenção da pecuária - pelo menos até 1910 - associada à explosão da exportação de alimentos não é um fenômeno recorrente em muitas cidades do “oeste paulista”, onde predominava uma certa especialização da produção rural - que por sua vez não rendia recursos à exportação de outros produtos que não o café, bastando apenas à subsistência. Uma maior diversificação ocorreu em Franca por serem estas atividades historicamente estabelecidas, e do ponto de vista da complementaridade econômica, apresentavam-se lucrativas, mesmo ordenadas pela cafeicultura. Conforme expandia-se esta atividade os outros setores sentiam o peso da demanda e incrementavam sua produção. Este movimento marcado pela submissão era a tônica, por exemplo, à qual se submetia tanto a indústria brasileira como as demais atividades no início do século.

⁴⁵Wilson CANO. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ª Edição. São Paulo: T. A. Queiroz. 1983, p. 29.

⁴⁶Wilson CANO. *Op. Cit.*, p. 74.

2.5 – A Crise de superprodução

A década de 1890 marcou a consolidação da cafeicultura em Franca. Este processo, ao alcançar o auge, dialeticamente trouxe consigo a decadência. Por certo os impactos da crise nos contratos de trabalho fizeram-se sentir. Mas antes, uma consideração.

Entre 1873 e 1896 o capitalismo mundial passou pela chamada “grande depressão”, uma crise de hegemonia da Inglaterra que agora via-se em concorrência com os países que via “industrialização atrasada” apareciam com vigor crescente no cenário internacional. França, Alemanha e Estados Unidos dominavam mercados cada vez maiores e o modelo inglês baseado no *laissez-faire* e no padrão-ouro não mais se sustentava, e por mais que a ortodoxia neo-clássica se esbaldasse em teorias, numa atitude de dotar a economia de cientificidade⁴⁷, o capitalismo respirava outros ares. A ordenação dos investimentos pelo Estado e/ou a associação deste com os capitalistas nacionais, aliado ao protecionismo na sua mais avançada forma, o imperialismo, ditavam as regras do jogo, e por estes mecanismos em ritmo galopante a industrialização se processava nestes países. Este fenômeno alcançou proporções tão grandes que os centros desta transformação processaram uma aceleração tecnológica talvez nunca antes vista na história da humanidade; é a Segunda Revolução Industrial em marcha, e, se nas palavras de Hobsbawm “a revolução do século XVIII partira a história humana em dois”, retirando os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas⁴⁸, a aceleração do tempo histórico – a revolução – que se

⁴⁷ A construção da ortodoxia econômica é o resultado de um movimento insistentemente buscado ao longo do século XIX: dar fundamentos científicos à Economia Política. Podemos entender esta contra-ofensiva conservadora, dada teoricamente, como uma tentativa de sanar o desgaste imposto pelo novo tipo de capitalismo ao *laissez-faire*, contestando-o como idéia econômica dominante mundialmente. Quando os homens fazem ciência estão também atuando socialmente e a chancela científica reforçaria o liberalismo. Os esforços iniciados por Senior, em 1827, encontraram grande respaldo no último quarto do século XIX e Walras e companhia postulavam a economia como algo universal, a-histórico, onde o futuro é o equilíbrio. Para exemplificar esta “escola de pensamento” tratemos sumariamente do valor. O que em Marx aparece como socialmente construído para os neoclássicos é uma propriedade das coisas na medida em que estas coisas satisfazem as necessidades. Assim, deduz-se claramente que a noção de valor-trabalho foi substituída pela de valor-utilidade. O capital aparece como fator que proporciona a satisfação e não a valorização, o dinheiro, por sua vez, exerce a função de lubrificante das trocas e não é entendido como o início e o fim de um processo de valorização (D-M-D’). O desemprego é algo voluntário, ocorre porque os homens não se submetem a um determinado salário, e o trabalho não é a forma única de extração de mais-valia, é considerado, através de um cálculo de prazer e dor, e tão somente, como uma forma de se satisfazer as necessidades. A acumulação, fenômeno contraditório, dá lugar à máxima “alocar recursos escassos em fins alternativos”, e a ciência pela ciência, sua forma de atuação, segue sua sina rumo ao mundo onde toda oferta cria sua procura. Sobre a busca da cientificidade dos neo-clássicos de grande valor é o texto de Frederico MAZZUCHELLI. *Senior, Jevons e Walras: a construção da ortodoxia econômica*. Unicamp: mimeo, 2000.

⁴⁸ Eric J. HOBBSAWM. *A Era das Revoluções. 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 10ª ed. 1997. p.44

processou cem anos depois, dotou de cores mais nítidas o teatro internacional da política e da economia, onde alguns países eram protagonistas e outros simples figurantes.

O pai de família, dono de indústria, foi substituído pelo burocrata administrador, transição brilhantemente apontada por Schumpeter; o vapor, obsoleto, cedeu lugar à eletricidade, a divisão de trabalho na produção se intensificou e como consequência as fábricas contrataram mais. Massas humanas nunca antes imaginadas adentraram aos galpões industriais, as cidades da Europa e dos Estados Unidos transbordaram, exigindo inúmeras adaptações como, por exemplo, as medidas sanitaristas. Neste contexto o café encontrou demanda crescente.

A ilusão da “demanda infinita” ordenava os investimentos na cafeicultura na década de 1890. Pelos impulsos da paulatina desvalorização da moeda nacional os cafeicultores de São Paulo ampliaram suas lavouras; a viabilidade do negócio dava-se num mecanismo onde os fazendeiros, como exportadores, recebiam em moeda internacional e pagavam suas contas em moeda brasileira, faturando, neste momento, também sobre a diferença cambial. Frente a este incentivo e a uma demanda crescente os cafeeiros se multiplicaram na década de 1890, alcançando o estado, em 1901, a cifra de 812 milhões de cafeeiros plantados, e o mil-réis, que alcançara 0.46 centavos de dólar em 1890, tinha seu valor reduzido a 0.15 em 1899. A saca de 10Kg que em 1893 alcançara o preço de US\$ 3.79 contentava-se, em 1902, a irrisórios US\$ 1.01.

A desvalorização cambial em conjunto com a superprodução dos últimos anos da década de 1890 e primeiros anos da década de 1900, resultado da incontrolável expansão das lavouras ocorridas entre 1891-1896, trouxe consequências drásticas à cafeicultura. O suprimento mundial visível, depois da safra de 1897, era de 5,4 milhões de sacas, enquanto que a média anual, da década precedente, era de 2,8 milhões. Um mundo abarrotado de café, e o tiro do encilhamento, a médio prazo, saíra culatra.

Tabela 17 – Câmbio, preços e produção de café. 1890-1906.

Ano	Mil-Réis por 10 Kg.	Dólares Por 10 Kg.	Câmbio entre o Mil-Réis e o Dólar	Nº estimado de Cafeeiros/ milhões	Produção. (milhares de Sacas de 60 Kg)
1890	8\$150	3.75	0.46	233	2.915
1891	10\$100	3.03	0.30	292	3.655
1892	12\$200	2.93	0.24	257	3.215
1893	15\$800	3.79	0.24	138	1.720
1894	14\$700	2.94	0.20	318	3.985
1895	14\$200	2.84	0.24	247	3.090
1896	10\$700	1.93	0.18	408	5.100
1897	8\$550	1.37	0.16	493	6.160
1898	7\$300	1.10	0.15	446	5.580
1899	7\$800	1.17	0.15	457	5.705
1900	5\$850	1.11	0.19	638	7.970
1901	4\$650	1.07	0.23	812	10.165
1902	4\$200	1.01	0.24	668	8.350
1903	4\$900	1.18	0.24	605	6.395
1904	5\$150	1.29	0.25	647	7.426
1905	4\$250	1.36	0.32	714	6.983
1906	3\$900	1.29	0.33	815	15.392

Fonte: Adaptado de Thomas HOLLOWAY. *Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo. 1885-1915: Uma análise preliminar. Revista de Estudos Econômicos*, vol.2, n.6. 1972. p.145-180. Thomas HOLLOWAY. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886.1934. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1984, p. 261-69.*

No contexto de superprodução e desvalorização cambial assume Campos Salles (1898-1902), cabendo a Joaquim Murtinho a condução da política econômica do país. Nas palavras do ministro: “a organização industrial que o Brasil tem seguido nestes últimos tempos segue uma marcha anômala, irregular e profundamente viciosa. Duas grandes causas tem contribuído para esse resultado: uma compreensão falsa do patriotismo e uma plethora não menos falsa de capitais.”⁴⁹,

A grande meta do liberal Murtinho era valorizar o mil-réis buscando, a médio prazo, restabelecer o padrão-ouro que, segundo ele, giraria em torno da cotação da moeda nacional em 0.27 pence de libras esterlinas. Para tal, era necessário limpar o mercado da enxurrada de emissões outrora feitas e Campos Salles se lançou nesta empreitada. Uma de suas primeiras atitudes foi fechar um empréstimo com a casa Rothchild para a consolidação e refinanciamento da dívida pública. Esse empréstimo, a famosa “*Funding*” de 1898

⁴⁹ Joaquim Murtinho. Introdução ao relatório do ministro da indústria, viação e obras públicas de 1897. In: Nícia Villela Luz (org.). *Idéias econômicas de Joaquim Murtinho*. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados. Rio de Janeiro: Senado Federal e Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, p. 143.

permitiu a suspensão dos pagamentos da dívida – multiplicada na década anterior – até 1911. As receitas da alfândega foram utilizadas como garantia, e uma das exigências era que o governo deveria retirar periodicamente uma determinada quantidade de papel-moeda de circulação e depositá-lo em Londres, onde mais tarde seria destruído⁵⁰.

Podemos dizer que o governo Campos Salles conseguiu cumprir suas metas. Nas palavras do presidente: “à hora em que eu deixei o poder, os títulos brasileiros readquiriam o seu valor (...). As sobras que eu deixara, reduzido o ouro a papel, subiam a mais de 80.000:000\$000, e a circulação tinha descido a 680.415:258\$000 de papel-moeda⁵¹.”

Quanto à redução da produção de café a principal medida foi tomada em São Paulo. A conselho de Augusto Ramos em 1903 decidiu-se taxar em 2:000\$000 cada novo alqueire destinado a esta cultura. O impacto de tal medida fez-se sentir apenas em 1906, até então os pés plantados em 1902 continuavam a maturar e a produção além da demanda continuava a assombrar os cafeicultores nacionais.

Murtinho era um Spenceriano convicto e confesso, acreditava que a concorrência puniria somente os incapazes, e na análise de Delfim Netto era justamente sua completa coerência o ponto alto de sua política⁵². Por certo não acreditava na intervenção estatal como solução ao problema da superprodução de café, convencido de que havia um desequilíbrio entre oferta e procura julgava que tal medida era incapaz de resolver o enigma, continuava rebatendo as propostas de intervenção com o argumento de que o desajustamento proporcionaria uma seleção natural, retirando do mercado aquelas lavouras formadas na década de 1890 sem o mínimo planejamento e potencialidades, postas em prática simplesmente pela pressão da abundância de moedas:

“a emissão de bilhetes convertíveis é sempre solicitada por necessidades sociais verdadeiras e regulada em suas oscilações pelo crédito, que se manifesta pela maior ou menor frequência da conversão. No regime do curso forçado, porém, como entre nós, não há instrumento algum para regular os movimentos da emissão; o crédito não é mais o seu regulador, ela se faz, por isso, às cegas, impelida pela especulação,

⁵⁰ Thomas H. HOLLOWAY. *Vida morte do Convênio de Taubaté. A primeira valorização do café*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978, p. 44-5.

⁵¹ Manuel Ferraz de Campos Salles. *Da propaganda à presidência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 152-3.

⁵² Antônio DELFIM NETTO. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/Ministério da Agricultura – Suplan, 1979, p. 32. Claro que não podemos dizer que atuava da mesma maneira em nível microeconômico, a Cia. Mate Laranjeira, que lançou mão das mais descabidas ajudas do Estado brasileiro e paraguaio é, no mínimo, algo contraditório para um spenceriano.

pelo jogo e por todas as loucuras da bolsa. Dai em massa colossal de papel-moeda inconvertível, invertendo os laços que ligam a indústria ao crédito, não sendo mais a necessidade social de uma indústria que provoca a emissão, mas a emissão que solicita a criação de indústrias sem razão de ser⁵³”. (sic.)

Claro que a faceta da “seleção natural” não era aplicada por Murtinho somente ao caso do café no Brasil, mas tratava-se de uma concepção macroeconômica que ordenava as ações dos homens. Assim, o que o ministro buscava com sua política econômica deflacionária e a conseqüente valorização da moeda brasileira era voltar a estabelecer parâmetros cambiais fixos para a partir disso buscar a “seleção natural”, a “lei da selva” em âmbito mundial, o tão propalado liberalismo.

Era evidente o alinhamento de Rodrigues Alves, sucessor de Campos Salles, à política econômica vigente, tanto que a intervenção pública no mercado imposta pelo Convênio de Taubaté partiu não de uma iniciativa do governo federal, mas dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que nas figuras de Jorge Tibiriça, Francisco Sales e Nilo Peçanha fecharam o acordo em “caráter emergencial”, uma vez que a superprodução de 1906 batia às portas, sobretudo às paulistas.

2.6 – A Bancarrota

Visando o entendimento dos impactos da crise, discorreremos sobre um dos maiores cafeicultores da história do município, Manoel Claudiano Ferreira Martins, que foi à falência em 1901. Interessante é perceber, a partir de um cafeicultor em específico, as conseqüências de uma crise estrutural.

“Ele morreu numa tapera da rua Cubatão, que nem sequer lhe pertencia e sob cujo tecto de telha vã teve a câmara mortuária velada por amigos. Poucos. Expirou neste recanto de pobreza e quasi de miséria (...) Morresse o Major Claudiano 15 anos atrás e teria uma apotheose. O mundo é sempre o mundo⁵⁴” (sic.).

Começar pelo fim é um exercício que aprendemos com Machado de Assis em Memórias Póstumas de Brás Cubas. A pequena nota de jornal no inexpressivo fevereiro de

⁵³ Joaquim MURTINHO. *Op. cit.*, p. 144.

⁵⁴ Jornal Tribuna da Franca, 11/02/1909.

1909 evidencia as conseqüências da cruel sociedade brasileira sobre os homens mal sucedidos. O vai e vem da riqueza, da fama e da galhardia é uma das marcas desta sociedade: “A irresistível preferência para o ganho fácil, de um só golpe, numa cartada, fazia dessa elite uma vítima de si mesma. Sua opulência tinha a consistência e o parentesco de um temporal tropical, tão fácil chegava a cavaleiro do risco, do jogo, do panamá, dos conhecimentos e intimidades de alcovas ou de vetustas e solenes ante-salas oficiais, mais rápido e diáfana se esvaía, ingrata e leviana a abandonar o túbio, o pródigo, já a braços com outro mais intrépido, sagaz e ousado vencedor. Pai rico, filho nobre, neto pobre, esse sábio epípeto popular era o retrato dessa metamorfose vertiginosa da riqueza⁵⁵”.

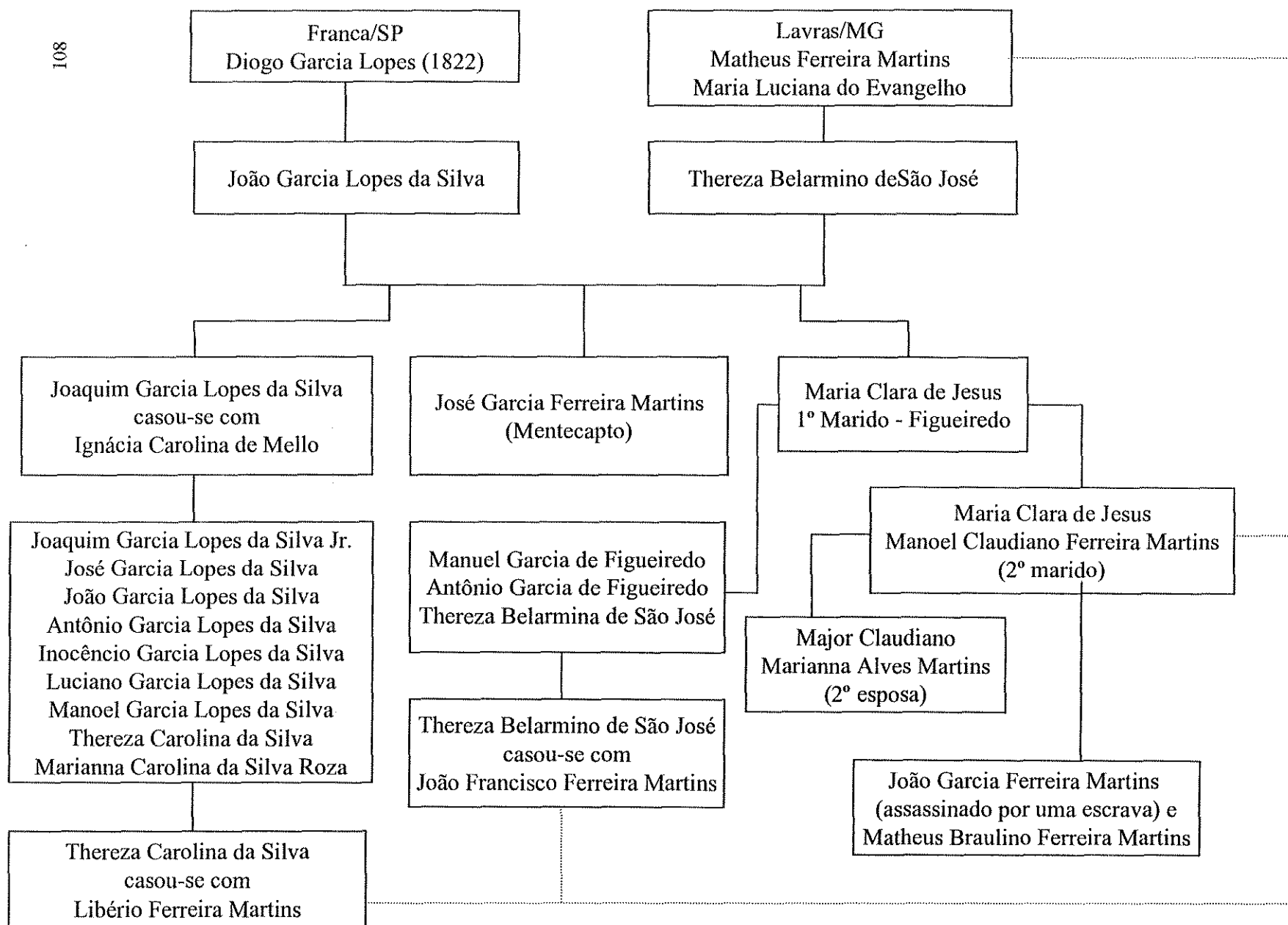
No inventário da primeira esposa do Major Claudiano, registrou-se que o montemor deste cafeicultor alcançava a cifra de 1.222:932\$486, sem sombra de dúvidas uma das maiores fortunas da história do século XIX em Franca. Vanglória, com seus três mil alqueires, além de Jaborandi, e Esmeril, também fazendas do Major⁵⁶, somavam sozinhas mais de 700:000\$000. A história da formação desta riqueza segue uma conformação muito comum: o casamento como “arte de acumular⁵⁷”. Mineiro de Lavras, casou-se com sua sobrinha Maria Clara de Jesus, filha de sua irmã Thereza Belarmina de São José, casada com João Garcia Lopes da Silva, membro de uma das mais ricas famílias da região: os Garcia Lopes. O inventário de João Garcia, elaborado em 1859, registrou um patrimônio de 276:092\$545⁵⁸, dos quais um terço, aproximadamente, refere-se a seus setenta escravos. Na divisão de seus bens coube ao Major Claudiano 63:248\$341, não necessariamente em forma monetária. Na verdade os inventários deste período e até de períodos subsequentes tem como objetivo a mensuração da riqueza com a finalidade de dividi-la e não necessariamente aponta para uma maior monetarização, inexistente neste período. Neste termos ao Major coube terras e escravos cuja soma aproximadamente correspondia àquele

⁵⁵ José Evaldo de Mello DOIN. *O Capitalismo Bucaneiro*. Dívida Externa, Materialidade e Cultura na saga do Café. Vol. I. Franca: UNESP/FHDSS, 2001. Tese de Livre Docência, p. 169.

⁵⁶ “Major Comandante do Esquadrão 8º da Guarda Nacional de Cavalaria da Comarca de Franca”.

⁵⁷ Expressão que retiramos de Renato Leite MARCONDES. *A Arte de Acumular na economia cafeeira*. Vale do Paraíba, século XIX. Lorena: Ed. Stiliano, 1998.

⁵⁸ Inventário de João Garcia Lopes da Silva. Caixa 123, 1º Ofício Civil, AHMUF, 1859.



valor. Residem nas relações familiares⁵⁹ e no “ensimesmamento” das elites no interior paulista a riqueza do Major Claudiano.

Embasado na riqueza patrimonial e na posição social que isso lhe conferia o Major lançou-se à vida política, sendo vereador entre 1869-72 e 1873-76 e presidente da Câmara entre 1885-86. Monarquista, chegou a ser cogitado o recebimento do título de Barão de Vanglória, o que não foi concretizado pelo Imperador.

A história da falência de um dos principais membros da elite francana inicia-se em 2 de junho de 1893, ocasião da morte de Maria Clara de Jesus. A feitura do inventário se arrasta por três anos, o maior obstáculo era a incessante tentativa do Major de inserir no processo dívidas realizadas após a morte de sua esposa, fato que os herdeiros Thereza Belarmina de São José (homônima de sua avó), Manuel e Antônio Garcia Figueiredo, filhos do primeiro casamento de Maria Clara não aceitavam. Dos 1.222:932\$486 registrados no Monte Mor coube a cada herdeiro a quantia de 85:532\$667 e ao Major 880:801\$816, incluindo o passivo de 196:540\$478. Ficou também com todo o cafezal da fazenda Vanglória composto por mais de 200.000 pés, restituindo em dobro os herdeiros: às partes avaliadas em 14:510\$333 foram pagas 29:020\$666. Tal escolha deixa claro que nas opções

⁵⁹ Claro que no seio das relações familiares ocorriam uma série de problemas. Na ocasião da morte de sua sogra/irmã Thereza Belarmina de São José, em 1887, foi deixado um testamento onde esta registrou sua vontade de não deixar seus bens para o seu genro Major porque este “cometia o 6º mandamento da lei de Deus contra as escravas, trazendo muito desgosto para Maria Clara, sua filha e esposa do Major”. O testamento foi à justiça, uma vez que o Major Claudiano sentiu-se prejudicado com tal vontade. Disseram as testemunhas: “O Major mantém relações libidinosas e ilícitas com as escravas, o que seria o flagelo de Maria Clara, por isso Thereza não quer deixar nada para ele”. “O Major Claudiano é homem de bem e cumpridor de seus deveres, não obstante gosta da cor preta, visto que isso é comum por aqui”. O Major questionava a validade do testamento uma vez que Thereza, sua sogra/irmã, era analfabeta e não tinha plena consciência do que havia sido registrado, além do que o documento não foi apresentado ao Tabelião, e só veio à tona após a sua morte. O Major acabou ganhando a causa, mas abriu mão de sua parcela dos bens desde que os testemunhos fossem mantidos em “perpétuo silêncio”. Joaquim Garcia Lopes da Silva, seu cunhado e beneficiário no testamento aceitou a proposta, ficou com os bens de sua mãe, pagou o advogado, as custas processuais e “fechou a boca”. Ação Ordinária: Major Claudiano e Maria Clara de Jesus contra Joaquim Garcia Lopes da Silva e Ignácia Carolina de Mello. Caixa 688, 1º Ofício Civil, AHMUF, 1887.

de negócios do Major o café ocupava primeiro plano. Com disponibilidade de crédito, cafezais novos e demanda crescente no exterior estes investimentos reuniam lucratividade incomparável às demais, e todos os recursos foram para eles drenados.

Tabela 18 – Colonos da Fazenda Vanglória

Colono	nº de cafeeiros	Idade dos cafeeiros	Valor Unitário	Valor total
Plantação s/ contrato	100.163	mais de 4 anos	1\$000	100:163\$000
Lobo Luiz	1.700	2 anos	0\$300	510\$000
Lobo Luiz	800	3 anos	0\$450	360\$000
José Tavares	1.500	1 ano e meio	0\$200	300\$000
José Tavares	750	6 meses (covas)	0\$100	75\$000
Pietro Rustiguelle	7.200	1 ano e meio	0\$200	1:540\$000
Lorenzo Fomino	1.500	8 meses (covas)	0\$110	165\$000
Clemente José de Sant'Anna	30.000	3 anos	0\$450	13:000\$000
José Ignácio	12.000	3 anos	0\$450	5:400\$000
Joaquim Vieira	2.300	4 anos	0\$600	1:380\$000
José Frade	3.000	4 anos	0\$600	1:800\$000
Pedro Joaquim Ferreira	1.200	3 anos	0\$450	540\$000
Emigdio Tavares	1.100	4 anos	0\$600	660\$000
Antônio Portuguez	8.000	6 meses (covas)	0\$100	800\$000
Antônio Portuguez	15.600	4 meses (covas)	0\$100	1:560\$000
Antônio Portuguez	23.300	4 meses (covas)	0\$100	2:330\$000
Total	210.113			130:583\$000

Fonte: Inventário de Maria Clara de Jesus. Caixa 202, n. 110, 1º Ofício Civil, 1893-96.

Percebe-se na tabela que antes de 1893-96 o Major possuía pouco mais de 100.000 pés de café formados, que aliás, conforme os contratos de trabalho, foram tratados por Flausino Vaz da Silva⁶⁰. Em quatro anos o número de cafeeiros foi duplicado, isso equivale a dizer que num prazo de seis a sete anos depois de 1893 a produtividade alcançaria o ápice, com metade dos pés na faixa dos sete anos de idade e a outra metade com doze, treze anos. Se as condições de realização da produção não fossem obstaculizadas de forma tão drástica como na crise, o potencial de riqueza gerada seria tamanho que ele sozinho produziria quase 95 toneladas de café em 1900⁶¹, o que é um disparate se comparado à produção de outros cafeicultores do período. Enfim, neste momento é interessante reter que quase todos os esforços do Major Claudiano tinham como foco a plantação de café.

⁶⁰ Livro de Notas n. 20, fls. 20-1, 2º Ofício Civil, 1893.

⁶¹ Aqui seguimos a média utilizada por Brasília SALLUM JR., onde mil pés de café produzem 30 arrobas.

No rol de suas atividades urbanas podemos destacar a Casa Comercial José Bárbara Martins & Cia., sociedade comercial entre José Bárbara, cafeicultor em Patrocínio Paulista com 183.000 pés plantados na fazenda Frutal. Segundo o inventário de Maria Clara este empreendimento possuía uma dívida ativa de 104:526\$638 congregando os 401 devedores, passivos na ordem de 160:949\$644 e ativos (mercadorias e dinheiro) que somavam 182:332\$108. As Instituições comerciais, como veremos adiante com mais detalhes, exerciam variadas funções, além do abastecimento local eram lugares privilegiados para o comércio de dinheiro. “As formas primitivas de empréstimos de dinheiro acompanham os primeiros estágios do desenvolvimento comercial e da circulação monetária. Aliás, não poucas vezes **comerciante** e **usurário** confundem-se na mesma pessoa até que haja certa especialização típica do capital⁶²”. Talvez não seja este o caso da Casa Comercial José Bárbara Martins & Cia, dos 104:526\$638 que compunham a dívida ativa, apenas 17:181\$687 referiam-se a títulos de empréstimos. O restante eram anotações de caderneta dos compradores de mercadorias da Casa.

Frente às dívidas contraídas com o Dr. Vicente de Carvalho, representante da Souza Aranha & Cia., de Santos, José Bárbara decretou falência em 1894, obrigando-se a dispor da Fazenda Frutal. O representante descontou as dívidas do valor da propriedade cujos ativos somavam 281:153\$000, o suficiente para saldar a dívida com os seus 42 credores, entre eles, os “capitalistas” (emprestadores de dinheiro) Padre Alonso Ferreira de Carvalho, José Guerner, Álvaro de Lima Guimarães e Antônio Barbosa Sandoval⁶³. Cabe lembrar, que apesar da baixa monetarização da economia como um todo, os “*homens do topo*” tinham acesso à moeda, aliás em grande parte eram vendedores de liquidez, e por concentrarem as oportunidades e possibilidades de crescimento em períodos de expansão, determinavam ou não a falência dos cafeicultores em tempos de retração, numa palavra, em contextos de crescimento extensivo como nos primeiros anos de 1890, surgiam como aliados, em situações de depressão econômica, pintavam de carrascos. Não se duplica a capacidade produtiva, como foi o caso do Major, sem a ajuda destes homens⁶⁴, aliás, não figurar no rol do detentores de liquidez talvez tenha sido um dos seus maiores pecados. “O

⁶² Flávio Azevedo Marques de SAES. *Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986, p. 61.

⁶³ Livro de Notas n. 64, folhas 61-63. 1º Ofício Civil, 1894.

⁶⁴ No capítulo seguinte falaremos sobre as formas de crédito.

comércio vive da lavoura; mas de fato a domina de modo tal que a lavoura parece viver do comércio⁶⁵. Ou, em outros termos: “o comércio exerce uma certa influência sobre as comunidades entre as quais ele é realizado; ele submete cada vez mais intensamente a produção ao valor de troca, fazendo com que o prazer e a subsistência dependam mais da venda do que do consumo direto dos produtos. Desse modo ele desagrega as antigas condições. Ele aumenta a circulação de dinheiro. Ele não se limita simplesmente a se apoderar do excedente da produção, mas pouco a pouco ele ataca a própria produção e coloca sob sua dependência setores inteiros da produção⁶⁶”.

Com Bárbara fora do jogo o empreendimento comercial começou a ruir. Em 1897 a Casa fecha as portas com passivos crescentes e dificuldades na concentração e recebimento das dívidas ativas. A crise bate às portas. Com grande parte de seu capital empatado no café, atividade de difícil realização neste contexto, e sem a válvula de escape da Casa Comercial a situação torna-se periclitante.

Retomando, quando da morte de Maria Clara coube ao Major Claudiano a quantia de 880:801\$816, incluindo o passivo de 196:540\$478, ou seja, ativos na ordem de 684:261\$338. No terceiro volume do inventário o Major apresentou uma listagem com as dívidas que segundo seu ponto de vista deveriam ser incluídas no arrolamento geral dos passivos. Estas dívidas somavam 271:418\$071 e referem-se sobretudo a sucessivos empréstimos para saldar dívidas, hipotecas e contratos de empreitada de café.

Argumentou a defesa do Major Claudiano: “que no passivo descripto no espólio do extinto casal com D. Maria Clara de Jesus, figuram diversas quantias que o

⁶⁵ “O fruto da lavoura”. *Correio Paulistano* de 14/02/1875. “O comissário, de início, agia como mero intermediário entre fazendeiro e exportador e recebia a comissão, em geral de 3% sobre o valor das vendas efetuadas. As relações entre comissários e fazendeiros tendem a ganhar complexidade pois o comissário passa a adiantar recursos ao fazendeiro. Estes recursos podem destinar-se tanto a gastos correntes quanto à formação de novos cafezais e, (em outro contexto) a compra de escravos. Sobre os adiantamentos feitos – em geral sob forma de conta corrente – contavam-se juros; o principal e os juros eram saldados quando da venda da safra de café, recebendo o fazendeiro apenas a diferença entre a receita total e seus débitos em conta corrente junto ao comissário. Os recursos para tais adiantamentos pertenciam, ao menos em parte, ao próprio comissário que também repassava empréstimos obtidos, em seu nome pessoal, junto aos Bancos. Resume-se, desse modo, a descrição clássica do crédito para a lavoura cafeeira no século XIX, cujo palco principal é a praça do Rio de Janeiro. As referências ao comissariado de Santos, em menor número, confirmam a existência do mesmo esquema de financiamento”. Cf. Flávio Azevedo Marques de SAES, *Op. Cit.*, p. 62.

⁶⁶ Sérgio SILVA. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1995, p. 24.

suplicante pegou posteriormente à data da descrição para cujo fim teve necessidade de sujeitar-se a outros compromissos tomando dinheiro a título de empréstimo e a juros. Assim procedeo porque os termos do inventário se demoraram, e os credores faziam repetidas exigências do seu embolso (...) Ainda mais: venciam-se as empreitadas de café na lavoura pertencente ao acervo, eo suplicante no carácter de cabeça do casal teve de recebê-las e fazer os devidos pagamentos⁶⁷”. (Sic.)

Vã Tentativa, conclui o Procurador João de Faria: “É difícil, senão impossível, descobrir no pedido do inventariante onde está a solução que seja justa para as partes (...) Me parece tarefa mais difícil do que a de Ulysses quando sahiu incólume da caverna dos gigantes. Admiram as quantias elevadíssimas despendidas com uma lavoura de 200 mil pés e uma fazenda já montada (...) Portanto requer-se que as dívidas pretendidas pelo inventariante sejam excluídas da partilha, a fim de serem cobradas pelo meio ordinário⁶⁸.” (Sic.)

Assim dos 684:261\$338 que lhe sobraram, devemos subtrair a dívida não reconhecida no inventário, 271:418\$071, sobrando ao Major 412:843\$267. Devemos subtrair, ainda, 69:625\$252 referentes a pagamentos de contas diversas ligadas à Casa Comercial, sobrando ao Major um patrimônio de 342:218\$015. Claro que esta simples subtração não deve ser confundida com uma maior monetarização, não devemos buscar uma economia caracterizada por este aspecto quando na verdade estamos falando de depreciação de riqueza patrimonial.

Interessante é o mecanismo usado pelo Major para acertar seus débitos com os colonos. Quando da ocasião de vencimento das empreitadas, ao invés de efetuar o pagamento em dinheiro e/ou café, emitia bilhetes corrigidos anualmente entre 8% e 12% e os repassava aos colonos, que por sua vez utilizavam-se destes papeis para cumprir seus

⁶⁷Inventário de Maria Clara de Jesus. Caixa 202, n. 110, 1º Ofício Civil, 1893-96.

⁶⁸Inventário de Maria Clara de Jesus. Caixa 202, n. 110, 1º Ofício Civil, 1893-96.

débitos cotidianos (remédios, alimentos, roupas, etc.). Assim, de certa forma, criava-se uma moeda fiduciária cuja base da circulação era a crença de que lá na frente, fechado o circuito, com o bilhete outrora emitido voltando às mão do Major, os pagamentos seriam efetivados e abatidos de seus ativos. Tratava-se sobretudo de um jogo de credibilidade que ancorava-se na posição social de tal agente. Colonos como Lobo Luiz, Pedro Rustigele, Luiz Bruneto, e tantos outros, ao procurarem José Eusébio Pinto, administrador da fazenda Vanglória, no final das empreitadas, saíam de lá munidos de bilhetes com as seguintes escrituras: “Devo a Lobo Luiz a quantia de 400\$000, corrigidos anualmente em 8% do valor total”. Ou melhor, “Devo, não nego, pago quando puder”.

Mas tal jogo de credibilidade começara a ruir já em 1897, quando o Major Claudiano foi ao jornais e escreveu:

“A crise actual tendo determinado a escassês de numerario bastante para prompta solução dos meus compromissos exigíveis, demoveu-me a envocar os meus credores, a fim de entrar com estes em concordata, garantindo os meus débitos com o que tenho.

A isso sou levado pela rectidão do meu procedimento, e pelo animo de collocar aquelles que me confiaram capitaes em posição resguardada de quaesquer receios, pagando-se pela renda de meus haveres dentro de curto prazo.

Para isso peço que como credores compareçam ou façam representar-se no dia 20 de maio do vindouro nesta cidade, às 11 horas do dia, em minha residência, devendo trazer ou mandar com a procuração o documento ou conta minuciosa e esclarecida do meu débito, até o dia mencionado.

A procuração deverá conferir amplos poderes, inclusivel os de receber hypoteca de bens, estipular e receber condições dellas; entrar em concordata judicial ou extrajudicial ; conceder moratória e nella convencionar prazo e condições; convencionar juros e prestações destes ou do capital, em quaesquer casos, e assignalar os meios de acção de uma comissão fiscal de credores para cuidar das relações entre estes e o devedor.

A minha massa activa, toda livre e desembaraçada de quaesquer omnus, é na maior parte consistente em terras e cafezaes, avulta em valor superior quatro ou cinco vezes ao passivo.

Esperando, assim, o prompto comparecimento de meus credores, meio certo de verificar a certeza de meu estado.

Franca, 30 de abril de 1897.

Manuel Claudiano Ferreira Martins⁶⁹”.

Com a falência pública, todo o sistema fiduciário criado, que outrora o havia beneficiado, volta com a mesma intensidade. De repente, credores dos mais variados e muitos até desconhecidos pelo Major batem às suas portas e afirmam-se credores, de

⁶⁹ Jornal A Tribuna da Franca de 30/04/1897.

pequenos valores, é claro, mas cuja soma avultava, o que só dilacerava ainda mais as suas condições. Imaginemos a condição de quem em 1897-98 possuía bilhetes emitidos pelo Major, o espetáculo da desvalorização em curso, os prejuízos se multiplicando assim como as pessoas às portas do soturno palacete.

O processo de falência deste cafeicultor caracteriza-se pela ausência de lucratividade frente aos investimentos realizados entre 1893-1896. A acumulação capitalista realizava-se sobretudo na esfera comercial, e frente as dificuldades de realização da produção tal via foi obstada, levando as atividades econômicas do major ao colapso. Assim, a partir de 1897, visando a restituição dos valores aplicados os credores acionaram as vias legais, as ações judiciais tendo o Major Claudiano como executado aos borbotões invadiram os cartórios e fóruns de Franca. Na sua maioria as dívidas possuíam a mesma raiz: o endividamento na mão dos capitalistas. Não podemos nos esquecer que o desenvolvimento das plantações de café foi dominado pelo capital, sem ele a instalação e/ou ampliação da capacidade produtiva não se daria: endividar-se significava desenvolver o capitalismo no Brasil, no contexto da cafeicultura significava transição ao trabalho livre, mecanização plantações e condições de reprodução.

São estas as dívidas do Major Claudiano que conseguimos levantar:

Tabela 19 – Dívidas do Major Claudiano posteriores ao inventário

Ano de contração da Dívida	Credores	Valor	execução
1895	Seabra & Cia. (RJ)	1:226\$270	1898
*	C. Costa & Cia. (Santos)	1:294\$291	1898
1895	Joaquim de Paula Marques	72:000\$000	1898
1897	Manoel Theodolindo do Carmo	12:891\$000	1900
1900	Thomas da Rocha Leão	15:000\$000	1900
1896	Prefeitura de Patrocínio de Sapucahy	1:816\$950	1897
1897	Dr. Marcílio Mourão	10:711\$620	1900
1891	Fernando Pesce	44:400\$000	1897
*	Chrisógono de Castro	68:600\$000	1900
	Total	212:940\$131	

Fonte: Inventário de Maria Clara de Jesus e diversas ações de execução.

Nem todas estas ações resolveram-se pela via legal. Algumas como o empréstimo realizado com o capitalista Chrisógono de Castro foram pagas com café. Em 5 de outubro de 1900 o Major, a título de pagamento, repassou a Castro 2.500 sacas de café contendo 150.000 quilos de café chato e Moca superior devidamente beneficiado, cada saca

pesando 60 quilos estocadas nos armazéns da Fazenda Vanglória. Vendidas a 6\$800 a arroba foram entregues na estação ferroviária e foram remetidas à Conceição & Cia., em Santos, saldando débitos de Castro com estes comissários⁷⁰.

A dívida contraída com Dr. Marcílio Mourão também foi liquidada pelo mesmo mecanismo. Em 1900 Mourão registrou em nota: “Declaro que recebi do senhor Major Manuel Claudiano Ferreira Martins 788 arrobas de café por saldo de todo e qualquer débito para comigo, que tendo dado quitação do pedido na execução que contra elle promovia nesta comarca igualmente, com dito recebimento por mútuo acordo, o exonero da responsabilidade de pagar meus honorários como seu advogado que fui na ação que Souza Aranha & Cia. Propuseram neste Fórum contra o dito senhor Major Claudiano. Para os efeitos, lavro este documento em favor do mesmo senhor⁷¹”.

Cabe ressaltar que antes da resolução das pendências com seu advogado, o Major passou pela incômoda situação de ter alguns bens penhorados e leiloados na porta de sua casa. Segundo edital publicado no Jornal Gazeta de Franca em 5/5/1900: “Faço saber aos que o presente edital de segunda praça com o prazo de 10 dias, virem, que no dia 12 do corrente mês, ao meio-dia, em frente às portas da casa do Major Claudiano, no largo do rosário, nesta cidade, o porteiro do Juízo, levará a público pregão de venda e arrematação, a quem mais der o maior lance e oferece, os bens penhorados ao dito Major, na execução que lhe move o Dr. Marcílio Mourão(...)”⁷². O leilão ocorreu em 3ª praça, somando os bens vendidos⁷³ em 3:602\$780, sendo o resto da dívida saldada com café, conforme vimos acima.

As outras dívidas arroladas na tabela foram executadas de forma judicial. O empréstimo de 30:000\$000 realizado com Fernando Pesce em 1891⁷⁴ só foi saldado por meio de uma Ação Decendiária⁷⁵ de 1897, sendo o montante da dívida, a juros de 8% ao

⁷⁰ Livro de Notas n. 81, fls. 38-9. 1º Ofício Civil. 1900

⁷¹ Livro de Notas n. 81, fls. 4. Registro de Recebimento. 1º Ofício Civil. 1900

⁷² Jornal gazeta de Franca de 05/05/1900.

⁷³ Entre os bens penhorados estavam todo o equipamento do Jornal “A Época”: 1 máquina Marimony em mal estado, 1 máquina Liberty, 44 caixas com tipos em mal estado, duas caixas vazias, sete bolandeiras e três cavaletes.

⁷⁴ Este empréstimo foi registrado no Livro de Notas n. 49, 1º Ofício Civil, em 26 de maio de 1891.

⁷⁵ Ação cujo prazo de execução é de dez dias. Caixa 150, 2º Ofício Civil, 1897.

ano, cotada em 44:400\$000. As dívidas em impostos à Prefeitura de Patrocínio do Sapucahy também foram resolvidas desta forma bem como as dívidas ao capitalista de São Paulo Thomás da Rocha Leão⁷⁶, Seabra & Cia⁷⁷, do Rio de Janeiro e C. Costa & Cia⁷⁸, de Santos.

O passo seguinte, após a perda do café e de dinheiro para saldar as dívidas foi a depreciação do patrimônio. Começamos pela liquidação de sua Fazenda Vanglória. Entre agosto e setembro de 1895 o Major Claudiano pegou um empréstimo de 40:000\$000, a juros de 2% ao mês, com o Capitão Joaquim de Paula Marques. Este, sabendo das difíceis condições do Major, moveu uma ação ordinária visando a execução da dívida: “Ultimamente, tendo tido conhecimento de que contra o réu estão sendo movidas algumas ações de cobranças, e que, as suas condições de fortuna, de prósperas que eram, iam se tornando um tanto precárias, tratou-se de cobrar⁷⁹”.

Não encontramos nenhum registro sobre a forma com que esta ação foi resolvida, todavia, nos Livros de Notas encontramos uma escritura onde o Cap. Joaquim de Paula Marques vendeu a cachoeira do Esmeril à Cia. Francana de Eletricidade⁸⁰, cuja localização era na Fazenda São João Batista, antiga Vanglória. Logo, torna-se linear um raciocínio onde a dívida foi sendo rolada até o limite da perda de uma das maiores fazendas da região de Franca. Claro que as condições em nada se aproximavam da Vanglória do passado, com quarenta escravos, máquinas de beneficiar café, cafeeiros em plena produtividade, casas de colonos, terreiros de secagem e o imponente casarão da conhecida “serra do Major”, ao sul de Patrocínio do Sapucahy. Tratava-se, em 1901 de uma fazenda com poucos colonos, muitas braquiárias, baixa produtividade e fragmentada pelas dívidas de seu antigo dono, cuja maior parte formou a Fazenda São João Batista.

O golpe final foi dado pelo Cel. Manoel Theodolindo do Carmo, capitalista de Batatais. Ele emprestou ao major a quantia de 12:891\$000 em 20/05/1897, com juros de 1,5% ao mês. Frente às dificuldades o pagamento do empréstimo não foi efetivado,

⁷⁶ Ação de Execução. Caixa 164, 2º Ofício Civil, 1900.

⁷⁷ Autuação. Caixa 301, 2º Ofício Civil, 1898.

⁷⁸ Execução de Sentença. Caixa 164, 2º Ofício Civil, 1898.

⁷⁹ Ação Ordinária. Caixa 324, 1º Ofício Civil, 1898.

⁸⁰ Livro de Notas n. 114, 1º Ofício Civil, fls. 12-26 e 38-42. 1911.

resultando em uma Execução Hipotecária em 1900. O bem hipotecado foi o sobrado no centro da cidade, “uma casa de morada confortável, coberta de telhas, assoalhada e forrada, tendo cômodo para negócios, construção de tijolos externamente com estatuetas de mármore em cima da pratibanda, e competente terreno fechado a muro de tijolos e portão de ferro, confrontando pelo poente com a rua Cônego Rosa, pelo nascente com o Externato Nossa Senhora de Lourdes, pelo sul com terrenos da mãe de José Castor da Silva⁸¹”.

Theodolindo em competente ação hipotecária arrematou o soturno sobrado em hasta pública pela quantia de 15:420\$000. Um dos maiores símbolos da riqueza cafeeira, cravado no centro da cidade, lugar onde sucederam-se inúmeras reuniões com o Barão da Franca, com Monsenhor Rosa e Estevam Leão Bourroul, lugar onde no primeiro andar funcionara a Casa Comercial, um ponto de encontro para a decisão de políticas e negócios. Esvaía-se neste momento toda uma época de prosperidade da cafeicultura francana, a crise e os sucessivos erros de “cálculo de demanda efetiva” davam o tom dessa decadência, enquanto os que no passado optaram por uma maior liquidez se deleitavam com a sua desgraça.

Se subtrairmos o valor total das dívidas posteriores ao inventário, 212:940\$131, do que restou ao Major após o pagamento das dívidas não reconhecidas no processo, 342:218\$015, restaria ainda a considerável quantia de 129:227\$884. Já em 1901/02 o credor João Alves de Figueiredo Jr. Assumiu algumas dívidas do Major: 2:600\$000 com a C. Costa & Cia., 1:640\$000 com a Seabra & Cia., 29:204\$456 com ele próprio e a hipoteca do palacete com o Cel. Theodolindo. Em troca recebeu: uma chácara de sete alqueires situada no bairro Cubatão, um chalet com sete cômodos na rua Estevam Marcolino, uma casa na mesma rua, penhor agrícola de 500 arrobas de café da safra de 1901, todos os cafezais da Vanglória e o penhor agrícola de mil arrobas de café da safra de 1902. O Major passou estes bens a João Alves, que por sua vez deu por saldado seus compromissos com outros credores, talvez o único que não tenha sido resolvido foi o episódio do sobrado uma vez que Theodolindo o executou.

Percebe-se então que todas as possibilidades de superação da crise foram anuladas. Sem a Casa Comercial, sem fazenda e sem cafeeiros restou ao Major esperar o inevitável. Pelas condições de miséria descritas na ocasião de sua morte, deduzimos que parte de sua

⁸¹ Execução Hipotecária, 1º Ofício Civil, 1899.

dívidas não foram registradas em documentos e/ou não foram registradas em Franca. Sabemos, por exemplo, que em 1897 o Major vendeu a chácara Emília, nos subúrbios da cidade, a Olímpio Alves Branquinho, de Igarapava, por 32:616\$000⁸², sabemos também que sucessivas vezes arrendou a Chácara Cubatão⁸³ antes de repassá-la a João Alves de Figueiredo, e sabemos também que sua segunda esposa, Marianna Alves Martins, conhecida como Marianna do Major, faleceu em 1932, deixando apenas os móveis que guarneciam a casa alugada na rua Frederico Moura e “um baú, velho, contendo cartas e papéis sem interesse⁸⁴”.

Nos últimos anos de sua vida andava maltrapilho pela cidade, empunhando um chicote e açoitando os negros que encontrava pela rua. “Volta pro meu café, negro!!” gritava o velho Major pelas ruas, remontando a uma época que já não existia mais, tal qual Dom Quixote lutando contra moinhos de vento. As escleroses da miséria atacam de forma mais drástica os homens ricos de outrora.

⁸² Livro de Notas n. 69, fls. 87-8, 1º Ofício Civil, 1897

⁸³ Livro de Notas n. 60, fls. 178, Livro de Notas n. 84, fls. 9-11. 1º Ofício Civil.

⁸⁴ Inventário de Marianna Alves Martins, Caixa 227, 1º Ofício Civil, 1932.

Capítulo III

Homens em Movimento:

Mobilidade social, pequenas propriedades e a dinâmica do crédito

“Se buscar o paradoxo é próprio de um sofista, fugir dele, quando imposto pelos fatos, denota um espírito sem coragem ou sem fé na ciência¹”

Vimos no capítulo anterior que as possibilidades de acumulação de capital por parte dos colonos eram reduzidas na década de 1890. Aqui veremos que o fato de muitos colonos terem se tornado proprietários liga-se às mudanças causadas pelo impacto da crise de 1896-1906 e não necessariamente às possibilidades de acumulação como colono.

Trata-se de uma afirmação muito séria, aos conhecedores do capitalismo assumir que trabalhadores num contexto muito específico reuniam condições de se tornar proprietários pode soar estranho. Nosso percurso, até agora, demonstrou relações de trabalho extremamente hierarquizadas. Na década de 1870 vimos que o estabelecimento das lavouras de café na região passou por um conjunto de relações entre diferentes níveis de proprietários rurais, calcado em relações desiguais extremamente permeadas pelos “mandonismos locais”. Na década de 1880 verificamos um processo de expropriação que teve como resultado a concentração de escravos nas maiores propriedades. Já nos anos de 1890 vimos que apesar da utilização do “trabalho livre” condições não necessariamente econômicas ordenavam os contratos de trabalho, sobretudo na questão dos excedentes da produção de alimentos.

¹ Émile DURKHEIM. *As regras do método sociológico*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. XI.

Partiremos agora para um ponto de clivagem em nossa dissertação. Não que as características desta sociedade tenham se alterado substancialmente, mas condições muito específicas confluíram para a ascensão social do imigrante no contexto da crise de 1898-1906. Na verdade, o que estava em questão, do ponto de vista dos fazendeiros, era “não perder mais” e não necessariamente “expandir a lucratividade do empreendimento”. Frente à ausência de meio circulante própria de políticas deflacionárias, a tática de liquidar débitos com terras e/ou abrir mão de parcela da produção de café em prol do colono, o que passou a ocorrer no contexto da crise, onde se estabeleceram as relações de parceria, aproxima-se mais à transferência de um problema (dado o contexto de superprodução) do que a uma estratégia de ascensão familiar pelas vias do trabalho, conforme poderia pensar uma bibliografia de cunho mais “romântico”.

Buscaremos também, neste capítulo, a partir da pesquisa de 835 inventários, indicar a composição da riqueza no município entre 1901-1920, analisar a viabilidade das pequenas propriedades: taxa de acumulação, número e idade dos cafeeiros, trabalho familiar, etc. e fazer algumas inferências sobre as formas de crédito que se estabeleceram

3.1 – A crise e os contratos: onde está o dinheiro?

Os impactos da crise de superprodução fizeram-se sentir nas relações de trabalho estabelecidas entre fazendeiros e colonos. Segundo Augusto Ramos a situação da lavoura paulista era mais difícil, do ponto de vista financeiro, do que a dos demais produtores; em São Paulo predominava o colonato, enquanto nos demais estados predominava a parceria: “em São Paulo o preço do trabalho do colono é ajustado por mil cafeeiros no tratamento dos mesmos, por alqueire de 50 litros de café no trabalho de apanha, e por dia nos serviços avulsos (...) ele auferia também indiretamente vantagens de outra ordem e de maior valor. São as que resultam da cultura de cereais, feijão, etc., entre as filas dos cafeeiros. (...) Em outras regiões como a fluminense e Minas Gerais é freqüente serem as lavouras confiadas às famílias de colonos pelo sistema de trabalho por porcentagem ou parceria das colheitas,

em geral a *meias*, isto é, cabendo a cada família, como remuneração por cuidar dos cafeeiros e fazer a colheita, metade do que esta produzir.²”

Essa diferença regional implica que os valores financeiros envolvidos eram previamente estabelecidos em uma forma de trabalho e em outra não. Na parceria, dominante em Minas e no Rio de Janeiro, a remuneração do colono estava submetida à realização do valor mediante às condições internacionais do mercado, já os fazendeiros paulistas, por contratarem previamente as cláusulas envolvendo dinheiro submetiam-se ao descompasso entre a quantia envolvida na relação com o colono e o preço de mercado, o que, no contexto de superprodução descrito, significa que os fazendeiros de São Paulo como um todo estavam acumulando prejuízos, fato atenuado nas terras de fronteira onde a produtividade equilibrava um pouco mais as contas.

Sob um outro aspecto as relações de colonato também pressionavam os cafeicultores. As terras para o plantio de outros alimentos eram fornecidas na proporção do cafezal envolvido na negociação, e uma vez que lavouras novas não estavam sendo formadas os fazendeiros não tinham condições de fornecer aos colonos novas terras para estes plantios. Tal argumento baseia-se no fato de que o colonato é uma relação de trabalho própria de um contexto de expansão das lavouras.

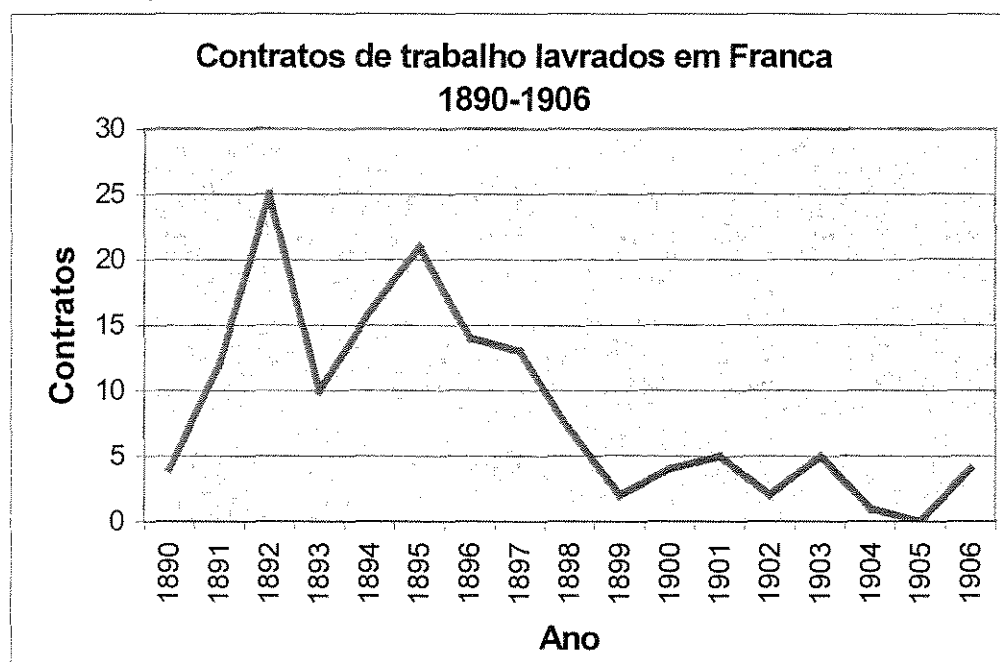
Isso significa que o mecanismo de acesso à terra, ora antes usado para rebaixar as contas em dinheiro, estava ficando “engessado”, aumentando a importância das cláusulas envolvendo dinheiro, justamente o que faltava nos anos de Campos Salles como presidente. No colonato a queda do preço recaía inteiramente sobre o fazendeiro-proprietário; na parceria era dividida, e mesmo que não fosse lucrativo ficar com apenas metade da produção, era positivo o fato de não assumir dívidas maiores com os colonos. Em consequência da crise o número de contratos de formação e/ou trato de café em Franca diminuiu drasticamente. Ao mesmo tempo os cafeeiros plantados no início da década de 1890 atingiram o ápice de produtividade, exportando quase dez milhões de toneladas em 1902.

² Augusto RAMOS. *O café no Brasil e no Estrangeiro*. Contribuição comemorativa do 1º Centenário. Rio de Janeiro: Papelaria Santa Helena, 1923, p. 204-05.

No auge da crise, em 1905, não foi lavrado nenhum contrato de trabalho. As exportações de café reduziram-se a pouco menos de seis milhões de toneladas, chegando ao ponto máximo da decadência iniciada em 1903. Em 1906, com a intervenção estatal, o número de contratos lavrados começou novamente a subir, a exportação de café acompanhou este movimento, marcando a recuperação das lavouras prejudicadas anteriormente com a geada de 1902.

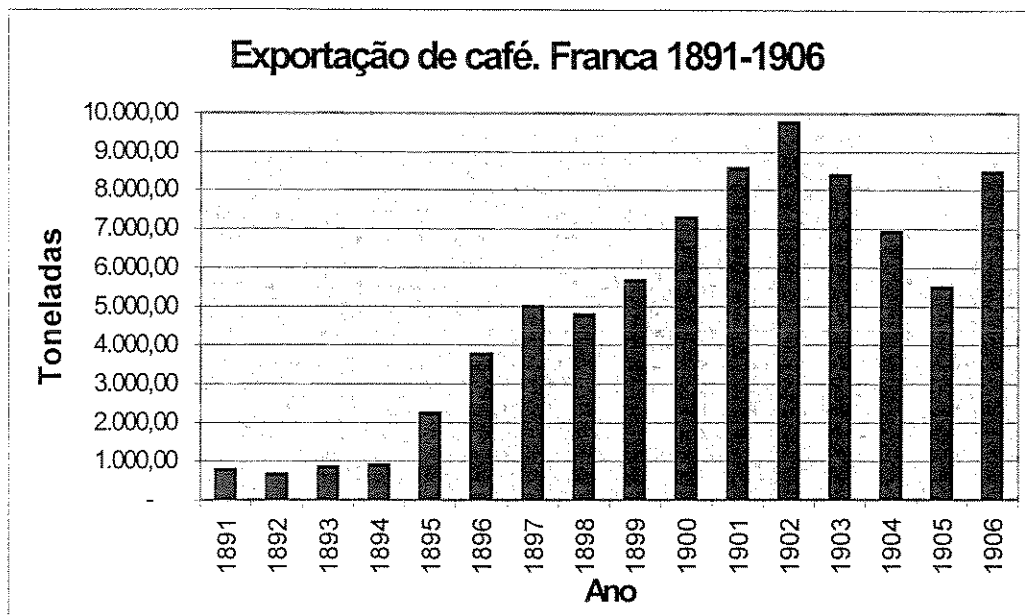
As conseqüências do período de retração 1898-1905 redimensionaram as propriedades em Franca. Múltiplas falências foram registradas no contexto da política deflacionária de Murtinho, e sob uma nova conformação a cafeicultura se pautou entre 1900 e 1920.

Gráfico 1 – Contratos de trabalho lavrados em Franca 1890-1906



Fonte: Livros de Notas do 1º e 2º Ofícios Cíveis – 1866-1920

Gráfico 2 – Exportação de café. 1891-1906



Fonte: Adaptado de Pedro Geraldo TOSI, *Op. cit.*, p. 91.

As grandes plantações foram praticamente varridas do mapa. Custos elevados e preços cadentes resultaram no abandono e desvalorização das propriedades, bem como em movimentação de trabalhadores em direção às zonas novas. Interessantes são os números apontados por Pedro G. Tosi:

“No que concerne ao fracionamento e reconcentração das propriedades rurais no período em tela [1905-1920], interessa qualificar que houve um continuado decréscimo no tamanho médio das propriedades: de 159 alqueires em 1905 para 110 em 1920. (...). O número total de propriedades oscila de 384 em 1905 para 583 em 1920, enquanto o tamanho das propriedades foi sendo diminuído. Apesar disso, aumentava o número total de cafeeiros plantados, bem como a área cultivada, embora nem sempre fosse crescente a média de cafeeiros por estabelecimento³”.

O que os dados deste autor evidenciam é um verdadeiro fenômeno de fragmentação da propriedade; os “grandes cafeicultores” atingidos em cheio pela crise desfaziam-se de porções de terras para saldar suas dívidas e ainda, segundo o autor, “foi no período entre 1906 e 1915 que imigrantes, principalmente de origem espanhola e italiana, credores de dívidas para com os velhos cafeicultores, dotados de alguma economia e famílias

³ Pedro Geraldo TOSI. *Op. cit.*, p. 144.

numerosas, tiveram acesso à propriedade de terras de dimensões não muito elevadas. Começaram, então, a aparecer os sitiantes e pequenos fazendeiros de origem estrangeira. O produto, contudo, não deixara de ser a base da economia local: já em 1915⁴, em virtude da mudança na estrutura fundiária, era possível verificar o aumento do número de cafeeiros⁵.

São válidas as conclusões do autor quanto à transformação dos colonos imigrantes em proprietários, todavia é necessário fazer uma ressalva. Começamos a construir nossa argumentação.

A relação de trabalho estabelecida entre fazendeiros e colonos começa a sofrer transformações a partir de 1898. O colonato, dominante de fins da década de 1880 até 1897 é paulatinamente substituído pela “parceria” ou pela “empreitada”, variando de acordo com a idade dos cafeeiros, onde a remuneração do trabalhador consiste em metade da produção de café ou na produção total do quarto ano, no caso de lavouras por formar. Essa transformação revela o brutal impacto da crise; a ausência de dinheiro, oriunda da política econômica do período, pode ser notada no quesito “valor por pé formado em mil-réis”, onde os valores foram substituídos pela frase “quesito não monetarizado”. No campo os valores, na maioria dos casos referentes a mil pés, foram substituídos pela frase “o fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais”, ou “o fruto do cafezal pertence ao contratado”. Com o estreitamento das relações e das cláusulas envolvendo dinheiro os trabalhadores transformaram-se em parceiros e/ou empreiteiros, cujo pagamento era a produção de café.

Na verdade a fragmentação da propriedade e a ausência de papel-moeda estão intimamente relacionados, apontando para a falência dos proprietários. Como visto anteriormente o colonato sentiu de forma mais drástica a crise de 1898-1906, e a divisão da produção com os parceiros, mesmo que reduzindo os lucros, era o mecanismo mais viável para evitar perdas maiores.

Não é necessário nenhum comedimento para ressaltarmos os efeitos dos anos Campos Salles sobre a lavoura francana. Renato Perissinotto, em sugestiva passagem, afirma: “A crise da lavoura no governo de campos Salles foi tão grande que ela não hesitou em participar, em 1902, de um movimento rebelde com vistas a depor o presidente. A causa

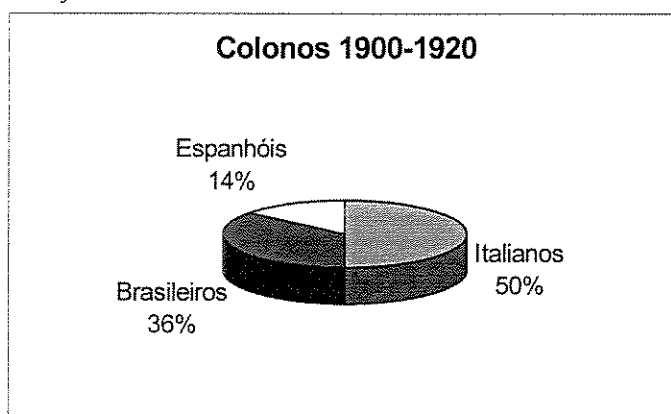
⁴ O que pode ser verificado no Gráfico 1 do primeiro capítulo.

⁵ Pedro Geraldo TOSI. *Op. cit.*, p.138.

primeira desse movimento foi a política financeira do governo que deixou a lavoura em situação precaríssima. Assim, o movimento eclodiu em 22 de agosto de 1902 em **Franca**, Araraquara, Ribeirãozinho, Itatinga, Jaboticabal, São Carlos, Araras, Casa Branca, Mogi-Mirim e Espírito Santo do Pinhal⁶. Perissinoto se refere a um “racha” ocorrido no seio do Partido Republicano Paulista, que só foi contornado em 1906 com os esquemas valorizadores. De qualquer forma, interessante é o fato do município de Franca encabeçar a lista dos insatisfeitos.

Desta crise emerge uma outra configuração, e a maior modificação de todas diz respeito ao acesso do colono ao mercado. Mesmo com baixos valores a possibilidade de ter uma participação na produção final de café era uma situação ótima do ponto de vista do colono. O regime da parceria, dominante no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, se impõe na região, abrindo aí a possibilidade de uma melhor sorte aos imigrantes.

Gráfico 3 – Nacionalidade dos Colonos. Franca 1900-1920.



Fonte: Livros de Notas 1900-1920. 1º e 2º Ofícios Cíveis

Metade dos colonos entre 1900 e 1920 eram italianos, sendo estes os principais beneficiados com a quebra dos proprietários. A ideologia do “*fare America*” orientava suas ações e agora, com a participação direta no mercado, via metade da produção de café contratada, reuniam melhores condições de negociar. O mecanismo de exploração descrito

⁶ Renato M. PERISSINOTTO. *Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 108. Significativo é o fato de o município de Ribeirão Preto não constar entre as cidades insatisfeitas com os anos de Campos Salles. A ausência muito provavelmente se explica pelo fato de os cafeicultores deste município comporem, em grande parte, a elite dos negócios do que Perissinotto denomina “grande capital cafeeiro”: elite econômica que prima pela diversificação de seu capital em diferentes ramos do complexo cafeeiro: operações de crédito, ferrovias, indústrias e o grande filão do comércio exportador.

anteriormente, baseado na hierarquia social e nas trocas desiguais não mais ocorria; para sua viabilidade é necessário que haja uma grande diferença entre proprietários e colonos e fortes redes de submissão calcadas na riqueza. Vimos que os fazendeiros barravam de todas as formas a participação dos colonos no mercado, seja pela produção de café seja pela produção de alimentos. Com a crise e o real empobrecimento dos proprietários estes não mais conseguiam concentrar todas as possibilidades, abrindo mão de preciosas fatias do mercado, sobretudo o cafeeiro.

Todavia, se seguirmos Tosi e a organização causal de seus argumentos é claro um pensamento onde os colonos a partir do trabalho familiar acumularam algum pecúlio na década de 1890, e com a quantia em bolso compraram terras desvalorizadas com a crise, aumentando sobremaneira o número de propriedades e diminuindo a extensão das mesmas. Assim, os colonos, sobretudo os italianos, que nesta década compunham quase 60% da mão-de-obra, aparecem como proprietários a partir de 1906 sendo o colonato o meio pelo qual se consubstanciavam suas aspirações.

Não concordamos com tal argumento; trata-se de uma gênese de elementos que inicia-se na acumulação como colono, posteriormente invertida para adquirir a condição de proprietário e a partir desta condição participar no mercado. Nosso argumento é que no colonato as possibilidades de acumulação eram reduzidíssimas frente à média familiar predominante no período, e na crise os proprietários, para sustentar seus negócios, abriram mão de uma parcela do mercado em prol dos colonos, e a partir desta atuação os colonos tornaram-se proprietários, seguindo uma lógica “colono – participação no mercado – proprietário”. Atuar no mercado, sob nosso entender, precede a condição de proprietário, e o nexo era dado pelas relações de parceria.

Para exemplificar podemos citar o caso do colono Victório Nazette, que em 1909 contratou com Martiniano Garcia Duarte, no sítio Macahúbas, o trato de 5.000 cafeeiros. O contrato vigorou durante um prazo de três anos e a remuneração de Victório consistia em metade do fruto do café oriundo desta lavoura. Segundo o jornal A Tribuna da Franca a cotação para a saca de dez quilos para este ano era de 3\$700⁷. Assim pela produção dos

⁷ Jornal A Tribuna da Franca, 29 de agosto de 1909.

2.500 cafeeiros que lhe cabiam, o colono receberia 1:492\$950, sendo a produtividade deste ano de 161,4 sacas por mil pés, ou 107,6 arrobas por mil cafeeiros. (ver tabela 1).

Na caso das lavouras em formação a estratégia utilizada era que toda a produção do quarto ano pertencesse ao colono. Os cafeeiros nada produziam nos três primeiros anos, assim, era necessário aos proprietários abrir mão da colheita deste ano para compensar o improdutivo período de maturação, sem a necessidade da utilização de dinheiro. O colono espanhol José Garcia Lopes contratou com a proprietária Dorothea Claudina Villela, em 1912, a formação de 50.000 cafeeiros na fazenda Santo Antônio durante um prazo de seis anos⁸. Nesta escritura a remuneração do colono consiste no fruto do cafezal durante o período de vigência do contrato. Assim, José Garcia, por estes seis anos de trabalho, receberia 50:590\$000⁹, mesmo com os prejuízos contabilizados com a geada de 1918, que apesar de não ter sido intensa no município, prejudicou a produção.

No momento em que, via parceria, os imigrantes tinham acesso ao mercado de café duas dificuldades se impunham: o baixo preço da saca e a queda da produtividade. Franca em 1910-20 já era considerada uma região de lavouras antigas, assim os cafeeiros de maior idade já começavam a apresentar um decréscimo na produtividade, que de 154,02 arrobas em 1902, diminuía para 54,99 em 1920.

⁸ Livro de Transcrição de Registros e Títulos n. B1, fls. 166-69, 2º Ofício Cível, 1912.

⁹ Para chegarmos a este valor consideramos a produtividade do quarto ano em 30 sacas de 10 quilos por mil cafeeiros, a produtividade do quinto ano em 45 sacas por mil cafeeiros e a produtividade de 61,395 sacas para o sexto ano (1918, conforme tabela 16). Sendo o contrato lavrado em 1912, os anos de produção seriam 1916, 17 e 18, cujas cotações no mercado de Santos era 5\$500, 4\$150 e 10\$750 respectivamente. Sob estes números realizamos o cálculo. Dados sobre as cotações retirados de Thomas H. HOLLOWAY. *Imigrantes para o café...* *Op. cit.*, p. 263.

Tabela 1 – Cafeicultura em Franca e cotação em Santos 1902-1920

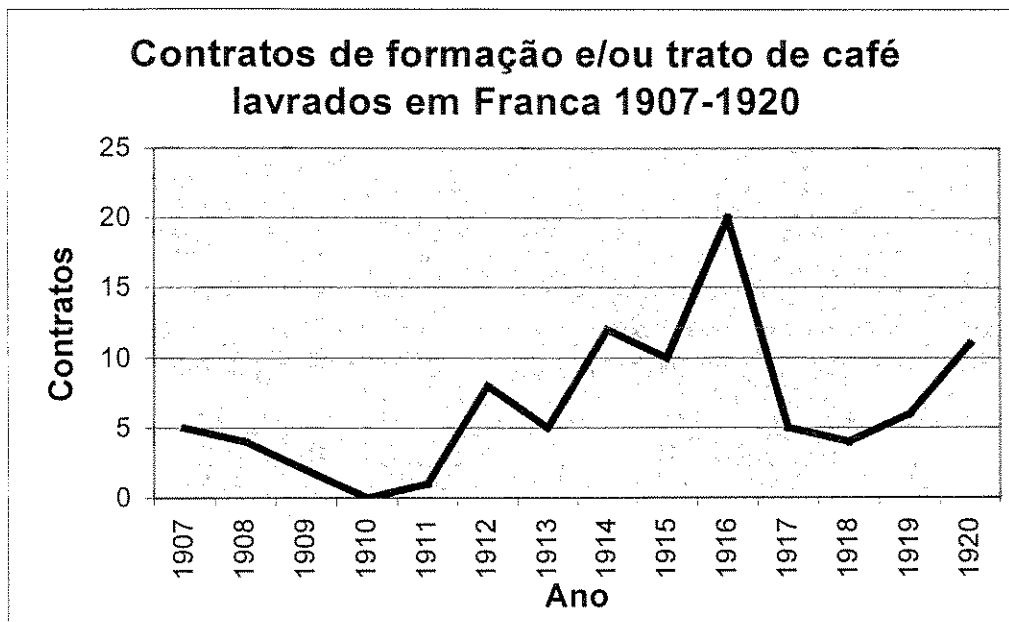
Ano	Prod. (@)	Cotação em Santos	Prod. (ton.)	Cafeeiros	Produtividade - @ por mil pés
1902	650.355	4\$200	9.755,33	4.222,50	154,02
1909	794.560	3\$800	11.918,40	7.380,98	107,60
1910	418.170	5\$850	6.273,00	7.380,98	56,60
1911	623.690	7\$550	9.355,35	7.380,98	84,40
1912	626.024	6\$900	9.390,36	7.380,98	84,82
1913	669.490	5\$000	10.042,35	7.380,98	90,70
1914	475.300	4\$300	7.129,50	7.380,98	64,40
1915	605.550	4\$850	9.083,25	7.380,98	82,04
1916	490.120	5\$500	7.351,80	11.727,80	41,79
1917	842.000	4\$150	12.630,00	11.727,80	71,80
1918	480.000	10\$750	7.200,00	11.727,80	40,93
1919	252.000	14\$000	3.780,00	11.727,80	21,49
1920	645.000	8\$000	9.675,00	11.730,00	54,99

Fonte: Adapt. de Pedro Geraldo TOSI. *Op. cit.*, p. 139 e de Thomas HOLLOWAY. *Op. cit.*, p. 263.

A pergunta que se coloca é a seguinte: o preço do café e a produtividade renderiam o suficiente para o imigrante tornar-se proprietário? Com a quebra dos proprietários as terras foram desvalorizadas, abrindo espaço para a atuação dos colonos no mercado. Mesmo não operando sob condições ideais, eles reuniam valores suficientes para comprar pequenas partes de terras, previamente desvalorizadas, e/ou esperavam o final do contrato onde muito provavelmente os débitos do fazendeiro seriam acertados com pequenas partes de terras, fenômeno que, como vimos, expandiu o número de proprietários e diminuiu a média de cafeeiros por propriedade. Com esta configuração de pequenas extensões, os custos de produção eram reduzidos. Sob esta característica de predomínio de pequenas propriedades a cafeicultura tomou outros rumos após a crise, rumos que garantiram uma certa manutenção da atividade cafeeira, mesmo em uma zona já considerada “antiga”. “É inegável, a Franca atravessa um período de atividade e potente desenvolvimento, assistindo o ressurgir duma vida nova, de energia e labor, até aqui estacionaria¹⁰”.

¹⁰ Vital PALMA. (Org.). *Almanach de Franca*: 1912. Com variadíssima e desenvolvida parte histórica, biográfica, literária, industrial, charadítica, commercial e annunciante. São Paulo: Salesianas, 1912., p.159.

Gráfico 4 – Contratos de formação e/ou trato de café lavrados em Franca 1907-1920.



Fonte: Livros de Notas 1907-1920. 1º e 2º Ofícios Cíveis

Antes de alcançar a pujança mencionada no almanaque de 1912, os contratos de trabalho sofreram uma retração e chegaram a zero em 1910; isso se explica pelas super produções de 1907 e 1909, que atingiram 11,007,52 e 9,663,60 milhões de toneladas respectivamente, e pela adaptação das lavouras à nova configuração das propriedades. Neste período entre 1907 e 1911 conclui-se que os proprietários estavam liquidando seus débitos anteriores (muito provavelmente com parcelas de suas propriedades) e consequentemente não estavam registrando novas escrituras. Num movimento correlato colonos estavam tornando-se proprietários de pequenas terras, e também não estavam registrando escrituras. Feitas as respectivas adaptações a cafeicultura expandiu-se sobre outras bases a partir de 1910.

Em 1913, dada a alta produtividade deste ano, 90,7 arrobas por mil pés (vide tabela 1), e a alta produção, que atingira 669.490 arrobas, percebe-se uma redução no número de contratos lavrados. Em 1915, pelos mesmos motivos, aliados à eclosão do conflito mundial, verifica-se novamente uma queda no número de escrituras lavradas. Entre 1916 e 1917, em virtude da intervenção do governo paulista, o número de contratos lavrados voltou a crescer, todavia em níveis incomparáveis em relação ao volume de escrituras registradas na

década de 1890, portanto antes do processo de redimensionamento das propriedades que salientamos nos parágrafos anteriores.

Segundo Delfim Netto, a intervenção do Estado de São Paulo foi feita em virtude da volumosa safra registrada nestes anos, atingindo 15 milhões de sacas, quando o consumo, por causa da 1ª Guerra Mundial havia caído abaixo deste nível. Os mecanismos de defesa foram facilitados pela geada de 1918, que reduziu a produtividade dos cafeeiros, tornando a oferta brasileira muito inferior à normal. Nessas circunstâncias, era inteiramente natural que a procura, principalmente dos especuladores, se precipitasse, o que elevou os preços do Rio 7 de 10,7 cents/libra peso para 17,3 em dezembro do mesmo ano, que, depois de uma ligeira baixa, atingiu 22,8 cents/libra peso em julho de 1919¹¹. “O que se pode dizer desta situação é que o estado de São Paulo, comprando café (compras efetuadas por emissões de papel-moeda), impediu que os preços em moeda nacional caíssem a níveis ainda mais baixos e que, agindo como agiria um especulador normal, usufruiu dos benefícios de um movimento favorável de mercado¹²”.

Assim, a expansão do número de contratos registrada neste período pode ter sido consequência das favoráveis condições de realização fornecidas pelo estado. Em 1918, ano da geada, acidente natural descrito por Delfim Netto como um dos “facilitadores” da política de defesa deste período, o número de contratos lavrados voltou a decrescer. Entretanto o movimento decrescente registra-se já em 1917, dado o volume da produção que alcançou 842.000 arrobas. Assim, em 1918, confluem as consequências da geada e a grande produção do ano anterior, que resultam na baixa produção de 1919, estimada em 252.000 arrobas.

Mas há de se qualificar esta “confluência” de fatores para a diminuição do número de contratos lavrados em 1918. Segundo Pedro Tosi a célebre geada de 24 de junho de 1918 “beneficiou duplamente os negócios de café da cidade, quer nos preços, quer porque o acidente climático não se fez sentir agudamente no município, de modo que foi apenas no

¹¹ Antônio DELFIM NETO. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Ministério da Agricultura: Suplan, 1979, p. 70-1.

¹² Antônio DELFIM NETO. *Op. Cit.*, p. 72. A saca de café atingiu o preço de 47\$390 em 1918, 94\$612 em 1919 e 74\$703 em 1920. Além da diminuição da oferta e aumento da procura, a ascensão dos preços se explica pela grande inflação mundial ocorrida durante a guerra e a pressão inflacionária interna, dado o aumento das emissões.

ano de 1922 que se percebeu os efeitos da erradicação, quando o número de arrobas produzidas reduz-se de 615.000 para 420.000, e o número de cafeeiros plantados diminuiu de 11.730.000 para 9.438.000¹³”. Assim, dadas estas condições não tão drásticas da geada sobre a lavoura francana, que se revelam plenamente apenas no ano de 1922, acreditamos que a redução dos contratos em 1918 ocorreu prioritariamente pela grande produção dos anos anteriores, dada em condições altamente favoráveis, uma vez que a reestruturação das propriedades estava mais bem delineada e os preços, via defesas governamentais, eram atrativos, sobretudo para os cafés de boa qualidade (como veremos adiante), que sempre foram privilegiados pois a condição de sustentação dos financiamentos era a obtenção de bons preços no mercado internacional.

Com o final da 1ª Guerra Mundial o crescimento do número de contratos lavrados foi retomado. Como delimitamos 1920 como o ano final de nossas preocupações, não registramos as escrituras posteriores a este ano, todavia, dada a correspondência do contexto internacional e das defesas de preço fomentadas pelo estado, poderíamos inferir que até 1922 a tendência fosse o crescimento, com ligeiro declínio¹⁴ em 1921, sanado rapidamente pela intervenção estatal e posterior retomada no contexto das defesas permanentes a partir de 1924.

¹³ Pedro Geraldo TOSI. *Op. cit.*, p. 139.

¹⁴ Já a valorização de 1921-24 contava com dois aspectos inversamente colocados no programa de valorização anterior; agora a inflação mundial liquidou-se numa crise de importantes proporções e o volume de produção apresentou-se acrescido. Ainda segundo Delfim Netto a depressão que se seguiu à prosperidade do pós-guerra nos Estados Unidos foi curta e severa. “O índice de produção industrial caiu de 95, em fevereiro de 1920, para 64, em março de 1921. O índice de emprego caiu de 116, em março de 1920, para 80, em julho de 1921, mas o índice de pagamentos totais de salários caiu ainda mais, de 125, em junho de 1920, para 72, em julho de 1921. A queda dos preços do atacado foi enorme, passando de 247, em maio de 1920, para apenas 138 em janeiro de 1922, o que representa uma queda de 45%. Esse violento movimento de contração reduziu o nível de rendimento dos consumidores e, conseqüentemente, causou uma retração na procura, o que significa que, para manter-se o mesmo nível de consumo, teria sido preciso conceder-se diminuições importantes nos preços”. Cf. Antônio DELFIM NETO. *Op. Cit.*, p. 74-78. Era justamente a queda do preço o fator que caracterizava a crise, e prontamente a intervenção federal se fez presente, sobretudo por dois fatores: o sucesso das intervenções anteriores e a doutrina que consagrava o café como um problema nacional. Nas palavras do presidente Epitácio Pessoa: “o café representa a principal parcela no valor global de nossa exportação e é, portanto, um problema nacional, cuja solução se impõe à boa política econômica e financeira do Brasil”. Utilizando-se como garantia o café adquirido, levantou-se um empréstimo externo de 9 milhões de libras esterlinas em 1921 cuja finalidade era a paulatina liquidação dos estoques. Mais uma vez as condições de produção auxiliaram uma liquidação feliz da operação, pois as safras de 1921/22 e 1922/23 foram das menores de que se tinha notícia desde o começo do século e o estoque mundial do produto, que havia atingido 10 milhões de sacas em julho de 1919 caiu para 5,3 milhões no mesmo mês de 1923.

Os imigrantes que após 1906 aparecem como contratados, salvo uma exceção, não entram em cena posteriormente como contratantes. Tal fato nos leva a concluir que os colonos que tornaram-se proprietários possuíam pequenas terras, onde não era necessário a contratação de colonos, ou seja, a propriedade, mesmo que pequena, transformava-se em uma unidade produtiva baseada no trabalho familiar.

Victório Stephani é a exceção acima mencionada. Em 1912 contratou com o Tenente Antônio Justino Alves Ferreira a formação de cafeeiros na fazenda Pouso Alto¹⁵. Não podemos calcular o rendimento provável do contrato porque este não nos fornece o número de cafeeiros envolvidos, constando no item “cafeeiro” apenas a vaga frase “o que for possível formar”. Esta escritura vigoraria durante um prazo de 7 anos e todo o fruto do cafezal pertenceria ao colono durante este prazo. Além disso, a distância entre cada cova de café foi especificada em 16 palmos, ou seja, o colono teria um amplo espaço para o plantio de outras culturas nos espaço intercafeeiro. Claro que nem todo o excedente da produção de alimentos ficaria com o colono, a escritura envolve cláusulas que estabelecem o monopólio de venda de alguns produtos ao fazendeiro, o que significa que por estes gêneros pagaria quantias menores do que as praticadas no mercado. De qualquer forma, ao atuar no mercado via produção de café, as cláusulas envolvendo alimentos foram relegadas a um segundo plano.

Em 1920 o mesmo Victório Stephani aparece como proprietário da fazenda Santa Amália contratando com Francisco Vinlandelli a formação de 12.000 cafeeiros¹⁶. A relação de trabalho estabelecida foi a empreitada, onde a remuneração do colono consistia na produção de café durante o prazo de 4 anos e no uso do terreno, justamente aquelas cláusulas que proporcionaram a Stephani a condição de proprietário.

Outros italianos que apareceram como proprietários foram Nicola Andrea e Rodolpho Tossi. Andrea contratou Sebastião Gobbo e seus filhos Antônio e Joaquim para formarem 17.000 cafeeiros num prazo de seis anos. Novamente todo o fruto do cafezal pertenceria aos colonos, assim como toda a produção de alimentos, claro que com a

¹⁵ Livro de Notas n. 117, fls. 51-54, 1º Ofício Cível, 1912. Esta escritura também foi registrada no Livro de Transcrição de Registros e Títulos n. B1, fls. 196-99, 2º Ofício Cível, 1912.

¹⁶ Livro de Transcrição de Registros e Títulos n. B2, fls. 170-72, 2º Ofício Cível, 1920.

ressalva da exclusividade de venda¹⁷. Rodolpho Tossi muito provavelmente já imigrou para o Brasil com algum pecúlio pois em 1905 em conjunto com sua mulher Maria Felícia já era proprietário da fazenda Brejo do Lobo, localizada em São José da Bela Vista¹⁸. Entre 1919 e 1920 Tossi fechou cinco contratos de formação de cafeeiros, envolvendo 60.000, 1.000, 26.000, 42.000 e 15.000 cafeeiros respectivamente, todos na fazenda Santa Izabel, também em São José da Bela Vista¹⁹. Na verdade, destes cinco contratos, quatro são realocações necessárias em virtude da geada de 1918, assim, não devemos somá-los para obter o número de cafeeiros deste proprietário, mas sim considerar apenas o primeiro e o último, atingindo um total de 75.000 cafeeiros na Santa Izabel. Em todas as escrituras o fruto do cafezal é dividido em duas partes iguais, sendo presente também a exclusividade de compra da produção de alimentos dos colonos.

Um impulso dado à cafeicultura em Franca a partir de 1910 foi o paulatino reconhecimento da qualidade dos grãos, o que significava maiores cotações no mercado. Este reconhecimento veio às custas de intensa divulgação das características do café da Alta Mogiana, divulgação esta que intensificou-se com a crise de 1929 e consolidou-se nas décadas seguintes:

“são produtoras de cafés finíssimos, os melhores cafés de terreiro do mundo, a Alta Mogiana e o sul de Minas. Produzem grãos de classificação estritamente mole, o máximo para o paladar. O gosto é suave, adocicado, ou com acidez suave, muito agradável (...). A escala de classificação regional segue a seguinte ordem:

1 – Alta Mogiana e Sul de Minas

2 – São Paulo-Goiás, Araraquarense, Douradense

3 – Paulista e Bragantina

4 – Alta Paulista e Noroeste

5 – Sorocabana

6 – Central do Brasil (São Paulo e Rio) e zona da Mata (Minas)

7 – Espírito Santo (Tipo Vitória)”²⁰

A qualidade do café francano é decorrência de uma combinação geográfica específica; apesar de o latosol vermelho-amarelo, fase arenosa, não ser um solo muito fértil,

¹⁷ Livro de Transcrição de Registros e Títulos n. B2, fls. 174-76, 2º Ofício Cível, 1920.

¹⁸ Livro de Notas n. 97, fls. 44-45, 1º Ofício Cível, 1905.

¹⁹ Livro de Transcrição de Registros e Títulos n. B2, fls. 33-5; 56-7; 80-3; 115-18 e 141-4. 2º O. C., 1920.

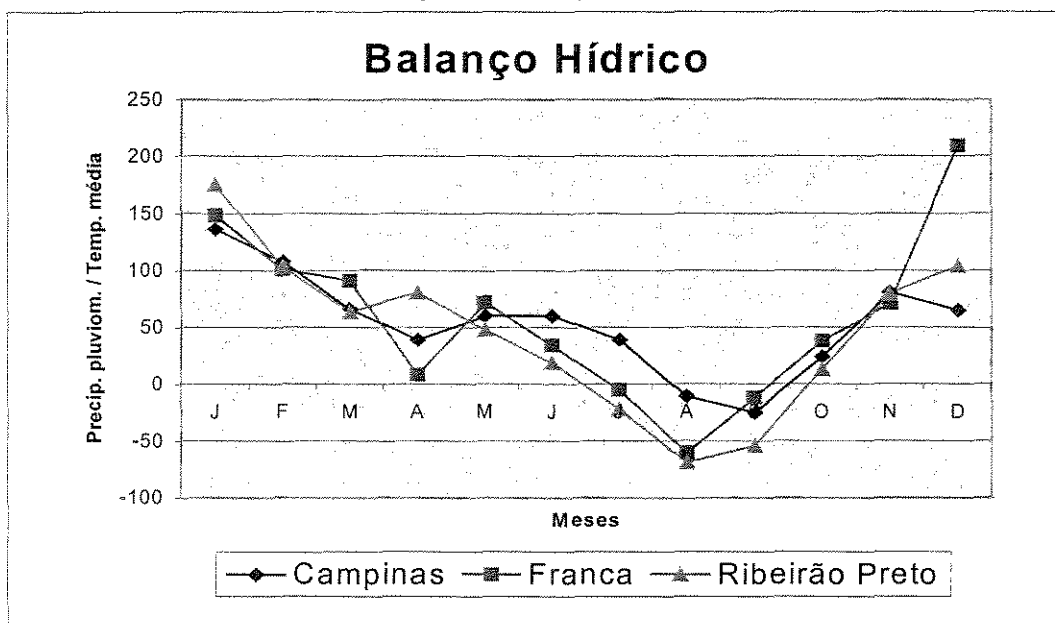
²⁰ E. A. GRANER. C. GODOY JR. (et.all.). *Manual do Cafeicultor*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo e Edições Melhoramentos, 1967, p. 299. Ver também Rogério CAMARGO. Adalberto de Queiroz TELLES JR. *O café no Brasil*. Sua aclimação e industrialização. Vol. I. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola (Ministério da Agricultura), 1953.

aliás, pobre em se falando da capacidade de retenção de nutrientes, e portanto não proporcionar uma grande produtividade, sendo esta classificada em “média-alta”, os índices pluviométricos e a temperatura contribuem em muito para a qualidade do grão.

“A precipitação anual ótima para esta cultura é de 1.700 mm, sendo a condição mínima de 1.200mm anuais. A estação seca não pode ser superior a 3 ou 4 meses e a precipitação mínima mensal admissível corresponde a 40 mm no inverno²¹” São consideradas temperaturas ideais 26°C de dia e 20°C a noite; para plantas com mais de um ano as temperaturas ideais são 23°C durante o dia e 17°C durante a noite. Em Franca a temperatura média anual é de 23, 5° C e a precipitação anual gira em torno de 1.500 mm, ou seja, ambos os fatores estão na faixa entre as condições mínimas e máximas.

Destas variáveis (temperatura e precipitações pluviométricas) Setzer traçou o balanço hídrico de diferentes regiões. Segundo este autor a umidade necessária ao café não deve ser considerada apenas uma função do total de chuva medido e sim uma relação entre a precipitação pluviométrica e a temperatura média através de uma função exponencial, dividindo o total de chuva em mm por 1,07, elevado a uma potência correspondente à temperatura média. Destes cálculos o autor aponta o seguinte balanço:

Gráfico 5 – Balanço Hídrico



Fonte: Adaptado de E. A. GRANER. C. GODOY JR. (et.all.). Op. cit., p.51

²¹ E. A. GRANER. C. GODOY JR. (et.all.). Op. cit., p. 50.

As condições pluviométricas e de temperatura em Franca são mais favoráveis à cafeicultura do que em Campinas e Ribeirão Preto. Claro que as condições não ideais são compensadas nestes municípios, sobretudo em Ribeirão Preto, pela melhor qualidade do solo; a terra roxa tem uma capacidade de retenção de água muito maior do que os solos arenosos, todavia concentra umidade no inverno criando as condições necessárias para o desenvolvimento de grãos ácidos, com menor aceitação no mercado. Observando o gráfico concluímos que o inverno nesta cidade é mais seco do que o francano, todavia o solo apresenta maior umidade sendo justamente este o fator que influenciará decisivamente na pior qualidade daquele café; entretanto os solos de terra roxa apresentam uma produtividade imbatível²², e foi este o fator geográfico dominante para que Ribeirão Preto se tornasse a capital mundial do café. Quanto mais seco o inverno, período de colheita, mais baixa será a acidez do grão, e é justamente esta a condição vigente em Franca, uma vez que o solo arenoso tem como característica uma retenção de água muito menor do que os solos com maior composição de argila, assim, na estação seca, os terrenos arenosos apresentam umidade bastante baixa proporcionando um grão de melhor qualidade.

Sob o ponto de vista da formação do grão o volume das chuvas é um fator de vital importância para o desenvolvimento. A influência da chuva na floração ficou demonstrada em experiências realizadas por Mes (1959) e Alvim (1960). “Segundo Mes (...) a fase final do crescimento do botão floral que vai desde o ponto em que este tem um comprimento de 4mm até flor aberta com uma corola de 21mm poderá se processar em 8 dias se o déficit de água for eliminado pelo menos durante um curto período de tempo no início dessa fase²³”. Como podemos observar na estação chuvosa, entre novembro e dezembro, o balanço hídrico da região de Franca é superior às outras regiões destacadas para efeito de comparação, se o critério for a precipitação pluviométrica a de Franca também é superior, uma vez que a de Campinas é de 1300 mm/ano e a de Ribeirão Preto 1390mm/ano. Por certo o maior volume de chuva compensa a pobreza do latosol vermelho-amarelo fase arenosa, todavia esta compensação é insuficiente para se estabelecer uma comparação

²² Sobre os processos geológicos de formação das áreas de terra roxa e de solos arenosos na região, interessante é o texto “Sociedade e Natureza”, de Rosa Ester ROSSINI e Raimunda Maria de OLIVEIRA.. In: Carlos de Almeida Prado BACELLAR e Lucila Reis BRIOSCHI (orgs.). *Na Estrada do Anhangüera*. Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999, p. 24-33.

²³ E. A. GRANER. C. GODOY JR. (et.all.). Op. cit., p.52

entre a produtividade das duas regiões.

Intensas chuvas no verão e seca nos meses de inverno, características próprias do clima tropical de altitude (Franca está a 1.040 metros do nível do mar); esta combinação proporciona a produção de grãos bem aceitos no mercado mundial, basta ver a atual situação do café colombiano. Nestas regiões a cafeicultura encontrou as condições geográficas ideais; é este o habitat por excelência desta planta, que não por acaso tem sua gênese nos terrenos altos e acidentados da Etiópia.

3.2 – Inventários: O domínio da Pobreza.

Tentaremos identificar a configuração das propriedades bem como a composição da riqueza em Franca entre 1901-1920. Mas antes de mais nada cabe uma ponderação sobre a representatividade dos 835 inventários pesquisados.

Tabela 2 – Índice de Representatividade dos Inventários para o intervalo 1908-1912.

ANO	1	2	3
	Número de Óbitos	Número de Inventários Pesquisados	Índice de Representatividade (2/1 x 100)
1908	555	46	8,28%
1909	534	30	5,61%
1910	614	34	5,53%
1911	562	35	6,22%
1912	614	29	4,72%
Média	575,8	34,8	6,07%

Fonte: Inventários do 1º e 2º Ofício Civil 1901-1920. Anuaire Statistique du Brésil 1º a. 1908-1912. Vol. I. Territoire et Population. Brésil: Ministère de L'Agriculture, Industrie et commerce/ Imprimerie de la Statistique, 1916, p. 392-93.

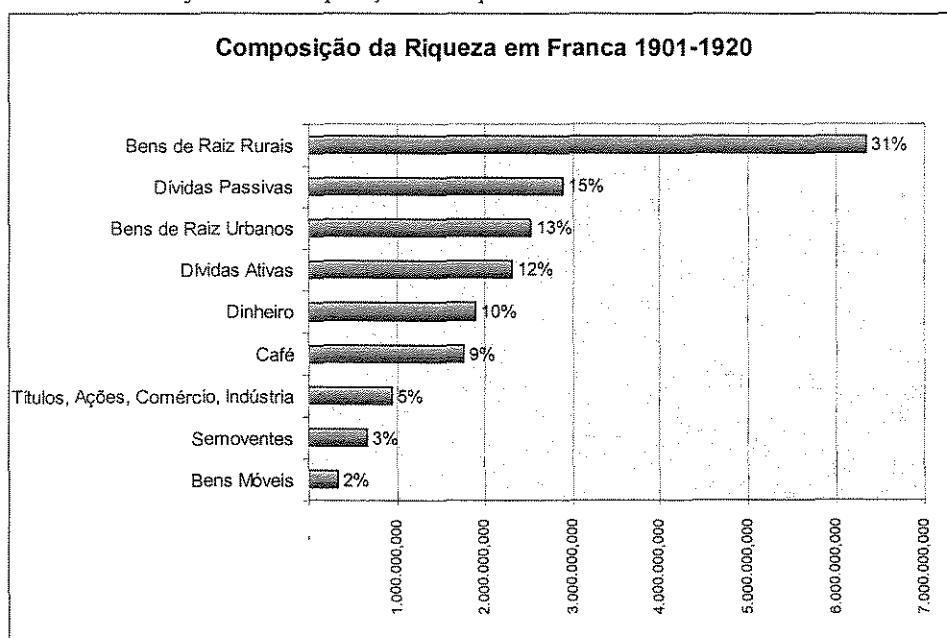
Somente foi possível calcular a representatividade no intervalo 1908-1912, período onde encontramos o número de óbitos do município no Anuário Estatístico do Brasil. Na média, os inventários dão conta de 6% do conjunto da realidade que nos propomos estudar. Consideramos tal representatividade baixa, uma vez que o ideal seria um índice entre 10% e 15%²⁴, todavia o *corpus* documental existente não possibilitava algo superior. Por outro

²⁴ Renato Leite Marcondes, ao calcular o mesmo índice de representatividade para Lorena no século XIX, alcançou a média de 12,7%, sendo a mínima 7,1% e a máxima 20,5%. Cf: Renato Leite MARCONDES. *Op. Cit.*, p. 305.

lado, achamos que as conclusões que se seguirão são plenamente válidas pois pesquisamos **todos** os inventários do período, e dificilmente encontraríamos um documento que nos desse tamanha noção da conformação e distribuição da riqueza como os inventários. A proposta neste tópico é caracterizar a riqueza francana, com ênfase na cafeicultura, e relacionar tal caracterização com os movimentos de expansão do capitalismo e correlatos processos de acumulação.

Os Bens de Raiz Rurais (terras, matas, benfeitorias, casas de colonos, casa principal, etc.) apresentam-se como o tipo de riqueza mais recorrente em Franca, perfazendo um índice de 31% sobre a riqueza total, seguida das Dívidas Passivas e Bens de Raiz Urbanos:

Gráfico 6 – Composição da Riqueza em Franca 1901-1920



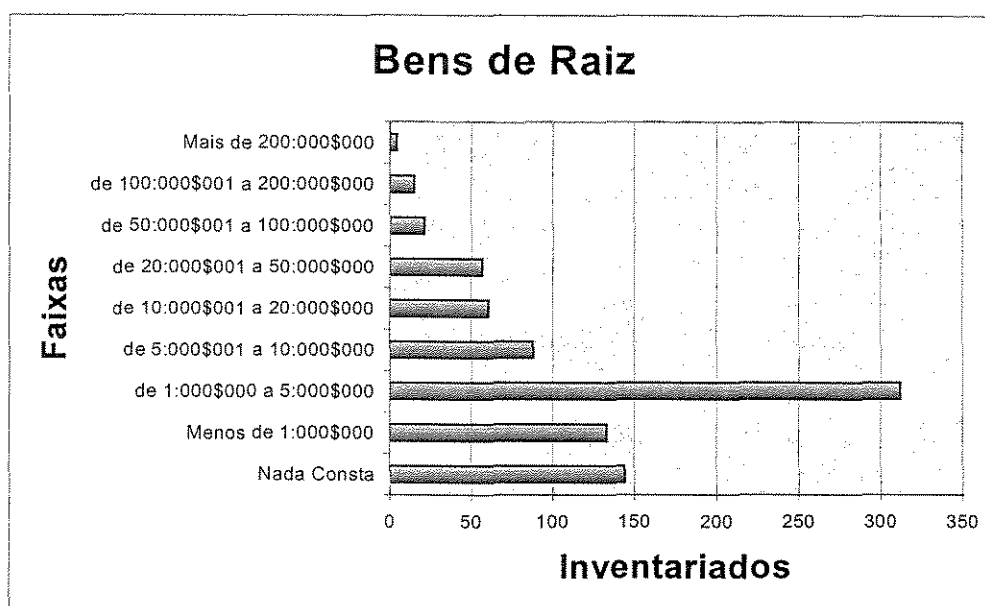
Fonte: Inventários do 1º e 2º Ofício Civil 1901-1920.

Entre 1901 e 1920 apenas 28% dos bens de raiz concentravam-se no espaço urbano. Isso não significa que as atividades urbanas estavam em segundo plano, muito pelo contrário, a cidade era o “palco da acumulação”, era o espaço de cotação do café, dos alimentos, dos serviços, enfim, o espaço de realização da produção. Dadas as características do complexo cafeeiro, ou seja, a dinâmica articulação entre diversos segmentos de produção, a cidade aparece como lugar de coordenação e orientação das inúmeras atividades componentes deste complexo: venda, compra, beneficiamento, ensacamento,

transporte, reprodução, etc. Como um todo, os bens de raiz urbanos perfaziam 13% da riqueza total, ocupando a terceira posição.

A grande maioria dos detentores de bens de raiz situam-se na faixa entre 1:000\$000 e 5:000\$000. Dentre estes cerca de 85% detinham bens de raiz rurais, portanto eram pequenos proprietários que viviam da policultura e pequena cafeicultura. Difícil discernir sobre uma maior separação das culturas nas pequenas propriedades, elas não se sustentam pelo plantio de um único produto.

Gráfico 7 – Faixas de Riqueza em Bens de Raiz



Fonte: Inventários do 1º e 2º Ofício Civil

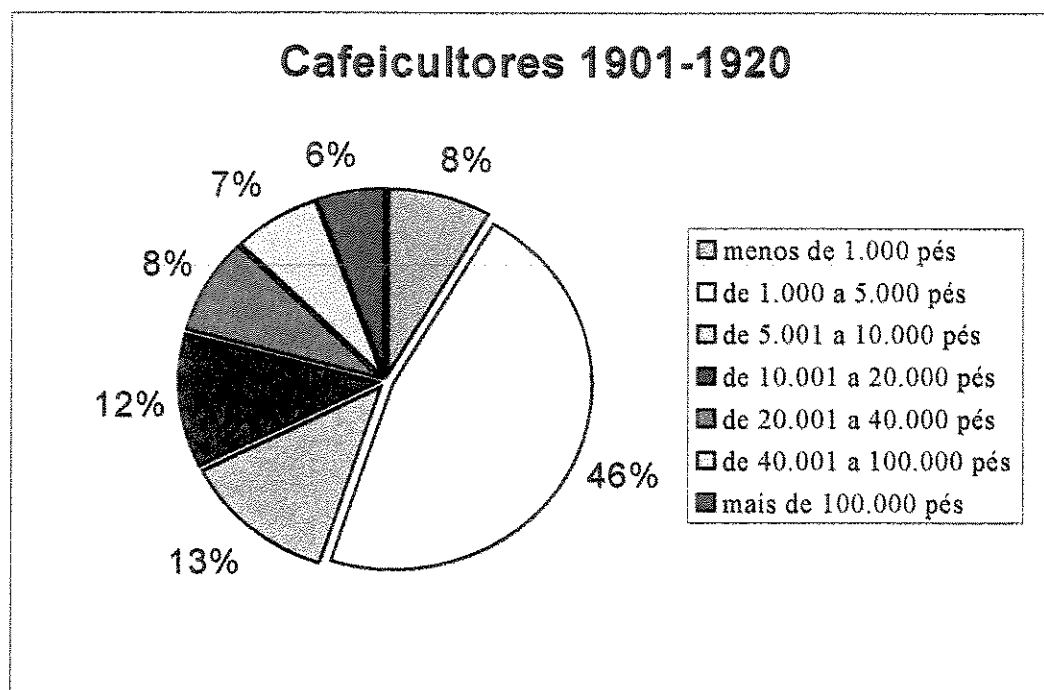
Alcança certo destaque a faixa “menos de 1:000\$000”, cuja predominância também é rural. Como vimos nos capítulos anteriores a existência de pequenos proprietários na região é recorrente desde os primórdios de sua ocupação. Vimos no primeiro capítulo que a relação de exploração estabelecida entre distintas faixas de proprietários foi a base pela qual a cafeicultura tornou-se viável na década de 1870. Aliás, em pleno contexto de expansão da cafeicultura na década de 1890 vimos que as pequenas propriedades se inseriram no complexo cafeeiro, produzindo alimentos e/ou café, ou seja, a existência desta conformação fundiária parece ter sido reforçada com o próprio desenvolvimento da cafeicultura, ainda mais após o redimensionamento das propriedades a partir de 1906 em virtude da crise.

Cerca de 10% da riqueza pesquisada se apresenta em forma de dinheiro. Ledo engano, muito do que foi agregado na categoria “dinheiro”, na verdade, trata-se de café. É muito comum nos inventários o fato de as safras futuras serem caracterizadas como “dinheiro”. Os donos de Casas Comerciais também inseriam nesta mesma categoria suas mercadorias. Desta forma, não seria correto entender a categoria “dinheiro” na acepção da palavra; eventualmente existiam algumas poupanças, todavia eram diminutas em relação às outras formas de riqueza presentes.

Embora as relações econômicas fossem permeadas por moeda corrente, esta não necessariamente se fazia presente. O café, como principal produto, permeava um volume de relações talvez maior até do que as relações envolvendo o dinheiro propriamente dito. O café funcionava nessa economia como um meio de pagamento: apesar das trocas serem feitas em café, este pautava-se em um dado *quantum* de dinheiro, ou seja, apesar de estar ausente como meio circulante orientava a cotação dos produtos a serem trocados. Apesar de os dados pesquisados denotarem uma baixa monetarização em termos concretos, conforme nos mostrou a pesquisa com os inventários, não podemos afirmar que o dinheiro estava ausente, muito pelo contrário, o próprio fato de o café ser inserido na categoria “dinheiro” revela desde logo que se tratava de uma economia monetarizada. À medida que subimos na escala hierárquica e alcançamos os “capitalistas”, aqueles que trataremos no próximo tópico, o dinheiro vai tornando-se mais recorrente. Nesta sociedade, sobretudo em momentos de crise, o dinheiro assumia também a função de reserva de valor.

Às faixas de riqueza expostas no gráfico acima corresponde uma certa configuração da cafeicultura:

Gráfico 8 – Cafeicultores 1901-1920



Fonte: Inventários do 1º e do 2º Ofício Civil. 1901-1920

Quase metade dos cafeicultores de Franca possuíam entre mil e cinco pés de cafeeiros. É o caso de Napoleão Caramore²⁵, que em 1920 possuía três mil cafeeiros, em bom estado, cotados em 1\$000 cada, somando todos a quantia de 3:000\$000. Suas propriedades rurais somavam 3:375\$000 sendo a soma total de seus bens alçada em 6:375\$000. Apenas o café plantado representava quase 50% de seu patrimônio.

Como este são inúmeros os exemplos, proprietários de pequenas faixas de terra, com poucos cafeeiros e muito provavelmente tocando os negócios à base do trabalho familiar. Dos 144 cafeicultores identificados a partir dos 835 inventários²⁶, 98 situavam-se na faixa entre mil e dez mil pés, destes documentos apenas 20 foram registrados antes da crise, ou seja, a disposição temporal dos inventários corrobora a hipótese de que o processo de formação de pequenas propriedades foi recrudescido após 1906.

²⁵ Inventário de Napoleão Caramore, caixa 228, 1º Ofício Civil.

²⁶ O fato de termos encontrado apenas 144 cafeicultores numa pesquisa que envolvia 835 inventários é significativo. Vale lembrar que predominam os pequenos proprietários, e que muitas vezes, nestes casos, os cafeeiros não são avaliados separadamente. Acabam entrando na categoria “bens de raiz”. O fato de apenas 17,2% dos inventários conter o café em separado não significa que apenas estes cultivavam, muito pelo contrário, a ausência confirma o padrão aqui discutido: pequenas propriedades acompanhadas de pequenas plantações.

Considerando as transformações nas relações de trabalho entre colonos e fazendeiros aliando-as com os dados dos inventários aqui tratados, reforçamos as hipóteses formuladas no tópico anterior sobre a ascensão dos colonos a pequenos proprietários. Torna-se linear um raciocínio onde muitas das dívidas adquiridas com os colonos, no contexto da superprodução e do colonato, foram liquidadas com partes de terras e/ou que ao ser estabelecida a parceria como relação de trabalho os colonos tiveram acesso ao principal mercado, o cafeeiro, e reunissem, a partir disso, pecúlio suficiente para tornarem-se proprietários.

Outro fator que contribui para este argumento é o fato de grande parte dos pequenos cafeicultores possuírem, sobretudo entre 1910 e 1920, cafeeiros em mau estado de conservação, queimados pela geada, abandonados ou às vezes classificados como razoáveis. É o caso, por exemplo, de Victalina Barbosa de Jesus²⁷, que em 1911 possuía cinco mil cafeeiros em “mau estado”, que valiam unitariamente 0\$500, somando 2:500\$000. Além disso possuía terras no valor de 500\$000.

Considerando que um cafeeiro formado e em bom estado chegava a atingir o valor de 1\$000, e que a grande maioria dos cafeeiros destes pequenos plantadores eram cotados entre 0\$200 e 0\$500, podemos afirmar que, sendo a produtividade o critério da classificação da condição, estes pequenos cafeicultores trabalhavam com uma baixa taxa de acumulação. Tanto isso se confirma que dificilmente nas pequenas propriedades novos pés de café estavam sendo plantados; apenas três produtores possuíam cafezais necessariamente novos: Ambrosina Garcia de Queiroz, José Diogo Martine e Adolpho Ribeiro da Silva, o restante detinha cafeeiros com uma certa idade. O fato de novos cafeeiros não estarem sendo plantados aplica-se também aos produtores de maior calibre. Dificilmente, entre 1910 e 1920, algum cafeicultor estava trabalhando a plenos pulmões. Do ponto de vista da expansão cafeeira pode-se dizer que neste período a cafeicultura em Franca já dava sinais de cansaço, o eixo de expansão deslocara-se agora para o oeste, buscando as regiões de São José do Rio Preto, Bauru e Marília. Nestas décadas era este o espaço de atuação da “fronteira”.

²⁷ Inventário de Victalina Barbosa de Jesus, caixa 263, 1º Ofício Civil.

Se observarmos os últimos dois gráficos buscando uma tipificação deste pequeno proprietário veríamos que ele se situa na faixa de propriedades valoradas entre um e cinco contos, possui entre mil e cinco mil pés de café, possui poucos recursos em forma de dinheiro, eventuais dívidas passivas e baixa taxa de acumulação.

Sobre as dívidas passivas cabe considerar que eventualmente os pequenos cafeicultores contraíam dívidas de “pouca monta” em situações muito específicas: despesas com transporte, ensacamento da produção, beneficiamento do café, madeira, produtos da cidade como remédios, roupas, sapatos, arreios, etc., enfim, se endividavam nas Casas Comerciais.

Difícil dizer se contraíam dívidas por empréstimos. Claro que em situações específicas o recurso era os “emprestadores” de dinheiro. Digamos, por exemplo, que dois fatores se combinem: a safra de alimentos não rendeu o suficiente para a subsistência e o preço do café está muito baixo, o que significa dizer que mesmo se a produção de alimentos fosse razoável, a lucratividade seria pequena. Nesta situação hipotética a saída seria um empréstimo com garantias hipotecárias e/ou produção de café, nos termos dos que se sucedem nos Livros de Notas Cartoriais.

Dos 835 inventários pesquisados apenas 236 apresentavam dívidas passivas. Isso significa que a ampla maioria não devia; confirmando a nossa hipótese - formulada a partir das dívidas ativas pesquisadas nos inventários dos “grandes capitalistas”, que veremos na sequência, de que os grandes devedores eram os cafeicultores de maior porte (com atividades não diversificadas), os industriais e o poder público, não necessariamente nesta ordem. Entretanto, ainda tratando da viabilidade das pequenas propriedades, cabe notar, de forma geral, que mesmo não apresentando dívidas, em contextos de crise, estas poderiam contar com as formas de crédito estabelecidas em Franca, ou seja, a não existência das dívidas não significa possibilidade de não se realizá-las. Os senhores da liquidez estavam lá, e estavam dispostos a vender dinheiro, enquanto os pequenos cafeicultores possuíam termos de garantia altamente aprazíveis: terra e café, compatíveis com sua capacidade de endividamento.

Baixa taxa de acumulação, no caso das pequenas propriedades, não significa inviabilidade do negócio. Pesemos os fatos: estas “células produtivas” de forma alguma

tendiam à monocultura, por certo em conjunto com o café outras atividades eram desenvolvidas: plantio de alimentos como arroz, feijão, milho, mandioca e batata, além da criação de porcos, gado, coleta de leite e fabricação de queijo. Logo, em períodos de inviabilidade do café, outras atividades assumiam maior destaque, não só garantindo a subsistência como uma eventual acumulação via comercialização destes gêneros. Em suma: as pequenas propriedades sentiam os impactos da crise cafeeira até certo ponto, sempre restava a possibilidade de garantir no mínimo o “arroz com feijão²⁸”. Gastos com trabalho eram eventuais, concentravam-se em alguns tipos de serviços que exigiam uma maior especialização: construção de cercas, de telhados, abertura de estradas, etc. No geral o próprio grupo familiar realizava todas as funções: tocavam o café²⁹, plantavam alimentos, cuidavam das criações e dos serviços domésticos.

Essa configuração estreitava laços familiares e garantia a viabilidade econômica do empreendimento. Tal característica também nos auxilia na explicação da pouca existência concreta de dinheiro, como vimos acima. Será que estes homens precisavam obrigatoriamente de dinheiro para garantir sua subsistência? Claro que não, o “mundo abarrotado de mercadorias”, descrito por Smith, ainda não se fizera presente nas “três colinas³⁰”. A mercadoria, para estes homens, ainda não havia se imposto como imperativo porque a força de trabalho ainda não era uma mercadoria plenamente constituída, pelo menos no cenário rural e para esta faixa de proprietários. Claro que se observarmos outros setores da produção como os ferroviários, comerciantes e os trabalhadores urbanos, enfim, as profissões mais diretamente ligadas às atividades urbanas, onde efetivamente a acumulação se dava, veremos que a relação de trabalho predominante é o assalariamento. Neste ponto trata-se apenas de destacar que as relações de cunho não “especificamente capitalista” são dominantes no cenário rural, aliás, conforme aponta Verena Stolcke, de uma forma geral, as relações de assalariamento tornar-se-ão preponderantes no campo

²⁸ Em 1915 a arroba de café chato e mooca era vendida a 5\$000. In: Livro de Notas n. 129, 1º Ofício Civil, fls. 47-48. Com uma produtividade média de 30 arrobas por mil pés de café, um cafeeiro com 5.000 pés faturaria anualmente 750\$000, isso se seus cafeeiros estivessem em boas condições. Soma-se a isso também a produção de alimentos, de difícil mensuração, mas com peso considerável nas contas dos pequenos proprietários, uma vez que os mecanismos de expropriação dos excedentes, que ocorriam com os colonos como vimos no capítulo anterior, aqui não se aplicavam.

²⁹ Há que se considerar também a qualidade do grão, uma das variáveis vista no tópico anterior. Com certeza pesava de forma positiva nas contas dos proprietários.

³⁰ A cidade situa-se sobre três colinas (Central, Estação e Santa Cruz) por isso é assim conhecida.

paulista apenas a partir da década de 1970, graças a um intenso processo de mecanização que reorganiza as relações até então estabelecidas nas grandes propriedades.

Em Franca o desenvolvimento da cafeicultura corre paralelo à consolidação de características não necessariamente capitalistas. Como falar, por exemplo, em trabalho livre no contexto acima descrito? Como falar em separação dos produtores dos meios de produção numa realidade que confirma o “campesinato”? Como falar em racionalidade moderna se o sistema de crédito, como veremos, não era calcado na lucratividade da venda de dinheiro, mas sim permeado por relações hierárquicas estabelecidas historicamente?

Falar em formação e desenvolvimento do capitalismo no Brasil significa considerar outras esferas de existência que não só a econômica, significa englobar aspectos como a hierarquia, a sociabilidade, o poder, os privilégios e a exploração/expropriação calcada em fatores não necessariamente determinados pelo mercado. Considerar tais aspectos significa revelar características próprias da constituição tardia do nosso capitalismo, onde as regras básicas da livre concorrência, do trabalho livre, da dissociação dos trabalhadores dos meios de produção e dos imperativos do mercado estão subordinados às características de uma sociedade formada sob outros padrões de relacionamento, que se revelam e se confirmam explicitamente quando esta sociedade decide “plantar café”.

“A construção do capitalismo em terra pátria teceu-se com tal grau de especificidade, que torna-se tentador, para quem se debruça sobre sua gênese e dinâmica, afirmar peremptoriamente que se trata de uma reinvenção com peculiaridades extremamente ricas e plásticas, que somente podem ser desvendadas e explicitadas se o investigador desse processo for sensível aos fundamentos culturais da materialidade que embasa o enraizamento capitalista nestas bandas tropicais³¹”

Da crise de superprodução emerge uma nova configuração da propriedade em Franca, que aliás, não é tão nova assim. As pequenas propriedades sempre existiram no espaço em questão, a crise simplesmente confirmou esta existência, e não o contrário, como poderíamos supor num contexto de grandes dificuldades para a atividade cafeeira. Por mais paradoxal que possa parecer a crise confirma a pobreza e não elege a miséria.

³¹ José Evaldo de Mello DOIN. *Op. Cit.*, p. 248.

Em síntese, a ocorrência das pequenas propriedades cafeicultoras no município de Franca deve-se a condições muito específicas nos quadros mais amplos da formação e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Observar este desenvolvimento do ponto de vista do impactado permite que cheguemos a algumas conclusões. O processo de desenvolvimento da cafeicultura, que se inicia em Franca na década de 1880, no contexto de desagregação do escravismo, alcança seu auge na década de 1890, período da explosão de contratos de trabalho, plantação de pés de café, dinheiro fácil e imigração, começa a dar sinais de cansaço no contexto da crise de superprodução. As relações de trabalho entre fazendeiros e colonos se transformam, o esgotado colonato cede lugar à precavida parceira. Falências foram registradas e fazendeiros utilizaram-se de suas terras para liquidar as dívidas com os colonos. Salvou-se apenas quem possuía liquidez, homens cuja percepção demonstrara que “o café não é apenas uma planta”, mas um conjunto complexo de atividades altamente imbricadas. Estes homens formaram “o grupo capitalista” que financiou as transformações urbanas e eventualmente as pequenas propriedades. Os novos proprietários juntaram-se aos pequenos já existentes, recorrentes na história francana desde seus primórdios, dando cores mais vivas à principal característica da produção de café em Franca: a pequena propriedade.

Interessante notar, observando o gráfico 1 do primeiro capítulo, que a partir de 1910 o volume de contratos de formação e/ou trato de café volta a crescer, todavia tal crescimento não atinge os níveis praticados na década de 1890. E mais, segundo Pedro G. Tosi a quantidade de toneladas de café “exportadas” pelo município a partir de 1910 quase que equipara-se aos números da década de 1890³². Em 1897 foram embarcadas na estação Franca da Mogiana cerca de 5 mil toneladas de café, enquanto em 1910 foram embarcadas 5.500 toneladas. Deduz-se então que apesar da diminuição do número de contratos lavrados a “exportação” de café manteve-se em patamares bem próximos do período anterior à crise. Isso sem considerar o aumento do embarque de alimentos: o volume exportado em 1917 foi de 3.500 toneladas, equiparando-se ao volume de 1907 (ver gráfico 10, segundo capítulo).

³² Pedro Geraldo TOSI. *Op. Cit.*, p. 91. Em 1899, como também em 1912, foram “exportadas” aproximadamente 6.000 toneladas de café. Nos anos da crise de superprodução chegaram a ser embarcadas na estação ferroviária mais de 10.000 toneladas.

A retração de contratos verificada entre 1907-11 explica-se pelo fato de que os proprietários, pelo menos parcela deles, estavam liquidando suas propriedades e consequentemente não registrando novas escrituras. Num movimento correlato colonos estavam tornando-se proprietários de pequenas extensões de terras e também não estavam registrando novas escrituras, uma vez que a base para tal conformação era o trabalho familiar. Feitas as respectivas adaptações a cafeicultura expandiu-se a partir de 1910 e já em 1915 “exportou” 9.000 toneladas.

Sobre as profissões urbanas exercidas por imigrantes cabem algumas considerações. Todos os grandes momentos do crescimento se expressam por uma explosão urbana (...) A cidade tanto cria a expansão como é criada por ela. Todos os circuitos de realização da produção cafeeira se realizavam na *urbe*. Vimos que 28% da riqueza se situava em bens de raiz urbanos, mas seria um erro minimizar seu papel, era na cidade que o capital se dinamizava. “Não há mercados sem cidades³³”. O mais pobre dos cidadãos passa pelo mercado, a cidade generaliza o mercado... e também não existe mercado sem divisão do trabalho. Se por um lado, do ponto de vista da produção, a cafeicultura reforça aspectos não capitalistas no campo, como o trabalho campesino, por outro impõe a cidade. Em 1901, segundo o almanaque de Franca, profissões eminentemente urbanas já aparecem consolidadas: barbeiros, restaurantes, cervejarias e padarias³⁴ vão tangencialmente compondo o complexo de atividades que reforçam a venda de força de trabalho. Muitas destas profissões, senão a maioria, são exercidas por imigrantes, mas é um erro vincular sua existência com o trabalho na lavoura outrora exercido como colono.

Para chegarmos a esta conclusão basta que relacionemos os nomes presentes nos contratos de trabalho com os nomes de imigrantes proprietários urbanos presentes nos Almanques da cidade de Franca: os nomes simplesmente não batem. São outros nomes, outras regiões de origem, outros italianos que vão compor o cenário urbano. A galhardia Pucci, por exemplo, nunca plantou um pé de café, buscavam a valorização dos capitais que trouxeram de Mongrassano, província de Cosenza, em atividades como açougues, aluguéis,

³³ Fernand BRAUDEL. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. Vo. I – As Estruturas do Cotidiano. O possível e o impossível. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 439.

³⁴ Almanaque de Franca para o ano de 1901.

especulação urbana e empreendimentos industriais³⁵. Mesmo caso dos irmãos Japaolo, Benedicto e Nicolao, que em conjunto com Roberto Ramasciotti, João Cechi, Francisco Necchi e Ângelo Corsi fundaram a Cia Industrial Francana, “indústria de fabricação de cerveja, gasosas e licores³⁶.” Sucedem-se aos borbotões os nomes de imigrantes no meio urbano: Gasparini, Barbieri, D’Elia, Caparelli, Guerrieri e tantos outros.

Uma dificuldade necessita ser apontada. Se um colono do café porventura se mudasse para a cidade e se tornasse funcionário de alguma indústria ou Casa Comercial, pela natureza das fontes que relacionamos neste momento – inventários e almanaques – não conseguiríamos apreender documentalmente tal situação. Claro que este caso com certeza ocorreu, podendo até nos ajudar a explicar a formação do proletariado urbano, de forte presença imigrante. O Bairro “Cidade Nova”, por exemplo, era caracterizado como uma região da cidade de forte presença de italianos e espanhóis, o mesmo ocorrendo com o bairro Estação, onde existiam várias Casas Comerciais de proprietários imigrantes.

Como regra geral podemos supor que estes imigrantes que aparecem como “empreendedores urbanos”, nos mais variados setores, já chegaram no Brasil com um certo capital. Na região do café, uma grande parte, senão o próprio núcleo da burguesia industrial nascente encontra as suas origens na imigração européia, todavia os imigrantes que se tornam industriais não se confundem com a massa de imigrantes. Sérgio Silva entende que muitos dos imigrantes que alcançaram destaque como industriais no estado de São Paulo vincularam-se, no passado, a atividades comerciais, e não ao trabalho no café. “A questão essencial para este entendimento reside na posição dominante do comércio na economia brasileira da época; em particular ela reside nas formas específicas da dominação do comércio, que resultam da hegemonia do capital cafeeiro e da subordinação da economia brasileira à economia mundial. Nestes termos, a matriz da indústria nascente é o grande comércio e não a classe média européia³⁷”. Os imigrantes urbanos e rurais não possuíam

³⁵ A dinâmica das atividades desta família, sobretudo o visionário Pedro Pucci, era tão intensa que por ocasião de uma de suas inúmeras viagens à Itália escreveu: “Pedro Pucci, retirando-se hoje de passeio para o seu país natal onde demorar-se-á alguns meses, e não tendo absolutamente tempo de despedir-se de todas as pessoas de sua ‘amizade’, o faz por meio da imprensa pedindo-lhes excusas desta falta de todo involuntária. Em Mongrassano, província de Cosenza na Itália, estará às ordens dos seus amigos e de todas as pessoas com as quaes mantém relações comerciais.” *Jornal Cidade da Franca*, 06/06/1907.

³⁶ Livro de Notas n. 75. 1º Ofício Civil, fls. 19-22, 1900.

³⁷ Sérgio SILVA. *Op. Cit.*, p. 97.

maiores ligações, muito menos existiam encadeamentos e mecanismos que iniciavam-se na vinda ao Brasil para trabalhar no café e levavam o imigrante a figurar na cidade como proprietário e profissional urbano autônomo. Os empreendimentos comerciais e de serviços de dominância imigrante, registrados nos almanaques³⁸, cujos recursos posteriores eventualmente foram aplicados na indústria francana, em nenhum momento de sua trajetória cruzam-se com as atividades dos colonos, a não ser para eventuais empréstimos, conforme agora descreveremos.

3.3 – A Dinâmica do Crédito

Crédito pessoal, vulgo agiotada. Esta foi a principal característica do sistema de crédito em Franca no período de estudo proposto. Empréstimos, endividamentos, execuções, pagamentos, tudo se reúne em constante movimento, o que torna difícil a tarefa de rastreamos e reconstituirmos documentalmente os sistemas de venda de dinheiro. Tínhamos duas opções: ou realizaríamos uma pesquisa nos Livros de Notas buscando os empréstimos hipotecários, ou trabalharíamos com as categorias dívidas ativas e passivas presentes nos inventários, o que nos levaria a perder em dinâmica, mas a ganhar em volume e sobretudo ter a noção geral de todas as atividades dos principais capitalistas.

Optamos pelo segundo caminho. A partir dos 835 inventários pesquisados entre 1901-1920 centramos foco sobre a composição deste sistema de crédito e suas vinculações com outras atividades desenvolvidas tais como o próprio café, a indústria e o comércio. Iniciemos então elencando os maiores emprestadores de dinheiro; são duas as formas de fazê-lo: uma, considerando a listagem do almanaque de 1901, outra considerando as maiores dívidas ativas oriundas de empréstimos encontradas nos inventários. Claro que da segunda forma muito possivelmente a listagem mostra-se de forma desfalcada, uma vez que muitos capitalistas e/ou suas esposas não morreram no período, como é o caso, por exemplo, de Francisco da Silveira Gusmão e do Padre Alonso Ferreira de Carvalho (falecido em 1929) que figuravam na listagem do almanaque mas não apareciam na listagem dos maiores capitalistas segundo os inventários.

³⁸ Almanques de Franca para os anos de 1902 e 1912.

Tabela 3 – Maiores Dívidas Ativas entre os inventários pesquisados 1901-1920

Ano	Inventariado	Dívida Ativa
1918	Chrysógono de Castro, Coronel	288:510\$950
1918	Júlia Alves de Faria (acreditamos ser mulher de João de Faria)	281:554\$790
1920	Clarecinda Garcia Lopes (esposa de Joaquim Garcia Lopes da Silva)	197:493\$140
1915	Antônio Jacintho da Silva (Coronel)	164:903\$800
1919	Francisca Luiza de Macedo (esposa de Carlos Pacheco de Macedo)	144:437\$950
1914	João Antunes de Araújo Pinheiro, Dr.	135:410\$270
1918	Martiniano Francisco da Costa	94:964\$070
1901	José Rodolpho Marcondes do Amaral	91:638\$790
1915	Cherubina Alves Fontoura (esposa de João Caetano Alves)	89:749\$890
1918	Manoel Vallim de Mello	51:929\$720
1915	Urias Franklin de Souza	44:267\$260
1920	Aurélia Sant'Anna de Almeida (esposa de João Marciano de Almeida)	43:382\$120
1920	Delfino Rodrigues	41:654\$927
1909	José Francisco da Costa	40:000\$000
1918	Manoel Thomas da Costa	38:000\$000
1903	Seraphin Ferreira Borges	31:317\$560
1911	Joaquim Garcia Lopes da Silva Jr.	30:555\$210
1903	Marcelliano Rodrigues Moreira	27:819\$640
1904	Ignês Flausina Barbosa	27:390\$696
1913	Feliciano Cardoso, Coronel	24:789\$900
1919	Antônio e Maria Nicolela	23:690\$090
1910	Francisco Villela Andrade	23:544\$240

Fonte: Inventários do 1º e 2º Ofícios Cíveis. 1901-1920.

Chrisógono de Castro é figura recorrente em quase todos os inventários dos devedores. Mostrando uma vinculação muito grande entre crédito e cafeicultura, ele também aparece entre os dez maiores cafeicultores do período em questão. Possuía 90.000 pés de café formados e em bom estado nas Fazendas Bella Vista e Villa Chrisógono, todavia, somando-se o valor de seus cafeeiros, 55:700\$000 e de suas fazendas 37:700\$000, se chega a aproximadamente um terço do valor empatado nos empréstimos, denotando que no rol de suas atividades, na década seguinte à crise, a de empréstimo de dinheiro era prioritária. Somados todos os seus bens, o Coronel Castro detinha 525:990\$000, o que fazia dele o terceiro homem mais rico dentre os pesquisados nos inventários³⁹.

Nem todos os nomes da lista exerciam atividades ligadas ao empréstimo de dinheiro, Carlos Pacheco de Macedo, via inventário de sua primeira esposa Francisca Luiza de Macedo, figura na lista das maiores ativas, todavia suas atividades econômicas ligavam-se a Casas Comerciais que fabricavam e vendiam produtos à base de couro, aliás esta

³⁹ Inventário de Chrisógono de Castro. Caixa 227, 2º Ofício Civil, 1918.

atividade conferia a Pacheco o reconhecimento como o principal empreendedor neste ramo. “As fábricas de calçado são em número de dezoito, sendo a de maior movimento a dos Snrs. Carlos Pacheco & Cia., pois manufaturou durante o ano 16.594 pares de botina, 8.660 pares de chinela; 74 botas de montar e 122 pares de sapatos, empregando na sellagem dos produtos a importância de 7:137\$000⁴⁰”. Pacheco figura na lista justamente pelas ativas criadas mediante venda de sua produção e não pelo empréstimo de dinheiro, que é o caso, por exemplo, de João de Faria, Joaquim Garcia Lopes da Silva, Martiniano Francisco de Andrade e Manoel Vallim. Aliás, Pacheco de Macedo era um dos principais devedores da praça francana, melhor dizendo, era o segundo maior devedor⁴¹. A soma de suas dívidas passivas alcançava a cifra de 273:828\$580. Com posição social privilegiada, o Capitão e depois Major de alguma forma utilizava sua respeitabilidade para angariar recursos às suas atividades econômicas, e não por acaso atingiu êxito. A um homem como ele as portas da agiotagem se abriam. Em todos os seus negócios, desde a longínqua associação com José Pacheco, passando pela sociedade comercial com os Gaia e o segundo casamento com Estefânia Caleiro⁴² (pertencente à família que controlava o maior estabelecimento comercial e bancário da cidade), a posição social aparece como meio de se conseguir financiamentos. Reunia condições de ser um dos maiores empreendedores industriais da cidade, como realmente foi, montando a Calçados Jaguar em 1921, a primeira grande fábrica de calçados de Franca.

Vimos no capítulo anterior, a partir do caso do Major Claudiano, a vinculação entre crédito pessoal e ampliação da cafeicultura. Na verdade o café como núcleo da acumulação relacionava-se com todos os segmentos produtivos; os empreendimentos industriais necessariamente garantiam sua viabilidade a partir da dependência dos capitais oriundos da cafeicultura. Estas múltiplas faces e vinculações do café reúnem-se sob a expressão “capital cafeeiro”, que em sua essência significa diversificação: “o desenvolvimento da economia cafeeira é o desenvolvimento do capital cafeeiro. Mas a economia e o capital cafeeiros **ultrapassam largamente as plantações (...)**” Desde o começo, os principais líderes da marcha pioneira, por exemplo, não se limitaram a organizar e dirigir plantações

⁴⁰ Vital PALMA. (org.) Almanaque de Franca para o ano de 1812, p. 176. In: Pedro Geraldo TOSI, *Op. Cit.*, p. 152.

⁴¹ Inventário de Francisca Luiza de Macedo. Caixa 63, 2º Ofício Civil, 1919.

⁴² Pedro Geraldo TOSI. *Op. Cit.*, p. 148 e seguintes.

de café. Eles exerciam as funções de um Banco, financiando o estabelecimento de novas plantações ou a modernização de seu equipamento, emprestando aos fazendeiros em dificuldade⁴³”, também é a base para o surgimento das indústrias e da urbanização, enfim, “o café dá pra tudo⁴⁴”.

Tabela 4 – Maiores Cafeicultores segundo os inventários 1901-1920

ANO	INVENTARIADO	Nº DE CAFEEIROS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1917	Emília de Oliveira Santos (esposa do Cel. Virgínio Pereira dos Santos)	370.000	0,3	143.750,000
1913	José Joaquim da Silva	310.000		90.000,000
1916	Domiciano José da Silva	277.000	0,425 (média)	118.000,000
1911	Joaquim Garcia Lopes da Silva Jr.	193.000	0,495 (média)	134.150,000
1916	Joaquim de Paula Marques	150.000	0,3	45.000,000
1914	Maria Amélia dos Reis (esposa de Amélio do Couto Rosa)	134.600	0,58 (média)	67.350,000
1919	Marietta Villela Luz	129.000	0,742 (média)	101.000,000
1916	Sabino de Faria Couto	117.000	0,675 (média)	95.550,000
1918	Chrysógono de Castro, Coronel	90.000	0,61	55.700,000
1904	José Eduardo Ferreira, Capitão	83.900	0,94	79.440,000
1903	Francisco Marcolino Andrade	81.000	0,3 (média)	24.000,000
1913	Fernando Villela de Andrade	80.500		58.000,000
1905	Francisco Maciel Quintanilha	75.000	0,375	31.250,000
1901	Luiza Marcondes Machado	65.000	0,750 (média)	53.000,000
1920	Teodoro Martins Tristão	54.500	0,6	35.000,000
1910	Christina Miguel	50.000	0,468 (média)	23.400,000
1902	Antônio de Moraes Ribeiro	41.000	0,8 (média)	32.650,000
1913	Feliciano Cardoso, Coronel	40.400	0,45	25.630,000
1918	José Antônio de Faria	40.000		8.000,000
1911	Ana de Lima Ribeiro (esposa de Jonas D. Ribeiro)	38.000	0,375	14.500,000
1901	José Rodolpho Marcondes do Amaral	35.000	0,4	14.000,000
1904	José Diniz de Medeiros	30.000	0,5	15.000,000
1906	Carlota Costa	30.000	0,5	15.000,000

Fonte: Inventários do 1º e 2º Ofícios Cíveis. 1901-1920.

A tabela acima nos fornece diferentes exemplos da vinculação café/crédito. Joaquim de Paula Marques, Joaquim Garcia Lopes da Silva Jr. e o já citado Chrisógono de Castro, além de capitalistas eram também cafeicultores. No caso de Silva Jr., sobrinho de Major Claudiano, a relação se inverte: além de cafeicultor era capitalista. Sendo um dos homens mais ricos de Franca com monte mor cotado em 531:502\$870, possuía 193.000 pés de café

⁴³ Sérgio SILVA. *Op. Cit.*, p. 53.

⁴⁴ João Manuel Cardoso de MELLO. *O Capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10ª ed. Campinas: IE/UNICAMP, série 30 anos de economia Unicamp, 1998.

nas fazendas Santa Amélia, Buritys e Jaguarão, que juntos somavam 134:150\$000⁴⁵. Também possuía dívidas ativas no valor de 30:555\$210 e uma grande dívida passiva de 272:053\$040, o terceiro maior devedor desta praça. Entendendo o inventário como um retrato de uma dinâmica pode-se deduzir que no contexto da crise de superprodução este cafeicultor ao invés de optar por liquidez, escolheu ampliar sua capacidade produtiva; para se ter uma idéia em 1911 seus cafeeiros apresentavam-se parte “em covas” e parte descritos como “formados”, ou seja, estes cafeeiros “formados” foram plantados em pleno contexto da crise, no máximo a dez anos atrás, em 1901, daí o aumento absurdo de suas dívidas passivas e a crescente perda de liquidez, que o colocou apenas na 17ª posição entre as maiores dívidas ativas.

Cel. Virgínio Pereira dos Santos, o maior cafeicultor do período, com 370.000 pés de café, também encontrava dificuldades no contexto pós-crise. Em 1917 com cafeeiros “velhos e estragados” plantados nas fazendas São Sebastião da Palestina, Santa Clara e Santa Emília, os sinais de cansaço eram visíveis. Novamente o pecado da grandeza se fez presente. Numa média onde cada cafeeiro era cotado em irrisórios 0\$300 seus cafezais eram valorados em 143:750\$000⁴⁶, quantia que não perfazia nem a metade das dívidas passivas: 360:789\$590, disparadamente o maior devedor do período. A origem destas dívidas nos remonta novamente à crise de superprodução. Com patrimônio avaliado em 446:350\$000, dos quais os bens rurais somavam 126:600\$000, e um sobrado na cidade avaliado em 6:000\$000, além de uma serraria a vapor no valor de 9:000\$000, os desdobramentos da não realização da produção criaram dívidas que foram sendo roladas até a depreciação de mais de um quarto do patrimônio. Com respeito às atividades de empréstimo de dinheiro, Pereira Santos simplesmente “não possuía dívidas ativas”, sendo atingido de dupla forma pela queda dos preços: de um lado porque necessariamente se endividava com os capitalistas, de outro, não reunia condições de contrair dívidas ativas porque seus recursos estavam empatados em riqueza patrimonial. Nas palavras de Sérgio Silva: “o desenvolvimento das plantações é dominado pelo capital⁴⁷”, ou seja, obstada a acumulação capitalista a propriedade da terra deixa de ser primordial, restando a inexorável

⁴⁵ Inventário de Joaquim Garcia Lopes da Silva Jr. Caixa 139, 1º Ofício Civil, 1911.

⁴⁶ Inventário de Emília de Oliveira Santos. Caixa 73, 1º Ofício Civil, 1917.

⁴⁷ Sérgio SILVA. *Op. Cit.*, p. 64.

desvalorização. Novamente sob um duplo aspecto os cafeicultores são atingidos: além de contrair dívidas crescentes de um lado, por outro sua riqueza patrimonial simplesmente se esvai a cada crise de café, variáveis que se encontram no ponto da falência.

A terra parece denotar os homens em dificuldade. Os maiores proprietários recorrentemente estão na lista dos maiores devedores, é o preço do excesso num momento onde o que interessava era outra coisa: deter capital em condições dinâmicas e integrar-se na cidade, um outro universo de acumulação.

Deduz-se da análise até aqui realizada que os grandes cafeicultores da última década do século XIX e primeira década do século XX que concentraram a maior parte de seus recursos em terras e cafeeiros não se deram muito bem. Os exemplos arrolados vem ao encontro do exposto no tópico 3.1, onde apontamos um mecanismo de quebra dos proprietários. Já os homens que diversificaram suas atividades, investindo em Casas Comerciais, Bancos, atividades urbanas, empréstimos públicos e títulos da dívida pública vivenciaram momentos únicos de expansão da riqueza. Em Franca é necessário distinguir claramente estas duas camadas da “burguesia” para compreender os efeitos da crise. Seus benefícios foram inteiramente diferentes. Aos capitalistas, com atividades diversificadas e sobretudo detentores de liquidez, pode-se reservar uma parte cada vez mais importante do lucro realizado a partir da produção de café, enquanto os cafeicultores propriamente ditos seguiam a rotina de execuções nos tribunais.

Entre estes “senhores da dinâmica” podemos destacar Francisco da Silveira Gusmão, homem ligado à importante família Lima Guimarães. Gusmão já em 1901 aparecia no Almanques da cidade como capitalista, e tinha como maior “cliente” a prefeitura municipal de Franca. Em nome de melhorias públicas tais como saneamento básico, iluminação, calçamento, enfim, em nome da “*Belle Epoque*” a prefeitura realizou com este capitalista em 1912 um empréstimo na casa dos mil e trezentos contos de réis (1.300:000\$000), empréstimo que aliás só terminou de ser pago na década de 1960. Os empréstimos às administrações públicas tratavam-se de um grande negócio. Na verdade significavam valorização do capital e liquidez certa; A prefeitura, ao pegar o empréstimo emitiu a Gusmão 13.000 letras no valor de 100\$000 cada, com cotação na Bolsa da capital.

Seria pago 26 contos por ano, durante cinquenta anos com juros de 8% ao ano⁴⁸. Gusmão, com estas letras em mãos, apresentava-as aos seus credores e devedores que por sua vez rolavam estes papeis circuito afora. Trocava-se a quantia emprestada pela promessa de pagamento, e o capitalista lucrava nos dois casos: com os juros e com a confiabilidade dos papeis que possuía.

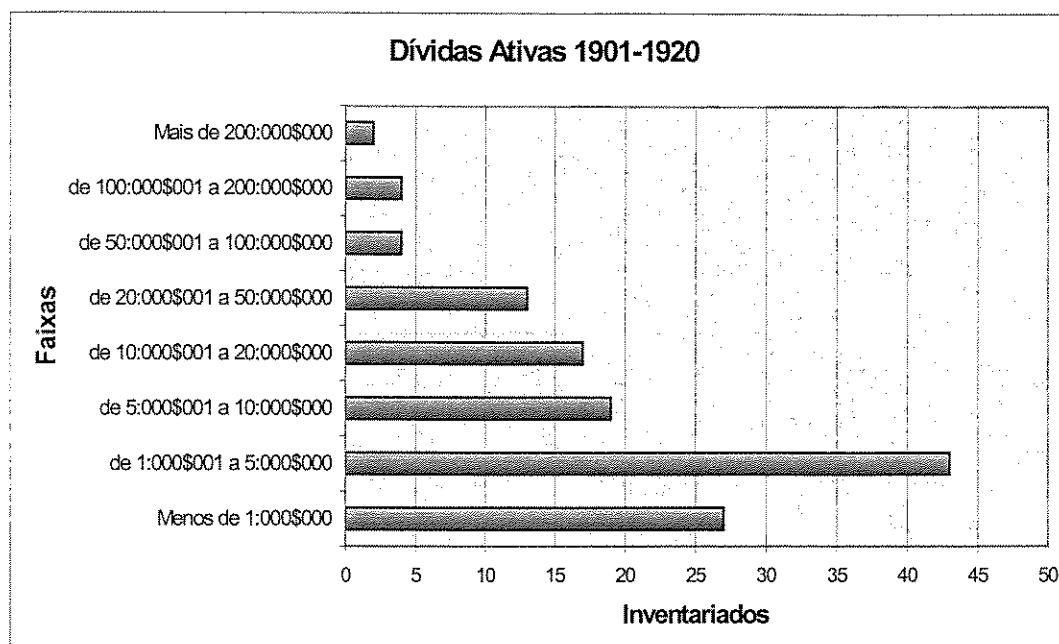
Além destes “capitalistas” de maior porte existiam o que poderíamos chamar de “segundo time”, homens como Manoel Vallim, Salomão Saskin e João Moroni, cujas dívidas ativas giravam em torno de 10:000\$000. Estes “capitalistas” de menor porte são de difícil identificação, as ativas não necessariamente ligam-se a empréstimos, podem ser o resultado de transações envolvendo café que não foram efetivadas, venda de terras, maquinário, aluguéis e o respectivo “calote” ou “aprazamento”. Caetano Petraglia, por exemplo, homem com patrimônio superior a duzentos contos possuía dívidas ativas na ordem de 9:720\$000 oriundas de aluguéis de suas inúmeras casas na cidade, sobretudo na rua do Comércio. Seus imóveis na cidade somavam 156:000\$000⁴⁹, sendo superado apenas por Pacheco de Macedo em valor de imóveis na cidade.

Apesar destas ressalvas em se identificar camadas intermediárias de “capitalistas”, a partir das dívidas ativas que encontramos nos inventários fizemos um gráfico no qual classificamos por faixas estas dívidas, lembrando que dos 835 pesquisados apenas 129 apresentavam dívidas ativas no cômputo do monte mor.

⁴⁸ Livro de Notas n. 119. 1º Ofício Civil, p. 62-70, 24/08/1912.

⁴⁹ Inventário de Euphrásia Amélia Monteiro Petraglia. Caixa 73, 1º Ofício Civil.

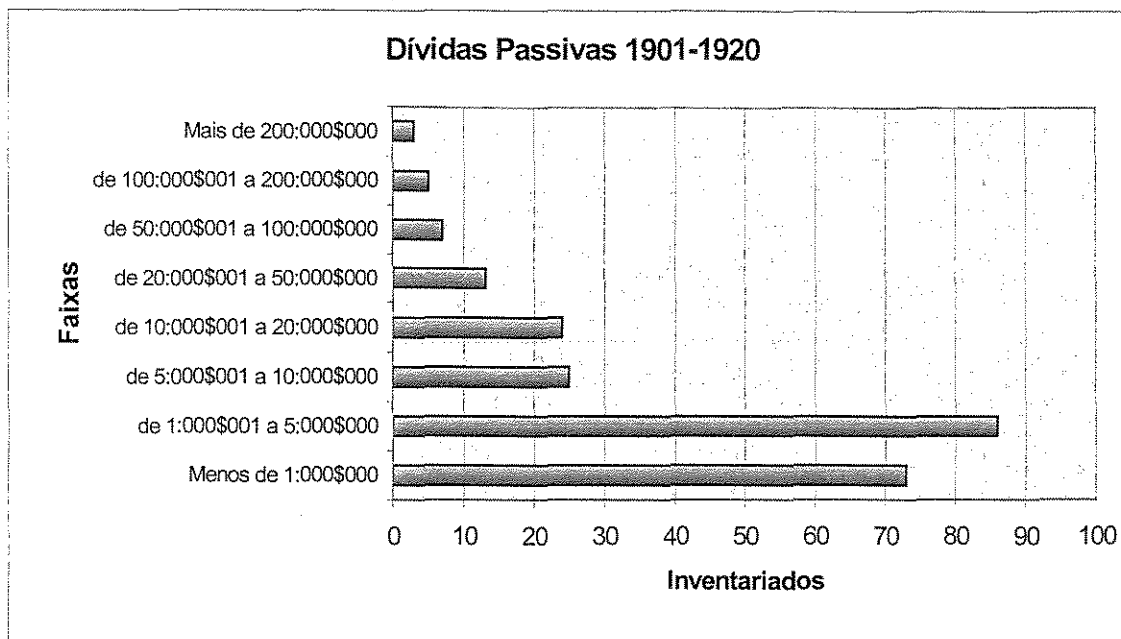
Gráfico 9 – Dívidas Ativas 1901-1920.



Fonte: Inventários do 1º e 2º Ofício Civil. 1901-1920

As faixas “menos de 1:000\$000” e de “1:000\$000 a 5:000\$000” congregam algumas dívidas ativas oriundas de empréstimo de dinheiro, entretanto, de forma geral, tratam de pequenas vendas realizadas por também pequenas Casas Comerciais, ou prestação de serviços, que não foram acertadas. Entram também despesas cotidianas como farmácia, alimentos, roupas, etc. Como objetivamos a dinâmica não computamos as “despesas com funeral”, que também ocorriam nesta faixa. Já nas faixas intermediárias entre 5:000\$000 e 50:000\$000 encontramos recorrências de alguns empréstimos de 10:000\$000 por exemplo, não realizados com os grandes capitalistas citados anteriormente. Quem emprestava dinheiro nestes casos não era necessariamente um “Chrisógono de Castro”, muito menos um “Francisco da Silveira Gusmão”, mas homens com recursos diminutos em relação àqueles. Mas mesmo nesta faixa, para entrar na ciranda, alguns aspectos se faziam necessários: deter meios de garantia, ou melhor, terras, casas na cidade ou café. Abaixo, o gráfico das dívidas passivas, que reforça a configuração descrita:

Gráfico 10 – Dívidas Passivas 1901-1920.



Fonte: Inventários do 1º e do 2º Ofício Civil. 1901-1920.

Deduz-se dos parágrafos anteriores que as relações de crédito assumiam um cunho pessoal, reforçando hierarquias, posições e privilégios; esta “teia social” que embasava o sistema de crédito se enraizou de tal forma na sociedade francana que obstaculizava a criação de “empreendimentos mais racionais”. O sistema bancário, raquítico, já em 1919, sentira um duro golpe: a falência do Banco de Custeio Rural de Franca, fundado oito anos antes:

“Cumprindo com o estatuído no artigo 131 da lei n. 2024 de 17 de dezembro de 1918, convido a todos os credores chirographarios da massa falida do Banco de Custeio Rural a virem receber, todos os dias úteis, na casa da rua Monsenhor Rosa n.87, das 12 às 14 horas do dia 24 do corrente mez em diante, o quinto dividendo de 15% sobre os seus respectivos créditos. Expirando o prazo de 60 dias marcado pela lei acima referida, os dividendos não reclamados serão depositados judicialmente. Não havendo em caixa notas de valor inferior a 5\$000, solicito aos interessados para maior facilidade dos pagamentos, que tragam o necessário troco.

Franca, 20 de maio de 1919. Chrisógono de Castro Jr⁵⁰.”

⁵⁰ Jornal Tribuna da Franca de 25 de maio de 1919. Segundo propaganda no almanaques de Franca para o ano de 1912: “Este Instituto de crédito, constituído especialmente com o fim de auxiliar a lavoura deste e dos municípios limítrofes, leva ao conhecimento dos senhores lavradores que se aparelhado para fazer contratos de penhor agrícola, a juros módicos, e deixando plena liberdade na venda dos produtos aos senhores lavradores.” Percebe-se neste trecho uma diferenciação das atividades do Banco em relação aos “capitalistas”: enquanto estes aceitavam prioritariamente a safra de café como garantia, e a terra e casas em segundo plano, o Banco necessariamente se contentava com a terra, operando no estilo do Banco de Crédito Hipotecário do Estado de São Paulo.

O banco fora formado com capitais oriundos do café, seja diretamente ou indiretamente, via agentes que faziam a intermediação mercantil desta atividade. Tratava-se de uma tentativa de sistematização das atividades correntes. Flávio Saes aponta que a grande maioria dos Bancos instalados no interior de São Paulo tiveram vida curta, operando em âmbito local, com capital entre 50 e 100 contos de réis⁵¹; dentre estas instituições do interior, que perfazem, em geral, de 2% a 4% das operações de crédito em São Paulo, ele destaca cidades como: Piracicaba (Banco di Sconti di Piracicaba), Ribeirão Preto (Banco Construtor e Auxiliar de Ribeirão Preto e outros), Mococa (Banco Regional de Mococa) e o Banco de São Carlos. Nenhuma Casa Bancária francana foi considerada em seu texto, denotando que no cenário dos “Bancos do Interior” os de Franca não alcançavam maior destaque⁵².

Ainda nestes termos, apenas em 1919 o Banco de Crédito Popular de Franca começa a se estabelecer na cidade, e, podemos afirmar, nunca foi um Banco de destaque:

“A qualquer observador não terá passado despercebida a falta de institutos bancários fundados e administrados com critério democrático, capazes de agruparem, com orientada prudência, o comércio, a indústria e a lavoura, oferecendo-lhes o concurso do crédito cooperativo que excusado seria pretender com o sistema bancário atual. Somente a fundação de Cooperativas de Crédito, segundo os princípios postos em prática na Itália, França, Alemanha, Sérvia, Rússia, Espanha, Portugal, Estados Unidos da América do Norte, Japão e Argentina, virão sanar esta grave deficiência do atual sistema de crédito agrícola. (...) É sabido por todos que o pequeno comércio, a indústria e mesmo os proprietários agrícolas, acham-se privados do auxílio bancário dos grandes institutos de crédito, e assim abandonados, são forçados a recorrer ao crédito particular, sujeitando-se aos juros onerosos de 5% e mesmo 10% ao mês, com grave dano para o seu progresso nos ramos da atividade. Com a instalação do Banco de Crédito Popular de Franca essas dificuldades cessarão, principalmente para as pessoas associadas ao novo instituto de crédito, pois nele encontrarão crédito mediante juros convenientes e exigências razoáveis de prazos e endossos, em determinadas condições dos Estatutos, procurando assim facilitar a todas as classes produtoras os meios necessários para lhes facilitar recursos, sem vexames e sem sacrifícios⁵³”.

⁵¹ Flávio de Azevedo Marques de SAES. *Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850-1930*. São Paulo:IPE/USP, 1986, p. 99.

⁵² A Casa Hygino Caleiro & Sandoval era o maior estabelecimento bancário de Franca entre 1906 e 1920. Operava como agente junto ao Brasilianische Bank für Deutschland, Banca Francese e Italiana per l' America del Sud e o London and Brazilian Bank limited. As iniciativas de uma maior “racionalidade” no sistema de crédito param por aí. In: *Almanaque de Franca para o ano de 1912*.

⁵³ Jornal A Tribuna da Franca, de 25 de maio de 1919.

A proposta do Banco de Crédito Popular de Franca encontraria duras resistências na sociedade francana. A história dos “empreendimentos bancários” do município seguem uma outra trajetória. Desde a fundação da casa Bancária de Chrisógono de Castro em 1893, passando pela Casa Hygino Caleiro ou pela Casa Guerner, os negócios de empréstimo de dinheiro assumiam um cunho pessoalizante que mostrava-se indispensável às relações de crédito. Os negócios se confundiam, a Casa Guerner, propriedade de José Guerner de Almeida, por exemplo, ao mesmo tempo que “oferecia preços razoáveis em produtos de fazendas, armarinho, moda, chapéus, roupas feitas, calçados e perfumarias descontava ordens e remetia dinheiro para São Paulo, Santos e Rio de Janeiro⁵⁴”. Estes empreendimentos creditícios financiavam uma série de atividades em diferentes níveis de riqueza, e seria difícil entender o processo de diversificação econômica das atividades ligadas ao café, a urbanização e a industrialização sem passar pela vinculação destes agentes com esta “base creditícia de estilo patriarcal”, onde ações como as propostas pelo Banco de Crédito Popular não eram cabíveis.

Mas as transformações estavam ocorrendo: “Em 1898 foram iniciadas as obras da nova Igreja Matriz, em 1899 foi inaugurada a Cadeia Pública, em 1900 fundou-se A Tribuna da Franca, , em 1901 inaugurou-se o primeiro jardim público – Largo do Barão da Franca – em 1902 a Câmara Municipal encampou a água do Nicácio* e executou a canalização da água Taveira bem como a primeira linha telefônica, em 1904 foi inaugurada a luz elétrica, em 1905 fundava-se o primeiro Grupo Escolar, em 1906 o asilo dos mendigos, em 1909 outro jardim foi entregue ao município, outra canalização de água – a Garcia – foi acrescentada ao abastecimento, em 1910 inaugurou-se o ‘Bijou Theatre’ e em 1911 foi fundada a Cia. Industrial para a fabricação de fósforo, além de sucessivas tentativas dos homens locais de levar um ramal da Mogiana a Patrocínio Paulista⁵⁵”. Apesar de não termos rastreado documentalmente as iniciativas acima citadas, não é preciso muito para concluir que o crédito pessoal está por trás de muitos destes melhoramentos públicos e privados.

⁵⁴ Inventário de Maria Thereza de Jesus. Caixa 203, Confirmar Ofício, 1911.

* Chama-se Água do Nicácio ou do Taveira, etc., porque são empreendimentos de cunho individual que visam o abastecimento de lugares específicos, como, no caso, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

⁵⁵ Pedro Geraldo TOSI. *Op. Cit.*, p. 135.

CONCLUSÃO

Muitas das conclusões foram explicitadas no corpo da dissertação, restando, para o momento, apenas algumas considerações finais.

Nosso objetivo foi compreender o processo de formação e desenvolvimento da cafeicultura em Franca entre 1880 e 1920. Mesmo considerando a dinâmica mais geral, as especificidades do espaço em questão foram colocadas em primeiro plano, o que nos permitiu, de uma forma mais eficaz, apreender temporalidades e condições próprias do objeto de estudo.

Subjacente a esta questão centramos foco nas relações de trabalho estabelecidas entre fazendeiros e colonos (imigrantes e/ou brasileiros) e as formas de acumulação. Para tal lançamos mão dos contratos de trabalho envolvendo formação e/ou trato de café e os inventários existentes em tal período.

O café passou a se destacar em relação a outras culturas na década de 1880, ou seja, no contexto de desagregação do escravismo no Brasil. Todavia mesmo na situação de acelerado desmantelamento dos plantéis regionais foi a partir do braço escravo que esta atividade começou a se desenvolver. A condição mercantil-escravista lançou as bases para uma cafeicultura praticada em outros moldes, permeada pelo “trabalho livre”, imigração, ferrovias e produção em “escalas capitalistas”.

A questão do trabalho e da acumulação, assim como todos os processos históricos, nunca seguem uma linearidade, que, aliás, muito mais confunde do que explica. Aqui não poderia ser diferente, percebemos que a crise de superprodução e os difíceis anos de 1898 a 1906 reordenaram a cafeicultura e as correlatas atividades ligadas a esta. Percebemos uma “quebra” dos cafeicultores de maior porte que concentraram todos os seus recursos nos cafeeiros. A estes restou a recorrência nas ações executivas registradas em Cartório. Já os homens que perceberam que o café era “muito mais do que uma planta”, e diversificaram suas atividades, sobretudo investindo em Casas Comerciais, “Atividade Creditícia” e na Cidade, o novo espaço de acumulação que se consolidava, tiveram um destino de prosperidade.

Sob o ponto de vista do trabalho, nossas conclusões apontam para a dificuldade – ou quase impossibilidade – de os trabalhadores, no contexto do colonato, acumularem capital na década de 1890. Todavia, com os desdobramentos da crise as relações de trabalho se modificaram, sendo o colonato substituído pelas parcerias, o que significa que desde logo os “parceiros” reuniam condições de atuar no mercado, o que lhes era negado no contexto anterior. Residem aí as possibilidades de acumulação. Em movimento correlato, em virtude da escassez de numerário própria de políticas econômicas de cunho contracionista, os fazendeiros liquidavam suas dívidas com os colonos com porções de terras (pequenas, é verdade), mas o suficiente para a consolidação da condição de pequeno proprietário.

O processo de acumulação de capital não se liga, no estudo aqui realizado, à ascensão dos trabalhadores, ao “mito da acumulação”, muito pelo contrário. Dadas as negativas condições de realização da produção liquidar débitos com terras e/ou café significava livrar-se de um problema: a questão era não se endividar mais com os colonos, tendência crescente nas lavouras paulistas nos anos de Campos Salles/Rodrigues Alves.

Procuramos também evidenciar que as pequenas propriedades, recorrentes em Franca desde o povoamento da região, perpassam todos os momentos da cafeicultura. Mesmo na década de 1880, onde destacaram-se os grandes proprietários com até quarenta escravos, as pequenas propriedades fizeram-se presentes. Vimos que prevaleciam na região plantéis de 1 a 5 cativos, também verificamos um processo de liquidação da escravidão local nesta década, o que evidencia que muito provavelmente estes pequenos senhores livraram-se de seus cativos com a finalidade de financiar a transição de suas atividades anteriores à cafeicultura, com a ressalva de que as demais culturas não deixam de existir, muito pelo contrário, dinamizaram-se em função das demandas geradas pela atividade cafeeira.

Com a crise e a percepção do mecanismo acima descrito, antigos colonos “reforçaram as fileiras” das pequenas propriedades. Mesmo operando com solos já desgastados, cafeeiros em mau estado, baixa taxa de acumulação (o que não é sinônimo de inviabilidade do empreendimento, como vimos no terceiro capítulo) esta configuração se mantém na região, contando sobretudo com a boa qualidade do grão. Por mais paradoxal que possa parecer o desenvolvimento da cafeicultura em Franca confirma e recrudescer a existência e viabilidade das pequenas propriedades.

Nosso objetivo foi demonstrar como as “peças” se encaixavam neste “quebra-cabeças” chamado complexo cafeeiro. Em termos de hierarquias de possibilidades econômicas percebe-se que a “elite diversificada” que se consolida no contexto da crise concentrou seus negócios em atividades eminentemente comerciais e eventuais empreendimentos industriais. Foram estes os homens que financiaram as transformações do espaço urbano, os grandes cafeicultores não diversificados e falidos, a administração pública e eventualmente os pequenos proprietários. Mesmo que alguns se destaquem também como cafeicultores, esta atividade, no caso dos *Homens do Topo*, nunca mobilizou o *quantum* investido em outros negócios. Já os pequenos proprietários rurais se especializaram na produção de café e gêneros alimentícios, assim como cidadãos pobres, brasileiros ou não, vindos sobretudo depois de 1900, dinamizaram as atividades urbanas com seus pequenos comércios, oficinas e serviços.

Se conseguimos explicitar nossas hipóteses de forma satisfatória, então nossos objetivos foram alcançados.

FONTES DOCUMENTAIS

FONTES PRIMÁRIAS:

- Livros de Notas Cartoriais do 1º Ofício Civil. 1821 a 1920. 1º Tabelionato de Notas e Protestos de Franca/SP. Todos os livros do período.
- Livros de Notas Cartoriais do 2º Ofício Civil. 1878 a 1920. Arquivo Histórico Municipal de Franca/SP. Todos os livros do período.
- Livro de Transcrição de Registros e Títulos. Livro A e Livro B1. Arquivo Histórico Municipal de Franca/SP.
- Registro Geral de Imigrantes. 1939-1942 e 1952-1957. Arquivo Histórico Municipal de Franca/SP.
- Inventários do 1º e 2º Ofícios Cíveis. 1890 a 1920. Arquivo Histórico Municipal de Franca/SP. Todos os processos do período.
- Processos Diversos (Decendiárias, Ações Ordinárias, Ações Executivas, Agravo Cível, Agravo Comercial, Divisão de Terras). 1884-1932. Arquivo Histórico Municipal de Franca. Foram 28 documentos desta natureza pesquisados neste intervalo.

FONTES SECUNDÁRIAS

- Jornal O Nono Districto. 1882-1884. Museu Histórico Municipal de Franca/SP.
- Jornal A Tribuna da Franca. 1919. Museu Histórico Municipal de Franca/SP.
- Histórico da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação. 1961. Museu Histórico Municipal de Franca/SP.
- Relatório da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação para o ano de 1883. Arquivo Edgar Leuenroth. IFCH/UNICAMP, 1884. (micro-filme)
- FRANCO, Misseno de Mello. Almanaque de Franca para o ano de 1902. Museu Histórico Municipal de Franca/SP.

- PALMA, Vital. Almanaque de Franca para o ano de 1912. Museu Histórico Municipal de Franca/SP.
- Anuário Estatístico do Brasil. 1908-1912. Vol. I. Territoire et Population. Brésil: Ministère de L'Agriculture, Industrie et commerce/Imprimerie de la Statistique, 1916. Biblioteca do Instituto de Economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

a) Bibliografia Geral:

- BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. Aspectos políticos. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1976.
- BIANCONI, Renata. *Dinâmica Econômica e formas de sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870-1905)*. Campinas: Instituto de Economia/UNICAMP, 2002. Dissertação de Mestrado.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos: XV-XVIII*. vol. I As estruturas do cotidiano: o possível e o impossível. São Paulo: Martins Fontes. 1995.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo séculos: XV-XVIII*. vol. II Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes. 1996.
- _____. *Civilização material, economia e capitalismo séculos: XV-XVIII*. vol. III. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes. 1996.
- CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. vol. II. São Paulo: IPE/FIPE. 1981.
- CAMARGO, Rogério. & TELLES JR., Adalberto de Queiroz. *O café no Brasil*. Sua aclimação e industrialização. Vol. I. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola (Ministério da Agricultura), 1953.
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz. 1983.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CASTIGLIONI, Aurélia H. & REGINATO, Mauro. *Imigração Italiana no Espírito Santo*. O Banco de dados. Vitória: UFES; Università degli Studi Torino; Cia. Siderúrgica de Tubarão, 1997.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão européia do livro. 1979.

- COSTA, Hernani Maia. *As Barreiras de São Paulo*. Estudo das Barreiras Paulistas no século XIX. São Paulo: USP/FFLCH, 1984. Dissertação de Mestrado
- COSTA, Wilma Peres. *Ferrovias e trabalho assalariado em São Paulo*. Campinas/SP: Tese de Mestrado apresentada ao IFCH/UNICAMP. 1976.
- DELFIN NETTO. Antônio. *O problema do café no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/Ministério da Agricultura – Suplan, 1979.
- DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. *Rio Claro e o café: Desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900)*. Rio Claro: FFCL, 1973. Tese de doutoramento.
- DOIN, José Evaldo de Mello. *O Capitalismo Bucaneiro*. Dívida Externa, Materialidade e Cultura na saga do Café. Vol. I. Franca: UNESP/FHDSS, 2001. Tese de Livre Docência
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- FRANCO, Maria Sylvia C. *Homens livres na ordem escravocrata*. 2. ed. São Paulo: Ática. 1974.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 9ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1977. 2vs.
- FURTADO, Celso Monteiro. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional. 1970.
- GRANER, E. A & GODOY JR, C. (et. all.) *Manual do Cafeicultor*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1967.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo 1886.1934*. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1984.
- _____. *Vida e morte do Convênio de Taubaté*. A primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.
- KLEIN, Herbert S. *A imigração espanhola no Brasil*. Trad. Pedro Maia Soares. (série imigração; v. 5) São Paulo: Ed. Sumaré: Fapesp. 1995
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1987.

- LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Brasileiros livres e pobres na transição*. In: IV Congresso Brasileiro de História Econômica e V Conferência Internacional de História de Empresas. São Paulo: ABPHE FEA/USP, 5 a 9 de setembro de 2001. (texto extraído do CD room presente no Caderno de Resumos).
- LEVI, Darrel Erville. *A família Prado*. São Paulo: Cultura Livraria e Editora, 1977.
- LUZ, Nicea Villela. (org.) *Idéias econômicas de Joaquim Murtinho*. Cronologia, introdução notas bibliográficas e textos selecionados. Rio de Janeiro: Senado Federal e Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
- MARCONDES, Renato Leite. *A Arte de Acumular na economia cafeeira*. Vale do Paraíba, século XIX. Lorena: Ed. Stiliano, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *Imigração e crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira. 1973.
- _____. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria editora ciências humanas. 1979.
- MARX, Karl. “Cambio simple. Relaciones entre los cambistas. Igualdad, libertad, armonías, etc. (Bastiat, Proudhon)”. In: *Los fundamentos de la critica de la Economia Politica. Grundrisse der Kritik der politischen Okonomie*. Madrid: Talleres Gráficos Montaña, s/d., p. 128-37.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. São Paulo: Alfa-ômega. 1974.
- MELLO, João M. Cardoso de. *O Capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 10ª ed. Campinas: IE/UNICAMP, série 30 anos de economia Unicamp, 1998.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza em São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis. 1984.
- MOURA, Denise. *Saindo das sombras: homens livres e pobres vivendo a crise do trabalho escravo*. Campinas 1850-1888. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.
- PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Unicamp, 1994.
- PRADO JR. Caio *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- RAMOS, Augusto. *O café no Brasil e no estrangeiro*. Contribuição comemorativa do 1º Centenário. Rio de Janeiro: Papelaria Santa Helena, 1923.

- RAPOPORT, Mario. *Historia economica, politica y social de la Argentina (1880-2000)*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000.
- RICARDO, Cassiano. *Marcha para o oeste*. 4ª ed. São Paulo: Editora da USP; Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *As ferrovias de São Paulo 1870-1940: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo*. São Paulo: Hucitec. 1981.
- _____. *Crédito e Bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986
- SALLES, Manuel Ferraz de Campos. *Da propaganda à presidência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- SALLUM JR. Brasília. *Capitalismo e Cafeicultura*. Oeste Paulista: 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicolás. (org.) *Espanoles hacia America*. La emigracion en masa, 1880-1930. 2ª ed. Madrid: Alianza Editorial S. A. 1995.
- SANTOS, Ronaldo Marcos dos. Resistência e superação do escravismo na Província de São Paulo. (1885-1888). *Série Ensaio Econômicos 5*. São Paulo, IPE/USP, 1980.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8ª ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1995
- SLENES, Robert W. Senhores e Subalternos no oeste paulista. In: NOVAIS, Fernando Antônio. *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 2. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. Das Letras, 1997.
- SOUZA, Antônio Cândido de Mello e. *Os Parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida*. 3ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades. 1975.
- TAUNAY, Affonso D'Escagnole. *História do Café no Brasil Imperial 1822-1872*. Obra Completa. . Rio de Janeiro: Ed. Departamento nacional do Café, 1939.
- TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*. Um século de imigração italiana no Brasil. trad. Mariarosária Fabris e Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-brasileiro. 1988.

- VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura: imigrantes e “caipiras” na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930)*. Tradução: Thei de Almeida Viana Bertorello. São Paulo: Hucitec/Instituto italiano de cultura / Instituto cultural ítalo-brasileiro. 1991.
- VIANNA, Francisco J. de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. História, Organização, Psicologia. Populações rurais do centro-sul. Paulistas, Fluminenses, Mineiros. Vol. 1. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia e EDUFF, 1987.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 13ª ed. São Paulo: Pioneira. 1999.
- _____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3ª ed. Brasília, DF: Ed. UNB. 1994.

b) Artigos, Palestras e Comunicações pertinentes ao tema:

- CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo, vol.15, n.2, mai-ago 1985, p. 291-306
- FALEIROS, Rogério Naques. Do Escravo ao Imigrante: Cafeicultura e relações de trabalho em São Paulo no século XIX. *Revista Leituras de Economia Política*. Campinas, Instituto de Economia/Unicamp, n. 8, jun 2000/jun 2001, p. 87-110.
- GRAHAM, Douglas H. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro. 1880-1930. *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo, vol. 3, n. 1. 1973. p. 7-64.
- GUTIÉRREZ, Horácio. Demografia Escrava numa economia não exportadora: Paraná, 1800-1830. São Paulo, *Estudos Econômicos*, vol. 17, n.2, 1987, p. 297-314.
- HOLLOWAY, Thomas H. Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo 1885-1915: uma análise preliminar. *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo, vol. 2, n. 6. 1972. p. 145-180.
- LUNA, Francisco & CANO, Wilson . A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. In: Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos do IFCH*, Unicamp. Campinas/SP, n. 10, out de 1983.

- MARTINS, José de Souza. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. *Revista de História USP*. São Paulo, n. 121. 1989. p. 05-26.
- OSÓRIO, Lúcia . Tavares Bastos e a questão agrária no Império. In: *História Econômica, História de Empresas*. Coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica, 1993. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 1998.
- MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAIS, Fernando Antônio. Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna. In: *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. IV. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.
- ROMANO, Ruggiero. *Fundamentos del funcionamiento del sistema economico colonial*. Palestra apresentada ao VII Simpósio de História Econômica. Comisión de Historia Economica del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales/Instituto de Estudios Peruanos. Lima: Mimeo, junho de 1986.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão cafeeira em São Paulo, 1870-1900. In: *História Econômica da Independência e do Império*. Coletânea de textos apresentados no I Congresso Brasileiro de História Econômica, 1993. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 1996.
- STOLCKE, Verena. HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista brasileira de história*. São Paulo, vol. 6, n. 3. 1985. p. 80-120.
- TOMICH, Dale. Trabalho escravo e trabalho livre (origens históricas do capital). Tradução: Luiza Franco Moreira. *Revista de história USP*. São Paulo, n. 13 CCS/USP. 1992. p. 100-17.
- TOSI, Pedro Geraldo & FALEIROS, Rogério Naques. Nas Fronteiras do Capitalismo: a Mogiana e os (des)caminhos da expansão ferroviária. *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, vol. 06, n.2, 2000, p. 111-26.

c) Bibliografia específica:

- AISSAR, Aparecida da Glória. *Natalidade e Mortalidade em Franca*: estudo de demografia histórica (1800-1850). São Paulo: USP/FFLCH, 1980. Tese de doutoramento.
- BACELLAR, Carlos Almeida Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis. (orgs.) *Na estrada do Anhanguera*. Uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP. 1999.
- BATISTA, Dimas José. *Cativos e Libertos*: a escravidão em Franca entre 1825 e 1888. Franca: UNESP/FHDSS, 1998. Dissertação de Mestrado.
- BENTIVOGLIO, Júlio César. *Igreja e urbanização em Franca século XIX*. Franca: UNESP/FHDSS: Amazonas prod. calçados s/a. 1997.
- BRIOSCHI, Lucila R. (et. alli.) *Entrantes no sertão do rio pardo*: o povoamento da freguesia de Batatais séculos XVII-XIX. São Paulo: CERU. 1991.
- CHIACHIRI FILHO, José. *Do sertão do rio pardo à Vila Franca do Imperador*. Ribeirão Preto/SP: Ribeira gráfica e editora Ltda. 1986.
- _____. (org) *Banco de dados de Franca*. Franca/SP: Prefeitura Municipal de Franca. (mimeo). s/d.
- DI GIANNI. Tércio Pereira. *Italianos em Franca*: imigrantes de boa estrela em uma cidade do interior. Franca: UNESP/FHDSS: Amazonas prod. calçados s/a. 1997.
- EVANGELISTA, José Geraldo. *Franca do Imperador e suas filhas*. O fato urbano no nordeste paulista no século XIX. Lorena: Mimeo, 1993.
- FALEIROS, Rogério Naques. *Ferrovia, café e imigrantes*: o trinômio da transformação. Franca: 1887-1902. Franca: UNESP/FHDSS, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso.
- FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Escravidão e criminalidade*: Franca 1830-1888. Franca: UNESP/FHDSS, 2000. Monografia de Conclusão de Curso.
- FERREIRA, Valdir Geraldo & BARCELOS, Fernando Pereira. *Progresso*: subsídios para a história de um bairro. Da chácara Garcia e Cançada a um complexo urbano. Franca: Mimeo. VIII Concurso de monografias sobre a história de bairros de Franca, 2000.
- _____. *Alonso Ferreira de Carvalho*. Padre e Capitalista. Franca: UNESP/FHDSS, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso.
- NALDI, Mildred Regina Gonçalves. *Coronelismo e Poder Local*. Franca 1850-1889. Franca: FHDSS/UNESP, 1992.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Economia e história Franca século XIX*. Franca: UNESP/FHDSS: Amazonas prod. calçados s/a. 1997.

TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista 1860-1945*. Campinas/SP: UNICAMP. Tese de doutoramento. 1998.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

HOMENS DO CAFÉ:
FRANCA 1880-1920

ROGÉRIO NAQUES FALEIROS

ANEXOS

Campinas
2002

ANEXO I

Contratos de Trabalho 1886-1920.

1º e 2º Ofícios Cíveis

PARTE 1

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1866	Thomaz José da Motta	Marceliano Rodrigues Ferreira	8000	3 anos	Quesito não monetarizado	1:600\$000 pelos três anos	22	116-117	1º
1873	José Eduardo de Figueiredo (Capitão)	José Flávio Garcia	*	3 anos	0\$300	O fruto do cafezal pertence ao contratado	27	143	1º
1873	José Eduardo de Figueiredo (Capitão)	Luís Francisco Mafra (São Sebastião do Paraíso-MG)	12 alqueires	3 anos e meio	0\$300	O fruto do cafezal pertence ao contratado	27	142	1º
1874	Joaquim Justino Alves Ferreira	Mizael Antonio Garcia	4.000	4 anos	0\$400	O fruto do terceiro ano pertence ao contratado	2	26-29	2º
1874	Joaquim Justino Alves Ferreira	José Garcia Lopes e Maria da Purificação	4.000	4 anos	0\$400	Nada consta	2	29-31	2º
1875	Albino Francisco Ferreira	Jeronymo Francisco Ferreira	4.000	4 anos	*	O fruto do cafezal pertence ao contratado	2	92	2º
1875	João Jorge de Abreu	Pedro Borges Malta e Maria Cândida de Jesus	3.000	4 anos	0\$400	0\$300 pelos cafeeiros com menos de 4 anos	2	124-125	2º
1875	João Jorge de Abreu	Joaquim Cândido Mendes e Rita Maria de Jesus	*	4 anos	0\$400	0\$300 pelos cafeeiros com menos de 4 anos e 0\$200 pelos com menos de 3 anos	2	121-122	2º
1875	Manoel Joaquim Ferreira	Saturnino José Marques	*	4 anos	0\$300	Nada consta	2	75	2º
1876	Francisco de Paula Teixeira	Antônio Ferreira da Silva	4000	4 anos	0\$400	O fruto do cafezal pertence ao contratado	31	183	1º
1876	Francisco de Paula Teixeira	Pedro Ferreira da Silva	2500	4 anos	0\$500	O fruto do cafezal pertence ao contratado	31	184	1º
1876	José Francisco de Paula Teixeira	Cândido Valladão de Sousa	4300	3 anos e meio	0\$320	O fruto do cafezal pertence ao contratado	31	142-143	1º
1877	Antônio Alves da Silva Leite	Justiniano Augusto Branco	*	1 ano	Quesito não monetarizado	150\$000 pagos semestralmente	32	44	1º
1878	Antonio da Silva Espíndola	Inocêncio Feliciano da Silva	2.500	5 anos	0\$280	0\$160 pelos cafeeiros com menos de 2 anos e o fruto do cafezal pertence ao contratado	4	39-41	2º
1878	Antonio da Silva Espíndola	Manuel Antonio Baptista	1.500	5 anos	0\$280	0\$160 pelos cafeeiros com menos de 2 anos e o fruto do cafezal pertence ao contratado	4	39-41	2º
1878	Antonio da Silva Espíndola	José Telles de Souza	1.800	5 anos	0\$280	0\$160 pelos cafeeiros com menos de 2 anos e o fruto do cafezal pertence ao contratado	4	39-41	2º
1878	Antonio da Silva Espíndola	João Manoel de Mattos	1.800	5 anos	0\$280	0\$160 pelos cafeeiros com menos de 2 anos e o fruto do cafezal pertence ao contratado	4	39-41	2º
1878	Antonio da Silva Espíndola	Casemiro Jacob Ferreira de Menezes	2.000	5 anos	0\$280	0\$160 pelos cafeeiros com menos de 2 anos e o fruto do cafezal pertence ao contratado	4	39-41	2º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Offícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1878	Antonio da Silva Espindola	Benedicto Antonio de Campos	3.500	5 anos	0\$280	0\$160 pelos cafeeiros com menos de 2 anos e o fruto do cafezal pertence ao contratado	4	39-41	2º
1878	Antonio da Silva Espindola	José Alves dos Santos	2.000	4 anos	0\$240	0\$160 pelos cafeeiros com menos de 2 anos e o fruto do cafezal pertence ao contratado	4	39-41	2º
1878	Antonio da Silva Espindola	Antonio Bispo Marques	1.000	4 anos	0\$400	0\$160 pelos cafeeiros com menos de 2 anos e o fruto do cafezal pertence ao contratado	4	39-41	2º
1878	Antonio da Silva Espindola	Manoel Antunes Guimarães	2.000	4 anos	0\$140	Nada consta	4	39-41	2º
1878	João Baptista Leite	Thomaz Carlos de Mello	*	*	*	*	32A	67-68	1º
1878	João Petralha (Dr.)	Antônio Ignácio Ferreira	*	1 ano	Quesito não monetarizado	100\$000 por ano	33	24-25	1º
1878	Joaquim Galdino Gomes da Silva (Dr.)	Joaquim Venâncio de Sousa	1000	4 anos	0\$400	O fruto do cafezal pertence ao contratado	32A	59-60	1º
1879	José Anselmo Ferreira	Antônio Theodoro de Oliveira	*	2 anos	Quesito não monetarizado	140\$000 por ano e o contratante fornece comida e remédios	33	107-108	1º
1879	José Theodoro de Mello (Alfres)	Miguel Arcanjo Bueno	4.000	4 anos	0\$400	0\$300 pelos cafeeiros com menos de 4 anos e 0\$200 pelos com menos de 3 anos. O fruto do cafezal pertence ao contratado	4	160-161	2º
1879	José Theodoro de Mello (Alfres)	Torquato Theodoro de Souza e sua mulher Maria Rita Ferreira	10000	4 anos	0\$400	O fruto do cafezal pertence ao contratado	33	94-95	1º
1880	Belmiro Urias Barbosa Lima	Rozendo Fernandes da Cunha e seus filhos: Izopéro Severino da Cunha, Henrique Fernandes da Cunha, Filotéo Severino da Cunha, Philadelpho Fernandes da Cunha e José Teixeira Santos. (todos vindos da Bahia)	20000	*	0\$500	O fruto do cafezal pertence ao contratado	34	72-73	1º
1880	José Carlos de Vilhena	Bellarmino José da Silva	de 5 a 6 mil pés	*	0\$500	O fruto do cafezal pertence ao contratado	34	56-57	1º
1888	João Frauzino de Andrade	Pelegrino Veriato Catão, Belarmino Sampaio da Silva e Antônio Bernardes da Silva	3 alqueires e meio	4 anos	0\$500 e 0\$400 pelos pés plantados no alqueire de pior qualidade	O fruto do cafezal pertence ao contratado	41	92	1º
1889	Zacharias Celestino Dias Franco	João Frausino de Andrade	*	4 anos	0\$400	O fruto do cafezal pertence ao contratado	44	81-82	1º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1890	Calceiro & Andrade	Joaquim Miguel da Silva e sua mulher Maria Thereza de Jesus, Ricardo Miguel da Silva e sua mulher Maria das Dores da Silva, Antônio Miguel da Silva Sobrinho e sua mulher Bertolina Rosa da Silva	5000 e outros a serem plantados	2 anos	Quesito não monetarizado	Não existem outras formas de remuneração	47	10/nov	1º
1890	Joaquim Bernardes Pinto	Francisco Ferreira de Almeida, José Fernandes de Oliveira, Claudino Antonio do Prado e Francisco Fernandes	*	3 a 4 anos	0\$400	Nada consta	14	44-45	2º
1890	José da Silva Espíndola	Manuel Cupertino da Cruz	*	4 anos	0\$400	0\$300 pelos cafeeiros com 3 anos e 0\$200 pelos cafeeiros com 2 anos. O fruto do cafezal pertence ao contratado	13	61	2º
1890	Manoel Claudiano Ferreira Martins (Major)	Manoel Joaquim Cabral e João Dias Novais (Ribeirão Preto)	*	*	0\$160	colheita a 0\$600 por alqueire de 50 litros, 100\$000 por 1.000 pés a cada ano	18	122-123	2º
1891	Antônio do Couto Rosa	João Luiz Martins, José Reginaldo da Silva e José Antônio da Silva	O que for possível	4 anos	0\$400	O fruto do cafezal pertence ao contratado	48	95-96	1º
1891	Antônio Rodrigues Moreira	Francisco Ferreira da Silva (4000 pés) e Francisco Antônio de Limma (4000 pés)	8000	4 anos	0\$500	10\$000 por carpina de cada mil pés no cafezal velho e 12\$000 no cafezal de 5-6 anos. O fruto do cafezal pertence ao contratado	50	81-83	1º
1891	Francisco de Paula Teixeira	José Veronez	10 a 12 mil pés	4 anos	Quesito não monetarizado	60\$000 anuais por mil pés. O fruto dos três primeiros anos pertence ao contratado	50	31-32	1º
1891	Francisco Rodrigues do Nascimento	Antonio Bernardes Monteiro, Mizael Lino da Silva e Belmiro Bernardes Monteiro	*	*	0\$300	Cafeeiros não formados a combinar	15	28-29	2º
1891	Francisco Rodrigues do Nascimento	Henrique Mamedes da Silva	5.000	*	0\$400	Nada consta	15	29-30	2º
1891	Joaquim Alves Taveira	José Alves da Silva e Joaquim Nogueira	*	4 anos	0\$300	120\$000 por ano por cada alqueire de terreno plantado, colheita por conta do contratado	16	50-52	2º
1891	Joaquim Alves Taveira	Joaquim Nogueira Penido	*	4 anos	0\$300	120\$000 por ano por cada alqueire de terreno plantado, colheita por conta do contratado	16	50-52	2º
1891	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	Manoel de Oliveira Santos e Antonio de Oliveira Santos	30.000	4 anos	0\$500	60\$000 por cada 1.000 pés do cafezal a ser plantado (10.000) além de 45\$000 por cada alqueire de 75 braças quadradas de mato derrubado. Pela abertura das covas pagar-se-á 10\$000 por cada mil. O fruto do cafezal pertence ao contratado	15	88-89	2º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1891	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	Elia Alberti (italiano)	5.000	4 anos	0\$400	60\$000 por cada mil pés formados por ano. O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	16	79-80	2º
1891	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	João Antônio do Couto	4.000	4 anos	*	0\$100 por cova ou pé por ano, ou seja, 0\$400 por pé no final do contrato. A produção é do contratado, com exclusividade de compra do contratante	16	83	2º
1891	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	Roldão Eugênio da Silveira	4.000	4 anos	0\$400	A produção é do contratado, com exclusividade de compra do contratante	16	84	2º
1891	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	Caetano Scalabrini (italiano)	12.000	4 anos	0\$400	60\$000 anuais por mil pés. Dos 5.000 pés já formados a produção será dividida, dos 7.000 a serem formados a produção pertence ao contratado durante os 4 anos, com preferência de compra ao contratante	16	84	2º
1892	Alexandre Duarte Vieira	João Mariano da Silva	15.000	4 anos	1\$000	Os frutos do café pertencerão ao contratante	18	35-36	2º
1892	Antônio Joaquim dos Santos (Dr.)	Victório Brocannelli	3000	4 anos	1\$000	O fruto do cafezal pertence ao contratante	52	42-43	1º
1892	Antônio Joaquim dos Santos (Dr.)	Giovanni Donselli	2000	4 anos	1\$000	O fruto do cafezal pertence ao contratante	52	43-44	1º
1892	Antônio Joaquim dos Santos (Dr.) (sociedade na fazenda com José Theodoro de Mello e Abrahão Lincoln de Mello)	Jacomo Brevelidi	2000	4 anos	1\$000	O fruto do cafezal pertence ao contratante	52	44-45	1º
1892	Bento Francisco da Silva	Julio Cezar Nogueira Escobar	70000 (já plantados)	2 anos	Quesito não monetarizado	100\$000 anuais por cada mil pés de café. O fruto do cafezal pertence ao contratante	54	29-30	1º
1892	Fernando Pesce	José Maria Pinto de Figueiredo	4000 (já plantados)	4 anos	0\$400	O fruto do cafezal pertence ao contratado	52	18-19	1º
1892	Fulgêncio de Almeida	Manoel Joaquim de Souza	20000	4 anos	*	80\$000 por mil pés formados por ano (5000), 130\$000 por mil pés de meia forma por ano (5000) e 150\$000 por mil pés novos por ano (10000).	18	141-142	2º
1892	Isupero Severino da Cunha	Joaquim José	4000	*	0\$400 por cova	O fruto do cafezal pertence ao contratado	17	80	2º
1892	João Baptista de Avelar	Álvaro Norberto da Silva	3000	4 anos	0\$500	O fruto do cafezal pertence ao contratante a partir do quarto ano	53	42-43	1º
1892	Joaquim Francisco de Paula	Vincencio Veronez	3000	7 anos	Quesito não monetarizado	Remuneração do contratado consiste na terça parte da produção	54	35-36	1º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1892	Joaquim Garcia Lopes da Silva Júnior	Francisco Barbieri	30000	5 anos	1\$000	O contratado receberá um rancho no final. A produção dos três primeiros anos pertence ao contratado, a do quarto ano será dividida em duas partes iguais e a do quinto ano pertencerá ao contratante	52	24-25	1º
1892	José Antonio Ribeiro	Gioseppe Alda (20000 pés), Francisco Ricchiero (12000 pés), Fortunato Toso (8000 pés), Urbano Lavezo (12000 pés), Natale Barion (11000 pés), João Fassirole (12000 pés) e Antonio Giolo (8000 pés)	75000	4 anos	0\$130 por cova ao ano.	Nos pés mais velhos serão pagos 0\$400 por pé; 0\$500 por cada alqueire de 50 litros em cereja e 0\$600 seco, na ocasião da colheita (recebimento anual)	19	1 e 2	2º
1892	José Bárbara	Joaquim Nogueira Penido e José Alves da Silva (São Tomás de Aquino - MG)	8000	4 anos	*	100\$000 por cada mil pés novos e 80\$000 por cada mil pés velhos, em 4 pagamentos anuais; 0\$600 por alqueire de 50 litros, na ocasião da colheita	18	136-138	2º
1892	José Bárbara	Julio Cezar Nogueira Escobar	70000 (já plantados)	2 anos	0\$250 (pagamento anual)	O fruto do cafezal pertence ao contratante	54	4 e 5	1º
1892	José Barbosa	Francisco Camillo dos Santos	60000	4 anos	*	100\$000 por cada mil pés, em 4 pagamentos anuais; 0\$600 por alqueire de 50 litros, na ocasião da colheita	18	83-84	2º
1892	José Deniz de Medeiros	Francisco Gomes de Oliveira	9900	2 anos	0\$200 por ano por cada cova	Nada consta	18	185-186	2º
1892	José Diogo Pereira	José Veronesi	2500 (plantados e formados)	*	Quesito não monetarizado	Remuneração consiste em metade da produção e 50\$000 anuais pelo trato de cada mil pés de um outro terreno	54	57-58	1º
1892	Manoel Joaquim de Souza	Francisco Alves Porto e Francisco Atanásio de Assis (ambos de Formiga - MG)	15000	2 anos	*	110\$000 por mil pés por ano	18	148-149	2º
1892	Manuel José de Arruda	João Manuel de Souza, Bento Soares Bicudo, João Francisco Gonçalves, João Rodrigues da Silva e Joaquim Eduardo Calixto	*	4 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado, com preferência de venda ao contratante	51	14-15	1º
1892	Miguel Pedroso Barreto	Antonio Chimelo	6 a 8 mil pés	4 anos	0\$600	100\$000 anuais por trabalho extra. O fruto do cafezal pertence ao contratado	52	15-16	1º
1892	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	Manoel dos Santos	6.000	4 anos	0\$500 por cova	O fruto do cafezal pertence ao contratado	17	45-46	2º
1892	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	João dos Santos	3.000	4 anos	0\$500 por cova	O fruto do cafezal pertence ao contratado	17	45-46	2º
1892	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	Paulino dos Santos	3000	4 anos	0\$500 por cova	O fruto do cafezal pertence ao contratado	17	45-46	2º
1892	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	Antônio dos Santos	4000	4 anos	0\$500 por cova	O fruto do cafezal pertence ao contratado	17	45-46	2º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1892	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	Manuel Bernardes	3000	4 anos	0\$500 por cova	O fruto do cafezal pertence ao contratado	17	45-46	2º
1893	Álvaro Norberto da Silva	Quirino Ferreira do Amaral	*	4 anos	0\$500	O fruto do cafezal pertencerá ao contratante a partir do quarto ano	55	66-67	1º
1893	Custódio Leopoldo Vieira	Caetano Magalini, Andrea Magalini, Eugenio Zanovello e Vittorio Gozzi	40000	4 anos	0\$700	O contratante fornecerá os mantimentos para o primeiro ano. O fruto do cafezal pertence ao contratado	56	7 e 9	1º
1893	João Antunes de Araújo (Dr.)	Josef Logarejo, Napoleão Cavalline e Vicente Rufino	20000	5 anos	1\$000 por cada cova formada, 0\$600 pelas de três anos e 0\$400 pelas com menos de dois anos	Pagarse-á a colheita em separado	21	1 e 2	2º
1893	Joaquim Alves Taveira	Honório Fortunato de Miranda	3000	*	0\$400 por cova	0\$500 pelos pés já formados	19	61-62	2º
1893	José Antônio Ribeiro	Giuseppe Alda, Fortunato Toso, Urbano Lavezo, Natali Barione, João Fassiroli, Antônio Giolo e Ricardo Fassioni	83000	4 anos	Quesito não monetarizado	130\$000 anuais por cada mil pés e 0\$400 por hora extra de serviço	56	86-88	1º
1893	José Bárbara	Manoel João Brandão	70000 (bourbon de 1 ano de idade)	4 anos	0\$800	O fruto do cafezal pertence ao contratado	56	76-79	1º
1893	José Carlos Pinto de Souza Magalhães	Giovanni Ubiali (8000 pés) e Geronymo Stueli (4000 pés)	12000	4 anos	0\$100	90\$000 anuais por cada mil pés de um cafezal velho composto por 12000 pés	55	58-59	1º
1893	José da Silva Espindola	Manoel Copertino da Cruz	*	2 anos	Quesito não monetarizado	Remuneração consiste na produção de 1894 de um cafezal de 2000 pés com 3 anos e meio de idade	54	97-98	1º
1893	José Theodoro de Mello	Manuel Alves de Souza	12000 (1 ano de idade)	4 anos	0\$700	O fruto do cafezal pertence ao contratante	56	84-86	1º
1893	Manoel Claudiano Ferreira Martins (Major)	Flausino Vaz da Silva (Formiga - MG)	100000	5 anos	1\$000 por cada cova formada, 0\$750 pelas de três anos, 0\$500 pelas de 2 anos e 0\$250 pelas de 1 ano	110\$000 por alqueire cuidado	20	20-21	2º
1894	Affonso de Lima & Cia.	Servilio Bernardinelli	10 a 12 mil pés	*	Quesito não monetarizado	125\$000 anuais por cada mil pés. O fruto do cafezal pertence ao contratado	60	55-56	1º
1894	Antônio Barboza Sandoval (Tenente)	Hermínio Pereira da Costa e Camillo José dos Santos	50000	1 ano	0\$200	Não existem outras formas de remuneração	58	46-47	1º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1894	Antônio Borges de Gouveia (Tenente)	Fernando Marini, Emílio Marini, Sulpisio Marini, Paulo Musete e Luigi Ferretto	17000	4 anos	0\$700	O fruto do cafezal pertence ao contratado	59	85-87	1º
1894	Antônio Borges de Gouveia (Tenente)	Caetano Bertagnon	6000	4 anos	0\$700	O fruto do cafezal pertence ao contratado	59	87-88	1º
1894	Antônio Rodrigues Moreira	Zacharias Celestino Dias Faneco (5000 pés) e Antônio José de Souza (8000 pés)	13000	4 anos	0\$600	Depois de um ano, será pago 50\$000 anuais por cada mil pés tratados	57	63-64	1º
1894	Antônio Salustiano de Castro	Pedro Borasque	6040	4 anos	0\$500	O fruto do cafezal pertence ao contratado	59	34-36	1º
1894	Francisco Cláudio Moreira e sua mulher Francisca de Paula do Nascimento	José Flausino Moreira (filho)	*	*	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	57	85-86	1º
1894	Francisco Martins Pereira Costa (Cel.)	Achille Ganzarolle	8532	3 anos	0\$030 por pé de 3 em 3 meses, 0\$045 por pé, de 3 em 3 meses, a partir do terceiro ano	Trabalho na colheita, valor a combinar.	24	20-21	2º
1894	Francisco Martins Pereira Costa (Cel.)	Pascoal Gansarolle	8476	3 anos	0\$030 por pé de 3 em 3 meses, 0\$045 por pé, de 3 em 3 meses, a partir do terceiro ano	Trabalho na colheita, valor a combinar.	24	20-21	2º
1894	Francisco Martins Pereira Costa (Cel.)	Pascoal Esperando	3514	3 anos	0\$030 por pé de 3 em 3 meses, 0\$045 por pé, de 3 em 3 meses, a partir do terceiro ano	Trabalho na colheita, valor a combinar.	24	20-21	2º
1894	Francisco Martins Pereira Costa (Cel.)	João Vallarine	3489	3 anos	0\$030 por pé de 3 em 3 meses, 0\$045 por pé, de 3 em 3 meses, a partir do terceiro ano	Trabalho na colheita, valor a combinar.	24	20-21	2º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1894	Francisco Martins Pereira Costa (Cel.)	Angelo Ponte	2982	3 anos	0\$030 por pé de 3 em 3 meses, 0\$045 por pé, de 3 em 3 meses, a partir do terceiro ano	Trabalho na colheita, valor a combinar.	24	20-21	2º
1894	Ignácio de Mendonça Ribeiro	Raphael Felisberto Porfirio Branquinho	Será contado no final do ano	1 ano	0\$100	Não existem outras formas de remuneração	57	96-97	1º
1894	Joaquim Pedro Pereira	Fioravante Totuli, Jorge Gardine, Ludovico Barreto, Victorio Barreto, Joseph Gilate e Renier Totuli	21000	4 anos	1\$000 por cada cova formada, 0\$750 pelas de três anos, 0\$600 pelas de 2 anos e 0\$300 pelas de 1 ano	90\$000 por ano pelo trato do cafezal velho, 100\$000 por ano pelo trato de um cafezal de 4 anos e 0\$500 por pé formado em um cafezal de dois anos. O fruto dos cafezais extras pertencem aos contratados	23	59-60	2º
1894	Philadelpho Fernandes da Cunha	Jeronymo Ferreira de Lima (3000 pés) e Manoel Felício da Silva	6000	5 anos	1\$000 por cova formada, pelas de 4 anos 0\$800, 0\$600 pelas de três, 0\$400 pelas de 2 anos e 0\$200 pelas de 1 ano.	Nada consta	24	55-56	2º
1894	Vicencio Veronez	Antônio Joaquim Espírito Santo	4000 (entre velhos e novos)	4 anos	Quesito não monetarizado	Receberá pagamento de 180\$000 anuais sobre 3000 pés, sobre os outros 1000 terá a metade do fruto	57	83-85	1º
1895	Affonso de Lima & Irmão (João de Lima Guimarães)	Francisco Furini (12560 pés), Achille Ganzarolli (8320 pés), Stephano Furini (8320 pés), Frederico Furini (8320 pés), Giuseppe Bernardinelli (8320 pés) e Servilio Bernardinelli (4160 pés)	50000 (30 mil de um ano e o restante de menor idade)	4 anos	0\$600	Não existem outras formas de remuneração	63	25-27	1º
1895	Affonso de Lima & Irmãos	Luiz Furini, Francisco Furini, Frederico Furini, Stephano Ganzaroli e Achille Ganzaroli	30000	3 anos	0\$500	O fruto do cafezal pertence ao contratado	61	52-53	1º
1895	Antonio da Costa Valle (Capitão)	Antonio Pachione	de 5 a 6 mil	4 anos	0\$800 por cova (pagando-se 60\$000 a cada 4 meses)	Trabalho na colheita, valor a combinar. O fruto dos cafezais pertence ao contratado apenas no quarto ano	25	84-85	2º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1895	Deocleciano Deodato Diniz e Silva	Victório Brumiotto	2000	4 anos	Quesito não monetarizado	150\$000 anuais por cada mil pés mais o fruto do cafezal	61	15-16	1º
1895	Deocleciano Deodato Diniz e Silva	Manuel de Souza	3200 (formado em partes)	4 anos	Quesito não monetarizado	150\$000 anuais por cada mil pés	63	30-31	1º
1895	Ernesto de Paula Vieira (Santa Rita do Paraíso)	Giovanni Gatto (8000 pés), Ludovico Toniatto (8000 pés), Caetano Angelo (8000 pés) e Giuseppe Bittiato (6000 pés)	30000	4 anos	0\$600	O fruto do quarto ano pertence ao contratado	63	17-20	1º
1895	Francisco Antônio de Gouveia	Pedro Nalini	5000 e uma lavoura de 2100	4 anos	0\$800 (válido para os 5000 novos pés)	60\$000 anuais por cada mil pés, válido para o cafezal de 2100 pés. O fruto do cafezal pertence ao contratado	61	16-17	1º
1895	Francisco Barreto Ramos	Lucas Forniz	6570	4 anos	*	150\$000 anuais por cada mil pés	24	89-90	2º
1895	Francisco Tarsia e Benedicto Japaolo	Vicente Veronez	5000	4 anos	0\$600	O fruto do quarto ano pertence ao contratado	63	48-49	1º
1895	João Bernardino de Araújo	Francisco Ortiz Ortega (15000 pés), João Antero (12000 pés) e Francisco Cajado (10000 pés)	37000	4 anos	0\$600	O fruto dos cafezais pertence ao contratado.	26	8 e 9	2º
1895	João de Lima Guimarães & Irmão	Fernando Corsini e Ambrósio Francisco	20000	5 anos	1\$000	O fruto do quarto ano pertence ao contratado	61	61-62	1º
1895	João Pires Monteiro	Joaquim Inácio de Souza (Patrocínio do Sapucahy)	3000	2 anos	Quesito não monetarizado	150\$000 anuais por cada mil pés mais o fruto do quarto ano	61	85-86	1º
1895	José Diogo Pereira	Sulpício Marini, Victório Ghidorizzi	25000 (idades diferentes)	4 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal ser dividido em três partes das quais uma pertencerá aos contratados	63	16-17	1º
1895	José Pedro Branquinho	Carlos Gastaldi e Luiz Roncati	50000 e 20000 já formados	5 anos	0\$500	O fruto dos cafezais novos pertence ao contratado, no cafezal velho apenas nos três primeiros anos	26	31-32	2º
1895	José Pedro de Faria	Antonio Januário e seu genro Rufino Alves Branco	5550	5 anos	*	125\$000 por mil covas de 4 a seis pés e o fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	24	56-58	2º
1895	Luís Pinto Bastos	Luigi Piola e João Baptista Piola	2000 (dois anos de idade)	4 anos	0\$650	O fruto dos dois primeiros anos pertence aos contratados, daí em diante pertence ao contratante	62	34-35	1º
1895	Pacífico da Silva Diniz	Valentini Jate	5000 (metade com 1 ano e a outra metade p/ formar)	4 anos	Quesito não monetarizado	150\$000 anuais por cada mil pés. O fruto do cafezal novo pertence ao contratado, o fruto do cafezal velho será dividido em duas partes iguais	61	14-15	1º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1895	Pio Severiano da Silva	Casarotti Benevento	5000 (6, 7 anos de idade)	4 anos	Quesito não monetarizado	150\$000 por cada mil pés no primeiro ano, daí em diante 180\$000 anuais por cada mil pés e terá direito a 1 alqueire de cem litros de café	61	47-48	1º
1895	Pio Severiano da Silva	João Marangoni	5000	4 anos	Quesito não monetarizado	150\$000 por cada mil pés no primeiro ano, daí em diante 180\$000 anuais por cada mil pés e terá direito a 1 alqueire de cem litros de café	61	46-47	1º
1895	Pio Severiano da Silva	Giacommo Banatti e Arcângelo Avanzi	8000	4 anos	Quesito não monetarizado	150\$000 por cada mil pés no primeiro ano, daí em diante 180\$000 anuais por cada mil pés. O fruto do quarto ano pertence ao contratado	63	22-24	1º
1895	Ricarte José Narcizo	Francisco Ortiz Ortega, João Antero e Francisco Cajado (contrato transferido de João Bernardino de Araújo)	37000	4 anos	0\$600	O fruto dos cafezais pertence ao contratado.	26	44-46	2º
1896	José Vieira Machado (Tenente) (Araxá)	Antonio Fernandes dos Reis e João Luiz Pinto	10000	4 anos e meio	1\$000	100\$000 anuais por cada mil pés tratados mais o fruto de 1900	28	5 à 7	2º
1896	Afonso de Lima & Irmão (João de Lima Guimarães)	Pasquali Martini (4027 pés) e Lázaro Casarolli 3973 pés)	8000	4 anos	0\$600	Não existem outras formas de remuneração	64	28-29	1º
1896	Antônio Borges de Gouveia	Fernando Corsini	7500	4 anos	0\$800	O fruto do cafezal pertence ao contratado	65	17-18	1º
1896	Fernando Pesce	Antonio Gallucci, Camillo Jacomo e Severo De Vico (3000 pés cada um)	9000	5 anos	0\$800	O fruto dos cafezais pertence ao contratado	28	29-30	2º
1896	Francisco Coelho Fonseca	Gaetano Mantizzorio, João Zampulini e Luigi Comparene	28000 (formados em parte)	4 anos	Quesito não monetarizado	120\$000 anuais por cada mil pés. O fruto dos pés novos pertence aos contratados, os outros exclusivamente ao contratante.	65	28-30	1º
1896	João Alexandre Dias	Francisco Pervinsek	5000	*	0\$650	130\$000 anuais pelos mil pés já plantados	27	22-23	2º
1896	João Alexandre Dias	Lucas Forniz	4 mil formados e 5200 para formar	*	0\$700	130\$000 anuais por cada mil pés mais o fruto do quarto ano	27	23-25	2º
1896	João Antunes de Araújo Pinheiro (Dr.)	Victório Victorelli (14500 pés), Stefani Bregala (4200 pés) e João Berhague (4100 pés)	22800	4 anos	Quesito não monetarizado	150\$000 anuais por cada mil pés. O fruto do terceiro ano pertence aos contratados, exceto de um cafezal velho composto por 2300	67	40-42	1º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Offícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1896	José da Silva Espíndola	João Massei, José Massei e César Perrone	8500	4 anos	1\$000 pelos pés de 5 anos, 0\$800 pelos de 4 anos, 0\$600 pelos de 3 anos e 0\$400 pelos de 2 anos	120\$000 anuais por cada mil pés, o trabalho na colheita já está incluído no contrato, não proporcionando um salário extra. O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	26	78-79	2º
1896	José Joaquim Alves Branquinho	Antônio Guerra, Luigi Bragato e Joaquim Oliosi	12000 (produzindo em parte)	*	Quesito não monetarizado	120\$000 anuais por cada mil pés e 0\$100 por replanta	65	30-32	1º
1896	José Pedro Alves Branquinho (Capitão)	Luís Roncate e José Rodrigues de Oliveira	17000 formados e 33000 para formar	5 anos	0\$600	O fruto até o quarto ano pertence aos contratados	27	21-22	2º
1896	Luís de Pádua Nogueira (Capitão)	Joaquim Alves Ludgero	5 a 6 mil	4 anos	0\$300	Não existem outras formas de remuneração	66	60-61	1º
1896	Luiz Pinto Bastos	Jacomo Zulcarelli	12000	4 anos	0\$700	O fruto do quarto ano pertence ao contratado	66	39-41	1º
1896	Martiniano Francisco da Costa (Tenente Coronel)	Antonio Officiate, José Devecchi, Caetano Rossignate, Lívio Negrelli, Giordano Scarmelloti e Domenico Teixeira Duarte	37800	4 anos	0\$600	100\$000 anuais por cada mil pés, trabalho na colheita a combinar na ocasião aís o fruto do quarto ano	26	75-76	2º
1897	Almeida Santos	José Bertoni, Miguel Bertoni e Emílio Bertoni (14 mil pés para os três), João Daniel (10000 pés), Mariano Belbere e João Fernandes (4 mil pés para os dois)	28000	4 anos	0\$550	130\$000 anuais por cada mil pés a Mariano Belbere e João Daniel, além de preço a combinar pelo trabalho na colheita. O fruto do cafezal pertence aos contratados	30	52-54	2º
1897	Almeida Santos e Virgínio Pereira dos Santos	João Albertine	4000	4 anos	Nada consta	100\$000 anuais por cada mil pés. O contratado fica com o fruto do café no terceiro ano	30	99-100	2º
1897	Antônio Borges de Gouveia (Tenente)	Sulpício Marini	5000	3 anos	0\$600	O fruto do cafezal pertencerá ao contratante até o terceiro ano	70	38-39	1º
1897	Antonio Chemelio	Antonio Fortuna	6000	4 anos	1\$000	O fruto dos cafezais pertence ao contratante	30	69-70	2º
1897	Antônio de Andrade Lobo Bastos (Capitão)	Jacomo Forcarelli	2000	4 anos	1\$000	O fruto do cafezal pertence ao contratado	69	41-42	1º
1897	Aristides da Silva Bellem	Eusébio Satarello e Inocencio de Carlo	14300	4 anos	1\$000	Na ocasião da colheita, preço a combinar	30	87-88	2º
1897	Cactano Petralha (Major)	Mizael Lima da Silva (transferido em 24/04/1898 a Francisco Marques Ferreira)	7000	5 anos	0\$800	O fruto do quarto ano será dividido em duas partes iguais	68	41-42	1º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1897	Ernesto de Paula Vieira (Santa Rita do Paraíso)	Bernardo Sagnelo (7000 pés), José Stella (7000 pés), Basílio Caparelli e João Barsi (13000 entre os dois)	100000, mas apenas 20000 entram neste contrato	1 ano	Quesito não monetarizado	150\$000 anuais por cada mil pés	70	32-34	1º
1897	Henrique Fernandes da Cunha	Sebastião Lopes	3000	4 anos	0\$700	Nada consta	30	78-79	2º
1897	João Teixeira Pinto de Carvalho (Capitão)	Octávio Henrique (16000 pés) e Aniseto Brimi (6000 pés)	21000	4 anos	Quesito não monetarizado	125\$000 anuais por cada mil pés. O fruto do terceiro e do quarto ano pertence ao contratado	69	34-35	1º
1897	José da Silva Espindola (Capitão)	Evaristo Gentoli, João Santini, José Vellecci, João Gentile e Felice Rossi. Intérprete: Luiz Jacomianni	*	1 ano e 8 meses	Quesito não monetarizado	100\$000 anuais por cada mil pés de café e 0\$600 a colheita do alqueire de 50 litros	72	14-17	1º
1897	Manoel Claudiano Ferreira Martins (Major)	Giuseppe Vallucci, Giovanni Gentile, Angelo Simei, Giovanni Santini, Eurico Romualdo, Mariano Simi, Felice Rossi, Evaristo Gentile, Antônio Felice e Gregório Luigi. Intérprete: Luigi Jacomianni	*	4 anos	Quesito não monetarizado	100\$000 anuais por cada mil pés de café e 0\$500 a colheita do alqueire de 50 litros	72	9 a 12	1º
1897	Vicente de Carvalho (Dr.)	Antônio dos Santos, José dos Santos e Francisco Martins Naja	26200 (várias idades)	3 anos	Quesito não monetarizado	240\$000 anuais por cada mil pés de café de idade mais avançada, 120\$000 pelos de idade média e 100\$000 pelos novos pés. Os contratados tem direito à colheita de 898, dois terços da colheita de 1899 e metade da colheita de 1900	69	57-58	1º
1898	Antônio Ignácio da Costa (Sociedade Costa & Mello)	David Pereira de Mello e Francisca Ramos de Mello	22000	2 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	73	51-52	1º
1898	Antônio Monteiro de Araújo	Antonio Faturetto e Giuseppe Albertoni	9000	*	Quesito não monetarizado	150\$000 anuais por cada mil pés	73	41-42	1º
1898	Azarias Martins Ferreira (Dr.)	Fernando Marini, Paulo Meletti, Luigi Ferreto e Emílio Marini	*	2 anos	Quesito não monetarizado	100\$000 anuais por cada mil pés de café não formados e 120\$000 anuais por cada mil já formados. 0\$200 por hora extra de serviço.	73	97-100	1º
1898	Joaquim Antônio de Oliveira Ramos (Capitão)	Agostinho Ferranti	25000 (de 1 a 4 anos de idade)	3 anos	0\$130 no primeiro ano e 0\$120 nos restantes	Não existem outras formas de remuneração	74	17-19	1º
1898	José Antônio de Paula	Evangelista de Faria Claro	*	3 anos	Quesito não monetarizado	1.500\$000 (valor total da locação de serviço)	73	65-66	1º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Offícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1898	Marciliano Bernardes da Silva (Major)	Giuseppe Alda e Caetano Alda	15000	De 4 a 5 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais Preferência de venda ao contratante	33	43-45	2º
1898	Pedro Monteiro de Araújo	Francisco Justo, Victório Scotti e Olegário de Paula	*	4 anos	Quesito não monetarizado	125\$000 anuais por cada mil pés e ganhos na colheita, ao preço que convencionarem. O fruto dos cafeeiros a serem plantados pertencerão aos contratados	72	53-55	1º
1899	Lourenço Almeida Sampaio	Antonio Alda, Giuseppe Alda, Caetano Alda, Angelo Gobby e Andrea Mantuani	38500 (produzindo e 14000 (formar)	4 anos	Quesito não monetarizado	Os contratados são obrigados a trabalhar em 14 serviços (colheita, beneficiamento, ensacamento, etc.). Os frutos dos cafeeiros a formar pertencerá aos contratados	75	63-65	1º
1899	Manoel Gonçalves Sebastião	Luís da Costa Lopes	*	6 anos	Quesito não monetarizado	Nos dois primeiros anos o contratado fica com um terço da produção, daí em diante o café será dividido em partes iguais	78	24-26	1º
1900	Francisco Antônio de Oliveira	Faustino Angelo do Nascimento	20000	1 ano	Quesito não monetarizado	2:000\$000 por todo o trabalho desenvolvido na vigência do contrato	81	14-15	1º
1900	João Diogo Garcia Martins	Albino Rozetti	9700 (2 e 3 anos de idade)	3 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	81	54-55	1º
1900	João Feliciano Dias Costa	Antônio Barboza Ferreira	30000 (dois anos)	9 meses	*	130\$000 por cada mil pés de café e metade da produção de um cafeeiro composto por 8000 pés.	81	64-65	1º
1900	Nicodemos Flávio de Castro	Lázaro Cazzaroli	*	1 ano	Quesito não monetarizado	O fruto do quarto ano será dividido em duas partes iguais	80	54-55	1º
1901	Antonio Rodrigues Moreira (Capitão)	Ignácio Rodrigues da Silva e Lorenzo Borges	17000 formados e 10000 para formar	4 anos	0\$500	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	38	63-64	2º
1901	Joaquim Lucas Borges	Eleutério Corrêa da Silva, Cláudio de Castro Lobão e João Ferreira da Silva	*	4 anos	Quesito não monetarizado	0\$100 por árvore replantada. O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	83	88-89	1º
1901	José Pacifico de Andrade (Patrocínio do Sapucahy)	João Fernandes Molina (Patrocínio do Sapucahy)	18000	2 anos	Quesito não monetarizado	100\$000 anuais por cada mil pés de café. Na próxima colheita receberá como pagamento a metade da produção de café	82	84-85	1º
1901	José Pedro de Paiva Baracho (S. J. dos Campos)	Martim Paschoal, Frederico Furine, Estevan Furine, Emilio Frangeorge, Jacintho Ferrari, Gregorio Mandonato, Manoel Lopes e José Ferreira dos Reis	*	*	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	37	98-100	2º
1901	Manoel Vallim de Mello (Capitão)	Francisco Gomes de Oliveira	14000 (formados)	2 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	83	20-21	1º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1902	João de Pádua Pedroso	Santo Baptistoni e Pio Dionísio	13000	4 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	86	35-37	1º
1902	José Guerner de Almeida (Ten. Cel.)	João Garcia Berdú, Manoel Berdu Cortez, Antônio Garcia Berdú e Baldomiro Dias Perez	83000	2 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	39	74-76	2º
1903	Leopoldo Villares e Joanna do Val Villares	Bulino Chiarone	27000	2 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do primeiro ano será dividido em três partes, das quais duas pertencerão ao contratado. Do segundo ano em diante a produção será dividida em duas partes iguais	92	69-70	1º
1903	Francisco Garcia (Major)	Luís Dambrosa	10000	1 ano (renovável por mais 1)	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	42	88	2º
1903	Ignácio de Mendonça Ribeiro	José Francisco da Cruz Vieira	3000	4 anos	Quesito não monetarizado	200\$000 pelos serviços anuais de replanta mais o fruto do cafezal	43	19-20	2º
1903	Marciliano Bernardes da Silva (Major)	José Alda e Caetano Alda	*	2 anos	Quesito não monetarizado	um terço do fruto do cafezal pertence ao contratante e dois terços aos contratados	42	7 e 8	2º
1903	Pedro Vaz de Almeida (Major)	Manuel Pinheiro de Lima	21000 (entre novos e velhos)	5 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais (será obrigatoriamente vendido na praça de Santos)	90	56-58	1º
1904	Francisco Alves Leite	Pedro Taccio	1 alqueire	5 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração consiste no uso e gozo do aludido terreno	95	66-67	1º
1906	Anarias Antônio Denis	Alexandre Caramori	155.400 (mais 1 alqueire de cana)	4 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	52	69-71	2º
1906	Antônio Bernardes Pinto Rio Grandense	Aureliano Pires de Moraes	*	2 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao arrendatário	100	14-15	1
1906	Francisco Martins Coelho	Manoel Cardoso	*	3 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao arrendatário	101	3 e 4	1
1906	Joaquim Antônio Garcia de Macedo (Cel.)	Gabriel Ferreira Leite	65000 (entre novos e velhos)	4 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	51	46-48	2º
1907	Alfredo Resende (Capitão) (S. S. do Paraíso)	Victório Muzetto	18000	1 ano	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	56	83-84	2º
1907	Arsênio Tavares do Couto (Capitão)	Augusto Tavares Pacheco	20000	3 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	55	80-81	2º
1907	Cândido Ramos Ferreira de Abreu, João Antônio Barbosa Soulie (Sócios)	*	*	2 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração consiste na divisão proporcional dos lucros (um terço para João Antônio e dois terços para Cândido Ramos)			1º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1907	João da Malta de Vasconcelos	Honorato Balcar, Bartolo Balcar e Thomaz Bertholy	21000	2 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais. Preferência de venda ao contratante	55	44-45	2º
1907	José Thomaz Garcia	Estevan Pinto de Lima	8000 (formados)	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	B1	126	2º
1908	Cândido Ramos Ferreira de Abreu, João Antônio Barbosa Soulie (Sócios componentes da Ramos & Soulie)	*	*	5 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração consiste na divisão igualitária dos lucros	106	89-92	1º
1908	Francisco de Araújo França	Marinho Joaquim Dias	*	1 ano	Quesito não monetarizado	Não existem outras formas de remuneração	58	53-54	2º
1908	Leopoldo Teixeira de Siqueira	José Joaquim Teixeira Sampaio	*	3 anos	*	1:000\$000 anuais mais 10% sobre o produto líquido de toda a produção da fazenda, incluindo o café	B1	30	2º
1908	Manoel Vallim de Mello (Ten.Cel.)	João Bastianini e Carlos Castaldi	16000 (com 15 anos de idade)	4 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	58	21-22	2º
1909	Irma Rosa Marcondes do Amaral	Santo Baptistoni e Pio Dionísio	15000	4 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração dos contratados consiste na produção de café e de alimentos durante os quatro anos de vigência do contrato	109	92-93	1
1909	Victório Nazette	Martiniano Garcia Duarte	5000	3 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	61	87-88	2º
1911	Umbelina Alves de Souza	Emílio Carlos	8000 (formados)	1 ano	Quesito não monetarizado	100\$000 anuais por cada mil pés e preço a combinar pela colheita, medida em alqueire de 55 litros.	116	47-49	1
1912	Amelio do Couto Rosa (Cel.)	Antônio Arrais, João Mon e Manoel Rassys	25000	4 anos	0\$350	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	180-181	2º
1912	Antônio Justino Alves Ferreira (Tenente)	Vitório Stephani	*	7 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	196-199	2º
1912	Dorothea Claudina Villela	João Garcia Lopes (espanhol)	50000	6 anos	*	O fruto do cafezal pertence ao contratado no período de vigência do contrato	B1	166-169	2º
1912	José Carlos de Vilhena (Cel.)	Abrahão Ravanhani	o que for possível formar	3 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração consiste em metade da produção de café	120	86-87	1
1912	Justino Alves Ferreira (Tenente)	Victório Stephani	o que for possível formar	7 anos	0\$100	90\$000 por alqueire derrubado, 500\$000 pela construção de duas casas e 100\$000 anuais pelo trato de cada mil pés	117	51-54	1
1912	Manoel Vallim de Mello (Ten.Cel.)	Joani Bastianini e Carmile Gastaldi	17000	4 anos	*	O fruto do cafezal pertence ao contratado	71	50-52	2º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1912	Odorico Barbosa (arrendou a plantação de Antônio Bernardes Pinto)	Joaquim Rosa de Paula	18000 (formados)	4 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração consiste em 3\$000 por 30 quilos de café em côco	119	85-86	1
1912	Theodoro Martins Tristão	Romão Costa e José Garcia	10000	4 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	72	43-44	2º
1913	Francisco Tarsia (Major)	Francisco Sampaio da Silva	6000 (derrubada e formação)	6 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração consiste no fruto do cafezal até o sexto ano	123	69-71	1
1913	Henrique Fernandes da Cunha	José Veronez e Francisco Veronez	18000	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	74	31-33	2º
1913	Joaquim de Paula Costa (Capitão)	Carmine Gastaldi e João Bastianini	16000	4 anos	0\$500	O contratante pagará a quantia de 2:000\$000 no segundo ano, 2:000\$000 no terceiro ano, e o valor necessário à liquidação no quarto ano. O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	320-323	2º
1913	Joaquim de Paula Costa (Capitão)	Carmine Castaldi e João Bastianini	16000 (formar)	4 anos	0\$500	A remuneração consiste no fruto do cafezal até o quarto ano	122	23-25	1
1913	Joaquim Florêncio da Costa e Jacinth Carolina dos Reis	João Fernandes	5000	4 anos	0\$500	O fruto do cafezal pertence ao contratado	74	21-22	2º
1914	Anor Garcia	Antônio Corona Filho e Antônio Corona	8700	5 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração dos contratados serão os frutos e cereais que colherem durante o contrato. Receberão também 100\$000 pelas benfeitorias realizadas.	B1	315-317	2º
1914	Antônio Galvez Calmme e Sebastião Galvez Munhóz	Antônio Vieira	5000	6 anos	*	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	305-307	2º
1914	Cícero Alfredo Marques (Bebedouro)	José de Paula Marques (Patrocínio do Sapucahy)	*	1 ano	*	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	284-285	2º
1914	José Anastácio Rodrigues Nogueira	Pedro Borrasca	4112	4 anos	0\$500	O fruto do cafezal pertence ao contratado	78	94	2º
1914	José Gome Rui	Pedro Fernandes Garcia	8000	6 anos	Nada consta	O fruto do cafezal pertence ao contratado	77	6 e 7	2º
1914	José Rodrigues Leabra	Adalberto Collares e seu genro Olympio Ferreira Marques	45000	10 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	77	62-63	2º
1914	Múcio Wtaker (Ribeirão Preto)	Manoel Moreira (10000 pés), Nicola Viola (12000 pés), Raymundo Gídio (10000 pés), João Costa (9000 pés) e João Belluielli (15000 pés). Todos de Jardinópolis.	56000	6 anos	Nada consta	A remuneração dos contratados serão os frutos e cereais que colherem durante o contrato	B1	515-519	2º
1914	Múcio Wtaker (Ribeirão Preto)	Thomaz Marcos (10000 pés), Francisco Abade (6000 pés), Athanasio Marcos (4000 pés), Feliciano Marcos (4000 pés) e Nicola Constantino (6000 pés). Todos de Guayuvica, Comarca de Orlândia.	30000	6 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração dos contratados serão os frutos e cereais que colherem durante o contrato	B1	510-515	2º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1914	Pedro Pinheiro Paes Leme	José Zocca (Patrocínio do Sapucahy)	15000	6 anos	Quesito não monetarizado	Tudo o que for produzido nos 6 alqueires contratados, inclusive café, pertence ao contratado	77	50-51	2º
1914	Urias Primo da Costa	Miguel Alcosta Garcia (por falta de recursos cedeu seus direitos por 2.000\$000 a João Peres Garcia)	7000	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	435-436	2º
1914	Urias Primo da Costa	Miguel Alcosta Garcia	7000 (formar)	6 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração consiste no fruto do cafezal até o sexto ano	128	12 e 13	1
1914	Victório Muzette	Inocencio Di Carlo	18000 (formados)	1 ano	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	79	16-17	2º
1915	Antônio Alexandre Ferreira e Maria Pimenta Ferreira	Jacomo Bravalhesi	5000	5 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração dos contratados serão os frutos e cereais que colher durante o contrato.	B1	389-391	2º
1915	Antônio Alexandre Ferreira e Maria Pimenta Ferreira	Jacomo Bravalhesi	5000 (formar)	5 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração consiste no fruto do cafezal até o quinto ano	130	74-76	1
1915	Antônio Bernardes Pinto Rio Grandense	João Luís Borges	10000	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	336-339	2º
1915	Francisco Barbosa Ferreira (Major)	Domingos Ballioni, João Jaquetti, Gregorio Liboni, Antônio Ferreira Neto e José Bolgato	50000	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	331-334	2º
1915	Francisco Barboza Ferreira (Major)	Domingos Ballioni, João Jaquetti, Gregorio Liboni, Antônio Ferreira Neto e José Bolgato	50000 (plantio e formação)	6 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração consiste no fruto do cafezal até o sexto ano	130	22-25	1
1915	João Constantino Junqueira	César Bordini e Sebastião Assolin	20000	5 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	312-315	2º
1915	Joaquim Antônio da Silva	Caetano Emydgio	*	4 anos, apenas 2 cumpridos	*	*	81	37-38	2º
1915	Nicodemus Flávio de Castro e Maria do Carmo de Jesus	Eleutério Barbello Alonso	10000 (formados)	4 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração consiste no fruto do cafezal nos dois primeiros anos e em metade do fruto nos dois últimos anos	131	11 e 13	1
1915	Odorico Barbosa	Vicente Gaudia e João Pedro Gabilou	15000	4 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	556-557	2º
1915	Umbelina Moreira	Angelo Gasparini	10000 (formados)	4 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração consiste em metade da produção de café e 0\$400 por cada cova que plantar (plantará 500 covas)	130	57-58	1
1916	Amelio do Couto Rosa (Cel.)	Julião Alves	10000	4 anos	0\$500	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	478-480	2º
1916	Antônio Baptista Pena	José Lopes Alves e João Lopes Amaro	3500	4 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	395-396	2º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1916	Antônio Bernardes Pinto Rio Grandense	Joaquim Dias de Pádua	10000	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	406-409	2º
1916	Arsênio Tavares do Couto	Francisco Rodrigues e Emílio Vasquez	14000	5 anos	Quesito não monetarizado	O fruto dos 4000 pés de quatro anos será dividido em duas partes iguais; já o fruto dos 10000 pés entre um e dois anos pertence ao contratado	86	96-99	2º
1916	Benedito José da Silva	Manoel Antônio de Souza	7000	4 anos	0\$200	O fruto do cafezal pertence ao contratado	85	138-140	2º
1916	Domiciano José da Silva (Cel.)	Antônio Molina Reches (9109 pés), Antônio Ferroel Galego (9109 pés), Antônio Camillo da Silva (8601 pés), Miguel Lucas Garcia (10443 pés) e José Patrocínio de Oliveira (6374 pés)	43636	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	498-502	2º
1916	Domiciano José da Silva (Cel.)	Antonio Molina Reche, Antonio Terroel Galego, Antonio Camillo da Silva, Miguel Lucas Garcia e José Patrocínio de Oliveira	43635 (formar)	6 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração consiste no fruto do cafezal até o sexto ano	132	85-88	1
1916	Dorothea Claudina Villela	Joaquim Canuto (12100 pés), Francisco Cardini (8500 pés), José Gomes (8500 pés), Antônio Cardini (5000 pés), Manoel Vallente (5300 pés), Antônio Azambuja (8000 pés) e Albino Costa (4000 pés)	51400	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	380-384	2º
1916	Fernando Pesce (representado por Chrysógono de Castro)	José Pesce	45000	3 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido anualmente em duas partes iguais	B1	440-444	2º
1916	Francisco Barbosa Ferreira (Major)	Antônio Placencio Sanches (11935 pés), Manoel Fernandes Chéa (9770 pés) e Antônio Navarro Gellamon (4030 pés)	25735	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	423-428	2º
1916	Francisco Barbosa Ferreira (Major)	Manoel Castilho Sanches	10000	5 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	428-430	2º
1916	Francisco Barboza Ferreira (Major)	Antônio Placencio (11935 pés), Manoel Fernandes Chea (9770 pés) e Antonio Navarro Gellamon (4030 pés)	25735 (formar)	6 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração consiste no fruto do cafezal até o sexto ano	135	19-22	1
1916	Hermínio Faccirolle (gerente da sociedade)	Os sócios Hermínio Faccirolle, João Faccirolle, Silvio Faccirolle e Ricardo Faccirolle	*	2 anos	Quesito não monetarizado	A sociedade constitui na divisão igualitária da produção cafeeira	B1	405-406	2º
1916	Joaquim Feliciano Alves	João Buarete	27000 (entre novos e velhos)	4 anos	0\$500 (válido apenas para 8000 pés novos)	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais (refere-se aos 19000 pés adultos)	85	173-177	2º
1916	Joaquim Feliciano Alves	Caetano Versolla e Luiz Seccantine	12400	3 anos	0\$300	O fruto do cafezal pertence ao contratante	87	33-34	2º
1916	Joaquim Marini	João Ubiali e Francisco Ubiali	9607 (plantados)	4 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração consiste no fruto do cafezal até o quarto ano	135	15-17	1

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1916	José Lucas Borges (filho de Joaquim Lucas Borges)	Baldoíno Felício Sobrinho	4000 (trato)	4 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração consiste no fruto do cafezal até o quarto ano	134	43-44	1
1916	Mamede Plácido Barbosa	Vicente Munhoz	19000	5 anos	Quesito não monetarizado	O arrendamento é pela metade do café produzido no período	B1	438-440	2º
1916	Prudêncio Rodrigues Pires	Antônio Afonso de Siqueira	8000 (formação)	4 anos	0\$400	Os cereais e o café serão do contratado até o quarto ano	135	17-19	1
1916	Rita Ferreira da Silva	Genésio Pereira da Silva (Igarapava)	5000 (formar)	6 anos	Quesito não monetarizado	A remuneração consiste no fruto do cafezal até o sexto ano	134	21-22	1
1917	Amélio do Couto Rosa	César Caleiro	*	3 anos	Quesito não monetarizado	O arrendatário pagará 500\$000 anuais e terá direito ao fruto dos cafezais	135	82-84	1
1917	Antônio Luiz de Souza	Calimerio Bento Almeida, João José da Silva e José Bento Sobrinho	17000	3 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	89	21-22	2º
1917	Christina Maria de Freitas	Santo Roncari	3000 (formação)	4 anos	0\$500	O contratado-arrendatário pagará 1:000\$000 anual pela arrendamento e terá direito ao fruto dos cafeeiros			1
1917	Francisco Bernardes de Assis	Joaquim Gabriel do Nascimento	1148	4 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	88	14	2º
1917	João Severino Cardoso	Carmine Gastaldi e João Leonardi	10000 (entre novos e velhos)	5 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal novo pertence aos contratados, o fruto do cafezal velho será dividido em duas partes iguais	88	39-40	2º
1918	Ana Hypolita Nogueira (representada por Múcio Whitaker).	José Morallis, Miguel Galego, Pedro Marthos, Silvério Moreno, Braz Lucas, Joaquim Lucas, Joaquim Miranda, Christovan Lucas, Pedro Beragna, João Antônio de Souza, Cyrillo Moutarbo, Plácido Lucas, Alfredo Pereira e João Baptista Assumpção	*	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	533-535	2º
1918	Ana Hypolita Nogueira (representada por Múcio Whitaker).	Nicola Viola, Egydio Raymundo, João Costa, Thomaz Marcos, Athanasio Marcos, Feliciano Marcos, Vicente Raymundo, Antônio Vicco, Francisco Abbade, Luiz Raymundo e João Apolinário Sobrinho	*	4 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	529-533	2º
1918	Ana Hypolita Nogueira (representada por Múcio Whitaker).	Antônio Molina, Antônio Feronel, Miguel Garcia, José Patrocínio de Oliveira e Antônio Camillo da Silva	*	4 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	527-529	2º
1918	Antônio Bernardes Pinto Rio Grandense	André Barioni, Baptista Barioni e Augusto Barioni	8000	4 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B1	586-587	2º
1919	Francisco Barbosa Ferreira (Major)	Antônio Placencio Sanchez, Manoel Fernandes Chéa e Antônio Navarro Gellamon	25735	6 anos (prorrogação de 2 anos)	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	B2	53-54	2º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeceiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1919	Francisco Barbosa Ferreira (Major)	Antônio Placencio Sanchez, Manoel Fernandes Chêa e Antônio Navarro Gellamon	25735	6 anos (prorrogação de 2 anos)	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	B2	69-79	2º
1919	José Diogo Pereira e Lauriana Esmeria Ferreira	João Theodoro Pereira	*	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	92	79-80	2º
1919	José Martins de Andrade	Francisco Bárbara, Carneiro Bárbara, Luciano Damanti, Eugênio Damanti, Manoel Marques, Pedro Marques, João Damanti e Luiz Damanti	38000	4 anos	0\$300 (referente aos novos pés)	100\$000 anuais por cada mil pés e 0\$600 pela colheita do alqueire de 60 litros.	143	18-21	1
1919	Rodolpho Tosi	Caetano Guinatto (10000 pés), Modesto Antônio Teixeira (3000 pés), Domingos Francisco Affonso (5000 pés), Salvador Hespanhol (3000 pés), José Rocioli (4000 pés), Salvador Lioni (5000 pés), Domingos Ralioni (10000 pés), João Andretta (7500 pés), Domingos Zanchietta (9000 pés) e João Coelho (3500 pés).	60000	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	B2	56-57	2º
1919	Rodolpho Tosi	Antônio Maragna	1000 (queimados por geadas)	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado (com preferência de venda ao contratante)	B2	33-36	2º
1920	Augusto Redondo Martins e seus filhos	Affonso Garcia Peres (14000 pés) e Affonso Himes (4000 pés)	18000	4 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	B2	187-189	2º
1920	Francisco Barbosa Ferreira (Major)	Lázaro Gimenes e Martin Garcia Parra	25000	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado, exceto a madeira	B2	137-140	2º
1920	Francisco Barboza Ferreira (Major)	José Carmo (17000 pés) e Jesus Polli Branco (6000 pés)	23000 (velhos e falhados)	4 anos	0\$100 (por replanta)	A remuneração consiste no fruto do cafezal até o quarto ano	145	47-50	1
1920	José Affonso Rato (Cel.) (Uberaba)	João Estanti (3400 pés), Donato Estanti (8209 pés), Antônio Altobelli (5800 pés), João Marrocco (4434 pés), César Pifardini (5340 pés), Luiz José d' Oliveira (3922 pés), Manoel José da Silva (2956 pés) e Innocencio Di Carlo (19983 pés)	54044	4 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B2	132-137	2º
1920	José Basílio da Silva	Rosendo Auestor da Cunha	3000	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B2	94-96	2º
1920	Manoel Cardozo de Queiroz Júnior	Sebastião Alves da Silva, Augusto Cardozo de Souza e Luiz Gonzaga de Souza	20000	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B2	111-114	2º
1920	Nicola Andréa	Sebastião Gobbo e seus filhos Antônio Gobbo e Joaquim Gobbo	17000	6 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B2	174-176	2º

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1866-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas de Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Cafeeiros	Duração	Valor por pé formado (mil réis)	Outras formas de remuneração	Livro	Folhas	Ofício Cível
1920	Rodolpho Tosi	Caetano Guinato (9000 pés), João Andretta (6500 pés), Domingos Zanchietta (7500 pés) e João Coelho (3000 pés)	26000	*	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	B2	80-83	2º
1920	Rodolpho Tosi	Salvador Leoni (5000 pés), Caetano Finatti (8000 pés), Narciso Cheregato (10000 pés), Antônio Maragna (7000 pés), José Roccioli (4000 pés) e Baptista Coelho (8000 pés)	42000	5 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	B2	115-118	2º
1920	Rodolpho Tosi	João Baptista Cecotti	15000	5 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal será dividido em duas partes iguais	B2	141-144	2º
1920	Vittorio Stefani	Francisco Vinlandelli	12000	4 anos	Quesito não monetarizado	O fruto do cafezal pertence ao contratado	B2	170-172	2º

ANEXO II

Contratos de Trabalho 1886-1920.

1º e 2º Ofícios Cíveis

PARTE 2

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

o	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
366	Thomaz José da Motta	Marceliano Rodrigues Ferreira	*	*	Nada consta	Poderá cultivar plantas miúdas para si	*
373	José Eduardo de Figueiredo (Capitão)	José Flávio Garcia	Santa Bárbara	7 palmos	Nada consta	O desfruto da terra pertencerá ao contratado	*
373	José Eduardo de Figueiredo (Capitão)	Luís Francisco Mafra (São Sebastião do Paraíso-MG)	Santa Bárbara	7 palmos	Nada consta	O desfruto da terra pertencerá ao contratado	*
374	Joaquim Justino Alves Ferreira	Mizael Antonio Garcia	*	2,45m	Nada consta	*	Escravos: Justina (parda, 14anos), Joaquina (8 anos), Manoel (40 anos), Rita (35 anos), Victorina (35 anos), Vicente (21 anos), Inocência (7 anos), Prudêncio (5 anos) e Clara (3 anos).
374	Joaquim Justino Alves Ferreira	José Garcia Lopes e Maria da Purificação	*	2,45m	Nada consta	*	Parte de terras na fazenda Borges (Ribeirão da Pinguela) e os escravos: Bartho (22 anos), Firmiana (20 anos), Juliana (46 anos) e Cecília (7 anos). O contratado não pode vender nenhum destes bens sem o aval do contratante.
375	Albino Francisco Ferreira	Jeronymo Francisco Ferreira	Ribeirão	2,45m	1:200\$000	*	1:200\$000, com prêmio (juros) de 1% ao mês.
375	João Jorge de Abreu	Pedro Borges Malta e Maria Cândida de Jesus	Bom Jardim	2,45m	300\$000	*	Uma parte de terras na fazenda Ressaquinha eos escravos: Margarida (parda, 29 anos), parte do escravo Theodorico (pardo, 10 anos), Thereza (parda, 5 anos) e Jeronyma (parda, 2 anos)
375	João Jorge de Abreu	Joaquim Cândido Mendes e Rita Maria de Jesus	Bom Jardim	2,40m	Nada consta	*	1:300\$000, com prêmio (juros) de 1% ao mês. Um sítio no lugar denominado Ressaquinha, com as benfeitorias existentes e o escravo Firmiano (pardo, 39 anos).
375	Manoel Joaquim Ferreira	Saturnino José Marques	*	2,50m	Nada consta	*	*
376	Francisco de Paula Teixeira	Antônio Ferreira da Silva	Olaria	*	Nada consta	O desfruto da terra pertencerá ao contratado	*
376	Francisco de Paula Teixeira	Pedro Ferreira da Silva	Olaria	*	516\$000	O desfruto da terra pertencerá ao contratado	*
376	José Francisco de Paula Teixeira	Cândido Valladão de Sousa	Casa Seca	*	150\$000 no final do primeiro e do segundo ano	Nada consta	No livro 34, fl. 12 e 13, consta que o contrato foi dissolvido em 21/10/1879, recebendo o contrante a quantia de 1:100\$000
377	Antônio Alves da Silva Leite	Justiniano Augusto Branco	*	*	Nada consta	Nada consta (o contratante é obrigado a sustentar o contratado)	*
378	Antonio da Silva Espindola	Inocência Feliciano da Silva	Boa Vista das Macahúbas	2,60m	225\$490	entre os cafeeiros, nenhuma outra especificação	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
378	Antonio da Silva Espindola	Manuel Antonio Baptista	Boa Vista das Macahúbas	2,60m	62\$520	entre os cafeeiros, nenhuma outra especificação	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
378	Antonio da Silva Espindola	José Telles de Souza	Boa Vista das Macahúbas	2,60m	134\$560	entre os cafeeiros, nenhuma outra especificação	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
378	Antonio da Silva Espindola	João Manoel de Mattos	Boa Vista das Macahúbas	2,60m	161\$190	entre os cafeeiros, nenhuma outra especificação	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

no	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
878	Antonio da Silva Espindola	Casemiro Jacob Ferreira de Menezes	Boa Vista das Macahúbas	2,60m	267\$730	entre os cafeeiros, nenhuma outra especificação	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
878	Antonio da Silva Espindola	Benedicto Antonio de Campos	Boa Vista das Macahúbas	2,60m	318\$490	entre os cafeeiros, nenhuma outra especificação	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
878	Antonio da Silva Espindola	José Alves dos Santos	Boa Vista das Macahúbas	2,60m	275\$080	entre os cafeeiros, nenhuma outra especificação	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
878	Antonio da Silva Espindola	Antonio Bispo Marques	Boa Vista das Macahúbas	2,60m	20\$000	entre os cafeeiros, nenhuma outra especificação	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
878	Antonio da Silva Espindola	Manoel Antunes Guimarães	Boa Vista das Macahúbas	*	18\$130	entre os cafeeiros, nenhuma outra especificação	Pagar em 24 horas o valor adiantado mais o que dever
878	João Baptista Leite	Thomaz Carlos de Mello	Ribeirão Corrente	*	*	*	Recisão por parte do contratado da escritura lavrada em 26 de janeiro de 1878, no cartório do Segundo Tabelião, livro 4, fl. 28
878	João Petralha (Dr.)	Antônio Ignácio Ferreira	Chácara	*	Nada consta	O desfruto da terra pertencerá ao contratante	*
878	Joaquim Galdino Gomes da Silva (Dr.)	Joaquim Venâncio de Sousa	Chácara no bairro Santa Cruz	*	Nada consta	O desfruto da terra pertencerá ao contratado	*
879	José Anselmo Ferreira	Antônio Theodoro de Oliveira	Christaes	*	Nada consta	Nada consta	*
879	José Theodoro de Mello (Alferes)	Miguel Arcanjo Bueno	Chácara Covas	3,25m	Frutos do período de vigência	*	*
879	José Theodoro de Mello (Alferes)	Torquato Theodoro de Souza e sua mulher Maria Rita Ferreira	Covas	13 palmos	400\$000	O desfruto da terra pertencerá ao contratado	Casa de morada que não poderão vender no período de vigência do contrato
880	Belmiro Urias Barbosa Lima	Rozendo Fernandes da Cunha e seus filhos: Izopéro Severino da Cunha, Henrique Fernandes da Cunha, Filotéo Severino da Cunha, Philadelpho Fernandes da Cunha e José Teixeira Santos. (todos vindos da Bahia)	Salgado	*	651\$550	entre os cafeeiros	*
880	José Carlos de Vilhena	Bellarmino José da Silva	Salgado	*	Não poderá exigir dinheiro enquanto não entregar o cafezal	O desfruto da terra pertencerá ao contratado	*
888	João Frauzino de Andrade	Pelegrino Veriato Catão, Belarmino Sampaio da Silva e Antônio Bernardes da Silva	Campo Alegre	*	Nada consta	entre os cafeeiros	Multa rescisória de 500\$000
889	Zacharias Celestino Dias Franco	João Frausino de Andrade	Valinhos, na fazenda Campo Alegre	*	Nada consta	entre os cafeeiros	Multa rescisória de 500\$000

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Offícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

no	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
890	Caleiro & Andrade	Joaquim Miguel da Silva e sua mulher Maria Thereza de Jesus, Ricardo Miguel da Silva e sua mulher Maria das Dores da Silva, Antônio Miguel da Silva Sobrinho e sua mulher Bertolina Rosa da Silva	Aliança	*	600\$000 ou 300\$000	entre os cafeeiros, desde que as plantações não sejam nocivas a eles	As terras na fazenda Casa Seca como garantia desse adiantamento hipotecário.
890	Joaquim Bernardes Pinto	Francisco Ferreira de Almeida, José Fernandes de Oliveira, Claudino Antonio do Prado e Francisco Fernandes	Mata do Morro Grande	17 palmos - triangular	Frutos do período de vigência	(o contratante tem o monopólio na compra do milho) entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	*
890	José da Silva Espíndola	Manuel Cupertino da Cruz	*	15 palmos	Frutos do período de vigência	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	Plantar uma roça de milho bem cercada de porcos e gado.
890	Manoel Claudiano Ferreira Martins (Major)	Manoel Joaquim Cabral e João Dias Novais (Ribeirão Preto)	Vanglória	15 palmos	Nada consta	Restrições ao cultivo de cana, algodão, arroz e batatas de cipó	*
891	Antônio do Couto Rosa	João Luiz martins, José Reginaldo da Silva e José Antônio da Silva	Matta	*	Nada consta	entre os cafeeiros	*
391	Antônio Rodrigues Moreira	Francisco Ferreira da Silva (4000 pés) e Francisco Antônio de Limma (4000 pés)	Retiro	16 palmos	Nada consta	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	*
391	Francisco de Paula Teixeira	José Veronez	*	*	Nada consta	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	*
391	Francisco Rodrigues do Nascimento	Antonio Bernardes Monteiro, Mizael Lino da Silva e Belmiro Bernardes Monteiro	*	14 palmos (medida da rua)	Estipulou-se apenas o juros de 1% ao mês	Não tem acesso ao plantio de outras culturas, o contratante fornecerá os mantimentos descontando no trabalho realizado	Ao dinheiro adiantado pelo contratante será anexado o juros de 1% ao mês
391	Francisco Rodrigues do Nascimento	Henrique Mamedes da Silva	*	12 a 13 palmos (medida da rua)	Nada consta	entre os cafeeiros, permissão para plantar apenas milho, feijão e batatinhas, além de plantas que não prejudiquem o café.	*
391	Joaquim Alves Taveira	José Alves da Silva e Joaquim Nogueira	São Jerônimo	*	150\$000	Terreno extra para a plantação de mantimentos	*
391	Joaquim Alves Taveira	Joaquim Nogueira Penido	São Jerônimo	*	150\$000	Terreno extra para a plantação de mantimentos	*
391	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	Manoel de Oliveira Santos e Antonio de Oliveira Santos	*	*	3:000\$000	entre os cafeeiros, no 1º ano metade da produção de milho pertence ao contratante, a produção de feijão, como a produção de milho dos outros anos pertence ao contratado.	*

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Offícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

no	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
891	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	Elia Alberti (italiano)	*	*	Nada consta	Depois de colhido os grãos dos 2.500 já formados pode-se plantar milho e feijão neste terreno, tendo o contratante preferência na compra dos mantimentos produzidos. Poderá ter cavalos e criar porcos	*
891	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	João Antônio do Couto	*	*	200\$000	entre os cafeeiros, pode plantar milho e feijão nos primeiros anos, preferência de venda ao contratante, que pagará os preços de mercado	400\$000 de parte a parte para quem não cumprir o contrato
891	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	Roldão Eugênio da Silveira	*	*	350\$000	entre os cafeeiros, pode plantar milho e feijão nos primeiros anos, preferência de venda ao contratante. Pode criar porcos e ter uma vaca de leite	400\$000 de parte a parte para quem não cumprir o contrato
391	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	Caetano Scalabrini (italiano)	*	*	Nada consta	entre os cafeeiros, pode plantar milho e feijão. Pode criar porcos, vacas de leite e cavalos	*
392	Alexandre Duarte Vieira	João Mariano da Silva	Propaganda do Salgado	17 palmos em quadra	Nada consta	Plantação retroativa de milho e feijão entre os cafeeiros	*
392	Antônio Joaquim dos Santos (Dr.)	Victório Brocannelli	Palmital	*	Nada consta	plantio retroativo entre os cafeeiros	*
392	Antônio Joaquim dos Santos (Dr.)	Giovanni Donselli	Palmital	*	Nada consta	entre os cafeeiros, plantio liberado nos dois primeiros anos e daí em diante apenas milho e feijão	*
392	Antônio Joaquim dos Santos (Dr.) (sociedade na fazenda com José Theodoro de Mello e Abrahão Lincoln de Mello)	Jacomo Brevelidi	Palmital	*	Nada consta	entre os cafeeiros, plantio liberado nos dois primeiros anos e daí em diante apenas milho e feijão	*
92	Bento Francisco da Silva	Julio Cezar Nogueira Escobar	Jaboticabal (também conhecida como Fructal)	*	Nada consta	entre os cafeeiros	*
92	Fernando Pesce	José Maria Pinto de Figueiredo	Ribeirão da Pinguela	*	4\$000, com juros de 1% ao mês	entre os cafeeiros	*
92	Fulgêncio de Almeida	Manoel Joaquim de Souza	Sítio, na fazenda do Aracary	*	Nada consta	entre os cafeeiros, e a produção de milho e feijão será dividida entre as partes contratantes.	*
92	Isupero Severino da Cunha	Joaquim José	*	*	Nada consta	entre os cafeeiros, pode plantar milho e feijão	Pagamento ao contratado de 0\$400 por cova em caso de quebra do contrato.
92	João Baptista de Avelar	Álvaro Norberto da Silva	Ribeirão Corrente	*	150\$000	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	*

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Offícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

no	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
392	Joaquim Francisco de Paula	Vincencio Veronez	Gordura	*	Nada consta	Não é permitido o plantio entre os cafeeiros, o contratante fornecerá um terreno extra	*
392	Joaquim Garcia Lopes da Silva Júnior	Francisco Barbieri	Buritis	16 palmos triangulares	Nada consta	plantio retroativo entre os cafeeiros	Multa de 0\$500 por cada cova falha
392	José Antonio Ribeiro	Gioseppe Alda (20000 pés), Francisco Ricchiero (12000 pés), Fortunato Toso (8000 pés), Urbano Lavezo (12000 pés), Natale Barion (11000 pés), João Passirole (12000 pés) e Antonio Giolo (8000 pés)	*	*	4:040\$000 aos seis colonos	Não tem acesso ao plantio de outras culturas, o contratante fornecerá os mantimentos descontando no trabalho realizado, também fornecerá pasto para até 4 animais	Do valor de 0\$130 por cova ao ano serão pagos anualmente apenas 0\$100, os outros 0\$030 ficam como caução e serão entregues no final do contrato e dos 0\$400 pagos pelos pés mais antigos, o colono só pode retirar 0\$060 ao ano e os outros 0\$040 anuais a que tem direito também ficam como caução e serão entregues no final do contrato
392	José Bárbara	Joaquim Nogueira Penido e José Alves da Silva (São Tomás de Aquino - MG)	*	*	Nada consta	Três covas de milho ao redor da cova de café, proibido plantar cana, arroz, algodão e batatas de cipó. Terreno fora do cafezal para plantar mantimentos e pasto para os animais.	*
392	José Bárbara	Julio Cezar Nogueira Escobar	Jaboticabal (também conhecida como Fructal)	*	Nada consta	Permissão para criar duas vacas de leite e porcos. Não é permitido o plantio de outras culturas entre os cafeeiros	*
392	José Barbosa	Francisco Camillo dos Santos	*	*	Nada consta	entre os cafeeiros na plantação de café mais nova além de um terreno extra, se necessário para plantar mantimentos. É proibido o plantio de cana, arroz, algodão e batatas de cipó	O empreiteiro não pode deixar o serviço
392	José Deniz de Medeiros	Francisco Gomes de Oliveira	*	*	980\$000	entre os cafeeiros poderá plantar milho e feijão	*
392	José Diogo Pereira	José Veronesi	Engenho Novo	*	Nada consta	entre os cafeeiros	*
392	Manoel Joaquim de Souza	Francisco Alves Porto e Francisco Atanásio de Assis (ambos de Formiga - MG)	*	*	Nada consta	entre os cafeeiros, a produção de mantimentos será dividida	*
92	Manuel José de Arruda	João Manuel de Souza, Bento Soares Bicudo, João Francisco Gonçalves, João Rodrigues da Silva e Joaquim Eduardo Calixto	Invernada	16 palmos triangulares	Nada consta	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique. Podem criar dois porcos	*
92	Miguel Pedroso Barreto	Antonio Chimelo	Capão Alto	*	Nada consta	entre os cafeeiros, pode ser plantado milho e feijão	*
92	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	Manoel dos Santos	*	*	139\$330	entre os cafeeiros, pode plantar uma carreira em cada rua de milho e feijão	*
92	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	João dos Santos	*	*	460\$560	entre os cafeeiros, pode plantar uma carreira em cada rua de milho e feijão	*

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

no	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
892	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	Paulino dos Santos	*	*	388\$130	entre os cafeeiros, pode plantar uma carreira em cada rua de milho e feijão	*
892	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	Antônio dos Santos	*	*	274\$510	entre os cafeeiros, pode plantar uma carreira em cada rua de milho e feijão	*
892	Saturnino Dias Telles de Castro (Major)	Manuel Bernardes	*	*	407\$907	entre os cafeeiros, pode plantar uma carreira em cada rua de milho e feijão	*
893	Álvaro Norberto da Silva	Quirino Ferreira do Amaral	Ribeirão Corrente	*	Nada consta	Desfruto do terreno durante os quatro anos	*
893	Custódio Leopoldo Vieira	Caetano Magalini, Andrea Magalini, Eugenio Zanovello e Vittorio Gozzi	Ilha Grande (Sacramento)	*	2:000\$000	entre os cafeeiros	*
893	João Antunes de Araújo (Dr.)	Josef Logarejo, Napoleão Cavalline e Vicente Rufino	Santa Maria do Palmital	*	Em caso de adiantamento juros de 12% ao ano.	Plantação retroativa de milho e feijão entre os cafeeiros	Em caso de não cumprimento do contrato, o colono receberá proporcionalmente ao tempo de trabalho realizado
893	Joaquim Alves Taveira	Honório Fortunato de Miranda	Boa Vista, na Mata da Palestina	*	Não há adiantamento	entre os cafeeiros, além de terras separadas para plantar mantimentos e criações	*
893	José Antônio Ribeiro	Giuseppe Alda, Fortunato Toso, Urbano Lavezo, Natali Barione, João Fassiroli, Antônio Giolo e Ricardo Fassioni	*	*	400\$000	entre os cafeeiros, terá direito a um pasto	Este contrato torna sem efeito a escritura lavrada em 15/12/1892, no 2º Tabelião de Notas
893	José Bárbara	Manoel João Brandão	Jaboticabal (também conhecida como Fructal)	*	6:000\$000, 20:000\$000 no ano seguinte e o restante no final	entre os cafeeiros	Valor do contrato: 56:000\$000
893	José Carlos Pinto de Souza Magalhães	Giovanni Ubiali (8000 pés) e Geronymo Stueli (4000 pés)	*	*	Nada consta	entre os cafeeiros	*
893	José da Silva Espíndola	Manoel Copertino da Cruz	Paraíso	15 palmos	Nada consta	Nada consta	*
893	José Theodoro de Mello	Manuel Alves de Souza	Palmital	*	Nada consta	entre os cafeeiros, com preferência de venda dos mantimentos ao contratante	Multa recisória de 0\$700 por cova
893	Manoel Claudiano Ferreira Martins (Major)	Flausino Vaz da Silva (Formiga - MG)	Vanglória	*	Não consta o valor, todavia o juros é de 1% ao mês	entre os cafeeiros, pode plantar milho, feijão, abóboras e morango, além do pasto para a criação	Multa de 10:000\$000 contra quem não cumprir o contrato
894	Affonso de Lima & Cia.	Servílio Bernardinelli	Palmital	*	Nada consta	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	*
894	Antônio Barboza Sandoval (Tenente)	Hermínio Pereira da Costa e Camillo José dos Santos	Magnonia	18 palmos em quadra	o contratante se obriga a fornecer a quantia necessária para o custeio e tratamento dos 50000 pés	entre os cafeeiros. Deverão plantar 10 alqueires de milho para o proprietário sem remuneração	Multa recisória de 30% sobre o valor total da empreitada

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

no	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
394	Antônio Borges de Gouveia (Tenente)	Fernando Marini, Emilio Marini, Sulpisio Marini, Paulo Musete e Luigi Ferretto	Barra da Palestina	*	300\$000 de 3 em 3 meses para despesas	Plantio retroativo entre os cafeeiros	*
394	Antônio Borges de Gouveia (Tenente)	Caetano Bertagnon	Barra da Palestina	*	100\$000 de 3 em 3 meses para despesas	Plantio retroativo entre os cafeeiros	*
394	Antônio Rodrigues Moreira	Zacharias Celestino Dias Faneco (5000 pés) e Antônio José de Souza (8000 pés)	Retiro	*	Nada consta	entre os cafeeiros, terá direito a um pasto	*
394	Antônio Salustiano de Castro	Pedro Borasque	Macahúbas	*	Não será permitido	Plantio retroativo entre os cafeeiros	Multa recisória de 1:000\$000
394	Francisco Cláudio Moreira e sua mulher Francisca de Paula do Nascimento	José Flausino Moreira (filho)	Fundão no bairro Casa Seca	*	Nada consta	desfruto de toda a propriedade	*
394	Francisco Martins Pereira Costa (Cel.)	Achille Ganzarolle	*	*	208\$850 (vinda e alimentação)	entre os cafeeiros autorizada a plantação de milho, além de pastos para criar porcos e cavalos	*
394	Francisco Martins Pereira Costa (Cel.)	Pascoal Gansarolle	*	*	219\$940 (vinda e alimentação)	entre os cafeeiros autorizada a plantação de milho, além de pastos para criar porcos e cavalos	*
394	Francisco Martins Pereira Costa (Cel.)	Pascoal Esperando	*	*	72\$950 (vinda e alimentação)	entre os cafeeiros autorizada a plantação de milho, além de pastos para criar porcos e cavalos	*
394	Francisco Martins Pereira Costa (Cel.)	João Vallarine	*	*	115\$580 (vinda e alimentação)	entre os cafeeiros autorizada a plantação de milho, além de pastos para criar porcos e cavalos	*
394	Francisco Martins Pereira Costa (Cel.)	Angelo Ponte	*	*	61\$900 (vinda e alimentação)	entre os cafeeiros autorizada a plantação de milho, além de pastos para criar porcos e cavalos	*
394	Ignácio de Mendonça Ribeiro	Raphael Felisberto Porfirio Branquinho	Christaes	*	Nada consta	entre os cafeeiros, com preferência de venda dos mantimentos ao contratante	*
394	Joaquim Pedro Pereira	Fioravante Totuli, Jorge Gardine, Ludovico Barreto, Victorio Barreto, Joseph Gilate e Renier Totuli	*	*	800\$000	entre os cafeeiros: milho e culturas que não prejudiquem o café, exclusividade de compra tanto do café quanto dos alimentos ao contratante.	*
94	Philadelpho Fernandes da Cunha	Jeronymo Ferreira de Lima (3000 pés) e Manoel Felicio da Silva	*	*	Na ocasião, 1,5% de juros ao mês	entre os cafeeiros pode ser plantado milho e feijão	*
94	Vicencio Veronez	Antônio Joaquim Espírito Santo	Chácara na Casa Seca	*	100\$000	entre os cafeeiros	Multa recisória de 100\$000

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

10	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
395	Affonso de Lima & Irmão (João de Lima Guimarães)	Francisco Furini (12560 pés), Achille Ganzarolli (8320 pés), Stephano Furini (8320 pés), Frederico Furini (8320 pés), Giuseppe Bernardinelli (8320 pés) e Servílio Bernardinelli (4160 pés)	Macahúbas	*	100\$000 por cada mil pés (obrigatório)	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	Em caso de recisão receberão o equivalente a 98% do que tenham trabalhado
195	Affonso de Lima & Irmãos	Luiz Furini, Francisco Furini, Frederico Furini, Stephano Ganzaroli e Achille Ganzaroli	Macahúbas ou Palmital	*	Nada consta	entre os cafeeiros	*
195	Antonio da Costa Valle (Capitão)	Antonio Pachione	Retiro	*	Nada consta	entre os cafeeiros até o terceiro ano	*
195	Deocleciano Deodato Diniz e Silva	Victório Brumiotto	*	*	Nada consta	Apenas nos três primeiros anos entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	*
195	Deocleciano Deodato Diniz e Silva	Manuel de Souza	Conceição	*	312\$000	entre os cafeeiros, se necessário terão um terreno extra	*
95	Ernesto de Paula Vieira (Santa Rita do Paraíso)	Giovanni Gatto (8000 pés), Ludovico Toniatto (8000 pés), Caetano Angelo (8000 pés) e Giuseppe Bittiato (6000 pés)	Theresópolis (Rifaina)	*	2:500\$000	entre os cafeeiros	*
95	Francisco Antônio de Gouveia	Pedro Nalini	Conceição	*	Nada consta	entre os cafeeiros novos	Contrato rescindido em 16/09/1895, no livro de Notas n. 62.
95	Francisco Barreto Ramos	Lucas Forniz	Casa Seca	*	Nada consta	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	*
95	Francisco Tarsia e Benedicto Japaolo	Vicente Veronez	Santa Roza	17 palmos	Nada consta	entre os cafeeiros	Multa recisória de 500\$000
95	João Bernardino de Araújo	Francisco Ortiz Ortega (15000 pés), João Antero (12000 pés) e Francisco Cajado (10000 pés)	Sítio São Roque	16 plamos	500\$000, mantimentos, remédios e médico	entre os cafeeiros: milho, feijão, mamona, batatinhas e miudesas além de pasto para os animais	*
95	João de Lima Guimarães & Irmão	Fernando Corsini e Ambrósio Francisco	Macahúbas ou Palmital	*	Nada consta	entre os cafeeiros	*
95	João Pires Monteiro	Joaquim Inácio de Souza (Patrocínio do Sapucahy)	Morro Redondo	*	800\$000	Plantio retroativo entre os cafeeiros	*
15	José Diogo Pereira	Sulpício Marini, Victório Ghidorizzi	Engenho Novo, Olaria e Sertãozinho, todos e Casa Seca	*	500\$000 sem juros	entre os cafeeiros, se necessário terão um terreno extra de 2 alqueires.	*

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

10	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
395	José Pedro Branquinho	Carlos Gastaldi e Luiz Roncati	Alto da Serra de Bom Jesus	18 palmos	Nada consta	entre os cafeeiros novos plantio retroativo de cereais e não é permitido o plantio no cafeeiro já formado	Multa de 2:000\$000 a quem quebrar o contrato
395	José Pedro de Faria	Antonio Januário e seu genro Rufino Alves Branco	Pratas	*	1:000\$000	Plantio retroativo entre os cafeeiros	Mantimentos e criações
395	Luís Pinto Bastos	Luigi Piola e João Baptista Piola	Sítio Santa Estephânia, na fazenda Palestina	*	Nada consta	entre os cafeeiros, podem criar porcos e terão um pasto.	*
395	Pacífico da Silva Diniz	Valentini Jate	Conceição	*	Nada consta	Apenas nos três primeiros anos entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	*
395	Pio Severiano da Silva	Casarotti Benevento	Conceição	*	Nada consta	entre os cafeeiros	*
395	Pio Severiano da Silva	João Marangoni	Conceição	*	Nada consta	entre os cafeeiros no primeiro ano, depois terá um terreno extra para a plantação de mantimentos	*
395	Pio Severiano da Silva	Giacommo Banatti e Arcângelo Avanzi	Conceição	*	Nada consta	entre os cafeeiros, depois receberão meio alqueire para plantação	*
395	Ricarte José Narcizo	Francisco Ortiz Ortega, João Antero e Francisco Cajado (contrato transferido de João Bernardino de Araújo)	São Roque da Casa Seca	16 palmos	500\$000, mantimentos, remédios e médico	entre os cafeeiros: milho, feijão, mamona, batatinhas e miudesas além de pasto para os animais	*
396	José Vieira Machado (Tenente) (Araxá)	Antonio Fernandes dos Reis e João Luiz Pinto	Monte Alto (Araxá)	18 palmos	Nada consta	O contratante fornecerá os alimentos	*
396	Affonso de Lima & Irmão (João de Lima Guimarães)	Pasquali Martini (4027 pés) e Lázaro Casarolli 3973 pés)	Macahúbas	*	100\$000 por cada mil pés	Plantio retroativo entre os cafeeiros	*
396	Antônio Borges de Gouveia	Fernando Corsini	Barra da Palestina	*	Nada consta	entre os cafeeiros	*
396	Fernando Pesce	Antonio Gallucci, Camillo Jacomo e Severo De Vico (3000 pés cada um)	*	*	Nada consta	entre os cafeeiros	*
396	Francisco Coelho Fonseca	Gaetano Mantizzorio, João Zampulini e Luigi Comparene	Chapadão	*	Nada consta	entre os cafeeiros. Anualmente G. Mantizzorio e J. Zampulini ganharão 2 arrobas de café por ano e L. Comparene receberá uma.	*
396	João Alexandre Dias	Francisco Pervinsek	*	*	Nada consta	entre os cafeeiros: milho, feijão e outros cereais, além de poder ter uma vaca de leite, um cavalo e criação de porcos	*
396	João Alexandre Dias	Lucas Forniz	*	*	Nada consta	entre os cafeeiros: milho, feijão e culturas que não ofendam o cafezal	Se o contratado rescindir, perderá os seus direitos, se o contratante rescindir, tem que pagar o valor do contrato

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

no	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
896	João Antunes de Araújo Pinheiro (Dr.)	Victório Victorelli (14500 pés), Stefani Bregala (4200 pés) e João Berhagne (4100 pés)	Santa Maria	*	Nada consta	entre os cafeeiros	Valor do contrato: 10:749\$900
896	José da Silva Espíndola	João Massei, José Massei e César Perrone	*	16 palmos	Não haverá adiantamento	entre os cafeeiros, a produção de mantimentos será dividida em partes iguais com o contratante	*
896	José Joaquim Alves Branquinho	Antônio Guerra, Luigi Bragato e Joaquim Oliosi	Chapadão	*	Nada consta	entre os cafeeiros. L. Bragato e J. Oliosi ganharão uma arroba de café por ano e A. Guerra meia arroba	Multa recisória de 250\$000
896	José Pedro Alves Branquinho (Capitão)	Luís Roncate e José Rodrigues de Oliveira	Alto da Serra do Lageado	18 palmos	Na ocasião, juros de 1% ao mês	entre os cafeeiros: milho, feijão e culturas que não ofendam o cafezal, poderão ter vacas de leite	*
896	Luís de Pádua Nogueira (Capitão)	Joaquim Alves Ludgero	São Luís da Alegria	16 palmos	Nada consta	entre os cafeeiros	Multa recisória de 500\$000
896	Luiz Pinto Bastos	Jacomo Zulcarelli	Sítio Santa Estephânia, na fazenda Palestina	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros. Pode criar porcos e terá direito a um pasto	30% do pagamento dos contratados fica retido como garantia
396	Martiniano Francisco da Costa (Tenente Coronel)	Antonio Officiate, José Devecchi, Caetano Rossignate, Lívio Negrelli, Giordano Scarmelloti e Domenico Teixeira Duarte	*	*	Nada consta	entre os cafeeiros, exclusividade ao contratante na compra do carro de milho a 20\$000	Os animais, mantimentos e roças são as garantias para o pagamento dos débitos
397	Almeida Santos	José Bertoni, Miguel Bertoni e Emílio Bertoni (14 mil pés para os três), João Daniel (10000 pés), Mariano Belbere e João Fernandes (4 mil pés para os dois)	Ismênia	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros	Multa de 500\$000 a quem rescindir o contrato
397	Almeida Santos e Virgínio Pereira dos Santos	João Albertine	Ismênia	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros	*
97	Antônio Borges de Gouveia (Tenente)	Sulpício Marini	Barra da Palestina	*	Nada consta	entre os cafeeiros. O contratante é obrigado a fornecer moinho para fubá e pasto para um animal	*
97	Antonio Chemelio	Antonio Fortuna	*	*	Nada consta	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	*
97	Antônio de Andrade Lobo Bastos (Capitão)	Jacomo Forcarelli	Chácara nos subúrbios da cidade, no bairro Caixa d'Água	*	Nada consta	entre os cafeeiros	*

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Offícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
97	Aristides da Silva Bellem	Eusébio Satarello e Inocencio de Carlo	Califônia	16 palmos	900\$000	Plantio retroativo entre os cafeeiros	*
97	Caetano Petralha (Major)	Mizael Lima da Silva (transferido em 24/04/1898 a Francisco Marques Ferreira)	Campestre (Patrocínio do Sapucahy)	*	1:120\$000	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	*
97	Ernesto de Paula Vieira (Santa Rita do Paraíso)	Bernardo Sagnelo (7000 pés), José Stella (7000 pés), Basílio Caparelli e João Barsi (13000 entre os dois)	Theresópolis (Rifaina)	*	200\$000 a cada família, depois de dois meses de serviços	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique, poderão criar porcos e cabritos	Haverá multa de 5\$000 a 10\$000 se os contratados faltarem com alguma cláusula
97	Henrique Fernandes da Cunha	Sebastião Lopes	Sítio José Felício, no Chapadão	*	Nada consta	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	*
97	João Teixeira Pinto de Carvalho (Capitão)	Octávio Henrique (16000 pés) e Aniseto Brimi (6000 pés)	Santa Izabel	*	O contratante fornecerá farinha, açúcar, sal e bacalhau, que serão cobrados posteriormente	Plantio retroativo entre os cafeeiros	*
97	José da Silva Espíndola (Capitão)	Evaristo Gentolli, João Santini, José Vellecci, João Gentile e Felice Rossi. Intérprete: Luiz Jacomianni	Salgado	*	Nada consta	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique. Poderão criar porcos, galinhas e cabritos	*
97	Manoel Claudiano Ferreira Martins (Major)	Giuseppe Vallucci, Giovanni Gentele, Angelo Simei, Giovanni Santini, Eurico Romualdo, Mariano Simi, Felice Rossi, Evaristo Gentele, Antônio Felice e Gregório Luigi. Intérprete: Luigi Jacomianni	Vanglória	*	Nada consta	entre os cafeeiros novos. Terão casa, pasto e poderão criar porcos em mangueiros e aves a vontade. Terão moinho a vapor para manufaturar o milho	*
97	Vicente de Carvalho (Dr.)	Antônio dos Santos, José dos Santos e Francisco Martins Naja	Jaboticabal (também conhecida como Fructal, antiga propriedade de José Bárbara)	*	Nada consta	entre os cafeeiros novos	*
98	Antônio Ignácio da Costa (Sociedade Costa & Mello)	David Pereira de Mello e Francisca Ramos de Mello	Bom Jardim	*	20:000\$000	Nada consta	*
98	Antônio Monteiro de Araújo	Antonio Faturetto e Giuseppe Albertoni	Chrystaes da Matta	*	Nada consta	entre os cafeeiros. Terão diereito a um pasto	*

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

10	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
898	Azarias Martins Ferreira (Dr.)	Fernando Marini, Paulo Meletti, Luigi Ferreto e Emílio Marini	Invernada	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros novos	Se o contratado desistir perderá 50% do que trabalhou. Se for pego roubando será expulso sem direito a nada
898	Joaquim Antônio de Oliveira Ramos (Capitão)	Agostinho Ferranti	Boa Vista	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros	*
898	José Antônio de Paula	Evangelista de Faria Claro	Fundão no bairro Casa Seca	*	1:000\$000 (em sacos de café em côco)	Nada consta	*
898	Marciliano Bernardes da Silva (Major)	Giuseppe Alda e Caetano Alda	Cabeceira do Ribeirão do Salgado, F. Bom Jardim	*	Não haverá adiantamento	Plantio retroativo entre os cafeeiros, mas apenas milho	*
398	Pedro Monteiro de Araújo	Francisco Justo, Victório Scotti e Olegário de Paula	Chrystaes	*	Nada consta	Podem plantar milho, feijão sem cipó e outros cereais que não ofendam o café	Multa recisória de 750\$000
399	Lourenço Almeida Sampaio	Antonio Alda, Giuseppe Alda, Caetano Alda, Angelo Gobby e Andrea Mantuani	Sant'Anna	*	1:400\$000 a cada três meses	Plantio retroativo entre os cafeeiros e cinco animais por família	*
399	Manoel Gonçalves Sebastião	Luis da Costa Lopes	Gordura	*	Nada consta	Toda a propriedade	O sócio Luis é obrigado a permanecer na fazenda durante os 6 anos, sob pena de perder o que tiver feito.
100	Francisco Antônio de Oliveira	Faustino Angelo do Nascimento	Conceição	*	Nada consta	Não é permitido o plantio entre os cafeeiros	*
100	João Diogo Garcia Martins	Albino Rozetti	Chrystaes	*	Nada consta	entre os cafeeiros	*
100	João Feliciano Dias Costa	Antônio Barboza Ferreira	São José, em Santa Rita do Paraíso	*	Nada consta	Nada consta	Multa de 0\$600 por cada cova falha
100	Nicodemos Flávio de Castro	Lázaro Cazzaroli	Macahúbas	*	Nada consta	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	*
01	Antonio Rodrigues Moreira (Capitão)	Ignácio Rodrigues da Silva e Lorenzo Borges	Retiro	*	2:500\$000	terreno extra para a plantação de milho, feijão, cereais, batatinhas e outras culturas, além do espaço entre os cafeeiros	*
01	Joaquim Lucas Borges	Eleutério Corrêa da Silva, Clautil de Castro Lobão e João Ferreira da Silva	Sítio Bom Jardim	*	Nada consta	entre os cafeeiros	*
01	José Pacífico de Andrade (Patrocínio do Sapucahy)	João Fernandes Molina (Patrocínio do Sapucahy)	São João	*	Nada consta	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	*

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

o	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
01	José Pedro de Paiva Baracho (S. J. dos Campos)	Martim Paschoal, Frederico Furine, Estevan Furine, Emilio Frangeorge, Jacintho Ferrari, Gregorio Mandonato, Manoel Lopes e José Ferreira dos Reis	Macahúbas	*	Não haverá adiantamento	Os contratados tem direito a metade da produção cultivada em um terreno extra, vedado o plantio entre os cafeeiros	Quem rescindir perde o direito à sua metade (valor do contrato: 10:000\$000)
01	Manoel Vallim de Mello (Capitão)	Francisco Gomes de Oliveira	Chrystaes	*	Nada consta	entre os cafeeiros	Em caso de recisão o contratado pagará um conto e perderá todo o serviço, se for por parte do contratante este pagará a mais pelos serviços executados pelo contratado
02	João de Pádua Pedroso	Santo Baptistoni e Pio Dionísio	Matta da Casa Seca	*	Nada consta	Terão 1 alqueire de terra para plantar cereais. Poderão criar porcos, e também plantar entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	*
02	José Guerner de Almeida (Ten. Cel.)	João Garcia Berdú, Manoel Berdu Cortez, Antônio Garcia Berdú e Baldomiro Dias Perez	União	*	Nada consta	Não há a possibilidade de plantio de outras culturas	20% da metade que cabe aos contratados fica como garantia, ficando o contratante obrigado a devolver este valor mais 10% no fim do contrato
03	Leopoldo Villares e Joanna do Val Villares	Bulino Chiarone	Itamaraty, no Salgado	*	Nada consta	entre os cafeeiros	Se o proprietário vender a fazenda, pagará ao contratado 70\$000 por cada mil pés
03	Francisco Garcia (Major)	Luís Dambrosa	Palestina	*	Nada consta	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique. Toda a produção pertence ao contratado	*
03	Ignácio de Mendonça Ribeiro	José Francisco da Cruz Vieira	Christaes	*	Nada consta	Nada consta	Multa de 100\$000 ao transgressor.
03	Marciliano Bernardes da Silva (Major)	José Alda e Caetano Alda	Bom Jardim e Salgado	*	Não haverá adiantamento	Nada consta	Valor do contrato: 1:000\$000
03	Pedro Vaz de Almeida (Major)	Manuel Pinheiro de Lima	Sítio (São José da Bela Vista)	*	O necessário para as despesas	entre os cafeeiros	Multa rescisória de 500\$000
04	Francisco Alves Leite	Pedro Taccio	Sítio no Bom Jardim	*	Nada consta	entre os cafeeiros	Multa de 1\$000 por cova falha
06	Anarias Antônio Denis	Alexandre Caramori	Alegria	*	Nada consta	entre os cafeeiros: milho, feijão e arroz (toda a produção destes alimentos pertence ao contratado)	Meia colheita de um ano como multa a quem rescindir o contrato
06	Antônio Bernardes Pinto Rio Grandense	Aureliano Pires de Moraes	Boa Vista	*	Nada consta	Toda a propriedade, pela qual pagará 300\$000 anuais	*
06	Francisco Martins Coelho	Manoel Cardoso	Pouso Alto	*	Nada consta	Toda a propriedade (3,5 alqueires) o pagamento ao proprietário será a construção de uma cerca	*
06	Joaquim Antônio Garcia de Macedo (Cel.)	Gabriel Ferreira Leite	Sta. Rita das Pitangueiras, Distrito de S. J. da Bela Vista	*	Eventuais adiantamentos serão descontados na divisão do café	Terreno extra para pasto e plantação de mantimentos	Multa rescisória de 1:000\$000 (valor do contrato: 32:500\$000)

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

no	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
907	Alfredo Resende (Capitão) (S. S. do Paraíso)	Victório Muzetto	Sítio Buritizinho, Fazenda Salto Alegre	*	Nada consta	Nada consta	*
907	Arsênio Tavares do Couto (Capitão)	Augusto Tavares Pacheco	Sítio Santa Maria	*	Toda a despesa do sítio arrendado corre por conta do contratado	Toda a propriedade	Multa rescisória de 1:000\$000
907	Cândido Ramos Ferreira de Abreu, João Antônio Barbosa Soulie (Sócios)	*	Santo Antônio	*	Nada consta	*	Multa rescisória de 10:000\$000
907	João da Malta de Vasconcelos	Honorato Balcar, Bartolo Balcar e Thomaz Bertholy	Barro Preto	*	Nada consta	entre os cafeeiros, apenas uma carreira de milho e cereais	Multa rescisória de 500\$000
907	José Thomaz Garcia	Estevan Pinto de Lima	Salgado	*	Nada consta	Terreno extra para a plantação de mantimentos, além do espaço entre os cafeeiros, desde que não prejudique os mesmos	Multa rescisória de 1:000\$000
908	Cândido Ramos Ferreira de Abreu, João Antônio Barbosa Soulie (Sócios componentes da Ramos & Soulie)	*	Beleza e Fazendinha do Marfim, anexadas à Santo Antônio	*	Nada consta	*	Valor do contrato: 50:000\$000
908	Francisco de Araújo França	Marinho Joaquim Dias	Sítio Bela Vista	*	Nada consta	O contratado deverá preparar o terreno e plantar cereais durante um ano. O cereal produzido será dividido em partes iguais	Se o contratante rescindir, pagará ao contratado o serviço já executado, se este rescindir perderá o direito a qualquer remuneração
908	Leopoldo Teixeira de Siqueira	José Joaquim Teixeira Sampaio	Glória (propriedade de Adolpho Pereira de Bugos Ponce de Leon, S. J. da Bela Vista)	*	Nada consta	Nada consta	O café produzido, assim como a produção de outras culturas, fica como garantia de pagamento. Se o contratante rescindir paga uma multa de 3:000\$000
908	Manoel Vallim de Mello (Ten.Cel.)	João Bastianini e Carlos Castaldi	Christaes	*	Nada consta	Não há a possibilidade de plantio de outras culturas	*
909	Irma Rosa Marcondes do Amaral	Santo Baptistoni e Pio Dionísio	São João	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros com exclusividade de compra do contratante	Multa rescisória de 500\$000
909	Victório Nazette	Martiniano Garcia Duarte	Sítio Macahúbas	*	300\$000	Terreno extra para o plantio de mantimentos	Multa rescisória de 100\$000 anuais
11	Umbelina Alves de Souza	Emílio Carlos	Sítio Retiro	*	Nada consta	entre os cafeeiros, poderá ter animais	Multa rescisória de 200\$000
12	Amelio do Couto Rosa (Cel.)	Antônio Arrais, João Mon e Manoel Rassyos	Matta	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros de milho, feijão e arroz	*

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
1912	Antônio Justino Alves Ferreira (Tenente)	Vitório Stephani	Pouso Alto	16 palmos	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros. Fornecerá ao proprietário, no 1º e no 2º ano vinte carros de milho por 20\$000 o carro, dez carros de milho a 25\$000 o carro no 3º e no 4º ano. Além disso, do 1º ao 4º ano dez sacas de feijão de cem litros a 5\$000 cada.	Se o contratante rescindir pagará ao contratado 90\$000 por alqueire de mato derrubado, 500\$000 pela construção de duas casas, 0\$100 por cova e 100\$000 pelo trato anual (variando de acordo com o período de vigência. Se o contratado rescindir pagará 0\$500 por cada cova falha e perderá todo o serviço
1912	Dorothea Claudina Villela	João Garcia Lopes (espanhol)	Santo Antônio, situado na Estação do Mandihú	17 palmos	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros de: milho, feijão, arroz, grão de bico, batatinhas e amendoim. Toda a produção pertencerá ao contratado	Os mantimentos serão da contratante se o contratado rescindir, em caso contrário a contratante pagará 1\$000 por pé de café ao contratado.
1912	José Carlos de Vilhena (Cel.)	Abrahão Ravanhani	Chácara na rua Marechal Caxias	*	Nada consta	terá um quintal para plantar hortaliças, milho, feijão e batatas	*
1912	Justino Alves Ferreira (Tenente)	Victório Stephani	Pouso Alto	16 palmos	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros, com preferência de venda ao contratante com valor estipulado em 5\$000 por 100 litros de feijão e 20\$000 o carro de milho	*
1912	Manoel Vallim de Mello (Ten.Cel.)	Joani Bastianini e Carmile Gastaldi	Christaes	*	Nada consta	entre os cafeeiros e no terreno de 3 alqueires, sem privilégio de compra ao contratante	Arrendamento no valor de 15:000\$000, dos quais 7:000\$000 serão pagos no início e o restante em quatro prestações de 2:000\$000. Multa rescisória de 2:000\$000 mais o arrendamento do tempo decorrido
1912	Odorico Barbosa (arrendou a plantação de Antônio Bernardes Pinto)	Joaquim Rosa de Paula	Bom Jardim	*	Nada consta	terá um terreno de um alqueire e entre os cafeeiros	*
1912	Theodoro Martins Tristão	Romão Costa e José Garcia	Sítio na Fazenda da Matta	*	Nada consta	Terreno extra de 1 alqueire para os contratados plantarem o que quiserem; a produção é exclusivamente sua.	Os colonos pagarão multa de 5\$000 por cada pé de café que apresentar capim e cipó.
1913	Francisco Tarsia (Major)	Francisco Sampaio da Silva	Matta (Patrocínio do Sapucahy)	16 palmos	Nada consta	entre os cafeeiros, terá direito a um pasto	Multa de 0\$500 por cova falha. Valor do contrato: 3:000\$000
1913	Henrique Fernandes da Cunha	José Veronez e Francisco Veronez	Chave da Taquara	*	Os contratados são responsáveis por todas as despesas	entre os cafeeiros e, se necessário, um terreno de 1 alqueire fora da lavoura de café	Multa rescisória de 2:000\$000.
1913	Joaquim de Paula Costa (Capitão)	Carmine Gastaldi e João Bastianini	Pouso Alto	16 a 17 palmos	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros.	Multa rescisória de 2:000\$000.
1913	Joaquim de Paula Costa (Capitão)	Carmine Castaldi e João Bastianini	Pouso Alto	16 palmos	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros com preferência de venda ao contratante	*
1913	Joaquim Florêncio da Costa e Jacintha Carolina dos Reis	João Fernandes	Boa Vista	*	Nada consta	entre os cafeeiros	*

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

no	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
914	Anor Garcia	Antônio Corona Filho e Antônio Corona	Jaguarão	*	Nada consta	entre os cafeeiros, pasto para 3 animais e ainda poderão utilizar um terreno anexo ao cafezal pagando a quantia de 600\$000 anuais	Se o contratante rescindir, os contratados receberão respectivamente 600\$000 e 100\$000 anuais por cada mil pés de café. Se os contratados rescindirem pagarão 600\$000 anuais por cada mil pés ao contratante
914	Antônio Galvez Calmme e Sebastião Galvez Munhóz	Antônio Vieira	Christaes	*	Nada consta	entre os cafeeiros podem ser plantados todos os cereais, menos os que derem cipó, além de pasto para os animais	Valor do contrato: 2:500\$000
914	Cícero Alfredo Marques (Bebedouro)	José de Paula Marques (Patrocínio do Sapucahy)	São João Batista (parte da antiga Vanglória)	*	Nada consta	Toda a propriedade	*
914	José Anastácio Rodrigues Nogueira	Pedro Borrasca	Covas	*	Nada consta	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	Multa rescisória de 500\$000
914	José Gome Rui	Pedro Fernandes Garcia	Bom Jardim	*	Não pode ultrapassar 500\$000	Toda a propriedade	Valor do arrendamento: 4:000\$000
914	José Rodrigues Leabra	Adalberto Collares e seu genro Olympio Ferreira Marques	Palmeira (Districto de Ribeirão Corrente)	*	Nada consta	Toda a propriedade	Multa rescisória de 10:000\$000, os locatários deverão pagar anualmente 7:000\$000 (totalizando 70:000\$000 ao final do arrendamento)
914	Múcio Wtaker (Ribeirão Preto)	Manoel Moreira (10000 pés), Nicola Viola (12000 pés), Raymundo Gidio (10000 pés), João Costa (9000 pés) e João Belluelli (15000 pés). Todos de Jardinópolis.	Sapucahy, propriedade do Cel. Domiciano José da Silva	17 palmos	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros: milho, feijão e arroz	Multa de 0\$500 por cada cova falha (com menos de quatro pés). Os cereais serão a garantia do contratante e os bens deste a garantia dos contratados
914	Múcio Wtaker (Ribeirão Preto)	Thomaz Marcos (10000 pés), Francisco Abade (6000 pés), Athanasio Marcos (4000 pés), Feliciano Marcos (4000 pés) e Nicola Constantino (6000 pés). Todos de Guayuvica, Comarca de Orlândia.	Sapucahy, propriedade do Cel. Domiciano José da Silva	17 palmos (alinhamento em quadra)	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros de: milho, feijão e arroz.	Multa de 0\$500 por cada cova falha (com menos de quatro pés). Os cereais serão a garantia do contratante e os bens deste a garantia dos contratados
14	Pedro Pinheiro Paes Leme	José Zocca (Patrocínio do Sapucahy)	Morro Redondo (Districto de Paz de Itirapoan)	16 palmos	Gratificação de 250\$000	6 alqueires	Multa rescisória de 2:000\$000.
14	Urias Primo da Costa	Miguel Alcosta Garcia (por falta de recursos cedeu seus direitos por 2:000\$000 a João Peres Garcia)	Sítio Bom Jardim	*	Nada consta	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	Valor do contrato: 2:000\$000

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Offícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
14	Urias Primo da Costa	Miguel Alcosta Garcia	Bom Jardim	*	Nada consta	entre os cafeeiros. Tem direito a um pasto	*
14	Victório Muzette	Inocencio Di Carlo	Califórnia (S. J. da Bela Vista)	*	Nada consta	O contratado terá direito a metade dos pastos	*
15	Antônio Alexandre Ferreira e Maria Pimenta Ferreira	Jacomo Bravalhesi	Mattinha	6 palmos	Nada consta	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique	Multa de 2\$000 por cada cova falha
15	Antônio Alexandre Ferreira e Maria Pimenta Ferreira	Jacomo Bravalhesi	Mattinha	16 palmos	Nada consta	entre os cafeeiros	*
15	Antônio Bernardes Pinto Rio Grandense	João Luís Borges	Bella Vista, pertencente à Fazenda Boa Vista	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros de: milho, arroz, feijão, fumo e batatas inglesas. Desta produção serão entregues anualmente ao contratante 1 carro de milho, 1 saco de feijão e 2 sacos de arroz.	Valor do contrato: 1:000\$000. Multa de 2\$000 por cada cova falha e multa rescisória de 1:000\$000
15	Francisco Barbosa Ferreira (Major)	Domingos Ballioni, João Jaquetti, Gregorio Liboni, Antônio Ferreira Neto e José Bolgato	Santo Antônio, situado na Estação do Mandihú	17 palmos em quadra	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros de: arroz, milho, feijão, grão de bico, batatinhas, amendoim e outros.	Valor do contrato: 10:000\$000. Se o contratante rescindir deverá pagar aos colonos 1\$000 por cova. Se os contratados rescindirem perderão tudo
15	Francisco Barboza Ferreira (Major)	Domingos Ballioni, João Jaquetti, Gregorio Liboni, Antônio Ferreira Neto e José Bolgato	Santo Antônio (Mandyhú)	17 palmos em quadra	Todos os gastos por conta dos contratados	Plantio retroativo entre os cafeeiros	*
15	João Constantino Junqueira	César Bordini e Sebastião Assolin	Boa Vista (na Estação Indayá, Cristais)	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros de: milho, feijão, arroz e batata. Pasto para 3 animais e terreno para porcos	Valor do contrato: 10:000\$000. Covas consideradas falhas serão pagas a 0\$500. Multa de 5:000\$000 para cada contratado que rescindir
15	Joaquim Antônio da Silva	Caetano Emydgio	*	*	Nada consta	*	Na rescisão o contratado recebeu 320\$850 pelo café que formou e 100\$000 pelas benfeitorias que fez
15	Nicodemus Flávio de Castro e Maria do Carmo de Jesus	Eleutério Barbello Alonso	Cachoeirinha	*	Nada consta	entre os cafeeiros. Tem direito a um pasto	*
15	Odorico Barbosa	Vicente Gaudia e João Pedro Gabilou	Matta	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros de: milho, feijão, arroz e batata	Valor do contrato: 2:000\$000
15	Umbelina Moreira	Angelo Gasparini	Retiro	*	Nada consta	terá meio alqueire para plantar cereais e um pasto	*
16	Amelio do Couto Rosa (Cel.)	Julião Alves	Matta (Restinga)	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros de: milho, arroz e feijão. A produção de milho será entregue à fazenda ao preço de 30\$000 o carro, cabendo ao contratado apenas seis ou sete carros anuais	Multa rescisória de 5:000\$000

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

Ano	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
1916	Antônio Baptista Pena	José Lopes Alves e João Lopes Amaro	Sítio na Fazenda Bom Jardim	*	Nada consta	Toda a propriedade	Os contratados deverão pagar a pensão anual de 500\$000 e os impostos.
1916	Antônio Bernardes Pinto Rio Grandense	Joaquim Dias de Pádua	Sítio Bela Vista	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros de: arroz, milho, feijão, fumo e batata inglesa. O contratado deverá ceder anualmente ao contratante um carro de milho, um saco de feijão e dois de arroz.	Valor do contrato: 5:000\$000, multa de 2\$000 por cada cova falha e multa rescisória de 5:000\$000
1916	Arsênio Tavares do Couto	Francisco Rodrigues e Emilio Vasquez	Córrego Fundo	*	Nada consta	entre os cafeeiros, desde que não os prejudique. Toda a produção pertence ao contratado	Multa rescisória de 4:000\$000, e o contratado pagará 1\$000 por cada cova falha
1916	Benedito José da Silva	Manoel Antônio de Souza	Sítio na Fazenda Bom Jardim	15 palmos	Nada consta	Nada consta	O preço do arrendamento é de 1:200\$000, o contratado pagará 0\$500 por cada cova falha
1916	Domiciano José da Silva (Cel.)	Antônio Molina Reches (9109 pés), Antônio Ferroel Galego (9109 pés), Antônio Camillo da Silva (8601 pés), Miguel Lucas Garcia (10443 pés) e José Patrocínio de Oliveira (6374 pés)	Sapucahy	16 a 17 palmos	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros de: milho, feijão e arroz. Será fornecido pasto para animais e mangueiros para os porcos. O contratante é obrigado a trocar milho por fubá e a beneficiar o arroz produzido pelos contratados	Valor do contrato: 17:500\$000, multa de 2\$000 por cada cova falha. Em caso de rescisão do contratante, o valor a ser pago corresponde ao dobro das plantações, roças e benfeitorias dos contratados, e se estes rescindirem perderão tudo.
1916	Domiciano José da Silva (Cel.)	Antonio Molina Reche, Antonio Terroel Galego, Antonio Camillo da Silva, Miguel Lucas Garcia e José Patrocínio de Oliveira	Sapucahy	16 palmos	O contratante não fornecerá dinheiro	entre os cafeeiros. O contratante é obrigado a comprar o milho	*
1916	Dorothéa Claudina Villela	Joaquim Canuto (12100 pés), Francisco Cardini (8500 pés), José Gomes (8500 pés), Antônio Cardini (5000 pés), Manoel Vallente (5300 pés), Antônio Azambuja (8000 pés) e Albino Costa (4000 pés)	Santo Antônio, situado na Estação do Mandiú	16 palmos em quadra	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros de milho e outros cereais.	Valor do contrato: 10:000\$000. Se o contratante rescindir deverá pagar aos colonos 1\$000 por cova. Se os contratados rescindirem perderão tudo. Este contrato também aparece no livro de notas n. 134, folhas 5 a 8, 1º Ofício Cível
916	Fernando Pesce (representado por Chrysógono de Castro)	José Pesce	Santa Fortunata	*	Nada consta	Toda a propriedade. O contratado deverá dirigir gratuitamente a indústria pecuária e eqüina existente na fazenda	Valor do contrato: 10:000\$000. Esta contrato também foi registrado no livro de notas n. 134, nas folhas 83-87. 1º Ofício Cível
916	Francisco Barbosa Ferreira (Major)	Antônio Placencio Sanches (11935 pés), Manoel Fernandes Chéa (9770 pés) e Antônio Navarro Gellamon (4030 pés)	Santo Antônio	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros de: milho, cereais, batatinhas, feijão, grão de bico, amendoim e outros	Valor do Contrato: 5:000\$000, multa rescisória de 2:000\$000
916	Francisco Barbosa Ferreira (Major)	Manoel Castilho Sanches	Santo Antônio	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros de: milho, cereais, arroz, feijão, amendoim e outros.	Valor do contrato: 2:000\$000, multa rescisória de 1:000\$000

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

10	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
116	Francisco Barboza Ferreira (Major)	Antônio Placencio (11935 pés), Manoel Fernandes Chea (9770 pés) e Antonio Navarro Gellamon (4030 pés)	Santo Antônio	*	Todos os gastos por conta dos contratados	entre os cafeeiros, com preferência de venda ao contratante. Terão um pasto	Multa rescisória de 2:000\$000. Se os contratados rescindirem perderão todo o trabalho, se for o contratante terá que pagar por todos os serviços
116	Hermínio Faccirolle (gerente da sociedade)	Os sócios Hermínio Faccirolle, João Faccirolle, Silvio Faccirolle e Ricardo Faccirolle	Bela Vista	*	Cada sócio poderá retirar anualmente 125\$000	A sociedade constitui na divisão igualitária da produção de alimentos e cereais	A forma social será irmãos Faccirolle, constituindo uma sociedade solidária. Ricardo Faccirolle entrou para a sociedade com 2:000\$000 por conta de uma parte de terras da fazenda Bela Vista que pertence aos demais sócios
116	Joaquim Feliciano Alves	João Buarete	Santa Iñez	16 palmos em quadra	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros. Todas as culturas que bem entender até o terceiro ano e depois disso apenas milho	Multa rescisória de 2:000\$000, e o contratado pagará 0\$500 por cada cova falha. Contrato rescindido em 31/05/1917, Venderam ao proprietário 40 carros de milho, 72 sacos de feijão e 600 arrobas de café, o que rendeu ao contratado 7:380\$000
116	Joaquim Feliciano Alves	Caetano Versolla e Luiz Seccantine	Santa Iñez	*	Nada consta	Plantio entre os cafeeiros conforme instruções do contratante, toda a produção pertence aos contratados com preferência de venda ao contratante	Multa rescisória de 1:000\$000 e multa de 0\$500 por cada cova falha.
116	Joaquim Marini	João Ubiali e Francisco Ubiali	Córrego Fundo	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros (arroz, amendoim, feijão, milho e batatas)	Multa rescisória de 500\$000
116	José Lucas Borges (filho de Joaquim Lucas Borges)	Baldoino Felício Sobrinho	Bom Jardim	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros (arroz, feijão, milho e batatas)	*
116	Mamede Plácido Barbosa	Vicente Munhoz	São Luiz	*	Nada consta	Toda a propriedade	Valor do contrato: 5:000\$000, multa de 1\$000 por cada cova falha. Em caso de rescisão o contratante deverá pagar todo o serviço e benfeitorias, e o contratado perderá todo o serviço. (contrato rescindido em 2/11/1907)
116	Prudêncio Rodrigues Pires	Antônio Afonso de Siqueira	Bom Jardim	15 palmos em quadra	O contratado deverá plantar o café por sua conta	entre os cafeeiros	Valor do contrato: 3:200\$000, multa rescisória de 500\$000 e multa de 0\$800 por cova falha
116	Rita Ferreira da Silva	Genésio Pereira da Silva (Igarapava)	Sítio Boa Vista (Igarapava)	17 palmos	Nada consta	entre os cafeeiros	Multa rescisória de 2:000\$000
117	Amélio do Couto Rosa	César Caleiro	Pouso Alegre	*	Nada consta	O arrendatário poderá usufruir das terras, cafezal e benfeitorias	*
117	Antônio Luiz de Souza	Calimerio Bento Almeida, João José da Silva e José Bento Sobrinho	Carrijo da Onça	*	450\$000 por doze meses s/ juros	Plantio retroativo entre os cafeeiros, além de pasto para os animais. Toda a produção de alimentos pertence ao contratado	Multa rescisória de 500\$000
117	Christina Maria de Freitas	Santo Roncari	Sítio na fazenda Furnas dos Nunes	15 palmos	Nada consta	O arrendatário-contratado poderá usufruir das terras, cafezal e benfeitorias	Multa rescisória de 1:000\$000

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

no	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
917	Francisco Bernardes de Assis	Joaquim Gabriel do Nascimento	Capocira Grande, no Salgado	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros	Haverá multa de 1\$000 por cada cova falha
917	João Severino Cardoso	Carmine Gastaldi e João Leonardi	Borda da Matta	*	Nada consta	Plantio retroativo no cafezal novo e depois de três anos receberão novo terreno para fazerem suas plantações, além de pasto para animais	Multa rescisória de 0\$900 por cada pé de café
918	Ana Hypolita Nogueira (representada por Múcio Whitaker).	José Morallis, Miguel Galego, Pedro Marthos, Silvério Moreno, Braz Lucas, Joaquim Lucas, Joaquim Miranda, Christovan Lucas, Pedro Beragna, João Antônio de Souza, Cyrillo Moutarbo, Plácido Lucas, Alfredo Pereira e João Baptista Assumpção	Sapucahy	16 a 17 palmos	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros de: milho, feijão e arroz. Será fornecido pasto para animais e mangueiros para os porcos. O contratante é obrigado a trocar milho por fubá e a beneficiar o arroz produzido pelos contratados	Valor do contrato: 7:000\$000, multa de 2\$000 por cada cova falha. Em caso de rescisão do contratante, o valor a ser pago corresponde ao dobro das plantações, roças e benfeitorias dos contratados, e se estes rescindirem perderão tudo. Este contrato é regulado e observado em todas as cláusulas pela escritura de 04/03/1916 lavrada entre Cel. Domiciano José da Silva e Antônio Molina Reches e outros. Também foi registrado no livro de notas n. 139, fls. 96-98, 1º Ofício Cível
918	Ana Hypolita Nogueira (representada por Múcio Whitaker).	Nicola Viola, Egydio Raymundo, João Costa, Thomaz Marcos, Athanásio Marcos, Feliciano Marcos, Vicente Raymundo, Antônio Vicco, Francisco Abbade, Luiz Raymundo e João Apolinário Sobrinho	Sapucahy	*	603\$344 a Francisco Abbade, 1:229\$563 a João Costa, 743\$300 a Athanásio Marcos, 1:546\$016 a Thomaz Marcos, 766\$123 a Feliciano Marcos, 1:508\$864 a Nicola Viola, 1:518\$852 a Egydio Raymundo, 934\$980 a Antônio Vicco e 989\$770 a Vicente Raymundo. Total: 9:840\$812, com juros de 12% ao ano	Plantio retroativo entre os cafeeiros.	Contrato originalmente lavrado em Ribeirão Preto em 1914 foi prorrogado em virtude da geadas de 1918.
18	Ana Hypolita Nogueira (representada por Múcio Whitaker).	Antônio Molina, Antônio Feronel, Miguel Garcia, José Patrocínio de Oliveira e Antônio Camillo da Silva	Porteirinha, na Fazenda Sapucahy	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros.	Contrato originalmente lavrado em 1916, foi prorrogado devidos geadas que causaram prejuízos na lavoura
18	Antônio Bernardes Pinto Rio Grandense	André Barioni, Baptista Barioni e Augusto Barioni	Sítio Bella Vista	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros. Obrigam-se os contratados a plantarem arroz em um outro terreno, cujo um terço da produção será entregue ao contratante sem remuneração	Valor do contrato: 3:000\$000, multa rescisória do mesmo valor. Caso não entreguem o cafezal limpo, perderão os direitos sobre a produção de café do quarto ano

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

no	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
919	Francisco Barbosa Ferreira (Major)	Antônio Placencio Sanchez, Manoel Fernandes Chêa e Antônio Navarro Gellamon	Santo Antônio	*	Nada consta	Plantio liberado de milho entre os cafeeiros, as demais culturas serão previamente acertadas	Contrato originalmente lavrado em 1916, foi prorrogado devidos geadas que causaram prejuízos na lavoura. Pedido de prorrogação feito por Antônio Placencio Sanchez
919	Francisco Barbosa Ferreira (Major)	Antônio Placencio Sanchez, Manoel Fernandes Chêa e Antônio Navarro Gellamon	Santo Antônio	*	Nada consta	Plantio liberado de milho entre os cafeeiros, as demais culturas serão previamente acertadas	Contrato originalmente lavrado em 1916, foi prorrogado devidos geadas que causaram prejuízos na lavoura. Pedido de prorrogação feito por Antônio Navarro Gellamon e Manuel Fernandes Chêa
919	José Diogo Pereira e Lauriana Esmenia Ferreira	João Theodoro Pereira	Engenho Novo e Sertãozinho	*	Nada consta	2 alqueires somente para o cultivo de alimentos	Valor do contrato: 10:000\$000
919	José Martins de Andrade	Francisco Bárbara, Carneiro Bárbara, Luciano Damanti, Eugênio Damanti, Manoel Marques, Pedro Marques, João Damanti e Luiz Damanti	São Geraldo	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros	*
919	Rodolpho Tosi	Caetano Guinatto (10000 pés), Modesto Antônio Teixeira (3000 pés), Domingos Francisco Affonso (5000 pés), Salvador Hespanhol (3000 pés), José Rocioli (4000 pés), Salvador Lioni (5000 pés), Domingos Ralioni (10000 pés), João Andretta (7500 pés), Domingos Zanchietta (9000 pés) e João Coelho (3500 pés).	Santa Izabel (S. J. da Bela Vista)	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros, além de pasto para as famílias com mais de 10 pessoas	Multa rescisória de 10:000\$000.
919	Rodolpho Tosi	Antônio Maragna	Santa Izabel (S. J. da Bela Vista)	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros de milho, feijão e arroz (com preferência de venda ao contratante). É proibido criar animais	Multa rescisória de 1:000\$000
920	Augusto Redondo Martins e seus filhos	Affonso Garcia Peres (14000 pés) e Affonso Himes (4000 pés)	Chácara do Bom Jardim	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros e pasto para os animais. Toda a produção pertence ao contratado	*
920	Francisco Barbosa Ferreira (Major)	Lázaro Gimenes e Martim Garcia Parra	Santo Antônio	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros e terreno para pastos. Toda a produção pertence aos contratados	Este contrato também foi registrado no livro de notas n. 145, fls. 31-34, 1º Ofício Cível
920	Francisco Barboza Ferreira (Major)	José Carmo (17000 pés) e Jesus Polli Branco (6000 pés)	Santo Antônio	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros, não pode plantar fumo	Valor do contrato: 3:000\$000

Contratos de formação e/ou trato de Café. Franca 1886-1920.

Fonte: Livros de Notas do 1º e do 2º Ofícios Cíveis. 1º Tabelionato de Notas e Protestos e Arquivo Histórico de Franca

no	Contratante	Contratado	Fazenda	Distância entre os cafeeiros	Valor Adiantado pelo Contratante	Local de plantio de outras culturas	Termos de Garantia (em caso de não formação do cafezal)
920	José Affonso Rato (Cel.) (Uberaba)	João Estanti (3400 pés), Donato Estanti (8209 pés), Antônio Altobelli (5800 pés), João Marrocco (4434 pés), César Pifardini (5340 pés), Luiz José d'Oliveira (3922 pés), Manoel José da Silva (2956 pés) e Innocencio Di Carlo (19983 pés)	Califórnia (S. J. da Bela Vista)	16 palmos	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros. Proibida a venda da produção sem prévia autorização	Multa rescisória de 20:000\$000. Innocencio Di Carlo é o fiador
920	José Basílio da Silva	Rosendo Auestor da Cunha	Capão do Acude, na Fazenda Santa Maria	14 palmos	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros a partir do segundo ano, liberado no primeiro ano	Multa rescisória de 500\$000
920	Manoel Cardozo de Queiroz Júnior	Sebastião Alves da Silva, Augusto Cardozo de Souza e Luiz Gonzaga de Souza	Pitangueiras (S. J. da Bela Vista)	17 palmos	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros das culturas que bem entender e um pasto de 5 alqueires. Toda a produção pertence ao contratado	Multa rescisória de 1\$000 por cada cova
920	Nicola Andréa	Sebastião Gobbo e seus filhos Antônio Gobbo e Joaquim Gobbo	*	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros. Toda a produção pertence ao contratado	Valor do contrato: 25:000\$000
920	Rodolpho Tosi	Caetano Guinatto (9000 pés), João Andretta (6500 pés), Domingos Zanchietta (7500 pés) e João Coelho (3000 pés)	Santa Izabel (S. J. da Bela Vista)	*	Nada consta	Plantio retroativo de cereais entre os cafeeiros e preferência de venda ao contratante. Pasto para 7 animais para as famílias com 10 ou mais pessoas	Multa rescisória de 10:000\$000. Este contrato também foi registrado no livro de notas n. 143, fls. 91-93, 1º Ofício Cível
920	Rodolpho Tosi	Salvador Leoni (5000 pés), Caetano Finatti (8000 pés), Narciso Cheregato (10000 pés), Antônio Maragna (7000 pés), José Roccioli (4000 pés) e Baptista Coelho (8000 pés)	Santa Izabel (S. J. da Bela Vista)	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros e pasto na proporção da família. Preferência de compra ao contratante	Multa rescisória de 1:000\$000. Este contrato também foi registrado no livro de notas n. 145, fls. 17-18, 1º Ofício Cível
920	Rodolpho Tosi	João Baptista Cecotti	Santa Izabel (S. J. da Bela Vista)	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros, pasto para 7 animais. Preferência de venda ao contratante	Valor do contrato: 3:000\$000, multa rescisória de 1:000\$000. Este contrato também foi registrado no livro de notas n. 146, fls. 15-17, 1º Ofício Cível.
920	Vittorio Stefani	Francisco Vinlandelli	Santa Amália, na Fazenda Pouso Alegre	*	Nada consta	Plantio retroativo entre os cafeeiros. Toda a produção pertence ao contratado	Valor do contrato: 25:200\$000